**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA**

Vania Sandeleia Vaz da Silva

A CONCENTRAÇÃO GEOGRÁFICA DA SOCIEDADE CIVIL GLOBAL:

análise da distribuição das sedes das organizações não governamentais credenciadas para as conferências sociais globais da Organização das Nações Unidas (1992-1996) e para as conferências ministeriais da Organização Mundial do Comércio (1996-2005).

Orientador: Professor Doutor Rafael Antônio Duarte Villa

São Paulo, 2011.

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA**

Vania Sandeleia Vaz da Silva

A CONCENTRAÇÃO GEOGRÁFICA DA SOCIEDADE CIVIL GLOBAL:

análise da distribuição das sedes das organizações não governamentais credenciadas para as conferências sociais globais da Organização das Nações Unidas (1992-1996) e para as conferências ministeriais da Organização Mundial do Comércio (1996-2005).

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, do Departamento de Ciência Política, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, com requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Ciência Política (exemplar original).

Orientador: Professor Doutor Rafael Antônio Duarte Villa

São Paulo, 2011.

SILVA, Vania Sandeleia Vaz da. **A concentração geográfica da sociedade civil global.** Análise da distribuição geográfica das sedes das organizações não governamentais (ONGs) credenciadas para as conferências sociais globais da *Organização das Nações Unidas (1992-1996)* e para as conferências ministeriais da *Organização Mundial do Comércio (1996-2005)*. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Programa de Pós Graduação em Ciência Política – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

Aprovado em: _____.

Banca Examinadora:

1. **Professor Doutor Rafael Antonio Duarte Villa**

Universidade de São Paulo

Julgamento: _____ Assinatura: _____

2. **Professor(a) Doutor(a)** _____

Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

3. **Professor(a) Doutor(a)** _____

Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

4. **Professor(a) Doutor(a)** _____

Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

5. **Professor(a) Doutor(a)** _____

Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

São Paulo, 2011.

À minha mãe, Hilda,
que está sempre presente;

Ao meu amor, Rei,
que apóia, estimula e suporta;

Ao meu filho, Miguel Angelo,
que conferiu sentido à minha existência.

Agradecimentos

Agradeço, sinceramente, a todos que de algum modo contribuíram para a realização desse trabalho que, tendo sido iniciado durante o mestrado (2004/6), teve continuidade no doutorado (2007/10) e resultou nessa tese.

Meus sinceros agradecimentos ao Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo pela possibilidade de realizar tanto a pesquisa que resultou na minha dissertação de mestrado como pela possibilidade de ampliar o estudo cujo resultado apresento agora. Sobretudo às funcionárias do DCP – Maria Raimunda dos Santos, Vivian Pamela Viviani e ao funcionário Vasne dos Santos, sempre tão competentes.

Reitero os agradecimentos à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo apoio à realização da pesquisa durante o mestrado (cujos resultados foram de fundamental importância para o desenvolvimento da tese) e, principalmente, ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelo apoio durante o Doutorado, sem o qual teria sido impossível acessar a bibliografia mais atualizada sobre o tema em estudo (em sua maioria estrangeira e não disponível em bibliotecas nacionais).

Aos professores da pós-graduação em Ciência Política, sobretudo ao meu orientador, Rafael Antonio Duarte Villa, que vem contribuindo com a minha formação desde a graduação quando foi tutor do PET (Programa Especial de Treinamento, hoje Programa de Ensino Tutorial), do qual fiz parte durante três anos e que foi fundamental para desenvolver meu interesse pela pesquisa e pelo ensino, continuando a parceria durante o mestrado (DCP-USP) e doutorado (DCP-USP), com muita confiança e liberdade (essenciais). Agradeço também ao professor Gildo Marçal Bezerra Brandão (1949-2010) que contribuiu grandemente para a compreensão e enquadramento do problema de pesquisa (durante a disciplina de “Seminários de Pesquisa”).

Aos funcionários da Organização das Nações Unidas, responsáveis pelas bibliotecas online, que, desde o mestrado, vem fornecendo cópias dos documentos necessários para a pesquisa, e, em especial ao Centro de Documentação das Nações Unidas no Rio de Janeiro e ao pessoal da *Dag Hammarskjöld Library* que sempre respondeu prontamente às solicitações feitas (via e-mail, gentilmente traduzidas pela amiga Alessandra Nottar, sempre tão solícita).

À minha amada família que ganha cada vez mais importância com o passar dos anos, sobretudo aos três com que convivo mais estreitamente: minha mãe Hilda, meu marido Reinaldo e meu filho Miguel Angelo, cujo nome diz tudo.

DO RIGOR NA CIÊNCIA:

“Naquele Império, a arte da Cartografia atingiu uma tal perfeição que o mapa duma só província ocupava toda uma cidade, e o mapa do Império, toda uma província. Com o tempo, esses mapas desmedidos não satisfizeram, e os colégios de cartógrafos levantaram um mapa do Império que tinha o tamanho do Império e coincidia ponto por ponto com ele. Menos apegadas ao estudo da Cartografia, as gerações seguintes entenderam que esse extenso mapa era inútil e não sem impiedade o entregaram às inclemências do Sol e dos invernos. Nos desertos do Oeste subsistem despedaçadas ruínas do mapa, habitadas por animais e por mendigos. Em todo país não resta outra relíquia das disciplinas geográficas (Suárez Miranda, ‘Viagens de Varões Prudentes’, livro quarto, capítulo XIV, 1658)”.

(BORGES, Jorge Luis. *Obras Completas*. São Paulo: Ed. Globo, 1999, p. 247).

Resumo

Entre 1992 e 2005, representantes de **11.921** organizações não governamentais (ONGs) participaram de conferências realizadas pela Organização das Nações Unidas (ONU) e pela Organização Mundial do Comércio (OMC). Tendo em vista que, tradicionalmente, apenas os representantes dos Estados-membros dessas duas organizações seriam admitidos, a crescente presença de atores “não-governamentais” nesses eventos foi considerada uma das evidências empíricas do surgimento de uma *sociedade civil “global”*. Contudo, alguns críticos afirmam que a sociedade civil não seria *global*, mas concentrada geograficamente em alguns países. Nosso objetivo é analisar se, de fato, existe tal concentração e quais suas principais características. Com esse objetivo, analisamos a distribuição geográfica das sedes das ONGs credenciadas para esses eventos, discutindo dois dos principais argumentos contrários à idéia de *sociedade civil global*: o primeiro afirma que a sociedade civil não é “global” porque seus atores estão concentrados em países do *Norte* (gerando um desnível *Norte-Sul*, com predomínio numérico e político de ONGs do *Norte* sobre as do *Sul*); o segundo, defende que a concentração das ONGs *espelha* as atuais constelações de poder em âmbito internacional (pois as ONGs seriam, predominantemente, de países localizados no eixo Europa-América Anglo-Saxônica). Considerando que *todos* seríamos parte da *sociedade civil global*, procuramos constatar *de onde* são as pessoas e organizações que efetivamente têm participado das discussões e decisões a respeito de questões que dizem respeito a todos (os habitantes do planeta).

Palavras-chave:

1) Sociedade Civil Global; 2) Organizações Não-Governamentais; 3) ONU, OMC.

Abstract

Between 1992 and 2005, 11921 representatives of nongovernmental organizations (NGOs) participated in conferences held by the United Nations (UN) and the World Trade Organization (WTO). Given that, traditionally, only representatives of Member States of these two organizations would be admitted, the growing presence of "nongovernmental" actors in these events was considered one of the empirical evidence of an emerging "global" civil society. However, some critics argue that civil society is not global, but geographically concentrated in some countries. Our goal is to examine whether, in fact, exist that concentration and their main characteristics. With this objective, we analyzed the geographic distribution of headquarters of accredited NGOs to conferences, discussing the two main arguments against the idea of global civil society: the first asserts that civil society is not "global" because their actors are concentrated in North countries (creating a North-South divide, with numerical and political dominance of NGOs from the North on the South); the second claims that the concentration of NGOs reflects the current constellation of power in the international arena (as the NGOs would be predominantly of countries located in Europe–America Anglo-Saxon). Whereas we would all be part of global civil society, we see where are the people and organizations that have effectively participated in the discussions and decisions about issues that concern all (the inhabitants of the planet).

Palavras-chave:

1) *global civil society*; 2) nongovernmental organizations; 3) UN, WTO.

Lista de Tabelas

01. Siglas, local de realização e nomes das doze conferências selecionadas para estudo	12
02. Número de países participantes e de ONGs credenciadas: ONU (Total=8565)	24
03. Distribuição geográfica das ONGs credenciadas para a UNCED-Rio/1992	28
04. Distribuição geográfica das ONGs que intervieram na UNCED-Rio/1992	34
05. Distribuição geográfica das ONGs credenciadas para a WCHR-Viena/1993	38
06. Distribuição geográfica das ONGs que intervieram na WCHR-Viena/1993	43
07. Distribuição geográfica das ONGs credenciadas para a ICPD-Cairo/1994	47
08. Distribuição geográfica das ONGs que intervieram na ICPD-Cairo/1994	52
09. Distribuição geográfica das ONGs credenciadas para a WSSD-Copenhague/1995	56
10. Distribuição geográfica das ONGs que intervieram na WSSD-Copenhague/1995	61
11. Distribuição geográfica das ONGs credenciadas para a FWCW-Beijing/1995	64
12. Distribuição geográfica das ONGs que intervieram na FWCW-Beijing/1995	70
13. Distribuição geográfica das ONGs credenciadas para a UNCHS-Istambul/1996	73
14. Distribuição geográfica das ONGs que intervieram na UNCHS-Istambul/1996	79
15. Distribuição geográfica das ONGs credenciadas para as seis conferências da ONU	82
16. Distribuição por hemisférios das ONGs credenciadas para as conferências da ONU	84
17. Distribuição por continentes das ONGs credenciadas para as conferências da ONU	87
18. Distribuição por “regiões da América” das ONGs credenciadas para as conferências da ONU	93
19. Países-sede das ONGs credenciadas para as seis conferências da ONU: Nacionais	96
20. Países-sede das ONGs credenciadas para as seis conferências da ONU: Internacionais	97
21. Países-sede da maioria das ONGs credenciadas para as seis conferências da ONU: Intervieram	98
22. Número de países participantes e de ONGs credenciadas: OMC (Total=3356)	106
23. Distribuição geográfica das ONGs credenciadas para a 1ªCM-OMC-Singapura/1996	110
24. Distribuição geográfica das ONGs credenciadas para a 2ªCM-OMC-Genebra/1998	116
25. Distribuição geográfica das ONGs credenciadas para a 3ªCM-OMC-Seattle/1999	120
26. Distribuição geográfica das ONGs credenciadas para a 4ªCM-OMC-Doha/2001	125
27. Distribuição geográfica das ONGs credenciadas para a 5ªCM-OMC-Cancun/2003	130
28. Distribuição geográfica das ONGs credenciadas para a 6ªCM-OMC-Hong Kong/2005	134
29. Distribuição geográfica das ONGs credenciadas para as seis conferências da OMC	138
30. Distribuição por hemisférios das ONGs credenciadas para as conferências da OMC	140
31. Distribuição por continentes das ONGs credenciadas para as conferências da OMC	144
32. Países-sede das ONGs credenciadas para as seis conferências da OMC: Nacionais	148
33. Países-sede das ONGs credenciadas para as seis conferências da OMC: Internacionais	149

34. Distribuição geográfica da soma das ONGs credenciadas nas doze conferências (ONU+OMC)	154
35. Concentração das ONGs nos cinco países com maior número	162
36. Distribuição geográfica das ONGs que intervieram nas conferências das ONU: países	168
37. Evolução da continuidade na participação de ONGs nas seis conferências da ONU	173
38. Evolução da continuidade na participação de ONGs nas seis conferências da OMC	177
39. Nome, âmbito e país-sede das ONGs mais participativas (e critérios da amostra)	179
40. Concentração pelos continentes da população mundial e das ONGs credenciadas	184
41. Países com maiores percentuais de sobre-representação de ONGs credenciadas: ONU+OMC	185
42. Países com maiores percentuais de sub-representação de ONGs credenciadas: ONU+OMC	187
43. Lista dos 10 países com os maiores e menores GDP per capita	189
44. Lista dos 10 países com os maiores e menores percentuais de ONGs: ONU+OMC	190
45. Distribuição das ONGs e distribuição do IDH: ONU, OMC e soma (ONU+OMC)	198
46. Distribuição das ONGs e distribuição do grau de liberdade: ONU, OMC e soma (ONU+OMC)	201

Lista de Mapas

Mapa (01) Países e ONGs participantes da 1ª conferência da ONU: UNCED-Rio/1992	30
Mapa (02) Distribuição das ONGs credenciadas para a UNCED-Rio/1992: Nacionais	32
Mapa (03) Distribuição das ONGs credenciadas para a UNCED-Rio/1992: Internacionais	33
Mapa (04) Distribuição das ONGs que intervieram na UNCED-Rio/1992	30
Mapa (05) Países e ONGs participantes da 2ª conferência da ONU: WCHR-Viena/1993	39
Mapa (06) Distribuição das ONGs credenciadas para a WCHR-Viena/1993: Nacionais	34
Mapa (07) Distribuição das ONGs credenciadas para a WCHR-Viena/1993: Internacionais	41
Mapa (08) Distribuição das ONGs que intervieram na WCHR-Viena/1993	42
Mapa (09) Países e ONGs participantes da 3ª conferência da ONU: ICPD-Cairo/1994	44
Mapa (10) Distribuição das ONGs credenciadas para a ICPD-Cairo/1994: Nacionais	48
Mapa (11) Distribuição das ONGs credenciadas para a ICPD-Cairo/1994: Internacionais	49
Mapa (12) Distribuição das ONGs que intervieram na ICPD-Cairo/1994	53
Mapa (13) Países e ONGs participantes da 4ª conferência da ONU: WSSD-Copenhague/1995	57
Mapa (14) Distribuição das ONGs credenciadas para a WSSD-Copenhague/1995: Nacionais	59
Mapa (15) Distribuição das ONGs credenciadas para a WSSD-Copenhague/1995: Internacionais	60
Mapa (16) Distribuição das ONGs que intervieram na WSSD-Copenhague/1995	62
Mapa (17) Países e ONGs participantes da 5ª conferência da ONU: FWCW-Beijing/1995	66
Mapa (18) Distribuição das ONGs credenciadas para a FWCW-Beijing/1995: Nacionais	68
Mapa (19) Distribuição das ONGs credenciadas para a FWCW-Beijing/1995: Internacionais	69
Mapa (20) Distribuição das ONGs que intervieram na FWCW-Beijing/1995	71
Mapa (21) Países e ONGs participantes da 6ª conferência da ONU: UNCHS-Istambul/1996	75
Mapa (22) Distribuição das ONGs credenciadas para a UNCHS-Istambul/1996: Nacionais	77
Mapa (23) Distribuição das ONGs credenciadas para a UNCHS-Istambul/1996: Internacionais	78
Mapa (24) Distribuição das ONGs que intervieram na UNCHS-Istambul/1996	80
Mapa (25) ONGs credenciadas para as seis conferências da ONU: Total	95
Mapa (26) ONGs credenciadas para as seis conferências da ONU: Nacionais	96
Mapa (27) ONGs credenciadas para as seis conferências da ONU: Internacionais	97
Mapa (28) ONGs credenciadas para as seis conferências da ONU: Intervieram	98
Mapa (29) Países e ONGs participantes da 1ª Conferência Ministerial da OMC: Singapura/1996	112
Mapa (30) ONGs participantes da 1ª CM-OMC-Singapura/1996: Nacionais e Internacionais	113
Mapa (31) Países e ONGs participantes da 2ª Conferência Ministerial da OMC: Genebra/1998	117
Mapa (32) ONGs participantes da 2ª CM-OMC-Genebra/1998: Nacionais e Internacionais	118
Mapa (33) Países e ONGs participantes da 3ª Conferência Ministerial da OMC: Seattle/1999	122

Mapa (34) ONGs participantes da 3ª CM-OMC- Seattle/1999: Nacionais e Internacionais	123
Mapa (35) Países e ONGs participantes da 4ª Conferência Ministerial da OMC: Doha/2001	127
Mapa (36) ONGs participantes da 4ª CM-OMC- Doha/2001: Nacionais e Internacionais	128
Mapa (37) Países e ONGs participantes da 5ª Conferência Ministerial da OMC: Cancun/2003	131
Mapa (38) ONGs participantes da 5ª CM-OMC- Cancun/2003: Nacionais e Internacionais	132
Mapa (39) Países e ONGs participantes da 6ª Conferência Ministerial da OMC: Hong Kong/2003	135
Mapa (40) ONGs participantes da 6ª CM-OMC-HongKong/2003: Nacionais e Internacionais	136
Mapa (41) ONGs credenciadas para as seis conferências da OMC: Total	147
Mapa (42) ONGs credenciadas para as seis conferências da OMC: Nacionais	148
Mapa (43) ONGs credenciadas para as seis conferências da OMC: Internacionais	149
Mapa (44) Comparação entre a distribuição da população e a distribuição das ONGs: ONU+OMC	188
Mapa (45) Comparação entre a distribuição do GDP per capita e a distribuição das ONGs: ONU+OMC	191
Mapa (46) Comparação entre a distribuição do IDH e distribuição das ONGs: ONU+OMC	199
Mapa (47) Comparação entre o grau de liberdade e a distribuição das ONGs: ONU+OMC	203

Lista de Gráficos

01. Evolução no número de ONGs credenciadas para as conferências da ONU	25
02. Evolução dos percentuais de ONGs (credenciadas na ONU) por hemisférios: Total	83
03. Evolução dos percentuais de ONGs (credenciadas na ONU) por hemisférios: Nacionais	84
04. Evolução dos percentuais de ONGs (credenciadas na ONU) por hemisférios: Internacionais	85
05. Evolução dos percentuais de ONGs (credenciadas na ONU) por hemisférios: Intervieram	86
06. Distribuição das ONGs (credenciadas na ONU) pelos cinco continentes: Total	88
07. Distribuição das ONGs (credenciadas na ONU) pelos cinco continentes: Nacionais	88
08. Distribuição das ONGs (credenciadas na ONU) pelos cinco continentes: Internacionais	89
09. Distribuição das ONGs (credenciadas na ONU) pelos cinco continentes: Intervieram	90
10. Distribuição das ONGs (credenciadas na ONU) no eixo Europa-América: Total	91
11. Distribuição das ONGs (credenciadas na ONU) no eixo Europa-América: Nacionais	91
12. Distribuição das ONGs (credenciadas na ONU) no eixo Europa-América: Internacionais	92
13. Distribuição das ONGs (credenciadas na ONU) no eixo Europa-América: Intervieram	93
14. Grau de concentração geográfica das sedes das ONGs (credenciadas na ONU): Total	99
15. Grau de concentração geográfica das sedes das ONGs (credenciadas na ONU): Nacional	100
16. Grau de concentração geográfica das sedes das ONGs (credenciadas na ONU): Internacional	101
17. Percentual de países com ONGs internacionais credenciadas nas conferências da ONU	101
18. Grau de concentração geográfica das sedes das ONGs (credenciadas na ONU): Intervieram	102
19. Evolução no número de ONGs credenciadas para as conferências da OMC	107
20. Evolução dos percentuais de ONGs (credenciadas na OMC) por hemisférios: Total	139
21. Evolução dos percentuais de ONGs (credenciadas na OMC) por hemisférios: Nacionais	140
22. Evolução dos percentuais de ONGs (credenciadas na OMC) por hemisférios: Internacionais	141
23. Distribuição das ONGs (credenciadas na OMC) pelos cinco continentes: Total	142
24. Distribuição das ONGs (credenciadas na OMC) pelos cinco continentes: Nacionais	143
25. Distribuição das ONGs (credenciadas na OMC) pelos cinco continentes: Internacionais	143
26. Distribuição das ONGs (credenciadas na OMC) no eixo Europa-América: Total	145
27. Distribuição das ONGs (credenciadas na OMC) no eixo Europa-América: Nacionais	145
28. Distribuição das ONGs (credenciadas na OMC) no eixo Europa-América: Internacionais	146
29. Grau de concentração geográfica das sedes das ONGs (credenciadas na OMC): Total	150
30. Grau de concentração geográfica das sedes das ONGs (credenciadas na OMC): Nacional	151
31. Grau de concentração geográfica das sedes das ONGs (credenciadas na OMC): Internacional	151
32. ONGs agrupadas por âmbito de atuação (ONU, OMC e Total)	155
33. ONGs agrupadas por hemisférios (ONU, OMC e Total): “Total”	155

34. ONGs agrupadas por hemisférios (ONU, OMC e Total): “Nacional”	156
35. ONGs agrupadas por hemisférios (ONU, OMC e Total): “Internacional”	156
36. ONGs agrupadas por continentes (ONU, OMC e Total): “Total”	157
37. ONGs agrupadas por continentes (ONU, OMC e Total): “Nacionais”	157
38. ONGs agrupadas por continentes (ONU, OMC e Total): “Internacionais”	158
39. Grau de concentração geográfica (ONU, OMC e Total): “Total”	159
40. Grau de concentração geográfica (ONU, OMC e Total): “Nacionais”	160
41. Grau de concentração geográfica (ONU, OMC e Total): “Internacionais”	161
42. Grau de concentração geográfica nos cinco países com maiores percentuais: Total	162
43. Grau de concentração geográfica nos cinco países com maiores percentuais: Nacionais	163
44. Grau de concentração geográfica nos cinco países com maiores percentuais: Internacionais	163
45. Evolução no número de países participantes e de países com ONGs: ONU e OMC	164
46. Diferença entre o número de ONGs (credenciadas ONU) e as que intervieram	165
47. Percentuais de intervenções de Países e de ONGs em cada conferência da ONU	165
48. Distribuição das intervenções realizadas por países e ONGs nas conferências da ONU	166
49. Distribuição por âmbito das intervenções realizadas por ONGs nas conferências da ONU	166
50. Distribuição por âmbito e hemisfério das ONGs que intervieram nas conferências da ONU	167
51. Distribuição pelos cinco continentes das ONGs que intervieram nas conferências da ONU	167
52. Distribuição por países do total de ONGs que intervieram nas conferências da ONU	169
53. Distribuição por âmbitos do total de ONGs com continuidade na participação: ONU	170
54. Distribuição por hemisférios do total de ONGs com continuidade na participação: ONU	170
55. Distribuição por continentes das ONGs com continuidade na participação (ONU): média	171
56. Distribuição por continentes das ONGs com continuidade na participação (ONU): detalhe	171
57. Países com os maiores percentuais de ONGs com continuidade na participação: ONU	172
58. Continuidade na participação de ONGs nas conferências da ONU: Média	173
59. Distribuição por âmbitos do total de ONGs com continuidade na participação: OMC	174
60. Distribuição por hemisférios do total de ONGs com continuidade na participação: OMC	174
61. Distribuição por continentes das ONGs com continuidade na participação (OMC): média	175
62. Distribuição por continentes das ONGs com continuidade na participação (OMC): detalhe	175
63. Países com os maiores percentuais de ONGs com continuidade na participação: OMC	176
64. Países com os maiores percentuais de ONGs com continuidade na participação: OMC	177
65. ONGs que participaram da ONU e da OMC ou em mais de uma conferência da OMC	178
66. Âmbito e Hemisfério das ONGs “mais participativas”: ONU e OMC	180
67. Distribuição por países das ONGs “mais participativas”: ONU e OMC	181
68. Distribuição pelos continentes da população mundial e das ONGs credenciadas	184
69. Distribuição pelos países população mundial e ONGs credenciadas (sobre-representação)	186
70. Distribuição pelos países população mundial e ONGs credenciadas (sub-representação)	186
71. Comparação entre os “grandes países centrais” e o resto do mundo: PIB/ONGs credenciadas	192
72. Comparação entre os “países centrais” e do resto do mundo: PIB – ONGs credenciadas	193
73. Comparação entre os países com maiores PIBs e sua concentração de ONGs credenciadas	193
74. Comparação entre o G7 e o Grupo dos 20 (24 países emergentes): ONGs credenciadas	194
75. Comparação entre União Européia e Grupo dos 20 (países emergentes): ONGs credenciadas	195
76. Comparação entre a OCDE e o resto do mundo: ONGs credenciadas	196
77. Comparação entre a OTAN e o resto do mundo: ONGs credenciadas	197
78. Comparação entre a classificação do IDH e a concentração de ONGs credenciadas	200
79. Comparação entre a classificação do grau de liberdade a concentração de ONGs credenciadas	202

Lista de Siglas

AMI	Acordo Multilateral de Investimentos
CDS	Comissão de Desenvolvimento Sustentável
CM-OMC	Conferência Ministerial – Organização Mundial do Comércio
ECOSOC	Conselho Econômico e Social
FWCW	Fourth World Conference on Women
GATT	General Agreement on Tariffs and Trade
ICPD	International Conference on Population and Development
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
OCDE	Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONG	Organização não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PIB	Produto Interno Bruto
UE	União Européia
UNCED	United Nations Conference on Environment and Development
UNCHS	United Nations Conference on Human Settlements
WCHR	World Conference on Human Rights
WSSD	World Summit For Social Development

Sumário

Listas de Tabelas	<i>ix</i>
Listas de Mapas	<i>xi</i>
Listas de Gráficos	<i>xiii</i>
Listas de Siglas	<i>xv</i>
Introdução: a concentração geográfica da sociedade civil global	1
Como medir a “concentração geográfica” da sociedade civil global?	15
Capítulo 1 – ONGs credenciadas para as conferências da ONU (1992-2005)	22
1.1 – Distribuição geográfica das ONGs credenciadas para a UNCED-Rio/1992	27
1.2 – Distribuição geográfica das ONGs credenciadas para a WCHR-Viena/1993	36
1.3 – Distribuição geográfica das ONGs credenciadas para a ICPD-Cairo/1994	45
1.4 – Distribuição geográfica das ONGs credenciadas para a WSSD-Copenhague/1995	54
1.5 – Distribuição geográfica das ONGs credenciadas para a FWCW-Beijing/1995	63
1.6 – Distribuição geográfica das ONGs credenciadas para a UNCHS-Istambul/1996	72
1.7 – Evolução da distribuição geográfica das ONGs credenciadas: ONU (1992-2005)	81
Capítulo 2 – ONGs credenciadas para as conferências da OMC (1996-2005)	104
2.1 – Distribuição geográfica das ONGs credenciadas para a 1ªCM-OMC-Singapura/1996	109
2.2 – Distribuição geográfica das ONGs credenciadas para a 2ªCM-OMC-Genebra/1998	114
2.3 – Distribuição geográfica das ONGs credenciadas para a 3ªCM-OMC-Seattle/1999	119
2.4 – Distribuição geográfica das ONGs credenciadas para a 4ªCM-OMC-Doha/2001	124
2.5 – Distribuição geográfica das ONGs credenciadas para a 5ªCM-OMC-Cancun/2003	129
2.6 – Distribuição geográfica das ONGs credenciadas para a 6ªCM-OMC-Hong Kong/2005	133
2.7 – Evolução da distribuição geográfica das ONGs credenciadas: OMC (1996-2005)	137

Capítulo 3 – Comparações entre a participação de ONGs: na ONU e na OMC	153
3.1 – <i>Concentração Geográfica</i> das sedes das ONGs na ONU e na OMC	154
3.2 – <i>Efetividade</i> (possibilidade de intervir nos eventos oficiais) na ONU e na OMC	165
3.3 – <i>Continuidade</i> na participação de ONGs na ONU e na OMC	170
3.4 – <i>ONGs mais participativas</i> na ONU, na OMC e no período (1992 a 2005)	179
 Capítulo 4 – Comparações entre a participação de ONGs e outros indicadores	 182
4.1 – Distribuição das ONGs credenciadas (ONU+OMC) e distribuição da população	184
4.2 – Distribuição das ONGs credenciadas (ONU+OMC) e distribuição do PIB <i>per capita</i>	189
4.3 – Distribuição das ONGs credenciadas (ONU+OMC) e distribuição do IDH	198
4.4 – Distribuição das ONGs credenciadas (ONU+OMC) e grau de liberdade política	201
 Considerações Finais	 204
 Referências Bibliográficas	 214

Introdução: a concentração geográfica da sociedade civil global

“Devemos supor que nos pediram uma conferência sobre um assunto que conhecemos bem, perante um público de professores e alunos de todos os departamentos de uma importante universidade, bem como várias pessoas interessadas, vindas da cidade próxima. Suponhamos que esse público está à nossa frente, e que tem o direito de saber; suponhamos que estamos dispostos a transmitir-lhes esse conhecimento. E escrevamos.”

Charles Wright Mills (1916-1962),
A imaginação sociológica (1959)

A sociedade civil global não é – a despeito do que intuitivamente possa sugerir esta expressão – a união das sociedades civis de *todos* os Estados-nacionais do globo; ou, uma *sociedade* formada pelos cidadãos de *todos* os países, ignorando as fronteiras nacionais e respectivos governos; ou uma associação *mundial* de agentes sociais que se organizam de forma independente dos agentes do mercado e dos governos. Aliás, a união dessas palavras induz ao erro, pois utiliza as virtudes atribuídas historicamente ao conceito de *sociedade civil* – com forte ligação com o contexto de formação dos Estados-nacionais – para qualificar a atuação de agentes sociais que se organizam além das fronteiras dos Estados; e aproveita a grandiosidade do adjetivo *global* para representar uma realidade que não envolve *tudo o planeta* – as ligações podem ser entre dois, três ou dezenas de países, mas em nenhum caso envolvem todos – de modo que seu significado é distorcido. Mas então, do que se está falando quando se usa a expressão *sociedade civil global*?

A ideia de “sociedade civil global” inclui dois “conceitos”: o primeiro – *sociedade civil* – remonta à tradução latina para *societas civilis* da ideia de *koinōnia politikē* do filósofo grego Aristóteles (384 - 322 a.C.), e possui uma história teórica complexa, de modo que seu uso precisa ser analisado com cuidado pois é essencialmente polissêmico e contestado¹; o segundo – *global* – inicialmente um termo “geográfico” neutro, cuja referência é o “globo terrestre” – teve seu uso difundido com as teorias da “globalização”, multiplicadas nas décadas de 1980-90, mas também não é “novo” e sua aparente “univocidade” e “neutralidade” – como simples metáfora “espacial” – é ilusória e não resiste a uma análise mais cuidadosa². De expressão largamente utilizada no início dos anos 1990, a noção de “sociedade civil global” – em que “global” pode ser substituído, às vezes, por “internacional”, “transnacional”, “mundial”, “planetário”, “universal”, entre outros adjetivos – passou por um processo de “refinamento”: diversos autores buscaram construir um conceito de “*sociedade civil global*” mais “rigoroso”, que pudesse ser aceito pela comunidade científica, e, nessa tarefa, alguns afirmaram que sua origem “prática” remontaria à década de 1960 (aos novos movimentos sociais que transcendiam fronteiras “nacionais”); ou ainda antes, aos séculos XVIII ou XIX, seja à menção de Immanuel Kant, em 1795, a respeito de uma “sociedade civil universal” – uma versão liberal cosmopolita; ou aos movimentos operários “internacionalistas” – “*Trabalhadores do mundo, uni-vos!*”, 1848 – uma versão ligada ao marxismo.

¹ A análise dos usos e reinterpretações do conceito de “sociedade civil”, bem como de sua transposição para entender as relações internacionais, foi realizada por diversos autores, tais como: COHEN, Jean I; ARATO, Andrew. 1992. *Civil Society and Political Theory*. Cambridge: MIT Press; EHRENBERG, John. 1999. *Civil Society: the critical history of an idea*. New York: New York University Press; CHANDHOKE, Neera. 1995. *State and Civil Society Explorations in Political Theory*, New Delhi: Sage e _____. 2003. *The conceits of civil society*. Oxford: Oxford university press; SELIGMAN, Adam B. 1992. *The Idea of Civil Society*. Princeton: Princeton University Press. ROSENBERG, Justin. 1994. *The Empire of Civil Society*. London, Verso. BOBBIO, Norberto. 1987. *Estado, governo, sociedade: para uma teoria geral da política*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. AVRITZER, Leonardo. 1994. *Sociedade Civil e Democratização*. Belo Horizonte: Del Rey; COSTA, Sergio. 1997. “Categoria analítica ou *passé-partout* político-normativo: notas bibliográficas sobre o conceito de sociedade civil.” *BIB*, Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais, no. 43, 1o. Semestre. _____. 2003. “Democracia cosmopolita: déficits conceituais e equívocos políticos”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 53, p. 19-32 e _____. 2006. *Dois Atlânticos: teoria social, anti-racismo, cosmopolitismo*. Belo Horizonte: Ed. da UFMG.

² Os “usos” do termo global – e seus derivados, tais como globalização, globalidade, globalismo, entre outros – foram discutidos com a devida propriedade por diversos autores: Jan Aart Scholte (2005. *Globalization: a critical introduction*. New York: Palgrave Macmillan); Sabine Selchow explica que o termo “global” visa amplificar o significado de outros conceitos como o de sociedade civil (2007. “The ‘Global Dimension’ of contemporary politics: an argument for taking ‘Global’ seriously”. *Internet: IBEI Working Papers, Barcelona*, julho de 2007; e 2007/8. “Language and ‘global’ politics: denaturalising the ‘global’”. In: ALBROW, Martin. *et al. Global Civil Society 2007/8*. London: SAGE, p. 224-41). As “teorias” sobre a globalização e seus impactos podem ser apreciadas na introdução organizada por David Held e Anthony McGrew (2000. *The Global Transformations Reader. An introduction to the Globalization Debate*. Cambridge: Polity Press). Para uma apreciação crítica destas teorias, ver Justin Rosenberg (2002. *The Follies of Globalisation Theory: Polemical Essays*. London, Verso) que critica as visões de Jan Aart Scholte, Rob Walker e Anthony Giddens sobre o processo de globalização. José Maria Gómez analisa criticamente os impactos da globalização para a ação política cidadã além-fronteiras (*Política e democracia em tempos de globalização*. Rio de Janeiro: Vozes e LPP; Buenos Aires: CLACSO). O geógrafo brasileiro Rogério Haesbaert analisa criticamente a ideia de globalização como “desterritorialização”, desconstruindo o “mito da desterritorialização” ao propor a noção de “multiterritorialidades” (vide: HAESBAERT, Rogério. 2010. *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade* (5a ed.). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; e _____. *Territórios Alternativos* (2ª edição). São Paulo: Contexto, 2006, entre outros).

A partir dos anos 1990, a expressão *sociedade civil global* passa a ser encontrada em subtítulos ou nas considerações finais de uma série de livros, teses e pesquisas a respeito da participação de ONGs em organizações internacionais. A presença de milhares de ONGs nas conferências sociais globais realizadas pela ONU levou alguns pesquisadores a afirmar, por exemplo, que estava sendo constituído um *espaço público transnacional*³; que as ONGs constituíam os *elos de uma cidadania planetária*⁴ ou os “*argonautas da cidadania*”⁵. Em inglês, a expressão “*global civil society*” figura numa quantidade considerável de artigos científicos e também se torna tema de uma série de livros que analisam o ativismo transnacional sendo as ONGs uma referência constante, seja como principais atores ou como principais “alvos” de críticas⁶. Poderíamos multiplicar os exemplos, contudo, o importante aqui é destacar o entusiasmo com o qual ativistas políticos e pesquisadores, das ciências sociais e áreas afins, festejavam o surgimento de um “ator” ou “esfera” social “inter”, “trans” ou “supra” *nacional* ou mesmo mundial, planetária ou *global*, baseando-se, principalmente, na presença numerosa de ONGs nos encontros de organizações governamentais. O fato de que milhares de organizações que compartilham apenas, num primeiro momento, um único aspecto, o de “não” serem “governamentais” – o que quer dizer que não são “estatais”, não representam governos, não foram, em princípio, criadas por governos – tenham conquistado a oportunidade de participar de encontros “governamentais” – que foram realizados com o objetivo de criar normas e regras que visavam mudar ou “formatar” o comportamento de Estados – induziu vários ativistas e pesquisadores a pensar que no pós-Guerra Fria estavam vivendo uma situação em que o “poder” ou a possibilidade de “influenciar” quem detinha o “poder” tinha pluralizado-se a tal ponto que um “novo ator” ou, dependendo da perspectiva, um novo “espaço” de poder surgia e seria possível aos “cidadãos do mundo” discutir e definir os rumos do “nosso futuro comum”.

³ LEIS, Héctor Ricardo. 1995. “Globalização e democracia: Necessidade e oportunidade de um espaço público transnacional”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 28, São Paulo: ANPOCS, 1995.

⁴ FERNANDES, Rubem César. 1995. “Elos de uma Cidadania Planetária”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 28, São Paulo: ANPOCS, 1995.

⁵ VIEIRA, Lizt. 2001. *Os argonautas da cidadania: a sociedade civil na globalização*. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, ver também: VIEIRA, Lizt. 2005. *Cidadania e Globalização*. Rio de Janeiro: Record.

⁶ A partir de 2001, o grupo de estudos a respeito da “Governança Global”, da *London School of Economics and Political Science*, passa a publicar uma revista anual, o *Yearbook “Global Civil Society”* (2001, 2002, 2003, 2004/5, 2005/6, 2006/7, 2007/8, 2009 e 2010), admitindo que a produção de conhecimentos, bem como as divergências sobre o tema, são parte do projeto “constitutivo” da sociedade civil global (<http://www.lse.ac.uk/Depts/global/research/gcspub.htm>): “As we see it, the Yearbook is itself a part of global civil society: a terrain for developing ideas, investigating issues, and gathering information that does not readily fit existing categories and cannot be found in conventional sources. We invite your reactions, comments, and feedback” (ANHEIER, Helmut.; GLASIUS, Marlies. & KALDOR, Mary. 2001. “Introducing global civil society”. In: _____. (eds.). *Global civil society 2001*. Oxford: Oxford University Press, p. 3).

Passado o entusiasmo inicial, entretanto, vários pesquisadores iniciaram um consistente esforço teórico e crítico para sofisticar a noção de *sociedade civil global* de modo a construir um conceito que fosse minimamente aceito pela comunidade científica. Dentre os vários métodos possíveis para realizar essa tarefa, podemos destacar ao menos dois: (1) desmembrar a expressão “sociedade civil global” em três partes e analisar cada conceito separadamente: “sociedade”, “civil” e “global” – com o objetivo de definir e analisar cada um dos conceitos para discutir se, e em que medida, seriam apropriados para identificar tanto a ideia como a realidade que a expressão “substitui” (ou “representa”)⁷; (2) separar o conceito de “sociedade civil” do adjetivo “global” e, a partir daí, analisar quais conceitos de “sociedade civil” estavam sendo mobilizados para compreender a “nova” realidade inter, trans ou supra “nacional”, combinada com uma análise do fenômeno da *globalização*⁸. Adotamos uma terceira forma de trabalhar o tema: realizamos uma consistente e minuciosa investigação da “evidência” empírica principal da *sociedade civil global* – a participação de ONGs nas organizações internacionais – para analisar em que medida tal evidência pode sustentar o caráter “global” da “sociedade civil”. Partimos do *pressuposto* de que todas as organizações aceitas como “ONGs” pela ONU e pela OMC são “parte” de algum tipo de “sociedade civil”, na medida em que existem “versões” desse conceito capazes de “incluir” entre seus atores os mais variados tipos de associações – tenham estas interesses “sociais”, “políticos” ou “econômicos” – sendo, por isso, inadequado “selecionar” quem pode ou não fazer parte da “sociedade civil”. Assim, a ênfase da pesquisa foi colocada na investigação da “concentração geográfica” da *sociedade civil global*.

⁷ Foi o que fizeram FRIEDMAN, HOCHSTETLER e CLARK (1998, 2001, 2005): analisando a atuação de ONGs nas conferências da ONU, elaboram um esquema para avaliar em que medida essa participação pode ser caracterizada como “global” (aumento no número de ONGs participantes e representação geográfica balanceada); “civil” (criação de novas regras facilitando o acesso de ONGs e sua participação; diversificação no repertório – criação de novas formas de participação; aumento da interação entre ONGs e entre essas organizações e os governos); e “sociedade” (desenvolvimento de entendimentos comuns - “frames” – em relação ao comportamento e conteúdo, tanto entre ONGs como entre ONGs e governos). Ver principalmente: FRIEDMAN, Elisabeth Jay; HOCHSTETLER, Kathryn; CLARK, Ann Marie. 2005. *Sovereignty, Democracy, and Global Civil Society: state-society relation at UN world conferences*. New York: State University of New York Press. Outros trabalhos das mesmas autoras: CLARK, Ann Marie; FRIEDMAN, Elisabeth Jay; HOCHSTETLER, Kathryn. 1998. “The sovereign limits of Global Civil Society: a comparison of NGO participation in UN World conferences on the Environment, Human Rights and Women”. *World Politics*, 51.1, (1998) e FRIEDMAN, Elisabeth Jay; HOCHSTETLER, Kathryn; CLARK, Ann Marie. 2001. “Sovereign limits and regional opportunities for Global Civil Society in Latin America”. *Latin American Research Review*, v. 36, n. 3, 2001.

⁸ A maioria dos estudos sobre a *sociedade civil global* analisa a trajetória teórica e histórica do conceito de “sociedade civil” e passa a discutir sua “globalização” como ideia ou a “globalização” da realidade a que se refere: a atuação, para além das fronteiras dos Estados nacionais, de atores que podem ser identificados como parte da “sociedade civil”; portanto, analisam em que medida a “sociedade civil” como conceito e como realidade “globalizou-se”. Alguns exemplos são: KEANE, John. 2003. *Global Civil Society?* Cambridge University Press. KALDOR, Mary. 2003. *Global Civil Society: an answer to war*. Polity Press. Além desses, podemos incluir a série de *YearBooks* publicados pela *London School of Economics and Political Science* desde 2001 (vide nota 6), além de artigos científicos com o título “*Global civil society*” ou traduções para outros idiomas, nos quais o modo de proceder é analisar o conceito de sociedade civil e sua globalização. Uma perspectiva crítica é a de COLÁS, Alejandro. 2002. *International Civil Society*. Cambridge: Polity Press.

A importância de investigar a *concentração geográfica* da sociedade civil *global* está na contradição que encerra: como algo pode ser *geograficamente concentrado* e, ao mesmo tempo, *global*? Afirmar que a “sociedade civil global” está “concentrada” em algumas regiões do “globo” são constantes na literatura especializada a respeito, e, a referência “empírica” que costuma dar sustentação a esse argumento baseia-se no fato de que os principais “atores” a compor a “sociedade civil global” – as *organizações não governamentais* ou ONGs – são mais comuns e numerosos em alguns países e praticamente inexistentes em outros. Portanto, analisar a *concentração geográfica* da sociedade civil *global* com ênfase na atuação das ONGs, significa explorar uma das características ou evidências empíricas do fenômeno nomeado de “sociedade civil global”: o fato de que seus “componentes” principais estão “geograficamente” concentrados em algumas regiões ou países do globo⁹. Diante da impossibilidade prática de considerar “todos” os atores recobertos pela expressão “sociedade civil global”, optou-se por um recorte: as ONGs que participaram de seis conferências sociais globais realizadas pela Organização das Nações Unidas (ONU) entre 1992 e 1996 – período em que o “fenômeno” do possível surgimento de uma “sociedade civil global” ganhou “plausibilidade empírica” devido à visibilidade do crescente número de atores “não governamentais” envolvidos – e, também, daquelas que participaram das seis primeiras conferências ministeriais da Organização Mundial do Comércio (OMC), realizadas entre 1996 e 2005 – momento em que o fenômeno “sociedade civil global” passa a ser criticado como inexistente ou indesejável e que a ênfase recai sobre forças “contra hegemônicas”, como as vistas nos protestos de Seattle (1999) e as reunidas no Primeiro Fórum Social Mundial em Porto Alegre (2001).

⁹ Evidências que apóiam o argumento de que, em geral, as organizações não governamentais mantêm suas sedes ou escritórios administrativos, sobretudo em alguns países da Europa aparecem em várias fontes (ANHEIER, Helmut; GLASIUS, Marlies. & KALDOR, Mary. 2001. *Global civil society 2001*. Oxford: Oxford University Press; BOLI, John & THOMAS, George M. 1997. “World Culture in the World Polity: a century of International Non-Governmental Organization”. *American Sociological Review*, vol. 62, april, pp.171-190; SALAMON, Lester M, et all. *Global Civil Society - Dimensions of the nonprofit sector*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press. SALAMON, Lester M. et all. 2004. *Global Civil Society - Dimensions of the nonprofit sector 2*. Bloomfield: Kumarian. ANHEIER, Helmut; KATZ, Hagai. 2003. “Mapping Global Civil Society”. In: KALDOR, Mary; ANHEIER, Helmut; GLAUSIUS, Marlies (eds.). 2003. *Global Civil Society 2003*. London: Sage). Entretanto, também é possível notar certa dispersão desse tipo de organização pelo planeta, o que sugere que a concentração tenderia a diminuir: em 1906, 98,8% das ONGs tinham sede na Europa; em 1938, eram 94,9%; em 1950, 84,6%; em 1960, 83%; sendo relevante notar que, a partir da década de 1950, 10% das sedes localizavam-se nos Estados Unidos (KALDOR, Mary; ANHEIER, Helmut; GLASIUS, Marlies. 2003. “Global Civil Society in an Era of Regressive Globalization”. In: *Global Civil Society 2003*. London: Sage). Quanto às ONGs que participam ou são parceiras da ONU, podemos dizer que, das 197 ONGs que participaram da fundação da ONU, em 1945, 160 tinham sede nos Estados Unidos (TAVARES, Ricardo Neiva. 1999. *As organizações não-governamentais nas Nações Unidas*. Brasília: Instituto Rio Branco; Fundação Alexandre Gusmão; Centro de Estudos Estratégicos) e quanto aos dados das conferências sociais, a concentração geográfica é marcante, mas menos óbvia do que parece (consultar: SILVA, Vania Sandeleia Vaz da. 2006. *A sociedade civil nas relações internacionais: participação de ONGs em três conferências das Nações Unidas da década de 1990 - UNCED (Brasil/1992); ICPD (Egito/1994) e WSSD (Dinamarca/1995)*. São Paulo, USP, 2006, dissertação de mestrado).

Entre 1992 e 2005, representantes de **11.921** organizações não governamentais (ONGs) participaram de seis dentre as conferências sociais globais realizadas pela Organização das Nações Unidas (ONU) e das seis conferências ministeriais da Organização Mundial do Comércio (OMC). Tendo em vista que, tradicionalmente, apenas os representantes dos Estados-membros dessas organizações seriam admitidos, a crescente presença de atores “não governamentais” nesses eventos foi considerada uma das evidências do surgimento de uma *sociedade civil global*. Embora se fale na presença da “sociedade civil” nas conferências, é preciso lembrar que apenas ONGs poderiam solicitar credenciamento e que a definição da ONU (bem como da OMC) para “organização não governamental” é tão ampla que qualquer organização “não estabelecida por acordo governamental”¹⁰ poderia ser admitida. É preciso diferenciar entre credenciamento, presença e participação: os dados disponíveis e que foram analisados referem-se ao “credenciamento” das ONGs, pré-requisito para a presença nos eventos e para a participação (intervenção) e possível influência no resultado das conferências. Porém, nem todas as ONGs que solicitaram seu credenciamento foram aceitas e não é possível afirmar que todas as que conseguiram se credenciar estiveram, de fato, presentes nos eventos. Portanto, a análise da distribuição geográfica das sedes das ONGs se refere às ONGs que solicitaram credenciamento e foram aceitas como observadoras nas conferências: é com esses dados que discutiremos se a presença de ONGs foi “global”, ou seja, nosso problema de pesquisa consiste em explicar se, e em que medida, a participação de ONGs nas conferências da ONU e da OMC pode ser considerada “evidência empírica” do surgimento de uma sociedade civil “global”.

¹⁰ Não definir, conceitualmente, o que seria uma ONG é proposital: de fato, para a ONU e para a OMC qualquer organização que se candidatasse como “observadora” de uma das conferências e cumprisse os requisitos mínimos para o credenciamento (possuir sede administrativa, pessoal, estatuto, estar “interessada” nos temas da ONU, da OMC ou das conferências, etc.) era considerada “apta” a observar a conferência (ou até mesmo intervir oralmente, no caso da ONU) e, nesse sentido, passava a ser considerada uma “organização não governamental”. Várias associações “se descobriram” ou “se tornaram” ONGs depois de participar de alguma conferência ou quando desejaram pleitear financiamento de alguma agência internacional vinculada (ou não) à ONU ou mesmo de outras “ONGs”. Existem “ONGs” que já surgem como tal, mas, sobretudo no caso da ONU, a maioria se transformou em ONG (antes eram associações, grupos, clubes e até mesmo partidos, sindicatos, fundações, universidades, entre outras). Trata-se, portanto, não de um “descuido” teórico, mas de uma opção. No caso da ONU, já realizamos um estudo detalhado a respeito das regras para credenciamento nas conferências – SILVA, Vania Sandeleia Vaz da. 2006. *A sociedade civil nas relações internacionais: participação de ONGs em três conferências das Nações Unidas da década de 1990 - UNCED (Brasil/1992); ICPD (Egito/1994) e WSSD (Dinamarca/1995)*. São Paulo, USP, 2006 (dissertação de mestrado). No caso da OMC, os detalhes a respeito das regras para participação de ONGs no seu trabalho, inclusive nas Conferências Ministeriais, são analisados por: SANCHEZ BADIN, M. R. 2002. Atores não-estatais e sua relação com a Organização Mundial do Comércio. In: Alberto do Amaral Junior. (Org.). *Direito do Comércio Internacional*. 1 ed. São Paulo: Editora Juarez de Oliveira, 2002, v. 1, p. 151-170. _____. 2004. *Demandas por um novo arcabouço sociojurídico na organização mundial do comércio e o caso do Brasil*. São Paulo, 2004 (tese de doutorado). _____. 2006. Breves considerações sobre os mecanismos de participação para ONGs na OMC. *Sur. Revista Internacional de Direitos Humanos*, São Paulo, v. 4, n. 3, p. 103-125, 2006. _____. 2007. Mudanças nos paradigmas de participação direta de atores não-estatais na OMC e sua influência na formulação da política comercial pelo Estado e sociedade brasileiros. *Revista Direito GV*, v. 3, p. 77-110.

A ênfase na investigação do caráter “global” da sociedade civil *global* e não, como é mais comum, na discussão a respeito dos atores que a compõem poderem ou não ser incluídos no conceito de *sociedade civil* – caso em que a principal crítica repousa na identificação entre “ONGs” e “sociedade civil” – possui, pelo menos, três justificativas. A primeira é que, rigorosamente, as organizações que participaram das conferências não são, exatamente, ou não são apenas “ONGs”: foram assim “rotuladas” pela ONU e pela OMC, mas constituem atores profundamente heterogêneos dentre os quais encontramos, além de “ONGs” conhecidas (*Greenpeace, Oxfam, Care*), uma série de outros atores tais como partidos políticos, universidades, associações de moradores, sindicatos, câmaras de comércio, entre outros¹¹. Portanto, a principal conclusão a que chegamos ao analisar a lista de “ONGs” participantes é que tais organizações não se enquadram adequadamente nem no conceito de “sociedade civil”, se optamos por apenas uma das suas versões; nem em qualquer definição de “ONG”, caso em que teríamos de excluir as organizações que contam com apoio, participação ou financiamento “governamental” ou de empresas, ou que possuam interesses “políticos” ou “econômicos” (quase todas). Desse modo, uma discussão do tipo “será que as ONGs participantes são *parte* da sociedade civil?” seria profundamente infrutífera.

¹¹ Como explica Peter Willetts o termo “organização não governamental” costuma ser usado na “diplomacia mundial” preferencialmente sobre outros – como *grupo de interesse, grupo de pressão, organização voluntária privada, novos movimentos sociais*, ou mesmo o “*major groups*” – sobretudo porque é o termo que as Organizações Internacionais ou Intergovernamentais utilizavam – predominantemente na década de 1990 – para os mais diversos tipos de organizações que podem ser pequenas, grupos especializados e baseados num único país; ou muito grandes, porque recrutam indivíduos de vários países como membros; ou grandes organizações com vários “temas” ou áreas de interesse e uma cobertura “global” (e métodos de organização centralizados e hierárquicos ou descentralizados e democráticos); ou podem ainda constituir-se em “redes” ou “*umbrella groups*” que mobilizam ou realizam coalizões ou campanhas em torno de um problema ou tema específico (1996. *The conscience of the World: the influence of non-governmental organizations in the UN System*, Brookings Institute, p. 3). Entretanto, existiriam, de acordo com o autor, ao menos, quatro restrições para se considerar que uma determinada organização poderia ser identificada e aceita como uma “ONG” legítima: (1) Não pode ser uma “organização comercial”; (2) Não pode estar abertamente engajada em ações violentas (ou defender a violência como tática política); (3) Não pode ser um grupo que pretenda substituir os governos (partidos políticos ou coalizões); (4) Deve ser um grupo que apoia os objetivos e atividades da organização governamental (na qual pretende participar). Entretanto, ele mesmo explica que, no caso da primeira restrição, diversas federações comerciais regionais e globais foram aceitas pela ONU (a despeito dos seus “interesses comerciais”); no caso da segunda restrição, grupos guerrilheiros (reconhecidos como de “liberação nacional” contra, por exemplo, os governos da África do Sul – durante o regime do *Apartheid* – e do governo de Israel – como os grupos palestinos) são aceitos como observadores na Assembleia Nacional da ONU e foram convidados para as conferências; no caso da terceira restrição, diversos grupos ligados a partidos políticos são reconhecidos e aceitos; e, no caso da quarta restrição, diversas mudanças a respeito do que seria considerado “contrário aos interesses da organização” fizeram com que poucas solicitações fossem rejeitadas com base na “hostilidade” com relação aos “objetivos” da organização (p. 4). Desse modo, a definição que Peter Willetts oferece do que seria uma “ONG” é ampla o suficiente para “cobrir” todas as associações aceitas pela ONU, mas não acrescenta nenhum rigor teórico ou conceitual: “Transnational relations covers all activity by groups – including companies, guerrillas and political parties – who are seeking to communicate with other groups or governments in a foreign country. An NGO is any non-profit-making, non-violent, organized group of people who are not seeking government office. An international NGO has a less restrictive definition. It can be any non-violent, organized group of individuals or organizations from more than one country. The members of an international NGO will usually be NGOs from different countries, but they can also have any mixture of individuals, companies, political parties, NGOs or other international NGOs as members. While it would be convenient if ‘NGOs’ were used to cover groups based in a single-country and ‘international NGO’ to cover groups based in more than one country, the term NGO is also widely used to refer to international NGOs” (p. 5).

A segunda justificativa é mais “sociológica”: na medida em que tomamos como objeto organizações oriundas, possivelmente, de qualquer ou de todos os países do “globo”, precisamos considerar que não existem critérios universalmente válidos para definir quais tipos de *atores* poderiam compor algo como uma “sociedade civil” (ou quais tipos de *relações* seriam consideradas próprias à “sociedade civil”) em cada país¹². Se for verdade que a *sociedade civil global* não é constituída pela *soma* das diversas *sociedade civis* nacionais, o fato de que se utilize o adjetivo *global* junto ao conceito de *sociedade civil* sugere, ao menos, que existe uma referência ao *globo*, que pode ser interpretada, num primeiro momento, como indicativo de que *todos* ou a *maioria* dos países *deveriam* possuir algum tipo de *ator* ligado a sua sociedade civil *participando* das discussões e decisões *globais*, mas teríamos que questionar se *todos* os países possuem, de algum modo, em algum grau, uma *sociedade civil* cujos componentes poderiam *participar* das organizações internacionais¹³. Portanto, saber “*de onde*” são as ONGs que, de fato, contribuíram para conferir alguma “plausibilidade empírica” ao conceito de sociedade civil global parece ser (uma exigência *anterior*) mais importante do que decidir se tais associações são ou não parte da “sociedade civil”.

¹² Pois, como explica, dentre outros, Bernardo SORJ, “as raízes históricas da formação do Estado e das tradições políticas nacionais e os modos como o conflito social é organizado” são “os elementos que definem o lugar específico e o significado da sociedade civil em contextos nacionais diferentes” e, desse modo, “transferir a aura das teorias antigas para os fenômenos atuais não resolve o problema do significado contemporâneo das sociedades civis” e, nesse sentido, “um conceito de sociedade civil separado dos diferentes contextos sociais e históricos precisa ser minimalista” sendo que “só depois de um esforço sistemático de identificar os significados diferentes da sociedade civil em sociedades contemporâneas poder-se-á eventualmente desenvolver tipologias de sociedades civis relacionadas aos seus diferentes contextos sociais e políticos e tentar encontrar os traços comuns entre elas” (2005. “Sociedades Civis e Relações Norte/Sul: ONGs e Dependência”. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, *Working Paper 1*).

¹³ Ou seja, será que todos os países possuem organizações que poderiam ser consideradas “*civis*” – quando isso indica algum grau de independência em relação ao Estado; ou exigir, para sua existência, a garantia de direitos “*civis*” do tipo comum em países “ocidentais”; ou se tiver como um dos requisitos ser “civilizada” no sentido de “pacífica”? Por exemplo, Sérgio Costa (1997. “Categoria analítica ou *passe-partout* político-normativo: notas bibliográficas sobre o conceito de sociedade civil.” *BIB*, Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais, no. 43, 1o. Semestre) lembra que o termo “civil” possui vários significados em contextos diferentes, e, no caso da “difusão do conceito no Brasil” foi influenciada pela coincidência das lutas contra o regime militar de modo que “a utilização da expressão civil nesse caso remete-nos ao sentido coloquial do termo – como não militar – estabelecendo uma linha divisória entre a sociedade (civil) e o Estado (militar)” (p. 12). Mary Kaldor (2003. *Global Civil Society: an answer to war*. Polity Press) lembra que existe uma ligação entre a idéia de sociedade civil e a idéia de “civilidade”, que remete ao processo histórico de eliminação da violência nas relações sociais: “The term was linked to the concept of ‘civility’. It meant respect for individual autonomy, based on security and trust among people who had perhaps never met. It requires regularity of behavior, rules of conduct, respect of law, and control of violence. Hence, a civil society was synonymous with polite society, a society in which strangers act in a civilized way towards each other, treating each other with mutual respect, tolerance and confidence, a society in which rational debate and discussion become possible. Norbert Elias referred to the ‘civilizing process’ to describe the historical process whereby violence was removed from everyday life” (p. 17). Trata-se do processo de especialização de funções e da individualização da vida social, pelo qual, como explica Cícero Araújo (2006) ocorreu “o controle da violência no seu sentido mais elementar, a violência física” cujo controle externo resultou da “monopolização da violência pela autoridade política” além do *autocontrole* da conduta (como analisa Norbert Elias nos dois volumes de *O processo civilizador* – 1993. Rio de Janeiro: Zahar). Ou seja, um dos importantes significados do termo “sociedade civil”, principalmente quando consideramos separadamente o termo “civil” e seus possíveis significados, refere-se a sua ligação com valores e relações ou interações sociais que não são – necessariamente – comuns a todos os países (ou Estados realmente existentes), mas que dizem respeito mais propriamente a desenvolvimentos históricos localizados.

A terceira justificativa, e mais importante, para analisar detidamente o caráter “global” da sociedade civil global é que, embora muitos acusem a “sociedade civil global” de *não ser*, em hipótese alguma, “global”, mas, pelo contrário, extremamente concentrada em algumas partes do globo, não existe uma comprovação “empírica” consistente dessa “concentração geográfica”. Afirma-se que algumas partes do planeta são mais “globais” do que outras, já que possuem maior fluxo de comunicação, relações comerciais, entre outros aspectos¹⁴ e argumenta-se, diante disso, que é possível notar um claro desnível “Norte-Sul” na composição da sociedade civil global, com predomínio “numérico” e também “político” de ONGs com sede em países do Norte quando se considera a participação em organizações internacionais¹⁵. Outro argumento, correlato, é que a sociedade civil global *espelha* as atuais “constelações de poder” concentrando-se, portanto, no eixo América Anglo-Saxônica (sobretudo Estados Unidos) – Europa ocidental¹⁶. Entretanto, não existe nenhuma “comprovação” de que, de fato, as ONGs que buscam influenciar as “agendas” internacionais (ou “globais”) estejam, realmente, concentradas em alguns países (e também não é possível dizer que tal concentração seja apenas um “espelho” da concentração das sedes desse tipo de ONG nos Estados Unidos e alguns países europeus)¹⁷. Ou seja: a *concentração geográfica* da sociedade civil global, ao contrário de ser um “dado” evidente, é algo que precisa ser comprovado; apenas depois é que as possíveis consequências teóricas – da utilização do conceito de *global* ao lado do conceito de *sociedade civil* – poderão ser apropriadamente discutidas e que a coerência teórica e plausibilidade empírica da expressão podem ser avaliadas.

¹⁴ Tal como podemos ler aqui: “[...]They say that ‘global civil society’ sounds too grandiose; in the sense of something that really brings together people from every part of the globe, it just isn’t there, and it is not inevitably going to be there either. In the empirical sense, they have a point. *Some parts of the world are much more linked up than others*. There are few links with Equatorial Guinea or Mongolia” (ANHEIER, Helmut.; GLASIUS, Marlies. & KALDOR, Mary. 2001. “Introducing global civil society”. In: _____. (eds.). *Global civil society 2001*. Oxford: Oxford University Press, p. 16)

¹⁵ Por exemplo, Sérgio Costa: “[...] com efeito, a nova agenda social global decorre, fundamentalmente, das experiências de umas poucas sociedades civis nacionais que dominam o mundo global das ONGs. Assim, o risco sério que corre o programa de uma democracia cosmopolita que tenha sustentação na sociedade civil global é o de buscar difundir, mundialmente, as experiências, as formas de percepção e os valores de uma meia dúzia de sociedades civis específicas” (COSTA, Sérgio. Democracia Cosmopolita: déficits conceituais e equívocos políticos. *RBCS Vol. 18 nº. 53 outubro/2003*, p. 24).

¹⁶ Um exemplo desse argumento é desenvolvido por Neera Chandhoke: “[...] Global civil society may well reflect the power constellations of existing institutions. [...] Just one point here: I take it as given that both the international political and the international economic order are dominated by the countries of Western Europe and by the United States. Is it possible that actors from the same parts of the world dominate global civil society?” (CHANDHOKE, Neera. “The Limits of Global Civil Society”. In: GLASIUS, Marlies; KALDOR, Mary; ANHEIER, Helmut (eds). *Global Civil Society 2002*. London, Sage).

¹⁷ No caso da ONU, já iniciamos essa investigação durante a pesquisa de mestrado e notamos que tal concentração apresenta alguns paradoxos que precisam ser analisados, tal como a presença da Índia entre os países com maior número de ONGs participantes (SILVA, Vania Sandeleia Vaz da. 2006. *A sociedade civil nas relações internacionais : participação de ONGs em três conferências das Nações Unidas da década de 1990 - UNCED (Brasil/1992); ICPD (Egito/1994) e WSSD (Dinamarca/1995)*. São Paulo, USP, 2006, dissertação de mestrado).

Um exame da literatura sobre a “sociedade civil global” – sobretudo a respeito do papel que as “ONGs” desempenham em cada formulação e também a respeito do que confere um caráter “global” à sociedade civil – possibilita notar a relevância do problema em análise: a despeito das diferenças de perspectivas existentes nas diversas, inumeráveis, múltiplas e contraditórias abordagens a respeito do tema em estudo, é possível perceber que o componente “ONG” é fundamental na defesa de que existe uma *sociedade civil global* – ou de que tal “ator”, “esfera” ou “setor” está em processo de constituição¹⁸. É a inclusão desse tipo de “organização” como um dos “componentes” da *sociedade civil* – a depender do modo como é definida – que facilita a defesa do seu caráter *global* – sobretudo porque muitas ONGs conhecidas possuem atuação além das fronteiras dos Estados nos quais possuem suas sedes administrativas¹⁹. É porque as ONGs possuem uma reconhecida atuação *transnacional* – ou *internacional* – e porque muitas se *autoproclamam* representantes da *sociedade civil* que sua inclusão nos eventos das organizações intergovernamentais foi apontada como fenômeno capaz de conferir *plausibilidade empírica* à ideia de *sociedade civil global*²⁰.

¹⁸ Por exemplo, a “parte IV” do livro do brasileiro Lizt Vieira (2001. *Os argonautas da cidadania: a sociedade civil na globalização*. Rio de Janeiro/São Paulo: Record) intitula-se “ascensão da sociedade civil global” é precedida da análise da relação entre a ONU e a “sociedade civil” (apresenta um estudo das relações entre as ONGs e a ONU e da reforma dessa organização visando formalizar e ampliar a presença e participação de ONGs nos seus organismos) e trata, basicamente, da participação de ONGs na Comissão de Desenvolvimento Sustentável (CDS), no Conselho de Segurança, no Banco Mundial e no Acordo Multilateral de Investimentos (AMI), finalizando com uma análise da “expansão das ONGs no Cenário Internacional”, concluindo essa parte do trabalho com a afirmação de que “o surgimento de atores não-estatais no cenário internacional levou a uma redistribuição de papéis entre o Estado, o mercado e a sociedade civil” sendo que “a emergência da sociedade civil global aponta para a criação de novas instituições e entidades políticas que correspondem à amplitude transnacional dos desafios atuais, enquanto atendem às demandas dos cidadãos por governos democráticos responsáveis” (p. 216).

¹⁹ A maioria dos estudiosos faz a importante ressalva de que as ONGs não são os únicos atores a compor a *sociedade civil global* – como Elenaldo Teixeira, por exemplo, explica no seu livro (2002. *O local e o global: limites e desafios da participação cidadã*. São Paulo: Cortez; Recife: EQUIP; Salvador: UFBA) que a sociedade civil global “emerge” do processo de *globalização* – que “reforça identidades, internacional e extraterritorialmente e, de forma contraditória, também na esfera local” – mas “não como uma estrutura, mas como um conjunto de atores transnacionais (associações civis, organizações não-governamentais, movimentos sociais) que tentam monitorar questões que estão fora do controle de cada nação (sistema monetário internacional, meio ambiente, novas formas de comunicação) e que buscam redefinir o papel das agências internacionais e suas relações com as instituições nacionais, organizações da sociedade civil, de forma a adotar regras e princípios democráticos” (p. 55). Explica também que se trata de “um projeto, uma tentativa, mas com sinais de que se avança para a sua concretização” e passa a demonstrar como o projeto de uma *sociedade civil global* estava sendo construído por meio da análise “de ações coletivas em curso nas organizações intergovernamentais e do debate público que se começa a travar, nas conferências oficiais, nos fóruns alternativos e em outros espaços públicos autônomos e redes internacionais” (p. 56). Então, passa a analisar a atuação das ONGs no Banco Mundial, na ONU (e seus organismos e nas conferências internacionais da década de 1990), e também o caso de algumas ações “locais” que possuem, de acordo com o autor, uma dimensão “global” (p. 69).

²⁰ Embora as ONGs não sejam os únicos componentes da *sociedade civil global*, constituem os atores mais antigos a tratar dos temas considerados “globais”, sendo que as ONGs “internacionais” são as que mais agregam uma dimensão “global” ao conceito de “sociedade civil” porque constituem – como explicam Jonh Boli e George M. Thomas (1999. *Constructing World Culture: international nongovernmental organizations since 1875*. Stanford: Stanford University Press) – “transnational bodies exercising a special type of authority we call rational voluntarism” o que quer dizer que “they employ limited resources to make rules, set standards, propagate principles, and broadly represent ‘humanity’ vis-à-vis states and other actor” devido ao fato de que, segundo afirmam, “unlike states, INGOs lack the rational-legal authority to make or enforce law” e também “unlike global corporations, they have few economic resources” (p. 14).

Isso porque, como já mencionamos, a ideia de *sociedade civil global* inclui dois conceitos – “*sociedade civil*” e “*global*” – e, considerando que o “objeto empírico” em análise não possibilita discutir – adequadamente – o uso do conceito de *sociedade civil* – pois, pelo fato de incluir organizações de quase *todos* os países, exigiria uma análise detalhada dos sentidos possíveis para o conceito de “sociedade civil” em cada contexto específico, e, antes disso, exigiria saber, de saída, de *quais países* estamos tratando – resolvemos analisar se a utilização do segundo conceito – “global” – encontra uma justificativa “empírica”. Ora, de acordo com as acusações dos críticos ao conceito de *sociedade civil global* apenas *alguns* representantes de *algumas* ONGs localizadas ou *concentradas* em *alguns* poucos países é que, de fato, tem participado das discussões e decisões a respeito dos temas que, de algum modo, afetariam a muitos ou todos (os habitantes do planeta). Contudo, o que *legitima* a participação desses grupos é a defesa de que “todos os potencialmente atingidos” por alguma decisão deveriam participar do processo de discussão e decisão²¹. Considerando que a palavra *global* remete à ideia de que *todos* estariam *participando*, de algum modo, da política internacional, resta saber *de onde* são as pessoas que, de fato, estiveram presentes. Assim, resolvemos enfatizar a “localização” das ONGs participantes, analisando *a concentração geográfica da sociedade civil global* com base nos resultados da distribuição geográfica das ONGs credenciadas para cada um das doze conferências selecionadas para estudo (Tabela 01).

²¹ Ao relacionar a legitimação política democrática com a noção de *autonomia*, Leonardo Tricot Saldanha (2008. *Legitimação Política Democrática e Autonomia*. Porto Alegre: Uniritter) explica que aquilo que qualifica o exercício do poder como legítimo está relacionado, desde a modernidade, com a ideia de que “o homem é capaz de afirmar algo, com alguma certeza, a partir do uso crítico da racionalidade”, de modo que “filósofos políticos liberais contemporâneos” como John Rawls e Jurgen Habermas defendem “a autoridade da razão e do consentimento informado” no processo de legitimação (p. 18). Nesse sentido, “embora Kant não tenha desenvolvido a ideia de autonomia, de efetiva participação política e de direitos fundamentais” trata-se de um dos principais pensadores a fundar a “fé que possuímos na possibilidade da legitimidade política surgir da manifestação livre de cidadãos autônomos que tenham proteção de certos direitos fundamentais” (p. 35). É essa uma das principais *crenças* mobilizada pela ideia de *sociedade civil global* – a noção de que acreditamos que a legitimidade deriva do “consenso negociado de cidadãos livres e iguais”, ou seja, de que a legitimidade surgirá de um processo que assegure “a possibilidade de manifestação de cada membro ou de seu representante” já que “a participação de todos os potencialmente atingidos no processo de produção da norma jurídica, por meio da elaboração de discursos com pretensão normativa e que acabam por gerar o assentimento de todos, é a garantia de legitimidade da norma jurídica produzida” (p. 42). Assim, quando se fala em sociedade civil *global*, intuitivamente, supõe-se que, de algum modo, *todos* (os habitantes do planeta ou aqueles atingidos pela decisão que será tomada) estão potencialmente participando do processo de discussão e tomada de decisão a respeito dos “temas globais”. É claro que não seria possível que “todos” estivessem física e diretamente envolvidos nas discussões e decisões internacionais – mesmo no caso dos Estados nacionais que podem ser considerados “Estados Democráticos de Direito” temos de considerar que “não há, no mundo, Estado que possua um processo legislativo em que todas as pessoas possam participar opinando, contestando e aquiescendo” cada tema em pauta e isso não impossibilita dizer que as decisões tomadas são “legítimas” do ponto de vista democrático (p.44). No caso dos Estados Democráticos de Direito existem “mecanismos” pelos quais as pessoas “selecionam” seus representantes, e, a despeito de todos os limites e problemas que tais mecanismos apresentem em cada contexto específico, o governo é que representaria sua população nas relações internacionais: porém, nem todos os Estados são democráticos; e, no caso da participação de ONGs nas discussões e decisões internacionais, não existem tais mecanismos; a “representatividade” das ONGs é “autoproclamada”, pois tais organizações não dispõem de qualquer tipo de “mandato” (daí a importância de saber de “onde” são essas ONGs que tem conseguido *participar* baseando-se na possibilidade de representar a “humanidade”).

Tabela 01. Siglas, local de realização e nomes das doze conferências selecionadas para estudo:

Sigla/Ano Cidade-País Duração	Nome do Evento (em inglês) Tradução (português) Relatório Final
Conferências da Organização das Nações Unidas – ONU	
UNCED/1992 Rio de Janeiro-Brasil 3 a 14/06/1992	United Nations Conference on Environment and Development Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento a/conf.151/26/ver.1
WCHR/1993 Viena-Áustria 14 a 25/06/1993	World Conference on Human Rights Conferência Mundial sobre Direitos Humanos a/conf.157/24
ICPD/1994 Cairo-Egito 5 a 13/09/1994	International Conference on Population and Development Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento a/conf.171/13/rev.1
WSSD/1995 Copenhague-Dinamarca 6 a 12/03/1995	World Summit For Social Development Encontro Mundial para o Desenvolvimento Social a/conf.166/9
FWCW/1995 Beijing-China 4 a 15/09/1995	4 ^a World Conference on Women: Action for Equality, Development and Peace 4 ^a Conferência Mundial sobre a Mulher: ação pela igualdade, desenvolvimento e Paz a/conf.177/20/rev.1
UNCHS/1996 Istambul-Turquia 3 a 14/06/1996	United Nations Conference on Human Settlements Conferência das Nações Unidas sobre Assentamentos Humanos a/conf.165/14
Conferências da Organização Mundial do Comércio – OMC	
1 ^a CM-OMC/1996 Singapura-Singapura 9 a 13/12/1996	First WTO Ministerial Conference Primeira Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio http://www.wto.org/english/thewto_e/minist_e/min96_e/min96_e.htm
2 ^a CM-OMC/1998 Genebra-Suíça 18 a 20/05/1998	Second WTO Ministerial Conference Segunda Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio http://www.wto.org/english/thewto_e/minist_e/min98_e/min98_e.htm
3 ^a CM-OMC/1999 Seattle-Estados Unidos 30/11 a 03/12/1999	Third WTO Ministerial Conference Terceira Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio http://www.wto.org/english/thewto_e/minist_e/min99_e/min99_e.htm
4 ^a CM-OMC/2001 Doha-Catar 9 a 13/11/2001	Fourth WTO Ministerial Conference Quarta Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio http://www.wto.org/english/thewto_e/minist_e/min01_e/min01_e.htm
5 ^a CM-OMC/2003 Cancun-México 10 a 14/09/2003	Fifth WTO Ministerial Conference Quinta Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio http://www.wto.org/english/thewto_e/minist_e/min03_e/min03_e.htm
6 ^a CM-OMC/2005 Hong Kong-China 13 a 18/12/2005	Sixth WTO Ministerial Conference Sexta Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio http://www.wto.org/english/thewto_e/minist_e/min05_e/min05_e.htm

Fonte: Elaborada a partir dos documentos e páginas eletrônicas das duas organizações:
ONU (<http://www.un.org/>) e da OMC (<http://www.wto.org/>).

Com esse objetivo, no próximo item – *Como medir a “concentração geográfica” da sociedade civil global?* – explicamos que, para que fosse possível analisar a distribuição geográfica das ONGs participantes, criamos um “banco de dados” alimentado com informações a respeito de cada uma das **11.921** organizações não governamentais que participaram de alguma das doze conferências em estudo: o nome da organização; o país no qual mantém sua sede administrativa; as conferências de que participou; seu âmbito de atuação (nacional ou internacional); entre outras informações. Depois de consolidar os dados a respeito de cada um dos eventos, construímos mapas temáticos que permitem visualizar “onde” estão localizadas as ONGs que foram aceitas como observadoras (em qual país). Comparamos os resultados – verificando a evolução da participação de ONGs nas duas organizações (ONU e OMC) e comparamos os resultados entre si e com outros indicadores. Desse modo, foi possível medir o grau de concentração, bem como suas características principais (e os paradoxos que revela).

No primeiro capítulo – *Participação de ONGs nas conferências da ONU (1992-1996)* – realizamos uma análise a respeito da distribuição geográfica das sedes das ONGs credenciadas para as conferências da ONU, apresentando os dados referentes a cada um dos seis eventos em estudo e, depois, comparamos esses resultados entre si. Em cada caso, elaboramos mapas temáticos que permitem visualizar a distribuição das ONGs pelo “globo”, de modo que é possível perceber se, de fato, as ONGs participantes estão concentradas em alguns países ou distribuem-se igualmente pelo planeta. Dentre as ONGs que solicitaram credenciamento para as seis conferências da ONU selecionadas para estudo, **8.565** organizações não governamentais foram aceitas e puderam presenciar os eventos como “observadoras”.

No segundo capítulo – *Participação de ONGs nas conferências da OMC (1996-2006)* – analisamos a distribuição das sedes das ONGs credenciadas para as conferências da OMC, apresentando os dados referentes a cada um dos seis eventos em estudo e, depois, comparando esses resultados entre si. Nesse caso, de acordo com as listas oficiais de participantes, fornecidas pela OMC na sua página na Internet, **3.356** organizações não governamentais participaram como observadoras nos eventos. Como se pode notar, de saída, o número de ONGs aceitas pela OMC é bem menor se comparado com a quantidade de solicitações aceitas pela ONU, sobretudo porque se trata do mesmo número de eventos (seis de cada organização).

No terceiro capítulo – *Comparações entre a participação de ONGs na ONU na e OMC* – comparamos os resultados das duas organizações analisando semelhanças e diferenças. Analisamos os seguintes aspectos da participação das ONGs na ONU e na OMC: a *concentração geográfica* das suas sedes; a *efetividade* medida em termos da possibilidade de “intervir” oralmente nos eventos; a *continuidade* na participação quando consideramos o aspecto temporal – o período 1992 a 2005 – e também a regularidade na participação nas conferências da ONU e depois da OMC (será que as mesmas ONGs participaram das doze conferências em estudo?); além disso, localizamos as “ONGs mais participativas” para saber “de onde” eram as que compõem o grupo das mais atuantes considerando o conjunto dos eventos em análise.

No quarto capítulo – *Comparações entre a participação de ONGs e outros indicadores* – comparamos os resultados obtidos da soma dos doze eventos com outros indicadores: distribuição da população; do PIB (Produto Interno Bruto) *per capita*; Índice de Desenvolvimento Humano (IDH); e da liberdade política; com o objetivo de analisar se existe alguma correlação entre esses dados e que tipo de correlação existe. Será que a concentração geográfica das sedes das ONGs reproduz a concentração da *população* (estariam as ONGs concentradas onde se concentra a maioria das pessoas)? Ou espelha as relações *econômicas* (estarão concentradas nos países mais ricos)? Ou reflete o *desenvolvimento humano ou social* (estarão concentradas nos países de maior *IDH*)? Será que as ONGs estão concentradas nos países com mais “*liberdade*” política?

Por fim – nas *considerações finais* – apontamos as principais consequências teóricas das nossas descobertas, pois entendemos que definir o que seria a “sociedade civil global”, sua pertinência e importância, passa por identificar “de onde” são as ONGs que, de fato, constituem a evidência empírica principal a apoiar o caráter “global” da sociedade civil – pois se, de certo modo, *todos fazemos parte da sociedade civil global*, é fundamental saber *de onde* são as pessoas (e organizações) que têm se “autoproclamado” nossos *representantes* (pois atuam nos fóruns internacionais *em nome de todos*). Mais do que “resolver” a importante questão – *existirá, realmente, uma sociedade civil global?* – espero que o trabalho cumpra, satisfatoriamente, ao menos uma das funções da pesquisa empírica que é, como escreveu Charles Wright Mills, “solucionar desacordos e dúvidas sobre fatos, e assim tornar mais frutíferas as discussões, dando a todos os lados maior base substantiva” (Mills, 1969:237).

Como medir a “concentração geográfica” da sociedade civil global?

“Tratamos aqui de **Metodologia**, que significa, na origem do termo, estudo dos caminhos, dos instrumentos usados para se fazer ciência. [...] Reconhecendo o caráter problematizante da metodologia, decorre *ser mister* aceitar que tudo em ciência é discutível, sobretudo nas ciências sociais.”

Pedro Demo,
Metodologia científica em ciências sociais (2007)

Considerando que, dentre os componentes da *sociedade civil global*, as “ONGs” são os atores mais antigos, numerosos e de atuação internacional mais efetiva, entendemos que medir a concentração geográfica das sedes (escritórios administrativos) das ONGs é uma forma de “medir”, também, a concentração geográfica da sociedade civil global. Embora existam ONGs que atuam em outro país ou vários outros países (que não aquele no qual mantém seu escritório administrativo principal) compreendemos que manter sua “base” situada em determinado país – estar sujeita à jurisdição “nacional” daquele Estado – possui alguma influência no tipo de atuação desse tipo de organização social. Embora não seja possível “determinar” especificamente qual é a extensão ou profundidade da “influência” da “localização” da ONG na sua atuação, entendemos que saber “de onde” são as ONGs que, de fato, conseguem atuar internacionalmente (participar dos eventos promovidos por duas organizações internacionais importantes como a ONU e a OMC) é um modo iniciar a análise dessa influência. Com esse objetivo, realizamos a distribuição (geográfica) das ONGs de acordo com o país no qual seus dirigentes declararam manter a sede administrativa principal (*headquarter*).

Embora esta não seja a única forma de *medir* a concentração geográfica da sociedade civil global²², sobretudo porque está baseada num modo específico de entender a divisão política do globo – em Estados (nacionais, territoriais e soberanos) – adotamos essa metodologia porque consideramos que a *localização* física de uma organização, num determinado *país* terá uma influência na sua atuação, na medida em que se é verdade que não podemos ignorar que o desenvolvimento das tecnologias de comunicação e transporte possibilitou relativizar o fator *locacional*, também não se deve esquecer que ainda não eliminou completamente seu peso no resultado das ações sociais. Pretendemos responder uma pergunta simples e anterior às demais explicações²³: será que as ONGs que participam das organizações internacionais – principais componentes da sociedade civil global – estão, de fato, concentradas em países do *Norte*, sobretudo aqueles da América Anglo-Saxônica e da Europa?

²² Nos *YearBooks Global Civil Society* os problemas metodológicos para *medir* a sociedade civil global são enfrentados a cada edição com uma técnica diferente. Na primeira, Helmut Anheier analisou as dificuldades para “medir” a sociedade civil global tendo como base dados que se referem aos Estados-nações como unidade de análise (ANHEIER, Helmut; GLASIUS, Marlies; KALDOR, Mary. 2001. *Global Civil Society 2001*. Londres: Sage). Na segunda edição, Helmut Anheier e Sally Stares, elaboraram um índice para medir a sociedade civil global que procurava superar as dificuldades encontradas para utilizar os sistemas estatísticos tradicionais, baseados no “nacionalismo metodológico” (ANHEIER, Helmut; STARES, Sally. 2002. “Introducing the Global Civil Society Index”. In: GLASIUS, Marlies; KALDOR, Mary; ANHEIER, Helmut (eds). *Global Civil Society 2002*. London, Sage. 241-54). Na terceira edição, Helmut Anheier e Hagai Katz realizaram um mapeamento da sociedade civil global, com o auxílio das técnicas de georeferenciamento conhecidas como SIG – Sistema de Informação Geográfica e o resultado é próximo ao que obtivemos, exceto pelo fato de que eles utilizaram a “cidade” como unidade de localização enquanto utilizamos o “país” (ANHEIER, Helmut; KATZ, Hagai. 2003. “Mapping Global Civil Society”. In: KALDOR, Mary; ANHEIER, Helmut; GLASIUS, Marlies (eds.). 2003. *Global Civil Society 2003*. London: Sage) e na quarta edição, os mesmos autores discutiram a possibilidade de estudar a sociedade civil global através da abordagem de *redes* e continuaram utilizando mapas para possibilitar uma melhor visualização do fenômeno estudado (ANHEIER, Helmut; KATZ, Hagai. “Network Approaches to Global Civil Society”. In: ANHEIER, Helmut; GLASIUS, Marlies; Kaldor, Mary. 2004. *Global Civil Society 2004/5*. London: Sage, 2004, p. 206-221). Na edição de 2005/6, os mesmos autores, utilizaram métodos de comparação histórica para pesquisar a sociedade civil global (ANHEIER, Helmut; KATZ, Hagai. 2006. “Learning From History? Comparative Historical Methods and Researching Global Civil Society”. In: GLASIUS, Marlies; KALDOR, Mary. ANHEIER, Helmut. 2006. *Global Civil Society 2005/6*. London: Sage, p. 288-302) Na edição de 2006/7, Helmut Anheier, Hagai Katz e Marcus Lam analisaram e buscaram “remediar” os problemas que atrapalham o estudo de fenômenos transnacionais por meio de outras abordagens (KATZ, Hagai; ANHEIER, Helmut; LAM, Marcus. “Fuzzy Set Approaches to the Study of Global Civil Society”. In: KALDOR, Mary. ALBROW, Martin; ANHEIER, Helmut; GLASIUS, Marlies. 2007. *Global Civil Society 2006/7*. London: Sage, p. 186-199) e, na edição seguinte, os mesmos autores afirmam que a *globalização* criou novas instituições, organizações e redes que são transversais aos Estados nacionais e novas realidades que são *sui generis* e exigem novas metodologias, pois não são captadas apropriadamente pelos métodos já utilizados (ANHEIER, Helmut; KATZ, Hagai; LAM, Marcus. “Diffusion Models and Global Civil Society”. In: ALBROW, Martin; ANHEIER, Helmut; GLASIUS, Marlies; PRICE, Monroe E.; KALDOR, Mary. 2008. London: Sage, p. 245-257). Por fim, na edição seguinte, Helmut Anheier e Hagai Katz lembram que é difícil compreender a *globalização* baseando-se nas metodologias convencionais porque a *globalização* é mais do que a soma das sociedades nacionais; trata-se de um fenômeno que é qualitativa e quantitativamente diferenciado – e reavaliam as metodologias utilizadas nos volumes anteriores (ANHEIER, Helmut; KATZ, Hagai. 2009. “Introducing Futures Research: Forecasting and Scenarios”. In: KUMAR, Ashwani; SCHOLTE, Jan Aart; KALDOR, Mary; GLASIUS, Marlies; SECKINELGIN, Hakan; ANHEIER, Helmut. *Global Civil Society 2009*. London: Sage, p. 238-254).

²³ Algo comum na bibliografia especializada é responder a um questionamento feito com base na divisão do globo em Estados pelo ataque a esse modo de compreender o sistema internacional, por exemplo, contrapondo o *nacionalismo metodológico* à *teoria das redes*: assim, embora as ONGs estejam concentradas em alguns países, isso não é relevante porque estão *conectadas* a outras de outras localidades; podem atuar em outras localidades porque *virtualmente* podem estar presentes em outros países; ou porque podem se *deslocar* com facilidade até os locais nos quais decidem agir; ou porque possuem *parceiros* nos locais em que desejam trabalhar (Um exemplo seria: TAYLOR, Peter. 2004. “The new geography of Global Civil Society: NGOs in the world city network”. *Globalization*, December 2004, v. 1, n. 2, p.265-77).

Em primeiro lugar, consideramos o âmbito de atuação das ONGs credenciadas (para cada evento da ONU e da OMC) por entender que existe uma diferença (substancial) entre uma *organização* que atua localmente (ou mesmo no âmbito de um país – “nacional”) e outras que possuem atuação (ou membros) em mais de um país (definidas pela ONU como “internacionais”). Em todos os casos, separamos as ONGs “nacionais” das “internacionais” e depois consideramos o “total” (somando os dois tipos). Em seguida, separamos as ONGs, de acordo com sua localização, por hemisférios “Norte” e “Sul”, definidos por critérios sócio-econômicos²⁴. Assim, foi possível analisar um dos principais argumentos contrários ao caráter “global” da sociedade civil: aquele que afirma que existe um *desnível Norte-Sul* no universo dessas organizações, com predomínio *numérico* e também *político* de organizações situadas (ou originárias) de países do *Norte industrializado (desenvolvido)* sobre as organizações do *Sul subdesenvolvido (ou em desenvolvimento)*²⁵. Aqui, será possível analisar se existe, de fato, esse predomínio “numérico”, ou seja, se a maioria das ONGs que participam das organizações internacionais estão situadas em países do *Norte*²⁶.

²⁴ Ou seja, incluindo o Japão e Austrália no hemisfério “Norte”, ao lado dos países europeus, dos Estados Unidos e do Canadá. Adotamos a divisão por “hemisférios” definidos por critérios sócio-econômicos e não “físicos”: no caso da divisão que toma como base a linha do Equador, o hemisfério Norte – boreal ou setentrional – corresponderia à metade do globo terrestre localizado entre a linha do Equador (latitude 0°) e o Pólo Norte, de modo que seria composto por partes dos seguintes continentes: regiões central e norte da América e parte da sua região Sul; metade da África; Europa e Ásia, e ainda as porções norte dos oceanos Pacífico, Atlântico e Índico, mais a totalidade do oceano glacial ártico; nesse caso, compreenderia em torno de 69,7% das terras emersas e 90,9% da população mundial; porém, quando adotamos a divisão por hemisférios “Norte” e “Sul” definida por critérios sócio-econômicos, a linha divisória faz uma curva para incluir o Japão e a Austrália entre os países do “Norte” e deixar a África, a América Latina e a maioria da Ásia, incluídas no “Sul”, de modo que o Norte desenvolvido passa a contar com 23% da população mundial e com 40,5% das terras emersas da superfície mundial. Como explica VESENTINI (2005): “Esta forma de classificação toma como ponto de partida a *sociedade* [...] e não vê o espaço como algo sempre contínuo, mas admite descontinuidades, agrupa áreas ou países em função de traços econômicos-sociais semelhantes, independentemente do continente onde se localizam [...]. A humanidade (ou melhor, a sociedade humana) aqui é vista como agente principal, como sujeito que ocupa e transforma o seu meio natural” (cf. VESENTINI, J. William. 2005. *Sociedade e Espaço: Geografia Geral e do Brasil*. São Paulo: Ática, p.16).

²⁵ O tipo de pesquisa realizada (eminentemente quantitativa) não possibilita questionar se existe “predomínio político” das ONGs do Norte sobre as ONGs do Sul. A esse respeito, existem diversos estudos de caso que buscam analisar a relação entre ONGs do Sul (localizadas em países latino-americanos, africanos e asiáticos) e as ONGs do Norte (sobretudo européias e anglo-americanas). Consultar, por exemplo: SORJ, Bernardo. 2005. “Sociedades Cíveis e Relações Norte/Sul: ONGs e Dependência”. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, *Working Paper 1*, 2005; TEIXEIRA, Elenaldo Celso. 2002. *O Local e o Global: limites e desafios da participação cidadã*. Recife: EQUIP; Salvador: UFBA. MONTAÑO, Carlos. 2002. *Terceiro setor e questão social; crítica ao padrão emergente de intervenção social*. São Paulo: Cortez. LYRA, Carla. 2005. *Ação Política e autonomia: a cooperação não-governamental para o desenvolvimento*. São Paulo: Anablume, Terre des hommes Suisse. A respeito do caso da Índia, as obras já citadas de CHANDHOKE (1995, 2003, entre outros). Vide nota 1, da introdução.

²⁶ Uma ressalva precisa ser feita: a escolha do problema, do objeto, da metodologia e da ênfase desse trabalho foi impulsionada por um modo específico de “compreender” o trabalho do cientista social contemporâneo. Durante o exame da bibliografia sobre o tema, várias vezes deparamos com a afirmação de que era necessário realizar mais pesquisas empíricas a respeito, que faltavam dados para apoiar algumas das “intuições” de diversos autores a respeito, enfim, de que existia um trabalho que precisava ser feito. Análises teóricas do conceito de “sociedade civil”, de sua transposição para compreender a atuação de “agentes sociais” para além das fronteiras dos Estados nacionais, multiplicam-se tanto na forma de artigos científicos (em vários idiomas) como também no formato de dissertações de mestrado e teses convertidas em livros. Entretanto, faltam “dados” que comprovem ou refutem tais análises.

O critério seguinte foi o “continente” (África, América, Ásia, Europa e Oceania)²⁷: somamos as ONGs dos países situados em cada continente, para saber como é que se distribuíam ou onde é que se concentravam. Ao constatar, desde o primeiro caso em estudo (a conferência da ONU sobre meio ambiente e desenvolvimento, Rio-1992) que a maioria das ONGs estavam concentradas na “América”, desmembramos o continente nas três regiões (Central, Norte e Sul), visando especificar melhor em que parte do continente se concentravam a maioria das ONGs. Notamos que era na América do Norte, e, como essa região inclui, além dos Estados Unidos e do Canadá, uma país como o México (que está na “América do Norte” mas não concentra muitas ONGs, apresentando resultados mais próximos daqueles países que fazem parte da “América Latina”, ou seja, os demais países das regiões “Central” e “Sul” do continente americano), resolvemos separar a “América do Norte” por países, apresentando, em cada caso, as quantidades e percentuais de ONGs credenciadas para os eventos, com sede no Canadá, Estados Unidos e México. Destacamos, em seguida, o números relativos ao país anfitrião da conferência – para que se pudesse saber em que medida a realização da conferência em determinado país, continente e região, facilitou ou não a presença de ONGs da mesma “localidade” ou próximas à área de realização dos eventos. Por fim, listamos, em cada caso, os dez países com os maiores percentuais de ONGs (considerando o “total”: a soma das ONGs “nacionais” e “internacionais” credenciadas para a conferência, com sede nesses países).

²⁷ Embora esse tipo de “regionalização” do espaço geográfico mundial tenha como referência principal a “geologia” pois trata-se de uma divisão que resulta da “história natural do nosso planeta, da separação operada pela natureza entre porções líquidas (oceanos e mares) e partes sólidas (continentes e ilhas)” e embora possua o “limite” de tratar o “espaço geográfico” como contínuo, valorizando a “proximidade ou contigüidade entre as áreas, entre os países que serão divididos em função do continente no qual se localizam” (VESENTINI, 2005:15), é uma separação que está gravada nas nossas “imaginações geográficas” (MASSEY, 2008) e não é despojada de elementos culturais. Diversas outras regionalizações são possíveis, mas são tão contestáveis quanto essa, ou até mais, na medida em que adotam critérios por trás dos quais podem existir vieses ideológicos mais difíceis de assumir (tal como no caso de HUNTINGTON, Samuel. *O choque das civilizações e a recomposição da nova ordem mundial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997). Como assumimos, no caso dos hemisférios, critérios “sócio-econômicos”, e, assim, nos afastamos, naquele caso, de uma divisão geográfica por critérios “físicos”, preferimos manter, de início, a regionalização mais tradicional pelos cinco continentes, sem, contudo, deixar de utilizar outras regionalizações nos momentos de analisar a evolução da distribuição geográfica das ONGs (itens 1.7 – Evolução da distribuição geográfica das ONGs credenciadas para as conferências da ONU; e 2.7 – da distribuição geográfica das ONGs credenciadas para as conferências da OMC) e também quando comparamos os resultados das duas organizações entre si (capítulo 3 – Comparações entre a participação de ONGs: na ONU e na OMC) e com outros indicadores (capítulo 4 – Comparações entre a participação de ONGs e outros indicadores). Agrupamentos de países por critérios sócio-econômicos ou até mesmo por critérios políticos (ou de tipo de regimes políticos) são abundantes na literatura especializada, cabendo lembrar aquela, anterior ao fim da Guerra-Fria, que dividia o mundo em primeiro, segundo e terceiro mundo e uma mais recente, analisada por Gilberto Dupas, um agrupamento que divide os países nas seguintes categorias: 1) “grandes países centrais” (Estados Unidos, Japão, Alemanha, Reino Unido, França e Itália) que concentram 62% do PIB mundial; 2) “outros países centrais” (Espanha, Canadá, Austrália, Holanda, Suíça, Bélgica, Suécia, Austria, Noruega, Dinamarca, Grécia, Finlândia, Portugal e Irlanda), que concentram 14% do PIB mundial; 3) “grandes países periféricos” (China, México, Coreia do Sul, Índia, Brasil, Rússia, Turquia, Polónia, Indonésia, África do Sul, Tailândia, Irã, Argentina) que somam 14% do PIB mundial (cf. DUPAS, Gilberto. 2005. *Atores e poderes na nova ordem global*. São Paulo: UNESP, 2005, p. 297-9).

Repetimos esse procedimento para cada um dos doze eventos (as seis conferências da ONU e as seis conferências da OMC), para que fosse possível comparar os resultados no tempo (entre 1992 e 2005) e também entre as duas organizações (1992 a 1996, no caso da ONU; e 1996 a 2005, no caso da OMC).

Depois de consolidar os dados relativos a cada conferência, no caso da ONU, confeccionamos quatro mapas temáticos para cada conferência. O primeiro mapa apresenta duas informações principais: a primeira parte representa a distribuição do “total” de ONGs credenciadas, destacando os países que tiveram alguma ONG credenciada; a segunda parte, representa os países que participaram com delegação “oficial” (aqueles que aparecem nas listas de “participantes” das conferências, nos respectivos relatórios finais de cada evento). O segundo mapa representa a distribuição das ONGs “nacionais” credenciadas: os países tingidos com as tons mais escuros (de acordo com as respectivas legendas) são os que tiveram as maiores quantidades de ONGs “nacionais” credenciadas e ficam em destaque no mapa, enquanto os países que não tiveram ONGs “nacionais” credenciadas ficam na cor “cinza”. O terceiro mapa repete esse mesmo procedimento, mas agora apenas para as ONGs “internacionais” e possibilita, assim, visualizar “de onde” são essas organizações, onde se concentram e quais países não tiveram ONGs desse tipo credenciadas. Em seguida, no caso da ONU, apresentamos a distribuição geográfica das ONGs que realizaram alguma intervenção “oral” nas conferências da ONU (puderam falar durante as sessões do evento para as delegações estatais e demais presentes) e apresentamos um quarto mapa que possibilita visualizar a distribuição geográfica dessas ONGs que intervieram. No caso da OMC apresentamos os dados de modo mais resumido, pois, como tanto o número de ONGs credenciadas quanto o número de países com ONGs credenciadas é bem menor (do que no caso da ONU) e pelo fato de que nenhuma ONG poderia “falar” durante as conferências ministeriais, então apresentamos apenas dois mapas: o primeiro (tal como no caso da ONU) representa o total de ONGs credenciadas e os países que estiveram presentes com delegações estatais; o segundo representa, na primeira parte, a distribuição das ONGs nacionais credenciadas e, na segunda, a distribuição das ONGs internacionais credenciadas (com detalhe para a Europa para que se possa visualizar a distribuição de ONGs nesse continente). Em todos os casos, analisamos se o argumento do *desnível Norte-Sul* (com predomínio numérico de ONGs do Norte) se confirma e também se as ONGs estão concentradas no eixo América-Europa.

Para calcular o *grau de concentração geográfica* das ONGs credenciadas, em cada evento, e depois considerando a soma dos eventos da ONU, da OMC, e do período (as doze conferências), utilizamos a *soma dos percentuais dos 10 países*²⁸ com maiores números de ONGs credenciadas por categoria (“nacional”, “internacional” e “total”): quanto mais próximo de “100” o resultado, maior a “concentração geográfica”²⁹. Embora não tenhamos listado os percentuais de “todos” os países com ONGs credenciadas, ressaltamos os percentuais dos países anfitriões (em cada caso)³⁰, para que se possa notar em que medida esse “dado” poderia ter ou não influenciado o resultado da “concentração”; apresentamos a lista dos “10 países” com os maiores percentuais (considerando a soma das ONGs “nacionais” e “internacionais”, ou seja, o *total*); e apresentamos, em cada caso, as quantidades e percentuais dos países da região “norte” da América (Estados Unidos, México e Canadá), para fornecer uma noção da distribuição “por países” das ONGs credenciadas.

²⁸ As conferências com os maiores números de países participantes foram a primeira da Organização das Nações Unidas (UNCED-Rio/1992) e a última da Organização Mundial do Comércio (6ª CM-OMC-Hong Kong/2005), que tiveram 190 e 191 países presentes (com delegações governamentais). Então, consideramos que somando as quantidades de ONGs credenciadas de 5% dos países (com os maiores números e cada categoria) poderíamos ter uma noção da concentração geográfica das sedes das ONGs, pois, numa situação hipotética de perfeito equilíbrio, os 5% de países deveriam somar 5% do total de ONGs credenciadas. Bem, 5% de 190,5 (média dos dois casos com maior participação governamental) significa que deveríamos somar as ONGs de 9,5 países: arredondamos para 10 países e apresentamos, em cada caso, os percentuais dos 10 países com os maiores números de ONGs (totais). Abaixo, apresentamos qual a proporção, sobre o número de países “com ONGs credenciadas” que os 10 países representam e, no item 1.7 utilizamos além da soma dos 10 países, a soma das ONGs dos 5% de países “com ONGs credenciadas” para demonstrar como é a concentração se considerarmos apenas os países que tiveram alguma ONG credenciada:

Dados da Conferência Estudada				Países com ONGs			Países participantes		
n.	Sigla	Ano	Local	Total	10 países	5%	Total	10 países	5%
1	UNCED	1992	Brasil	110	9,1	6	190	5,3	10
2	WCHR	1993	Áustria	114	8,8	6	185	5,4	9
3	ICPD	1994	Egito	135	7,4	7	173	5,8	9
4	WSSD	1995	Dinamarca	144	6,9	7	161	6,2	8
5	FWCW	1995	China	151	6,6	8	168	6,0	8
6	UNCHS	1996	Turquia	130	7,7	7	179	5,6	9
7	1ª CM-OMC	1996	Singapura	26	38,5	1	161	6,2	8
8	2ª CM-OMC	1998	Suíça	29	34,5	1	168	6,0	8
9	3ª CM-OMC	1999	Estados Unidos	63	15,9	3	179	5,6	9
10	4ª CM-OMC	2001	Doha	62	16,1	3	181	5,5	9
11	5ª CM-OMC	2003	México	80	12,5	4	185	5,4	9
12	6ª CM-OMC	2005	Hong Kong*	85	11,8	4	191	5,2	10
				94,1	14,6	4,7	176,8	5,7	8,8

²⁹ Esses dez países representam, por exemplo, no caso da UNCED-Rio/1992, em torno de 9% dos países com alguma ONG credenciada e, próximo de 5,2% dos países com “delegação oficial” presentes no evento, mas, por outro lado, somam 60,7% das ONGs credenciadas (total); 55,3% das ONGs “nacionais” e 71,5% das ONGs “internacionais”; então, podemos dizer que *o grau de concentração foi consideravelmente “alto”*, na medida em que se poderia pensar que, hipoteticamente, 9% dos países deveriam concentrar 9% das ONGs e não muito mais do que a metade das ONGs credenciadas, caso em que os demais 81% de países com ONGs presentes, dividiram 39,3% do total; 25,6 das ONGs “nacionais” e apenas 28,5% das ONGs “internacionais” credenciadas para a primeira conferência.

³⁰ Por exemplo, no caso da UNCED-Rio/1992, o Brasil contou com 68 ONGs credenciadas, resultando em 4,8% do total, 6,3% das “nacionais” e 0,7% das ONGs internacionais credenciadas.

Outras inferências a respeito da *concentração geográfica* podem ser analisadas quando discutimos a evolução dos percentuais de ONGs credenciadas, separadas por “hemisférios” (Norte e Sul); por “continentes” (África, América, Ásia, Europa e Oceania); e também por outras regionalizações (tal como o agrupamento da América com a Europa em comparação com o “restante”; e também da América Anglo-Saxônica em relação à América Latina, entre outras). Tais comparações serão realizadas nos itens finais dos primeiro e segundo capítulos e, também, nos terceiro e quarto capítulos quando realizamos a comparação entre as duas organizações e com outros indicadores.

Apresentamos, a seguir, os resultados obtidos em cada um dos seis eventos da ONU, analisamos detidamente cada caso (a distribuição geográfica das ONGs credenciadas para as conferências da ONU selecionadas para estudo e a evolução da concentração no tempo). Depois disso, repetimos os procedimentos para a OMC, analisando a distribuição geográfica das ONGs credenciadas para as seis primeiras conferências ministeriais da OMC, e discutindo a evolução dos seus resultados no tempo. Na sequência, comparamos os resultados das duas organizações e os totais dos doze eventos com outros indicadores. Os capítulos que seguem, portanto, são o resultado da pesquisa realizada: além de apresentar os resultados, buscamos apontar em que medida essas descobertas possibilitam discutir os dois argumentos principais a respeito da concentração da sociedade civil global: de que apresenta um claro desnível *Norte-Sul*, com predomínio numérico (e também político) de ONGs do *Norte* sobre as do *Sul*; e, de que sua distribuição pelo globo *espelha* as atuais *constelações de poder* – estando seus atores concentrados no eixo Europa-América (anglo-saxônica).

Por fim, apontamos algumas das *consequências teóricas* dos resultados obtidos, analisando em que medida a constatada concentração geográfica das sedes das ONGs participantes das conferências da ONU e da OMC – no período de 1992 a 2005 – coloca em questão o caráter *global* da sociedade civil, ou seja, qual sua influência para a definição de um conceito de *sociedade civil global* mais consistente e embasado empiricamente. Trata-se de pensar – ainda que em linhas gerais, já que nossa pesquisa possibilita, sobretudo, “constatar” qual a real distribuição dos atores mais numerosos a compor a sociedade civil global pelos países, continentes e hemisférios – se os resultados obtidos contribuem para *defender* ou contrapor-se à ideia de que teríamos assistido, desde a década de 1990, ao surgimento de uma sociedade civil *global*.

Capítulo 1 – Participação de ONGs nas conferências da ONU (1992-1996)

“Em contraste com a ‘crise do multilateralismo’ dos anos 80, a última década do século XX constituiu um período de intensa mobilização dos foros diplomáticos parlamentares, fosse para enfrentar ameaças iminentes e localizadas à paz, fosse para apontar soluções para problemas de longo prazo que se vinham agravando no mundo desde o início da Idade Moderna. A primeira vertente dessa mobilização, propiciada pela distensão Leste-Oeste, deu origem a um número extraordinário de operações de paz, avalizando, em alguns casos, ações bélicas coletivas contra alvos determinados em nome da comunidade de Estados. A segunda vertente, de escopo amplo e caráter não imediatista, foi impulsionado pelo fortalecimento das sociedades civis e produziu uma série de grandes conferências sob os auspícios da Organização das Nações Unidas – ONU – no campo social. Com características inéditas, essas conferências multilaterais legitimaram a presença na agenda internacional de ‘temas globais’, antes reputados matéria da alçada exclusiva das jurisdições nacionais.”

José Augusto Lindgren Alves,
Relações Internacionais e Temas Sociais: a década das conferências (2002:31).

Durante a primeira metade da década de 1990 a Organização das Nações Unidas (ONU) realizou uma série de conferências que ficaram conhecidas como “Ciclo Social”. Milhares de organizações não governamentais (ONGs) solicitaram credenciamento e foram aceitas como “observadoras”: não apenas organizações antigas, reconhecidas internacionalmente, poderosas, mas também organizações de base, locais, nacionais e regionais. Além de aceitar o credenciamento de ONGs com variados tamanhos e com diferentes “tempos” de existência, foram aceitas ONGs de várias partes do mundo (certamente de todos os continentes e regiões do planeta), embora não de todos os países (sobretudo porque nem todos os países aceitam o “formato” de organização das ONGs ou mesmo qualquer organização social relativamente independente do governo).

As conferências sociais globais iniciaram com a “*United Nations Conference on Environment and Development*” (UNCED), a “Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento”, realizada no Rio de Janeiro, no período de 3 a 14 de junho de 1992. Para essa conferência, o número de ONGs cuja solicitação de credenciamento fora aceita, foi significativamente maior do que em qualquer outra conferência precedente: **1422 ONGs**. Esse fato estimulou a imaginação de muitos ativistas e estudiosos que vislumbravam naquele “mega” encontro (de atores não governamentais com representantes dos governos dos Estados-membros da ONU) a constituição de um “espaço público transnacional” ou a emergência de uma “sociedade civil global” que defenderia os interesses dos “cidadãos do planeta” diante dos “atores estatais”, ocupados com a defesa de “seus interesses soberanos” e não com “questões globais” importantes, cujo impacto seria de longo prazo.

O alargamento da possibilidade das ONGs “presenciarem” as conferências globais foi revisto no evento seguinte: diversos Estados se opuseram ao credenciamento de ONGs, como “observadoras” na “Conferência Mundial sobre Direitos Humanos” (“*World Conference on Human Rights*” – WCHR), realizada em Viena, Áustria, no período de 14 a 25 de junho de 1993. Vários argumentos e “subterfúgios” foram utilizados para evitar o confronto entre as posições das ONGs defensoras dos “direitos humanos” e Estados cujas violações domésticas a esses direitos seriam expostas publicamente pelos atores sociais presentes, sendo que, parte dessa conferência foi realizada “a portas fechadas” de modo a possibilitar a conclusão do evento e finalização do relatório final, evitando o “confronto” com as ONGs. Diferente da UNCED que credenciou 1422 ONGs, a WCHR aceitou o credenciamento de aproximadamente **802 ONGs**³¹. Conflitos também marcaram a conferência seguinte: “*International Conference on Population and Development*” (ICPD), a “Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento”, realizada no Cairo, Egito, entre 5 a 13 de setembro de 1994, pois os temas discutidos eram considerados assunto de “soberania nacional” e os confrontos entre ONGs e representantes governamentais foram marcantes: a despeito disso, o número de solicitações aceitas foi maior do que na WCHR: **1118 ONGs**.

³¹ Diferente das demais conferências em estudo, sequer fora publicada a lista final de participantes (com detalhes a respeito das ONGs aceitas como observadoras): embora exista uma referência a tal lista, no relatório da conferência, de acordo com os funcionários responsáveis pela documentação da ONU não foi preparado o documento (como era o padrão nos demais casos) e, desse modo, apenas uma lista provisória foi disponibilizada para a pesquisa. As informações qualitativas sobre as conferências e as afirmações entre aspas são de Alves, 2001.

A conferência seguinte, “*World Summit For Social Development*” (WSSD), ou “Encontro Mundial para o Desenvolvimento Social”, realizado entre 6 a 12 de março de 1995, na cidade de Copenhague, Dinamarca, aceitou as solicitações de credenciamento de **1299 ONGs** e, a princípio, foi mais “tranquila” do que as demais, embora exigisse mais compromissos financeiros dos Estados e, assim, tenha obtido menor êxito relativo a resultados concretos. O próximo evento, a “*Fourth World Conference on Women: Action for Equality, Development and Peace*” (FWCW), a “Conferência Mundial sobre a Mulher: ação pela igualdade, desenvolvimento e Paz”, realizada em Beijing, China, de 4 a 15 de setembro de 1995, permitiu o credenciamento de **2079 ONGs** (maior número entre as conferências em estudo), e foi alvo de disputas acirradas entre ONGs e representantes dos governos dos Estados-membros da ONU. Por fim a “*United Nations Conference on Human Settlements*” (UNCHS), ou “Conferência das Nações Unidas sobre Assentamentos Humanos”, realizada em Istambul, Turquia, entre 3 e 14 de junho de 1996, não envolveu grandes conflitos a respeito da presença de ONGs e, assim, teve **1845 ONGs** credenciadas.

Dentre as ONGs que solicitaram credenciamento para as seis conferências da ONU selecionadas para estudo, **8.565** organizações não governamentais foram aceitas e puderam presenciar os eventos como “observadoras” (Tabela 02). Foram credenciadas ONGs com sedes administrativas em, no mínimo 110 e no máximo 151 países (uma média de 130 países com alguma ONG credenciada para alguma das seis conferências) e o número de países que participou dos eventos com “delegações oficiais” variou entre 161 e 190 (176 países em média):

Tabela 02. Número de países participantes e de ONGs credenciadas: ONU (Total=8565)

Ano	Conferência	Tema principal	Países participantes	ONGs credenciadas	Países com ONGs credenciadas
1992	UNCED	Meio Ambiente	190	1422	110
1993	WCHR	Direitos Humanos	185	802	114
1994	ICPD	População	173	1118	135
1995	WSSD	Desenvolvimento Social	161	1299	144
1995	FWCW	Direitos da Mulher	168	2079	151
1996	UNCHS	Assentamentos Humanos	179	1845	130
Médias			176	1428	130

Fonte: Relatórios finais das conferências (vide tabela 01) e listas de credenciamentos de ONGs (no caso da WCHR, listagens preliminares de participantes, citadas no item 1.2).

Dentre esses eventos, a conferência sobre a mulher (FWCW-Beijing/1995) teve o maior número de ONGs credenciadas, seguida pela conferência sobre assentamentos humanos, Habitat II (UNCHS-Istambul/1996); enquanto a conferência sobre direitos humanos (WCHR-Viena/1993) teve o menor número de ONGs credenciadas, seguida pela conferência sobre população (ICDP-Cairo/1994):

Gráfico 1. Evolução no número de ONGs credenciadas para as conferências da ONU
(total = 8565; média = 1428)

Nesse capítulo realizamos uma análise a respeito da distribuição geográfica das sedes das ONGs credenciadas para as conferências da ONU, apresentando os dados referentes a cada um dos seis eventos em estudo e, depois, comparamos esses resultados entre si. Em cada caso, elaboramos mapas temáticos que permitem visualizar a distribuição das ONGs pelo “globo”, de modo que é possível perceber se, de fato, as ONGs participantes estão concentradas em alguns países ou distribuem-se de modo equilibrado pelo planeta³². Depois de analisar a distribuição das sedes das ONGs credenciadas em cada conferência, comparamos a evolução da participação de ONGs nas conferências da ONU, durante esse período (1992-1996).

³² É importante considerar que assim como a ideia da existência de uma sociedade civil *global* evoca nossa “imaginação geográfica” a pensar que existia uma presença ou participação de atores sociais de todos ou da maioria dos países do *globo*, os mapas apresentados buscam “representar” a real distribuição dos atores presentes nos eventos.

Nos seis casos, as **8.565 ONGs** credenciadas buscaram influenciar nos resultados de vários modos: organizando-se em eventos paralelos; dialogando com as delegações governamentais; e, oficialmente, distribuindo suas posições por escrito ou interferindo oralmente nos eventos oficiais. Como é possível notar (no gráfico 1, que representa a evolução do número de ONGs credenciadas para as seis conferências em estudo), apenas no caso da conferência sobre direitos humanos (WCHR-Viena/1993) o número diminuiu consideravelmente, entretanto, depois aumenta até chegar no ponto máximo (FWCW/Beijing-1995), diminuindo um pouco na conferência seguinte (UNCHS-Istambul/1995), mas é ainda muito maior do que no caso da primeira conferência (UNCED/Rio-1992), sendo que a média ficou em 1428 ONGs por conferência. Nosso interesse, aqui, resta fundamentalmente em saber “de onde” eram essas 8565 ONGs, em quais países mantinham seus escritórios administrativos, para que se possa medir qual o grau de *concentração geográfica* desses atores³³, e, assim compreender também como se dá a concentração geográfica da *sociedade civil global*.

³³ Outros aspectos das conferências são tratados com muita propriedade por: José Augusto Lindgren Alves que analisa cada uma das conferências do ciclo social – o contexto, os atores, os processos e os resultados de cada um dos eventos (ALVES, José Augusto Lindgren. *Relações Internacionais e temas sociais: a década das conferências*. Brasília, IBRI – FUNAG). Elisabeth Jay Friedman, Kathryn Hochstetler e Ann Marie Clark analisam detidamente a atuação das ONGs em cada uma das seis conferências com ênfase para os diversos “repertórios” de ação e modos de *interação* entre as ONGs e destas com os atores “estatais” (FRIEDMAN, Elisabeth Jay; HOCHSTETLER, Kathryn; CLARK, Ann Marie. 2005. *Sovereignty, Democracy, and Global Civil Society: state-society relation at UN world conferences*. New York: State University of New York Press). Michael G. Schechter analisa pormenorizadamente cada uma das conferências realizadas pela ONU e também os seus resultados e encontros seguintes (de monitoramento) em dois livros (SCHECHTER, M. G. 2001. *United Nations-Sponsored World Conferences: Focus on Impact and Follow up*. Tokyo, New York, Paris: United Nations University Press; e _____. 2005. *United Nations global conferences*, New York: Routledge). Outro livro fundamental é o do brasileiro Ricardo Neiva Tavares que analisa a relação entre a ONU e as ONGs desde a fundação da ONU em 1945 (TAVARES, Ricardo Neiva. 1999. *As organizações não-governamentais nas Nações Unidas*. Brasília: Instituto Rio Branco; Fundação Alexandre Gusmão; Centro de Estudos Estratégicos) e também o livro de Lizt Viera que relaciona diretamente as ONGs com a idéia de *sociedade civil global* e apresenta o resultado de uma pesquisa qualitativa a respeito da relação entre a ONU e as ONGs (VIEIRA, Lizt. 2001. *Os argonautas da cidadania: a sociedade civil na globalização*. Rio de Janeiro/São Paulo: Record). Dentre os diversos artigos científicos sobre o tema, podemos destacar os seguintes: Richard Falk que analisa a reforma da ONU diante das exigências dos atores da sociedade civil e enfatiza o papel que as conferências tiveram para a mudança de tratamento conferida pela ONU a esses atores (FALK, Richard. 2005. “Reforming the United Nations: Global Civil Society perspectives and initiatives”. In: GLASIUS, Marlies. KALDOR, Mary. AHEIER, Helmut. *Global Civil Society 2005/6*. London, Sage); o paper de Mario Pianta que faz uma avaliação da importância das conferências (PIANTA, Mario. 2004. *UN World Summits and Civil Society: the State of the Art*. UNRISD Project on UN World Summits and Civil Society Engagement, University of Urbino, m.pianta@uniurb.it); o artigo de Dianne Otto que já em 1996 discutia a importância das ONGs na definição da sociedade civil global/internacional (OTTO, Dianne. “Nongovernmental Organization in the United Nations System: The Emerging Role of International Civil Society”. *Human Rights Quarterly*, (18) 1996:107-141). Além destes, consultar também: WEIS, Thomas G; DAWES, Sam. (eds.) 2007. *The Oxford Handbook on The United Nations*. Oxford: Oxford University Press. WEISS, Thomas. 2007. *NGOs, the UN, and Global Governance*. Colorado: Lynne Rienner Publishers. WILLETTTS, Peter. 1996. *The Conscience Of The World: The Influence Of Non-Governmental Organizations In the UN System*, Brookings Institute; VILLA, Rafael A. D. 1999. “Formas de influência das ONGs na Política Internacional Contemporânea”. *Revista de Sociologia e Política*. Curitiba: p. 21-34; e SILVA, Vania Sandeleia Vaz da. 2006. *A sociedade civil nas relações internacionais : participação de ONGs em três conferências das Nações Unidas da década de 1990 - UNCED (Brasil/1992); ICPD (Egito/1994) e WSSD (Dinamarca/1995)*. São Paulo, USP, 2006 (dissertação de mestrado). Outras referências podem ser buscadas em: TABBUSH, Constanza. *Civil Society in United Nations Conferences: A Literature Review*. Civil Society and Social Movements Programme, Paper Number 17 August 2005, United Nations Research Institute for Social Development. Disponível em Internet (<http://www.unrisd.org/unrisd/website/document.nsf/tabbush.pdf>) recuperado em 2007.

1.1 – Distribuição geográfica das ONGs credenciadas para a UNCED-Rio/1992

O primeiro evento em estudo é a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, que também é conhecida como *Rio-92*, *Eco-92*, entre outras denominações e será referida aqui pela sigla do nome em inglês UNCED (“*United Nations Conference on Environment and Development*”), seguida do local de realização (Rio de Janeiro) e o ano (1992, entre 3 a 14 de junho).

Partimos dessa conferência (UNCED-Rio/1992) porque teve um número de ONGs credenciadas significativamente maior do que em qualquer outra conferência precedente: a despeito das limitações apontadas pelas ONGs, em termos de “participação efetiva”, é importante destacar que as listas com as ONGs “recomendadas” para credenciamento e que foram aprovadas pela Assembleia Geral, contém dados de **1422** ONGs que poderiam participar como “observadoras” na conferência, incluindo aquelas que já possuíam *estatuto consultivo*³⁴ junto ao Conselho Econômico e Social (ECOSOC) da Organização das Nações Unidas. Analisando as informações disponíveis nestas fichas para credenciamento, foi possível saber quais ONGs poderiam participar da conferência; em quais países essas ONGs credenciadas situavam suas sedes; se eram organizações com membros em apenas um país (locais/nacionais) ou em vários países (regionais ou internacionais).

A análise do relatório final da conferência possibilitou saber quais ONGs “intervieram” oralmente nos eventos (que tipo de “organização” pode ser ouvida pelas delegações governamentais) e a pesquisa a respeito dessas organizações tornou possível saber de onde eram para que pudéssemos observar, também, sua distribuição geográfica. No caso da UNCED-Rio/1992 a maioria das ONGs recomendadas para credenciamento definiram-se como “nacionais”, o que quer dizer que declararam ter membros apenas no país em que estavam sediadas, sendo que apenas 21% das ONGs declararam ter membros em mais de um país e foram consideradas “internacionais”.

³⁴ A respeito do crescimento exponencial no número de ONGs com “estatuto consultivo” junto ao ECOSOC, consultar, entre outros, a página de Peter WILLETTTS, na qual disponibiliza informações a respeito do significado e também da evolução no número de ONGs aceitas pela ONU como parceiras (cf. <http://www.staff.city.ac.uk/p.willemts/index.htm>). Outra fonte essencial de pesquisa é o site da ONU (<http://www.un.org/>), principalmente a parte destinada às ONGs, que, recentemente se intitula “UN and Civil Society” (<http://www.un.org/en/civilsociety/index.shtml>) e a página do próprio ECOSOC (<http://www.un.org/en/ecosoc/>) que disponibiliza informações para ONGs que pretendam adquirir o “Estatuto Consultivo” e publica relatórios periódicos a respeito das atividades para as quais as ONGs podem se candidatar.

Tal observação é relevante porque existia, naquele momento, uma discussão a respeito da dificuldade de ONGs menores (locais) participarem dos eventos e do trabalho da ONU, já que o estatuto consultivo junto ao ECOSOC – que facilitava o credenciamento – era mais facilmente adquirido por ONGs internacionais (as locais deveriam se reportar às internacionais do mesmo tipo para se tornarem parceiras da ONU).

Tabela 03. Distribuição geográfica das ONGs credenciadas para a UNCED-Rio/1992

Distribuição	Internacional		Nacional		Não informado		Total	
	ONGs	%	ONGs	%	ONGs	%	ONGs	%
Total	295	20,7	994	69,9	133	100,0	1422	100,0
<i>Hemisférios</i>								
Norte	250	84,7	453	45,6	121	91,0	824	57,9
Sul	45	15,3	541	54,4	12	9,0	598	42,1
<i>Continentes</i>								
África	11	3,7	110	11,1	2	1,5	123	8,6
América	138	46,8	443	44,6	28	21,1	609	42,8
Ásia	19	6,4	224	22,5	5	3,8	248	17,4
Europa	123	41,7	184	18,5	95	71,4	402	28,3
Oceania	4	1,4	33	3,3	3	2,3	40	2,8
<i>Regiões da América</i>								
América Central	5	1,7	40	4,0	0	0,0	45	3,2
América do Norte	124	42,0	249	25,1	24	18,0	397	27,9
América do Sul	9	3,1	154	15,5	4	3,0	167	11,7
<i>Países da América do Norte</i>								
Canadá	14	4,7	47	4,7	7	5,3	68	4,8
Estados Unidos	109	36,9	192	19,3	16	12,0	317	22,3
México	1	0,3	10	1,0	1	0,8	12	0,8
<i>País anfitrião do evento</i>								
Brasil	2	0,7	63	6,3	3	2,3	68	4,8
<i>10 países com o maior número de ONGs credenciadas (total):</i>								
Estados Unidos	109	36,9	192	19,3	16	12	317	22,3
Índia	6	2,0	95	9,6	1	0,8	102	7,2
Suíça	25	8,5	16	1,6	36	27,1	77	5,4
Reino Unido	23	7,8	33	3,3	13	9,8	69	4,9
Canadá	14	4,7	47	4,7	7	5,3	68	4,8
Brasil	2	0,7	63	6,3	3	2,3	68	4,8
Japão	5	1,7	47	4,7	0	0,0	52	3,7
França	17	5,8	13	1,3	18	13,5	48	3,4
Filipinas	3	1,0	27	2,7	1	0,8	31	2,2
Alemanha	7	2,4	17	1,7	4	3,0	28	2,0
Soma dos 10 países	211	71,5	550	55,3	99	74,4	860	60,7
Demais países	84	28,5	444	44,7	34	25,6	562	39,3
Total	295	100,0	994	100,0	133	100,0	1422	100,0

Fonte: Elaborado a partir dos dados contidos em “A/conf.151/pc.1.28, Add.1-14”.

De fato, a UNCED-Rio/1992 foi a primeira conferência a promover o acesso de ONGs “locais” e até mesmo organizações “de base” ao evento – muitas das quais tinham sido estabelecidas (criadas) recentemente e foram aceitas como observadoras. Entretanto, é preciso analisar se o fato de ONGs nacionais terem sido recomendadas para credenciamento na UNCED-Rio/1992 amenizou o desnível “norte-sul” na presença e participação de ONGs na conferência.

No total, foram recomendadas para credenciamento ONGs com sede em 110 países (sendo que desses, 24 tiveram apenas uma ONG recomendada; 17 tiveram duas ONGs recomendadas; e 13 tiveram três ONGs recomendadas, portanto, 49% dos países que aparecem como sedes de ONGs somam apenas 6,8% do total de ONGs credenciadas, *menos* do que a Índia que é o país-sede de 7,2% do total de associações aceitas como observadoras para a UNCED-Rio/1992).

Distribuindo as ONGs por hemisférios, continentes, regiões e países nos quais localizam suas sedes (*headquarters*), notamos que o continente com maior participação é a América (42,8% do total, 44,6% das ONGs nacionais e 46,8% das ONGs internacionais), mas, se desmembramos o continente em regiões, o maior número de ONGs credenciadas para a UNCED-Rio/1992 aparece concentrado na região Norte da América (27,4% do total e 89,9% das internacionais).

Considerando que a “América no Norte” inclui o México, um país com características mais próximas aos demais países da “América Latina”, separamos a região por países, para que se tenha uma percepção da real concentração das sedes das ONGs e, assim, constatamos que a grande maioria (22,3%) das ONGs recomendadas da América do Norte (27,9%), eram sediadas nos Estados Unidos, que concentra, de modo ainda mais marcante, as ONGs internacionais (36,9%) com sede na região (42,0%).

No mapa a seguir é possível notar que partes da Ásia e África ficam na cor “cinza” por não contarem com nenhuma ONG credenciada, de modo que é preciso considerar que uma parte considerável dos países mais “pobres” não contaram com qualquer participação de ONGs nessa conferência. Essas evidências confirmam a visão geral de que as ONGs são um fenômeno do “Norte” desenvolvido.

Mapa (01) Países e ONGs participantes da 1ª conferência da ONU: UNCED-Rio/1992

Os dados, entretanto, sugerem algumas nuances que precisam ser consideradas, pois, se agrupamos as ONGs por “hemisférios” (sócio-econômico), existe certo “equilíbrio” na distribuição *Norte-Sul*, sendo que a diferença maior é registrada no caso das ONGs internacionais (85% das ONGs “internacionais” recomendadas estão no Norte e apenas 15% no Sul). Observando os países com as maiores quantidades de ONGs recomendadas, podemos notar que se trata de uma lista bastante heterogênea, pois, se inclui Estados Unidos, Suíça, Reino Unido, Canadá, Alemanha e França (que não surpreende fazerem parte de um mesmo grupo), também inclui Japão, Índia e Filipinas.

A presença do Brasil entre os países com os maiores percentuais de ONGs pode ser explicada pelo fato de ter sido o *país anfitrião* da conferência: mas é interessante notar que enquanto os Estados Unidos contaram com 22,3% do total das ONGs recomendadas para credenciamento, o Brasil era sede apenas de 4,8% das ONGs (total). A posição da Índia, segundo país na lista dos que concentram as sedes da maioria das ONGs recomendadas é interessante: embora a diferença para os Estados Unidos seja marcante (de 22,3% para 7,2% do total; 36,9% para 2,0% das ONGs internacionais) o fato de contar com mais ONGs do que a Suíça, o Reino Unido e a França, surpreende.

A concentração fica evidente quando percebemos que os 10 países com maior número de ONGs recomendadas somam 60,7% do total (55,3% das ONGs nacionais e 71,5% das ONGs internacionais): isso significa que, embora tenham sido recomendadas para credenciamento organizações de várias partes do planeta, o grau de concentração das sedes das ONGs, no caso da UNCED-Rio/1992 é alto, pois poucos países concentram mais da metade das ONGs credenciadas.

Nos mapas a seguir, os países que não tinham ONGs credenciadas estão na cor “cinza”: no primeiro (Mapa 02), representamos a distribuição das ONGs nacionais (daquelas menores com atuação em apenas um país ou cidade) e notamos que Estados Unidos, Canadá, Índia e Brasil destacam-se dos demais países; no segundo (Mapa 03), representamos a distribuição das ONGs “internacionais” cuja solicitação de credenciamento fora aceita e é possível ver que a África, boa parte da Ásia e uma parte da América Latina ficam em “cinza”, de modo que a *concentração geográfica* das sedes fica mais evidente, destacando-se os Estados Unidos e alguns países do oeste Europeu.

Mapa (02) Distribuição das ONGs credenciadas para a UNCED-Rio/1992: Nacionais

Detalhe 1: Europa

Detalhe 3: Sede do Evento

Detalhe 2: Índia e Japão

Mapa (03) Distribuição das ONGs credenciadas para a UNCED-Rio/1992: Internacionais

Detalhe 1: Europa

Detalhe 3: Sede do Evento

Detalhe 2: Índia e Japão

Os dados apresentados até aqui se referem às ONGs recomendadas para credenciamento (aprovadas para “observar” a conferência). Mas é preciso considerar que apenas “presenciar” não é o mesmo que “participar”, então apresentamos a seguir a distribuição das ONGs que realizaram alguma *intervenção oral* na conferência: das 1422 ONGs credenciadas 16 puderam intervir (os Estados-membros realizaram 143 intervenções). Cabe notar que enquanto tivemos mais de uma intervenção por parte de ONGs com sede num mesmo país, a maioria dos delegados oficiais dos “Estados” realizou apenas uma intervenção (exceto o Catar, a Republica da Coréia, a antiga Yugoslavia e o Sri Lanka cujos representantes realizaram, cada um, duas intervenções).

Tabela 04. Distribuição geográfica das ONGs que intervieram na UNCED-Rio/1992

País-sede das ONGs que intervieram				ONGs credenciadas					ONGs que intervieram			
Países (todos participaram da conferencia com delegações oficiais)	o país é membro da ONU desde:	o país interviu	% do total de intervenções	Credenciadas	% credenciadas	Nacionais	Internacionais	Não informado	Nacional	Internacional	Total	% total de intervenções
França	24/10/1945	1	0,6	48	3,4	13	17	18	1	4	5	31,0
Bélgica	27/12/1945	1	0,6	24	1,7	3	14	7	1	1	2	12,5
Estados Unidos	24/10/1945	1	0,6	317	22,3	192	109	16	1	1	2	12,5
Quênia	16/12/1963	1	0,6	13	0,9	9	3	1	2		2	12,5
Suíça	10/9/2002	1	0,6	77	5,4	16	25	36	1	1	2	12,5
Brasil	24/10/1945	1	0,6	68	4,8	63	2	3	1		1	6,2
Itália	14/12/1955	1	0,6	19	1,3	8	10	1		1	1	6,2
Noruega	27/11/1945	1	0,6	11	0,8	8	1	2		1	1	6,2
Totais		8	5,6%	577	40,6	312	181	84	7	9	16	100,0

Fonte: elaborado a partir de a/conf.151/26/ver.1(vol II), p. 9-12 e pesquisa no banco de dados e na Internet

Como veremos a seguir (Mapa 04) a *concentração geográfica* das sedes é ainda mais evidente se consideramos as ONGs que puderam participar “efetivamente” do evento intervindo “oralmente” durante a UNCED-Rio/1992: as desesseis organizações não governamentais que puderam “falar” concentram-se em apenas oito países, sendo que na França, estão 31,0% delas e se somarmos os países “europeus” (Bélgica, França, Itália, Noruega e Suíça) chegamos a 68,5% das intervenções de ONGs. Note-se que os países com ONGs que intervieram somam 40,6% do total de ONGs credenciadas e 61,3% das ONGs “internacionais” credenciadas (das 295 ONGs internacionais credenciadas, 181 têm suas sedes nesses países).

Mapa (04) Distribuição das ONGs que intervieram na UNCED-Rio/1992

Portanto, podemos concluir que no caso da UNCED-Rio/1992 o argumento do *desnível Norte-Sul* pode ser confirmado com algumas ressalvas: a maioria das ONGs credenciadas possui sua sede em países do *Norte* (57,9%) e isso é ainda mais verdadeiro quando consideramos apenas as ONGs *internacionais* credenciadas (84,7%). Entretanto, quando consideramos as ONGs *nacionais* (que representam a maioria das organizações cuja solicitação para observar a conferência fora aceita – 69,9%) a maioria (54,4%) é composta de ONGs cujas sedes se localizam em países do *Sul*. Quanto ao segundo argumento – de que a concentração de ONGs *espelha* as atuais constelações de poder (quer dizer, tais organizações são originárias de países do oeste Europeu e da América Anglo-Saxônica) – podemos dizer que, de fato, a maioria das ONGs está concentrada em países da América (42,8% do total) e da Europa (28,3% do total), sendo maior no caso das ONGs *internacionais* (somadas, América e Europa concentram 88,5%), pois no caso das ONGs *nacionais* o segundo continente com maior concentração é a *Ásia*.

1.2 – Distribuição geográfica das ONGs credenciadas para a WCHR-Viena/1993

O segundo evento em estudo é a Conferência das Nações Unidas sobre Direitos Humanos (realizada em Viena, na Áustria, no período de 14 a 25 de junho de 1993, será referida aqui como WCHR-Viena/1993, sendo “WCHR” a sigla do nome do evento em inglês “*World Conference on Human Rights*”).

De acordo com a literatura especializada, um dos principais problemas era o fato de que, admitir que o tema “direitos humanos” devesse ser tratado “internacionalmente” colocava em questão o conceito clássico de “soberania” gerando suspeitas entre os Estados a respeito das conseqüências que poderiam provocar, por isso, diversos Estados se opuseram ao credenciamento de ONGs para participar como “observadoras”, visando evitar o confronto entre as posições de ONGs defensoras dos “direitos humanos” e Estados cujas violações domésticas a esse direitos poderiam ser expostas publicamente pelos atores sociais presentes. Assim, grande parte da WCHR-Viena/1993 foi realizada “a portas fechadas” evitando o “confronto” entre ONGs e delegações governamentais (Alves, 2001). Essa conferência aceitou o credenciamento de aproximadamente **802 ONGs**³⁵, e, sem perder de vista as “limitações” no que respeita a participação “efetiva”, interessa saber de onde eram as ONGs que foram credenciadas para presenciar a WCHR-Viena/1993, bem como a origem das ONGs que intervieram nesse evento no qual enfrentaram mais diretamente oposições à sua participação³⁶.

³⁵ O número exato não foi possível precisar porque a lista final de participante nunca fora publicada. De acordo com o relatório final (a/conf.157/24, part II) entre os participantes estariam “248 organizações não-governamentais reconhecidas como entidades consultivas pelo Conselho Econômico e Social e 593 outras organizações não-governamentais” além de representantes de movimentos de libertação nacional, órgãos da ONU, organismos especializados, organizações intergovernamentais, instituições nacionais de promoção e proteção dos direitos humanos, profissionais, acadêmicos, ativistas (alguns com Prêmio Nobel), funcionários da ONU, e as 171 delegações governamentais chefiadas por ministros de Estado, que, somados, passariam de 10.000 pessoas (Alves, 2001:99).

³⁶ O regulamento provisório para a participação na WCHR-Viena/1993 só “autorizava a colhida às ONGs de direitos humanos ou atuantes na esfera do desenvolvimento que já contassem com *status* consultivo junto ao Conselho Econômico e Social das Nações Unidas – ECOSOC – ou outras que tivessem participado do próprio Comitê ou das reuniões preparatórias” o que facilitaria, em tese, o credenciamento porque “a participação nessas reuniões regionais” foi bastante facilitada e ampla “bastando as ONGs terem sede na região e não serem objetadas pelos países da área” porém a questão foi reaberta em Viena e “Diante das posições radicalmente conflitantes entre o Grupo Ocidental, favorável às ONGs em todas as instâncias, e a maioria – ou, senão a maioria, os governos mais veementes – do Terceiro Mundo, profundamente restritiva a sua presença nas negociações, coube ao presidente do Comitê da Redação o embaixador Gilberto Sabóia, subchefe da delegação brasileira, decidir o impasse. [...] dividiu as sessões do comitê em sessões informais, *sem a presença de observadores*, e sessões formais, *abertas às ONGs, nas quais lhes seria facultado enunciar posições coletivas*. [...] Essa decisão representava uma conquista inédita da sociedade civil em foro negociador intergovernamental. Em todas as demais instâncias da Conferência de Viena os representantes de entidades não-governamentais tiveram acesso livre, desde que devidamente credenciados” (Alves, 2001:98).

Diante da impossibilidade de checar a lista oficial final, a pesquisa foi realizada em alguns documentos preliminares, cedidos pelos responsáveis pela biblioteca digital das Nações Unidas³⁷. De acordo com os dados fornecidos e a pesquisa realizada no banco de dados (que já contava com os dados das ONGs participantes nas demais conferências), foram aceitas as solicitações de credenciamento para a WCHR-VIENA/1993 feitas por 802 ONGs. Apenas os “nomes” das ONGs e o “continente” foram fornecidos nos documentos: o país-sede e o âmbito de atuação foram pesquisados.

Quando distribuímos as ONGs credenciadas por continentes, podemos observar uma alta concentração no eixo América-Europa, que, juntos, contém 68,3% das sedes das ONGs que puderam presenciar a conferência. Novamente a maioria das ONGs “internacionais” situadas na América matêm suas sedes na sua região “Norte”, sendo que, como veremos a seguir, a maioria se concentra nos Estados Unidos (19,5% das ONGs internacionais e 11,1% do total de ONGs credenciadas), enquanto o México conta com apenas 1,4% do total geral (1,9% das ONGs nacionais).

Observando a distribuição por hemisfério notamos que a maioria das ONGs internacionais estão concentradas no Norte (83,5%), mas se desconsiderarmos o âmbito de atuação (nacional ou internacional) verifica-se um equilíbrio surpreendente entre Norte e Sul (50,5% a 49,5%), sobretudo, porque a maioria das ONGs nacionais está no Sul (66,0%). Daí que seja importante observar a distribuição das sedes das ONGs por países para saber em quais deles estão concentradas as sedes das ONGs.

Para essa conferência, foram credenciadas ONGs com sede em 114 países (sendo que 30 países tiveram apenas uma ONG credenciada e os 58 com menor número de ONGs somam 12,3% do total, dado importante quando lembramos que o percentual dos Estados Unidos sobre o total é de 11,1%). Somando os totais e percentuais dos 10 países com maior número de ONGs credenciadas, percebemos melhor o grau de concentração, pois somam 73,4% das ONGs internacionais e 63,2% do total.

³⁷ A lista completa de participantes da Conferência Mundial sobre Direitos Humanos está no “anexo II” do relatório final (a/conf.157/24/Part. II) que nunca foi publicado, mas, de acordo com a ONU, para esse evento, foram credenciadas 248 ONGs com estatuto consultivo junto ao ECOSOC (*Economic and Social Council* – Conselho Econômico e Social) e 593 outras ONGs (United Nations, 1993, a/conf.157/24/Part I, p.9), portanto, um total de 841 ONGs. Entretanto, de acordo com os documentos preliminares consultados, o número diminui para 802 ONGs. Trata-se dos seguintes documentos (gentilmente digitalizados e cedidos pelos funcionários responsáveis pela documentação da ONU): a/conf.157/misc.1/add.1: 189 ONGs; a/conf.157/misc.1/add.1/corr.1: 61 ONGs e a/conf.157/misc.1/add.3: 552 ONGs, somando 802 ONGs. Foi necessário limpar duplicações e pesquisar informações sobre as ONGs no banco de dados, no ECOSOC e na Internet (tanto o país-sede quanto o âmbito de atuação das ONGs).

Tabela 05. Distribuição geográfica das ONGs credenciadas para a WCHR-Viena/1993

Distribuição	Internacional		Nacional		Total	
	ONGs	%	ONGs	%	ONGs	%
Total	267	33,3	535	66,7	802	100,0
<i>Hemisférios</i>						
Norte	223	83,5	182	34,0	405	50,5
Sul	44	16,5	353	66,0	397	49,5
<i>Continentes</i>						
África	10	3,7	86	16,1	96	12,0
América	84	31,5	195	36,4	279	34,8
Ásia	22	8,2	121	22,6	143	17,8
Europa	146	54,7	123	23,0	269	33,5
Oceania	5	1,9	10	1,9	15	1,9
<i>Regiões da América</i>						
América Central	2	0,7	54	10,1	56	7,0
América do Norte	75	28,1	65	12,1	140	17,5
América do Sul	7	2,6	76	14,2	83	10,3
<i>Países da América do Norte</i>						
Canadá	22	8,2	18	3,4	40	5,0
Estados Unidos	52	19,5	37	6,9	89	11,1
México	1	0,4	10	1,9	11	1,4
<i>País anfitrião do evento</i>						
Áustria	6	2,2	8	1,5	14	1,7
<i>10 países com o maior número de ONGs credenciadas:</i>						
Estados Unidos	52	19,5	37	6,9	89	11,1
Suíça	33	12,4	14	2,6	47	5,9
Canadá	22	8,2	18	3,4	40	5,0
Reino Unido	28	10,5	7	1,3	35	4,4
França	20	7,5	10	1,9	30	3,7
Índia	2	0,7	24	4,5	26	3,2
Filipinas	4	1,5	16	3,0	20	2,5
Bélgica	10	3,7	9	1,7	19	2,4
Holanda	13	4,9	3	0,6	16	2,0
Itália	12	4,5	4	0,7	16	2,0
Soma dos 10 países	196	73,4	142	26,5	338	63,2
Demais países	71	26,6	393	73,5	464	36,8
Total	267	100,0	535	100,0	802	100,0

Fonte: Elaborado a partir dos dados contidos em a/conf.157/misc.1/add.1, a/conf.157/misc.1/add.1/Corr.1 e a/conf.157/misc.1/add. Os âmbitos foram pesquisados no ECOSOC, na Internet e no banco de dados.

A visualização da concentração geográfica das sedes das ONGs é mais bem percebida nos mapas: o primeiro (mapa 05) possibilita visualizar a distribuição do total de ONGs credenciadas para a conferência e também quais países participaram com delegações oficiais; no primeiro caso, destaca-se a ausência de ONGs de vários países africanos e asiáticos (em cinza); no segundo, notamos a ausência de delegação oficial da “África do Sul” que vivia ainda no regime de segregação racial (*Apartheid*, desde 1948), mas que teve ONGs credenciadas (14 no total, sendo todas “nacionais” ou “locais”).

Mapa (05) Países e ONGs participantes da 2ª conferência da ONU: WCHR-Viena/1993

Tal como na conferência anterior (UNCED-Rio/1992) a concentração é mais marcante quando consideramos as ONGs *internacionais* do que o *total* ou as *nacionais*. Como se poderá ver nos mapas seguintes, quando distribuímos as ONGs nacionais credenciadas por países (mapa 06) percebemos que os países que mais se “destacam” são os Estados Unidos (6,9%), Índia (4,5%), Canadá (3,4%), Filipinas (3,0%) e o Brasil (2,8%). Os demais países tiveram entre uma e 10 ONGs “nacionais” credenciadas. Entretanto, é preciso ressaltar que grande parte dos países (inclusive da África e da Ásia) teve ao menos “uma” ONG (local, regional ou nacional) credenciada.

O quadro muda significativamente quando consideramos o *âmbito* de atuação: ao tomarmos apenas as ONGs “internacionais”, a distribuição por países das ONGs *internacionais* (mapa 07) demonstra que, em se tratando desse tipo de organização, a concentração é marcante: notamos que os países que se destacam são, além dos Estados Unidos (19,2%) e Canadá (8,2%), países europeus – como Suíça (12,4%), Reino Unido (10,5%) e França (7,5%). Do ponto de vista dos “continentes”, a África praticamente desaparece, a Ásia fica restrita às proximidades da Índia e Japão e a América Latina fica bem reduzida (diversos países, inclusive o Brasil, não aparecem).

A *concentração geográfica* pode ser medida considerando que, no caso da UNCED-Rio/1992 a soma dos 10 países com maior número de ONGs credenciadas foi de 60,7% do total, 55,3% das ONGs nacionais e 71,5% das ONGs internacionais; enquanto na WCHR-VIENA/1993 a concentração nos 10 países é consideravelmente menor no caso das nacionais, 26,5%, porém é maior no caso do total 63,2%, devido ao fato de que concentram 73,4% das ONGs “internacionais” credenciadas.

Quando consideramos que as ONGs “internacionais” cumprem um papel diferenciado na “divisão do trabalho” da sociedade civil nos eventos da ONU, devido sua experiência na atuação internacional que facilita seu acesso e influência nos processos de negociação, e, sobretudo no caso da WCHR-VIENA/1993 essa “experiência” foi de grande importância, é relevante o fato de que estejam tão concentradas no oeste Europeu e na América do Norte. Nesse caso, portanto, *confirmamos o argumento de que é nessas regiões que as ONGs estão concentradas* (o que exige uma análise cuidadosa das implicações disso para o conceito de “sociedade civil global”).

Mapa (06) Distribuição das ONGs credenciadas para a WCHR-Viena/1993: Nacionais

Detalhe 1: Europa e Sede do Evento (Dinamarca)

Detalhe 3: África

Detalhe 2: Índia e Japão

Mapa (07) Distribuição das ONGs credenciadas para a WCHR-Viena/1993: Internacionais

Detalhe 1: Europa e Sede do Evento (Dinamarca)

Detalhe 3: África

Detalhe 2: Índia e Japão

Tal como no caso anterior, apresentamos a distribuição das ONGs que “puderam” intervir oficialmente na WCHR-VIENA/1993. Foram permitidas 65 intervenções de ONGs (os Estados realizaram 258 intervenções) e, abaixo, apresentamos a distribuição geográfica das sedes destas ONGs:

Tabela 06. Distribuição geográfica das ONGs que intervieram na WCHR-Viena/1993

País-sede das ONGs que intervieram				ONGs credenciadas				ONGs que intervieram			
Países (membros abaixo participaram da conferencia com delegações oficiais)	membro da ONU desde:	Nº de vezes interviu	% do total de intervenções	Credenciadas	% credenciadas	Nacionais	Internacionais	Nacional	Internacional	Total	% total de intervenções
Estados Unidos	24/10/1945	4	1,1	90	11,2	37	53	1	8	9	13,8
Canadá	9/11/1945	3	1,1	40	5,0	18	22	2	4	6	9,2
Suíça	10/9/2002	1	0,4	50	6,2	14	36	2	4	6	9,2
Bélgica	27/12/1945	1	0,4	19	2,4	9	10	1	3	4	6,2
Reino Unido	24/10/1945	1	0,4	36	4,5	8	28		3	3	4,6
Áustria	14/12/1955	2	1,1	14	1,7	8	6	1		2	3,1
Filipinas	24/10/1945	2	0,8	21	2,6	16	5	1	1	2	3,1
França	24/10/1945	1	0,4	30	3,7	10	20		2	2	3,1
Índia	30/10/1945	4	1,1	26	3,2	24	2	2		2	3,1
México	7/11/1945	2	0,8	10	1,2	9	1	1	1	2	3,1
Republica da Coreia	17/9/1991	3	0,8					2		2	3,1
Alemanha	18/9/1973	1	0,4	12	1,5	5	7		1	1	1,5
Austrália	1/11/1945	5	1,1	13	1,6	8	5		1	1	1,5
Bolívia	14/11/1945	2	1,1	3	0,4	3		1		1	1,5
Bósnia Herzegovina	22/5/1992	2	0,8					1		1	1,5
Burkina Faso	20/9/1960			2	0,2	2		1		1	1,5
Chipre	20/9/1960	2	0,8	2	0,2	1	1	1		1	1,5
Dinamarca	24/10/1945	4	1,5	5	0,6		5		1	1	1,5
Egito	24/10/1945	2	1,1	12	1,5	8	4		1	1	1,5
Grécia	25/10/1945	1	0,4	5	0,6	5		1		1	1,5
Holanda	10/12/1945	1	0,4	16	2,0	3	13		1	1	1,5
Iraque	24/12/1945	2	0,8	2	0,2	2		1		1	1,5
Israel	11/5/1949	2	0,8	4	0,5	3	1	1		1	1,5
Japão	18/12/1956	4	1,1	14	1,7	9	5	1		1	1,5
Kuwait	14/5/1963	2	1,1	1	0,1	1		1		1	1,5
Marrocos	12/11/1956	1	0,4	7	0,9	7			1	1	1,5
Nepal	14/12/1955	3	0,8	3	0,4	3		1		1	1,5
Nova Zelândia	24/10/1945	3	0,8	1	0,1	1		1		1	1,5
Paquistão	30/9/1947	5	2,3	7	0,9	6	1	1		1	1,5
Quirguistão	2/3/1992	1	0,4					1		1	1,5
Tailândia	16/12/1946	2	0,8	9	1,1	9		1		1	1,5
Togo	20/9/1960	1	0,4	5	0,6	3	2	1		1	1,5
Tunísia	12/11/1956	2	1,1	14	1,7	14		1		1	1,5
Uruguai	18/12/1945	2	0,8	3	0,4	3			1	1	1,5
Hong Kong				3	0,4	3		1		1	1,5
Palestina		1	0,4	3	0,4	3		1		1	1,5
Totais		75	28	482	59,7	255	227	31	33	65	100,0

Fonte: elaborado a partir de a/conf.151/26/ver.1 (vol II), p. 9-12 e pesquisa no banco de dados e na Internet

Como foi possível demonstrar, as ONGs que intervieram se concentram em 36 países, sendo que a maioria das intervenções foi de ONGs dos Estados Unidos (seguido pelo Canadá, Suíça e Bélgica). Somados, os países sedes de ONGs que intervieram, concentram 59,7% das ONGs credenciadas (sendo 47,6% das ONGs nacionais e 85,0% das ONGs internacionais credenciadas). O mapa abaixo possibilita visualizar melhor essa concentração geográfica das sedes das ONGs que intervieram e podemos destacar que a maioria dos países fica em “cinza”, o que quer dizer que não contou com nenhuma ONG dentre as que intervieram:

Mapa (08) Distribuição das ONGs que intervieram na WCHR-Viena/1993

Portanto, nesse caso podemos dizer que o argumento do *desnível Norte-Sul* precisa ser mais bem qualificado, pois, em se tratando do *total* de ONGs credenciadas notamos um equilíbrio entre os dois hemisférios (50,5% para o Norte e 49,5% para o Sul); entretando, quando consideramos apenas as ONGs *nacionais* a concentração é no Sul (66,0) sendo que apenas quando tratamos apenas das ONGs *internacionais* é que a concentração no *Norte* é expressiva (83,5%). Quanto à concentração no eixo Europa-América, como foi constatado, esse caso confirma totalmente o argumento.

1.3 – Distribuição geográfica das ONGs credenciadas para a ICPD-Cairo/1994

O terceiro evento estudado foi a Conferência das Nações Unidas sobre População e Desenvolvimento, realizada no Cairo, Egito, entre 5 a 13 de setembro de 1994 (referida aqui como ICPD-Cairo/1994, sendo “ICPD” as iniciais do nome da conferência em inglês “*International Conference on Population and Development*”).

A preparação para a ICPD-Cairo/1994 envolveu menos conflitos do que os processos preparatórios para a UNCED-Rio/1992 e para a WCHR-Viena/1993, pois sua “agenda” foi estabelecida com relativa facilidade e o documento preparatório tinha poucos itens não consensuais, sendo que “quase todos os sub-temas mais delicados, objetos de controvérsias no Cairo, já haviam sido considerados e registrados nos documentos internacionais precedentes”³⁸ tanto os de Bucareste/1974³⁹ como os do México/1984⁴⁰ (Alves, 2001).

Do processo de credenciamento para a ICPD-Cairo/1994 resultou a aceitação das solicitações para credenciamento de **1118** organizações não governamentais que foram recomendadas para “observar” oficialmente a conferência⁴¹ e disso resulta a importância de se saber, a respeito das ONGs que participaram da ICPD-Cairo/1994: de *onde* eram as ONGs que conseguiram se credenciar como observadoras; se eram *locais, nacionais ou internacionais*; quais dessas puderam *intervir* oralmente durante o evento oficial; de onde eram as organizações não governamentais que tiveram a chance ou que de fato *influíram* nos resultados da conferência.

³⁸ Existiam apreensões e discordâncias, por parte da Igreja católica (Santa Sé) que se dissociou do consenso na aprovação dos documentos finais, mas, tal “dissociação não se repetiu” na ICPD-Cairo/1994 e fatores históricos contribuíram para que a questão populacional fosse tratada “em si”, com “seu peso específico” (Alves, 2001:155-6).

³⁹ A *Conferência de Bucareste (1974)* que foi a primeira “conferência intergovernamental a tratar a questão populacional” – pois as conferências realizadas em Roma/1954 e Belgrado/1965 eram de caráter “técnico-científico” – e, na qual as divergências giravam em torno de posições “controlistas” e “natalistas” (Alves, 2001:152).

⁴⁰ A *Conferência do México (1984)* foi realizada depois que muitos países tinham adotado políticas de apoio ao “planejamento familiar” ou de “planejamento populacional” e, nesse caso, os Estados Unidos inverteram sua posição e advogavam “a neutralidade do fator populacional” afirmando que o crescimento populacional não era “bom nem mau” mas que só poderia ser considerado em conjunção com “outros fatores” de ordem econômica e social; por outro lado, a China, desde 1979 “tinha adotado a diretriz ‘um filho por casal’, e fez a defesa arraigada de sua política”; além destes, a Nigéria, país mais expressivo da África naquele momento, “anunciou a intenção de promover ‘um enfoque integrado para o planejamento populacional’ de forma a evitar que a taxa de crescimento de sua população impusesse a longo prazo carga excessiva sobre a economia nacional” (Alves, 2001:154).

⁴¹ O que quer dizer que “todas” as ONGs que foram recomendadas foram aprovadas (conforme os documentos e/1993/69, a/conf.171/pc/9 e a/conf.171/13/rev.1).

A maioria das ONGs credenciadas para a ICPD-Cairo/1994 eram “nacionais” (81,9%) e o número total de ONGs é menor do que na primeira conferência (UNCED-Rio/1992, que credenciou 1422 ONGs), mas é significativamente maior do que na segunda (WCHR-Viena/1993, que credenciou 841 de acordo com a ONU, mas lista apenas 802 nos documentos preliminares). Ao distribuírmos as ONGs por hemisférios, notamos que nessa conferência, a distribuição Norte-Sul é diferente das verificadas nas duas conferências anteriores, pois temos 32,5% do total de ONGs no Norte e 67,5% no *Sul*. Isso porque a grande maioria das ONGs *nacionais* credenciadas eram do Sul (75,0%) e, embora no caso das ONGs internacionais a maioria (66,0%) tenha sido de ONGs do Norte, o número de ONGs *internacionais* é menor (17,1% do total).

O continente em que se localiza o país anfitrião do evento, a África, concentrou 28,4% do total de ONGs credenciadas e 17,8% das internacionais (no caso da UNCED-Rio/1992, a região em que se localizava o país anfitrião, Brasil, ou seja, a América do Sul, somou 11,7% do total e 3,0% das ONGs internacionais – a América concentrou a maioria das ONGs, 42,8% mas sua região norte ficou com 27,9% do total de ONGs credenciadas; se pensarmos na WCHR-Viena/1993, o percentual da Europa, continente em que se localiza a Áustria, anfitriã da conferência, era de 33,5% do total e 54,7% das ONGs internacionais).

O continente americano é, aqui, também o que conta com a maior concentração (37,5% do total, sendo 20,9% na região Norte) e com 49,7% das ONGs internacionais (40,8% na região Norte). Mais especificamente, os Estados Unidos concentram 37,2% das ONGs internacionais e 17,4% do total de ONGs credenciadas (nos dois casos anteriores, esse país concentrava 22,3% do total e 36,9% das ONGs internacionais na UNCED-Rio/1992; e 11,1% do total e 19,5% das ONGs internacionais na WCHR-Viena/1993). Nos três eventos é o país com os maiores percentuais (total, nacionais e internacionais).

Quanto ao grau de concentração, o grupo dos 10 países com o maior número de ONGs, concentra 46,8% do total e 51,8% das ONGs internacionais credenciadas para a ICPD-Cairo/1994. Considerando que, no primeiro caso (UNCED-Rio/1992) o grau de concentração foi de 60,7% do total; e no segundo (WCHR-Viena/1993) foi de 63,2% do total; podemos dizer que a concentração é *menor* ao considerarmos o total de ONGs credenciadas nessa conferência.

Tabela 07. Distribuição geográfica das ONGs credenciadas para a ICPD-Cairo/1994

Distribuição	Internacional		Nacional		Não informado		Total	
	ONGs	%	ONGs	%	ONGs	%	ONGs	%
Total	191	17,1	916	81,9	10	0,9	1118	100,0
<i>Hemisférios</i>								
Norte	126	66,0	229	25,0	8	80	363	32,5
Sul	65	34,0	688	75,0	2	20	755	67,5
<i>Continentes</i>								
África	34	17,8	284	31,0			318	28,4
América	95	49,7	320	34,9	4	40,0	419	37,5
Ásia	12	6,3	220	24,0	1	10,0	233	20,8
Europa	45	23,6	73	8,0	4	40,0	122	10,9
Oceania	5	2,6	20	2,2	1	10,0	26	2,3
<i>Regiões da América</i>								
América Central	10	5,2	49	5,3			59	5,3
América do Norte	78	40,8	153	16,7	3	30,0	234	20,9
América do Sul	7	3,7	118	12,9	1	10,0	126	11,3
<i>Países da América do Norte</i>								
Canadá	6	3,1	17	1,9			23	2,1
Estados Unidos	71	37,2	120	13,1	3	30,0	194	17,4
México	1	0,5	15	1,6			16	1,4
<i>País anfitrião do evento</i>								
Egito	5	2,6	72	7,9			77	6,9
<i>10 países com o maior número de ONGs credenciadas (total):</i>								
Estados Unidos	71	37,2	120	13,1	3	30,0	194	17,4
Egito	5	2,6	72	7,9			77	6,9
Índia	2	1,0	69	7,5			71	6,4
Peru	2	1,0	25	2,7	1	10,0	28	2,5
Marrocos	3	1,6	24	2,6			27	2,4
Bangladesh	2	1,0	24	2,6			26	2,3
Brasil	1	0,5	25	2,7			26	2,3
Reino Unido	10	5,2	15	1,6			25	2,2
Filipinas	2	1,0	23	2,5			25	2,2
Nigéria	1	0,5	23	2,5			24	2,1
Soma dos 10 países	99	51,8	420	45,8	4	40,0	523	46,8
Demais países	92	48,2	496	54,2	6	60	594	53,2
Total	191	100	916	100	10	100	1118	100

Fonte: Elaborado a partir dos dados contidos em a/conf.171/7 e add.1;
a/conf.171/pc/6/ e add. 1 a 5; e/conf.84/pc/10 e add.1 a 3

Ao visualizar (no mapa 09) a distribuição das ONGs credenciadas e dos países que participaram com delegações oficiais, notamos que, embora a concentração tenha sido menor nessa conferência, ainda é bastante alta: na primeira representação, os países africanos e asiáticos que não contaram com nenhuma ONG credenciada aparecem em cinza e; na segunda, notamos a ausência dos países que não participaram com delegações oficiais (mas alguns destes tiveram ONGs credenciadas).

Mapa (09) Países e ONGs participantes da 3ª conferência da ONU: ICPD-Cairo/1994

Quanto a distribuição, por países, das ONGs credenciadas para a ICPD-Cairo/1994, é possível perceber (no mapa 10) que a maioria dos países sede de ONGs credenciadas concentram quantidades equivalentes, destacando-se apenas os Estados Unidos, a Índia e o Egito (que ficam bem visíveis no mapa 10). Em segundo lugar, aparecem alguns países espalhados pela América, Europa e Ásia. Embora a conferência tenha sido realizada no continente africano, notamos que diversos países dessa região não tiveram nenhuma ONG credenciada (estão na cor cinza).

A distribuição das ONGs “internacionais” credenciadas (no mapa 11) demonstra que a maioria dos países da África e das regiões Central e do Sul da América ficam em cinza (não tiveram nenhuma ONG internacional credenciada). Apenas os Estados Unidos mantém-se em destaque, e, no caso da Europa, o que “aparece” é sua parte ocidental (esse tipo de organização é mais comum na América do Norte e Europa Ocidental). Mas cabe destacar que alguns países africanos, latino americanos e asiáticos continuam aparecendo, ou seja, tiveram alguma ONG internacional credenciada.

O país anfitrião (Egito) teve uma grande quantidade de ONGs “nacionais” credenciadas e teve também ONGs internacionais participando (em menor número, é verdade). No caso das ONGs nacionais, os países que fazem fronteira ou estão próximos ao país anfitrião aparecem no mapa (tiveram ONGs credenciadas), mas no caso das ONGs internacionais parte deles desaparecem. Cabe ressaltar que Estados Unidos, alguns países do oeste Europeu e a *Índia*, mantém-se em destaque a despeito do local onde a conferência é realizada: Brasil (América do Sul); Áustria (Europa); ou África (Egito).

Portanto, podemos dizer que o credenciamento de ONGs para essa conferência “cobriu” a maioria dos países do globo, sendo mais dispersa no caso das ONGs nacionais (que incluem as organizações de base, locais e regionais) e mais concentrada no caso das ONGs internacionais (aquelas que possuem membros em mais de um país ou que atuam em mais de um país).

No caso das ONGs internacionais, contudo, e a despeito das nuances observadas, a ICPD-Cairo/1994 também “confirma” a idéia geral de que as ONGs mantêm suas sedes concentradas na América do Norte (sobretudo Estados Unidos) e Europa ocidental.

Mapa (11) Distribuição das ONGs credenciadas para a ICPD-Cairo/1994: Internacionais

Detalhe 1: Europa

Detalhe 3: Sede do Evento

Detalhe 2: Índia e Japão

Quanto à distribuição geográfica das sedes das ONGs que intervieram nessa conferência, notamos que foram permitidas 33 intervenções de ONGs (sendo que os Estados realizaram 155 intervenções) na ICPD-Cairo/1994:

Tabela 08. Distribuição geográfica das ONGs que intervieram na ICPD-Cairo/1994

País-sede das ONGs que intervieram				ONGs credenciadas					ONGs que intervieram			
Países (todos participaram da conferência com delegações oficiais)	o país é membro da ONU desde:	o país interviu	% do total de intervenções	Credenciadas	% credenciadas	Nacionais	Internacionais	Não informado	Nacional	Internacional	Total	% total de intervenções
Estados Unidos	24/10/1945	0	0,0	194	17,4	120	71	3	5	7	12	36,4
Suíça	10/9/2002	1	0,6	12	1,1	4	5	3		4	4	12,1
Egito	24/10/1945	0	0,0	77	6,9	72	5	0	1	1	2	6,1
França	24/10/1945	1	0,6	6	0,5	3	3	0		2	2	6,1
Reino Unido	24/10/1945	1	0,6	25	2,2	15	10	0		2	2	6,1
Alemanha	18/9/1973	1	0,6	10	0,9	7	3	0		1	1	3,0
Áustria	14/12/1955	1	0,6	2	0,2	1	1	0		1	1	3,0
Canadá	9/11/1945	1	0,6	23	2,1	17	6	0		1	1	3,0
Índia	30/10/1945	1	0,6	71	6,4	69	2	0	1		1	3,0
Japão	18/12/1956	1	0,6	17	1,5	13	4	0	1		1	3,0
Nepal	14/12/1955	1	0,6	8	0,7	8	0	0	1		1	3,0
Salomão	19/9/1978	0	0,0	3	0,3	3	0	0	1		1	3,0
Tailândia	16/12/1946	1	0,6	3	0,3	2	1	0		1	1	3,0
Venezuela	15/11/1945	1	0,6	10	0,9	9	1	0		1	1	3,0
Não Encontrado			0,0		0,0						2	6,1
Total		11	6,6	461	41,4	343	112	6	10	22	33	100,0

Fonte: a/conf.171/13/rev.10, p. 125-7, pesquisa no banco de dados e na Internet.

Os países sede de ONGs que intervieram concentram 41,4% das ONGs credenciadas (sendo 58,6% das ONGs internacionais e 37,4% das ONGs nacionais credenciadas). Cabe ressaltar que a concentração aqui é próxima do percentual da primeira conferência (UNCED-Rio/1992, caso em que os países com ONGs que intervieram concentravam 40,6% do total de ONGs credenciadas), mas é bem menor do que no caso da segunda conferência (WCHR-Viena/1993, caso em que 59,7% das ONGs credenciadas estavam concentradas nos mesmos países que tiveram ONGs que intervieram).

O mapa seguinte permite visualizar a concentração das sedes das ONGs que intervieram e perceber que a é ainda mais marcante do que no caso das ONGs internacionais credenciadas (como demonstrada no mapa 11), mas é relativamente parecida com os demais mapas de ONGs que intervieram (nas duas conferências anteriores):

Mapa (12) Distribuição das ONGs que intervieram na ICPD-Cairo/1994

Concluimos, assim, que no caso da ICPD-Cairo/1994 o argumento do *desnível Norte-Sul* com predomínio *numérico* de ONGs do *Norte* não se confirma. Ao contrário, aqui a maioria das ONGs é do *Sul* (67,5%), o que é ainda mais marcante no caso das ONGs *nacionais* (75,0%) que constituem a maioria do total (82,% das 1118 credenciadas). Apenas no caso das ONGs *internacionais* é que o argumento se confirma (66,0%) mas ainda é menor do que nos dois casos anteriores (na UNCED-Rio/1992, 84,7% das ONGs internacionais eram do Norte; e na WCHR-Viena/1993, o percentual era de 83,5% de ONGs internacionais com sede em países do Norte).

Quanto ao segundo argumento – de que a concentração das ONGs *espelha* as atuais constelações de poder, concentrando-se no eixo Europa-América (anglo-saxônica) – podemos dizer que se confirma no caso das ONGs internacionais (somados os dois continentes chegam a 73,3% das *internacionais*). Porém, no caso do total, o segundo continente com maior concentração é a África (28,4%) e o terceiro é a Ásia (20,8%); a Europa fica com apenas 10,9% do total de ONGs credenciadas para a ICPD-Cairo/1994, resultado bem diferente dos dois primeiros casos estudados (28,3% e 33,5%).

1.4 – Distribuição geográfica das ONGs credenciadas para a WSSD-Copenhague/1995

A Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Social (WSSD – *World Summit For Social Development*) foi realizada entre 6 a 12 de março de 1995, na cidade de Copenhague, Dinamarca (e será referida aqui como WSSD-Copenhague/1995).

O objetivo da conferência não tinha precedente⁴², pois se tratava de discutir a importância do “desenvolvimento social” – uma idéia que pode ser considerada um dos frutos do envolvimento da sociedade civil nas conferências anteriores que fez com que a noção de “desenvolvimento” ganhasse outros conteúdos além do “econômico”, envolvendo a necessidade de se pensar no “bem-estar humano de todos”⁴³. Devido a esse tipo de enfoque, a WSSD-Copenhague/1995 contribuiu para que a importância das ONGs fosse mais reconhecida, embora seja preciso dizer que tal reconhecimento restringia-se ao tratamento das ONGs como *experts* – na questão do *desenvolvimento social* – e não como tendo um papel na *tomada de decisão* ou no monitoramento (Alves, 2001). Para a WSSD-Copenhague/1995 foram aceitos os pedidos de credenciamento de **1299** ONGs⁴⁴ das quais analisamos a *distribuição geográfica* (ou seja, *de onde* eram as ONGs credenciadas como observadoras e também como se distribuem as sedes daquelas que intervieram nos eventos oficiais). Das ONGs credenciadas para a WSSD-Copenhague/1995 a maioria era “nacional” (74,7%)⁴⁵.

⁴² Tanto a UNCED-Rio/1992, como a WCHR-Viena/1993 e também a ICPD-Cairo/1994 constituíam a continuação de uma série de conferências periódicas sobre os temas em questão (meio ambiente, direitos humanos e população). Para maiores detalhes a respeito das séries de conferências da ONU, consultar, além dos livros e artigos citados na nota (33) do início do capítulo, a página da organização (<http://www.un.org/>) e os seguintes documentos: United Nations. 2007. *United Nations Development Agenda: Development for All (Goals, commitments and strategies agreed at the United Nations World conferences and Summits since 1990)*. New York: United Nations publication. _____. 2005. *Follow-up mechanisms for major UN conferences and summits*. Department of Economic and Social Affairs. New York: United Nations publication.

⁴³ Diante do desafio de “estabelecer um modelo de desenvolvimento social centrado nas pessoas” parecia essencial, aos chefes de Estado, “construir uma cultura de cooperação e parceria para responder às necessidades imediatas daqueles mais afetados pela privação humana” (*a/conf.166/9:9* apud Alves, 2001:208) porém “parceria” não poderia significar “transferência de responsabilidades”, num contexto em que “o neoliberalismo, como alternativa ‘eficiente’ ao chamado Estado-Providência, e o culto do mercado como fator de regulação ‘natural’ da convivência social, configuravam a ideologia dominante em escala planetária” (Alves, 2001:181).

⁴⁴ Apenas um pedido foi negado, da organização não governamental – UNPO – *Unrepresented Nations & People's Organization*, ONG holandesa que têm como membros “indigenous peoples, occupied nations, minorities and independent states or territories who have joined together to protect their human and cultural rights, preserve their environments, and to find non-violent solutions to conflicts which affect them”, cf. <http://www.unpo.org>.

⁴⁵ Apenas quatro das 1299 ONGs não informaram o “âmbito” de atuação (nacional ou internacional), enquanto no primeiro evento (UNCED-Rio/1992) 133 ONGs não informaram o âmbito; e no terceiro (ICPD-Cairo/1994) tivemos 10 organizações não governamentais que não informaram seu âmbito de atuação.

Nesse caso, novamente, as evidências contrariam o *argumento do desnível Norte-Sul*, na medida em que a distribuição por hemisfério possibilita notar que a maioria das ONGs credenciadas possuem suas sedes (escritórios administrativos) no *Sul* (61,6%), diferente dos resultados da UNCED-Rio/1992 (42,1%) e da WCHR-Viena/1993 (49,5%), porém mais próximo da ICPD-Cairo/1994 (67,5%). Tal dado refere-se ao “total” de ONGs credenciadas (a soma das ONGs “nacionais” e das “internacionais”).

Apenas quando consideramos separadamente as ONGs “internacionais” é que voltamos a ter uma concentração no *Norte* (60,3%), mas, ainda assim, menor do que nos casos anteriores – na primeira conferência (UNCED-Rio/1992) chegou a 84,7%; na segunda (WCHR-Viena/1993) ficou em 83,5%; só diminuindo significativamente na terceira (ICPD-Cairo/1994) quando ficou em 66,0%.

Na distribuição por continentes, América, África, Ásia e Europa apresentam percentuais bem mais próximos do que nos outros casos estudados: a América ainda tem o maior número de ONGs, mas seu percentual (26,8% do total) é bem próximo do percentual da África (26,6%), enquanto o percentual da Europa (23,5%) fica bem próximo do percentual Asiático (21,8%). Mesmo assim, a região Norte da América se mantém concentrando a maior parte das ONGs internacionais (30,8%), e os Estados Unidos continuam no topo dos países com maior percentual de ONGs (10,8% do total e 26,8% das ONGs internacionais têm sede no país).

Distribuindo as ONGs credenciadas por país-sede, podemos notar que temos ONGs com sede em 144 países, sendo que 47,9% dos países somam apenas 9,3% do total de ONGs (já que temos 34 países com apenas uma ONG; 18 com duas e 17 com três ONGs credenciadas). A concentração pode ser mais bem apreendida ao percebermos que o grupo dos 10 países com maior número de ONGs credenciadas, soma agora 39,2% do total de ONGs credenciadas e 52,9% das internacionais, diferente dos primeiros casos em que a concentração foi bem mais marcante: 60,7% na UNCED-Rio/1992; de 63,2% na WCHR-Viena/1993; e 46,8% do total na ICPD-Cairo/1994.

Podemos notar na tabela seguinte que entre os países com maior número de ONGs estão Estados Unidos e Canadá; Bélgica, Dinamarca e Reino Unido; Índia, Bangladesh e Filipinas; além de Egito e Nigéria.

Tabela 09. Distribuição geográfica das ONGs credenciadas para a WSSD-Copenhague/1995

Distribuição	Internacional		Nacional		Não informado		Total	
	ONGs	%	ONGs	%	ONGs	%	ONGs	%
Total	325	25,0	971	74,7	4	0,3	1299	100,0
<i>Hemisférios</i>								
Norte	196	60,3	300	30,9	3	75,0	499	38,4
Sul	129	39,7	671	69,1	1	25,0	801	61,6
<i>Continentes</i>								
África	51	15,7	295	30,4			346	26,6
América	129	39,7	218	22,5	1	25,0	348	26,8
Ásia	45	13,8	239	24,6			284	21,8
Europa	95	29,2	208	21,4	2	50,0	305	23,5
Oceania	5	1,5	11	1,1	1	25,0	17	1,3
<i>Regiões da América</i>								
América Central	14	4,3	54	5,6			68	5,2
América do Norte	100	30,8	95	9,8			195	15,0
América do Sul	15	4,6	67	6,9	1	25,0	83	6,4
<i>Países da América do Norte</i>								
Canadá	6	3,1	17	1,9			23	2,1
Estados Unidos	71	37,2	120	13,1			194	17,4
México	1	0,5	15	1,6			16	1,4
<i>País anfitrião do evento</i>								
Dinamarca	7	2,2	37	3,8			44	3,4
<i>10 países com o maior número de ONGs credenciadas (total)</i>								
Estados Unidos	87	26,8	53	5,5			140	10,8
Índia	8	2,5	91	9,4			99	7,6
Dinamarca	7	2,2	37	3,8			44	3,4
Canadá	12	3,7	30	3,1			42	3,2
Bangladesh	7	2,2	32	3,3			39	3,0
Egito	6	1,8	31	3,2			37	2,8
Nigéria	4	1,2	25	2,6			29	2,2
Reino Unido	13	4,0	15	1,5			28	2,2
Filipinas	6	1,8	21	2,2			27	2,1
Bélgica	22	6,8	3	0,3			25	1,9
Soma dos 10 países	172	52,9	338	34,8	0	0,0	510	39,2
Demais países	153	47,1	633	65,2	4	100	789	60,8
Total	325	100	971	100	4	100	1299	100

Fonte: Elaborado a partir dos dados contidos em a/49/24, aneex III, decision 1/1; a/49/24/add.1, annex I, decision 2/1; a/conf.166/pc/28, annex 1, decision 3/1.

Notamos (no mapa 13) que a distribuição do total de ONGs credenciadas (primeira parte) que grande maioria dos países teve alguma ONG credenciada como observadora (os gráficos que representam as ONGs totais, nacionais e internacionais sobrepõem boa parte da Europa, mas também da África e da Ásia e até mesmo da América Central) e também contaram com delegações oficiais (os que não enviaram delegados oficiais ou que não tiveram alguma ONG credenciada aparecem em cinza).

Mapa (13) Países e ONGs participantes da 4ª conferência da ONU: WSSD-Copenhague/1995

Cabe ressaltar que a *Índia* destaca-se como o país com o maior número de ONGs *nacionais* credenciadas (o que ficará evidente no mapa 14, no qual o país destaca-se dos demais, inclusive dos Estados Unidos que, até então, apresentavam sempre o maior número de ONGs credenciadas, tanto nacionais, quanto internacionais). No caso das ONGs nacionais, existem áreas em “cinza” no mapa (o que significa que existem países sem nenhuma ONG credenciada), mas são relativamente menos numerosas do que nas conferências anteriores, assim, pode-se dizer que no caso da WSSD-Copenhague/1995 existe uma “cobertura” maior dos países do globo.

Quando consideramos apenas as ONGs internacionais (representadas no mapa 15) as áreas em cinza (países sem nenhuma ONG credenciada) aumentam significativamente e os Estados Unidos se destacam, novamente, como o país com o maior número de ONGs *internacionais* credenciadas. Os demais países com ONGs internacionais credenciadas ficam mais ou menos na mesma “faixa” (da mesma cor) e a maioria das áreas “cinza” estão localizadas África, Ásia e América Latina.

Entretanto, é visível que mais países africanos tiveram pelo menos uma ONG internacional credenciada (no caso da UNCED-Rio/1992 as áreas “cinza” eram bem mais marcantes e cobriam praticamente toda a África e Ásia; no caso da WCHR-Viena/1993 também a África e o leste Europeu praticamente não Aparecem; se olharmos para o mapa da ICPD-Cairo/1994 que foi realizada num país africano, o Egito, podemos notar que, a despeito disso, boa parte da África e da Ásia matinhm-se na cor “cinza”, sem nenhuma ONG credenciada). Numericamente, podemos dizer que no caso dessa conferência, dos 144 países com ONGs credenciadas, 78 tiveram ao menos uma ONG internacional credenciada, o maior percentual de países com esse tipo de ONG (como veremos no item 1.7 que analisa a evolução da participação de ONGs na ONU).

Portanto, podemos dizer que, dos casos estudados até agora, a WSSD-Copenhague/1995 seria um dos exemplos de “distribuição” geográfica (de ONGs credenciadas) mais abrangente, sobretudo quando consideramos as ONGs *nacionais*. Assim é possível dizer que, chegando à metade da década de 1990, o fenômeno da participação de ONGs nas conferências (que iniciou-se com a UNCED-Rio/1992 e teve prosseguimento na WCHR-Viena/1993 e na ICPD-Cairo/1994) estava relativamente consolidado como algo constante no cenário internacional.

Mapa (14) Distribuição das ONGs credenciadas para a WSSD-Copenhague/1995: Nacionais

Detalhe 1: Europa (e sede do evento - Dinamarca)

Detalhe 3: Africa

Detalhe 2: América Latina

Mapa (15) Distribuição das ONGs credenciadas para a WSSD-Copenhague/1995: Internacionais

Detalhe 1: Europa (e sede do evento - Dinamarca)

Detalhe 3: Africa

Detalhe 2: América Latina

A distribuição geográfica das sedes das ONGs que puderam intervir – sendo que das 1299 ONGs credenciadas para a WSSD-Copenhague/1995, apenas as 41 intervieram (os Estados-membros realizaram 147 intervenções) foi como segue:

Tabela 10. Distribuição geográfica das ONGs que intervieram na WSSD-Copenhague/1995

País-sede das ONGs que intervieram				ONGs credenciadas					ONGs que intervieram			
Países (todos participaram da conferência com delegações oficiais)	o país é membro da ONU desde:	o país interviu	% do total de intervenções	Credenciadas	% credenciadas	Nacionais	Internacionais	Não informado	Nacional	Internacional	Total	% total de intervenções
Estados Unidos	24/10/1945	1	0,7	140	11	53	87	0	1	6	7	17,1
França	24/10/1945	1	0,7	24	1,8	9	14	1	1	6	7	17,1
Bélgica	27/12/1945	1	0,7	25	1,9	3	22	0		3	3	7,3
Alemanha	18/9/1973	1	0,7	16	1,2	9	7	0		1	1	2,4
Canadá	9/11/1945	1	0,7	42	3,2	30	12	0		1	1	2,4
Chile	24/10/1945	1	0,7	9	0,7	3	6	0		1	1	2,4
Dinamarca	24/10/1945	1	0,7	44	3,4	37	7	0		1	1	2,4
Holanda	10/12/1945	1	0,7	14	1,1	10	4	0		1	1	2,4
Índia	30/10/1945	1	0,7	99	7,6	91	8	0	1		1	2,4
Malásia**	17/9/1957	1	0,7	3	0,2	0	3	0	1		1	2,4
Noruega	27/11/1945	1	0,7	18	1,4	18	0	0		1	1	2,4
Panamá	13/11/1945	1	0,7	5	0,4	3	2	0		1	1	2,4
Reino Unido	24/10/1945	1	0,7	28	2,2	15	13	0		1	1	2,4
Suíça	10/9/2002	1	0,7	10	0,8	3	6	1		2	2	2,4
Tunísia	12/11/1956	1	0,7	9	0,7	8	1	0	1		1	2,4
Egito									1		1	2,4
Não Encontrado ⁴⁶											10	24,4
Totais		15	10,5	9,5	486	37,4	292	192	2		41	100

Fonte: elaborado a partir de: A/CONF.157/24 (Part I), p. 11-6 e pesquisa no banco de dados e na Internet.

*SP: Sessão Plenária. **Malásia não participou oficialmente da conferência

Podemos visualizar (no mapa 16) que a distribuição das sedes das ONGs que intervieram na WSSD-Copenhague/1995, demonstra sua concentração nos Estados Unidos e parte da Europa (França, Suíça, Bélgica, Alemanha, Dinamarca, Holanda, Noruega e Reino Unido). Entretanto, podemos notar, também, que países como Chile, Índia, Panamá e Tunísia também aparecem.

⁴⁶ Nesse caso, não encontramos a localização de dez dentre as ONGs que intervieram (mas podemos supor que uma era africana – *African Caucus* – e outra era latino-americana – *Latin American Caucus*. Os demais cujo país sede não foi especificado (e que não foi possível determinar, com certeza, de onde eram) poderiam aumentar o grau de concentração no eixo “América Anglo-Saxônica” – “Europa”, mas isso é apenas uma possibilidade porque, de fato, não foi possível encontrar o país sede das organizações responsáveis por oito das intervenções que são atribuídas às seguintes organizações: *Development Caucus*; *Disability Caucus*; *International Council of Women*; *National Union of Working Women*; *Ngo Committee on Ageing*; *Soroptimist International* e *World Council of Churches*.

Mapa (16) Distribuição das ONGs que intervieram na WSSD-Copenhague/1995

Portanto, concluímos que na WSSD-Copenhague/1995 o argumento do *desnível Norte-Sul* com predomínio numérico de ONGs do *Norte* sobre as do *Sul* não se confirma: tal como no caso da conferência anterior (ICPD-Cairo/1994) a maioria das ONGs credenciadas são originárias de países do *Sul* (61,6%), sendo que a concentração das ONGs *nacionais* no *Sul* é ainda maior (69,1%). Novamente, no caso das ONGs *internacionais* é que a concentração é no *Norte* (60,3%).

Quanto ao segundo argumento, notamos que o eixo Europa-América concentra, agora, metade do total de ONGs credenciadas (50,3%) e a maioria das ONGs internacionais (69,8%), sendo que a distribuição pelos continentes é a mais equilibrada até então e a África é o continente com o segundo maior percentual (26,6%). Assim, é possível dizer que apenas quando consideramos separadamente as ONGs *internacionais* e as que *intervieram* é que o argumento de que a concentração das ONGs *espelha* as atuais constelações de poder (ou seja, está no eixo América (anglo-saxônica)-Europa) fica próximo da realidade. Ao considerarmos o *total*, esse argumento precisa ser nuançado.

1.5 – Distribuição geográfica das ONGs credenciadas para a FWCH-Beijing/1995

O quinto evento estudado foi a “Quarta Conferência das Nações Unidas sobre a mulher: Ação pela Igualdade, Desenvolvimento e Paz”, realizada em Beijing, China, de 4 a 15 de setembro de 1995 (referida aqui como FWCW-Beijing/1995, sendo “FWCW” as iniciais do nome da conferência em inglês – “*Fourth World Conference on Women: Action for Equality, Development and Peace*”).

A experiência adquirida nas outras conferências (dentre as quais, as quatro já analisadas) serviu para organizar melhor as demandas das mulheres nos fóruns da ONU, e, além disso, as ONGs também puderam “falar” nas plenárias oficiais e, decididas transformar os “compromissos” assumidos em realidades, publicavam cada promessa feita por um delegado oficial, de modo a reforçar a adesão dos Estados aos compromissos assumidos na conferência, que, em grande medida, eram resultantes de recomendações feitas por ONGs⁴⁷. Isso não significa as ONGs dedicadas à causa das mulheres, não tenham encontrado dificuldades para sua atuação que, também, explicitou a diferença entre ONGs do “Norte” e do “Sul” (Alves, 2001). A despeito dos diversos desafios envolvidos na participação de ONGs e na organização do evento, foi a “maior conferência jamais realizada sob os auspícios das Nações Unidas”, embora tenha sido também a que teve a pior cobertura por parte da mídia, a despeito de ter reunido o maior número de pessoas⁴⁸: trata-se da conferência com o maior número de ONGs credenciadas, pois, 2079 ONGs foram “aceitas” como observadoras⁴⁹.

⁴⁷ No caso de FWCW-Beijing/1995 um grande número de participantes nos encontros preparatórios criaram novos *caucus* e negociavam com delegações oficiais, sendo que a WEDO (Women’s Environment and Development Organization) coordenou um *Linkage Caucus* e circulou três documentos que serviam de base para as ONGs realizarem pressões, e assim, mesmo sem poder “falar” as ONGs puderam influir (Alves, 2001).

⁴⁸ “Segundo dados anunciados dois dias antes do encerramento da conferência pela porta-voz oficial Thérèse Gastaut, até aquela data o número de pessoas inscritas no evento intergovernamental [...] ascendia a 16.829, sendo 4.969 delegadas e delegados de 189 Estados-membros e observadores da ONU, 4.020 integrantes de ONGs e 3.235 jornalistas (*media people*). Se a esse total forem acrescentadas as cerca de 35.000 participantes do fórum não-governamental de Huairou, reunido imediatamente antes da periferia da capital chinesa, a Conferência de Beijing terá tido, no conjunto, uma afluência mais de duas vezes e meia maior do que a Cúpula de Copenhague ou a Conferência do Cairo e mais de cinco vezes superior à Conferência de Viena sobre os Direitos Humanos” (Alves, 2001:218).

⁴⁹ Mas foi também a conferência que mais “rejeitou” de pedidos de credenciamento de ONGs: das 2090 recomendadas, 11 foram recusadas; porém, 267 sequer foram “recomendadas” por diversos motivos, dentre os quais: “(1) *The organization was strictly local, or provided insufficient evidence to demonstrate that it had national or international membership/ activities*; (2) *The primary objective and/ or purpose of the organization was either not clearly relevant or seemed to be outside the substantive scope of the Fourth World Conference on Women and its preparatory process*. (3) *Not enough information was supplied to enable the secretariat to complete its review*; (4) *The group was not a well-established, or bona fide, non-governmental organization, and/ or did not provide information to demonstrate that it was an incorporated organization in the country in which it maintained its headquarters*” (e/1995/91, 20 June 1995, p. 2°).

Notamos que a FWCW-Beijing/1995 foi a conferência que mais “aceitou” credenciamento de ONGs (pois chegou a 2079 organizações não governamentais) e foi também a que mais aceitou o credenciamento de ONGs *nacionais* (89,6%).

Tabela 11. Distribuição geográfica das ONGs credenciadas para a FWCW-Beijing/1995

Distribuição	Internacional		Nacional		Total	
	ONGs	%	ONGs	%	ONGs	%
Total	216	10,4	1863	89,6	2079	100,0
<i>Hemisférios</i>						
Norte	151	69,9	813	43,6	964	46,4
Sul	65	30,1	1050	56,4	1115	53,6
<i>Continentes</i>						
África	29	13,4	403	21,7	432	20,8
América	97	44,9	549	29,5	646	31,1
Ásia	22	10,2	401	21,6	423	20,3
Europa	63	29,2	450	24,2	513	24,7
Oceania	5	2,3	60	3,2	65	3,1
<i>Regiões da América</i>						
América Central	4	1,9	62	3,3	66	3,2
América do Norte	86	39,8	356	19,1	442	21,4
América do Sul	7	3,2	131	7,0	138	6,6
<i>Países da América do Norte</i>						
Canadá	8	3,7	78	4,2	86	4,1
Estados Unidos	78	36,1	252	13,5	330	15,9
México	0	0,0	26	1,4	26	1,3
<i>País anfitrião do evento</i>						
China ⁵⁰			34	1,8	34	1,6
<i>10 países com o maior número de ONGs credenciadas</i>						
Estados Unidos	78	36,1	252	13,5	330	15,9
Canadá	8	3,7	78	4,2	86	4,1
Índia	1	0,5	84	4,5	85	4,1
Reino Unido	18	8,3	57	3,1	75	3,6
Espanha	5	2,3	54	2,9	59	2,8
França	9	4,2	44	2,4	53	2,5
Suécia	2	0,9	46	2,5	48	2,3
Holanda	5	2,3	36	1,9	41	2,0
Egito	4	1,9	35	1,9	39	1,9
Austrália	2	0,9	37	2,0	39	1,9
Soma dos 10 países	132	61,1	723	38,8	855	41,1
Demais países	84	38,9	1140	61,2	1224	58,9
Totais	216	100,0	1863	100,0	2079	100,0

Fonte: Elaborado a partir de e/1995/91; e/1995/91/corr.1; e/cn.6/1995/1.4 e add1a 3

⁵⁰ Cabe notar que a China, país anfitrião do evento, contou com 34 ONGs, mais do que em qualquer outra conferência (dentre aquelas que estamos analisando): nas conferências anteriores teve os seguintes números de ONGs credenciadas: UNCED-Rio/1992, 2 ONGs; WCHR-Viena/1993, 3 ONGs; ICPD-Cairo/1994, 16 ONGs; e WSSD-Copenhague/1995, 7 ONGs.

Na distribuição por hemisférios, verificamos que a maioria das ONGs credenciadas é de países do Sul (53,6%), mas se considerarmos apenas as ONGs internacionais, teremos a concentração no Norte (69,9%).

No caso da distribuição por continentes, a América ainda possui o maior percentual (31,1% do total e 44,9% das internacionais) e a Ásia (continente em que está localizado país sede do evento) conta com 20,3% do total de ONGs credenciadas. Novamente, na América, a região Norte apresenta o maior percentual (39,8% das internacionais e 21,4% do total de ONGs), e os Estados Unidos, novamente, constitui o país com o maior percentual do total de ONGs (15,9%) e também das ONGs internacionais (36,1%), mantendo, desse modo, sua regularidade: é sempre o país com o maior número de ONGs credenciadas (*internacionais e totais*).

Com a distribuição por países notamos que o grau de concentração (a soma dos 10 países com o maior número total de ONGs credenciadas, que representam 5,9% dos países com alguma ONG) fica em 41,1% do total de ONGs – maior do que na quarta conferência (WSSD-Copenhague/1995) que foi de 39,2%, porém menor do que nos outros três casos, pois na primeira (UNCED-Rio/1992) foi de 63,2%; na segunda (WCHR-Viena/1993) foi de 60,7%; e na terceira (ICPD-Cairo/1994) foi de 46,8%. Portanto, podemos dizer que a concentração foi a segunda menor (dentre os cinco casos analisados). Porém, quando observamos que foram credenciadas ONGs de 151 países e que os países com os menores números de ONGs (23 países com apenas uma ONG; 17 com duas ONGs e 11 com três ONGs) representam 33,7% do total de países (com alguma ONG credenciada) e somam apenas 4,3% do total de ONGs, concluímos que a concentração ainda é muito alta.

Notamos (no mapa 17) a ausência de delegações oficiais de alguns países africanos e asiáticos (que aparecem na cor “cinza”) e, em alguns casos, os mesmos não tiveram ONGs credenciadas. Entretanto, é possível perceber que grande parte dos países esteve presente com delegações oficiais (189 países participaram com delegações oficiais) e tiveram ONGs credenciadas (diferente da WCHR-Viena/1993 em que notamos vários países africanos sem nenhuma ONG credenciada, nessa conferência, 151 países tiveram ao menos “uma” ONG credenciada).

Mapa (17) Países e ONGs participantes da 5ª conferência da ONU: FWCW-Beijing/1995

Tal como nas demais conferências em estudo, os Estados Unidos se destacam no mapa (18) que representa a distribuição (por países) das ONGs *nacionais* credenciadas. Outra observação é que o Canadá e alguns países do oeste Europeu também apresentam uma tonalidade mais forte, assim como a *Índia* (que novamente se destaca). Os demais países ficam mais ou menos na mesma “faixa” (apresentam quantidades próximas de ONGs credenciadas). Ausências podem ser notadas na África e na Ásia, mas são bem menos numerosas do que nos casos anteriores.

Ao observarmos o mapa que representa a distribuição (por países) das ONGs *internacionais* credenciadas, tal como nas outras conferências, as ausências são bem mais marcantes e cobrem boa parte da América Latina, África, Ásia e o Leste Europeu. Novamente, destacam-se os Estados Unidos, mas também o Reino Unido, França, Canadá, Bélgica, Espanha, Holanda, Alemanha, e, além desses já esperados (europeus ou da América Anglo-Saxônica), *Filipinas* e *Senegal* que ficam entre os “10 países com maiores números de ONGs internacionais credenciadas”.

Nos dois casos, entretanto, notamos que os Estados Unidos possuem um número de ONGs muito superior ao dos demais países. A escala de “cor” dos mapas é sempre a mesma (a cada 10 ONGs a tonalidade fica mais escura) e, como será possível notar a seguir, nos dois mapas (das nacionais e das internacionais) apenas os Estados Unidos aparecem destacados, porque, de fato, possuem o maior número de ONGs credenciadas. No primeiro é possível até notar a Índia, o Canadá e alguns países da Europa, mas no segundo, apenas os Estados Unidos aparecem destacados.

Até mesmo quando observamos o último mapa a respeito dessa conferência (que representa a distribuição das ONGs que intervieram na FWCW-Beijing/1995) os Estados Unidos ficam em destaque, embora se possa ver também o Reino Unido, a Bélgica, a Suíça, a Austrália, a França e o Quênia com uma tonalidade um pouco mais forte (a escala é menor e as cores ficam mais fortes a cada intervenção “a mais” em relação aos demais países).

Portanto, embora as ONGs não se concentrem no *Norte* quando consideramos o *total*, a presença de ONGs de alguns países específicos (a maioria do eixo América do Norte – Europa) é sempre mais numerosa (em todos os casos estudados até agora).

Mapa (18) Distribuição das ONGs credenciadas para a FWCW-Beijing/1995: Nacionais

Detalhe 1: Europa

Detalhe 3: Sede do Evento

Detalhe 2: América do Norte

*

*

Mapa (19) Distribuição das ONGs credenciadas para a FWCW-Beijing/1995: Internacionais

Detalhe 1: Europa

Detalhe 3: Sede do Evento

Detalhe 2: América do Norte

Nessa conferência, 52 intervenções foram realizadas por ONGs (os Estados realizaram 188 intervenções), sendo que a maioria delas tinha sede nos Estados Unidos (25,0%); ou em países europeus (36,4%). Contudo, é notável que ONGs de vários países fora do eixo Europa-América do Norte também intervieram:

Tabela 12. Distribuição geográfica das ONGs que intervieram na FWCW-Beijing/1995

País-sede das ONGs que intervieram				ONGs credenciadas				ONGs que intervieram			
Países (membros abaixo participaram da conferência com delegações oficiais)	Membro da ONU desde:	Nº de vezes interviu	% do total de intervenções	Credenciadas	% credenciadas	Nacionais	Internacionais	Nacional	Internacional	Total	% total de intervenções
Estados Unidos	24/10/1945	1	0,5	330	15,9	252	78	2	11	13	25,5
Bélgica	27/12/1945	1	0,5	16	0,8	9	7	1	3	4	7,8
Suíça	10/9/2002	1	0,5	12	0,6	9	3		4	4	7,8
Austrália	1/11/1945	1	0,5	39	1,9	37	2		3	3	5,9
França	24/10/1945	1	0,5	53	2,5	44	9	1	1	2	3,9
Mali	28/9/1960	1	0,5	8	0,4	7	1	1	1	2	3,9
Reino Unido	24/10/1945	1	0,5	75	3,6	57	18		3	3	5,9
Alemanha	18/9/1973	1	0,5	13	0,6	9	4		1	1	2,0
Arábia Saudita	24/10/1945			1	0,0		1		1	1	2,0
Barbados	9/12/1966	1	0,5					1		1	2,0
Canadá	9/11/1945	1	0,5	86	4,1	78	8		1	1	2,0
Egito	24/10/1945	1	0,5	39	1,9	35	4		1	1	2,0
Espanha	14/12/1955	1	0,5	59	2,8	54	5	1		1	2,0
Fiji	13/10/1970	1	0,5	6	0,3	4	2	1		1	2,0
Índia	30/10/1945	1	0,5	85	4,1	84	1		1	1	2,0
Marrocos	12/11/1956	1	0,5	25	1,2	23	2	1		1	2,0
Nigéria	7/10/1960	1	0,5	27	1,3	25	2	1		1	2,0
Paquistão	30/9/1947	1	0,5	22	1,1	22	0		1	1	2,0
Peru	31/10/1945	2	1,1	12	0,6	11	1		1	1	2,0
Polónia	24/10/1945	1	0,5	8	0,4	8	0	1		1	2,0
Quênia	16/12/1963	1	0,5	26	1,3	22	4		1	1	2,0
Somália	20/9/1960							1		1	2,0
Tailândia	16/12/1946	1	0,5	14	0,7	13	1	1		1	2,0
Não Encontrado ⁵¹										4	7,8
Totais		22	11,1	956	46,1	803	153	14	33	51	100,0

Fonte: elaborado a partir de a/conf.177/20/rev.1

O número de intervenções foi maior do que a maioria dos casos anteriores (só perdendo para a WCHR-Viena/1993 que teve 65 intervenções de ONGs) e que o número de países com ONGs que intervieram também só é menor do que no caso da conferência sobre direitos humanos.

⁵¹ As ONGs responsáveis por intervenção na FWCW-Beijing/1995, cujos países sede não foram encontrados (algumas por constituírem “cáucus” ou agrupamentos de ONGs) foram as seguintes: *African Caucus of Femmet*, *Coalition of Youth Ngos*, *World Ass of Girls Guides And Girls Scouts* e *Ngos Forum In Beijing*.

Mapa (20) Distribuição das ONGs que intervieram na FWCW-Beijing/1995

Concluimos, portanto, que também na FWCW-Beijing/1995 a concentração do *total* de ONGs credenciadas é no *Sul* (53,6%) e não no *Norte* – tal como afirma o argumento do *desnível Norte-Sul*. Novamente, apenas quando consideramos as ONGs *internacionais* é que a concentração é no *Norte* (69,9%), mas estas representam a minoria do total de ONGs credenciadas (10,4%) de modo que podemos dizer que a maioria das ONGs que participaram da conferência era originária de países do *Sul*.

Mas não se pode negligenciar que embora a concentração tenha diminuído um pouco em relação aos outros eventos, ainda é alta e restrita a um grupo de países do *Norte*, pois entre os países com os maiores números de ONGs só aparecem dois do *Sul* (Índia, Egito) e mais um fora do eixo América-Europa (Austrália), sendo em grande parte países europeus (Reino Unido, Espanha, França, Suécia, Holanda) ou da América do Norte (Estados Unidos, Canadá). Assim, quanto ao segundo argumento (de que a concentração *espelha* as atuais constelações de poder), podemos notar que se confirma, pois, somadas, América e Europa concentram mais da metade das ONGs credenciadas (55,7%) e a maioria das ONGs *internacionais* (74,1%).

1.6 – Distribuição geográfica das ONGs credenciadas para a UNCHS-Istambul/1996

A sexta e última conferência da ONU em estudo é a “Conferência das Nações Unidas sobre Assentamentos Humanos”, que foi realizada em Istambul, Turquia, entre 3 e 14 de junho de 1996 (também conhecida como Habitat II ou “City summit”, referida aqui como UNCHS-Istambul/1996, sendo “UNCHS” as iniciais do nome do evento em inglês – *United Nations Conference on Human Settlements*)⁵².

Embora as ONGs tenham podido “falar” nos debates, inclusive nos encontros destinados a escrever o esboço do relatório final e assim puderam influenciar o “texto” que seria aprovado, e suas propostas foram distribuídas para os representantes dos governos (Alves, 2001), algumas ONGs não consideraram que a participação formal tenha fortalecido sua capacidade de influenciar processo governamental em Istambul, pois tendo sido reconhecidas como a “voz” de uma “sociedade civil” abstrata tiveram que se contentar em expressar apenas o que era tido como “denominador comum”⁵³.

A despeito das limitações apontadas pelas ONGs, em termos de “participação efetiva”, podemos destacar que 1845 organizações não governamentais (ONGs) que foram recomendadas para credenciamento para a UNCHS-Istambul/1996 foram aceitas⁵⁴ e resta analisar essas ONGs (em quais países situavam suas sedes; se eram nacionais internacionais; de onde eram as que “intervieram” oralmente no evento oficial, ou seja, no “Comitê 1” em que estavam os representantes governamentais).

⁵² Separadas por duas décadas as conferências a respeito dos “assentamentos humanos” – Habitat I (Vancouver/1976) e Habitat II (Istambul/1996) – apresentaram como uma das principais diferenças o modo como incorporaram “outros atores” na discussão e implementação das propostas, pois a UNCHS-Istambul/1996 incluiu outros atores mobilizados tanto na esfera internacional quanto dentro das sociedades nacionais porque o tema era do interesse dos cidadãos de qualquer Estado, ou seja, era “global” (Alves, 2001:256-7).

⁵³ A conferência, que fechou a série do *ciclo social*, sofreu de um certo *esgotamento* desse tipo de evento, referido pela literatura como “summit fatigue”, e expresso no fato de que “there were fewer participants than expected, the media stayed away, and many of the conference debate recycled controversies from earlier conferences” além de que “opponents moved easily into pre-existing divisions, but many of the debates were eventually settled with language and agreements from the previous conferences. Two-fifths of the delegates to conference were from NGOs, 2,400 in all, and they interacted freely with 579 delegates from local authorities and 300 parliamentarians, as well as the national delegations of 185 governments [...]. But in comparison with the tens of thousands of NGOs who had come to Beijing to lobby and network, the Habitat II conference seemed subdued” (Friedman, Hochstetler e Clark, 2005:138)

⁵⁴ Menos do que na FWCW-Beijing/1995: 2079 ONGs, mas bem mais do que nas outras conferências em estudo, pois a UNCED-Rio/1992 credenciou 1422 ONGs; a WCHR-Viena/1993, 802 ONGs; a ICPD-Cairo/1994, 1118 ONGs; e a WSSD-Copenhague/1995: 1299 ONGs.

Grande maioria das ONGs credenciadas era “nacional” (83,5%), o que quer dizer que foram as ONGs menores (locais, regionais, nacionais) que mais participaram. Distribuídas por hemisfério 37,2% do total de ONGs credenciadas tinha sede no *Norte*, o que quer dizer que a concentração de ONGs do *Sul* (62,8%). No caso das ONGs internacionais a concentração foi de ONGs com sede em países do Norte (70,3%), tal como em todos os eventos estudados até agora:

Tabela 13. Distribuição geográfica das ONGs credenciadas para a UNCHS-Istambul/1996

Distribuição	Internacional		Nacional		Não informado		Total	
	ONGs	%	ONGs	%	ONGs	%	ONGs	%
Total	286	15,5	1541	83,5	18	1,0	1845	100
Hemisférios								
Norte	201	70,3	472	30,6	14	77,8	687	37,2
Sul	85	29,7	1069	69,4	4	22,2	1158	62,8
Continentes								
África	37	12,9	369	23,9	2	11,1	408	22,1
América	127	44,4	402	26,1	15	83,3	544	29,5
Ásia	29	10,1	484	31,4			513	27,8
Europa	90	31,5	261	16,9	1	5,6	352	19,1
Oceania	3	1,0	25	1,6			28	1,5
Regiões da América								
América Central	6	2,1	65	4,2	1	5,6	72	3,9
América do Norte	109	38,1	199	12,9	13	72,2	321	17,4
América do Sul	12	4,2	138	9,0	1	5,6	151	8,2
Países da América do Norte								
Canadá	12	4,2	44	2,9	6	33,3	62	3,4
Estados Unidos	96	33,6	143	9,3	7	38,9	246	13,3
México	1	0,3	12	0,8		0,0	13	0,7
País anfitrião do evento								
Turquia	5	1,7	173	11,2			178	9,6
10 países com o maior número de ONGs credenciadas								
Estados Unidos	96	33,6	143	9,3	7	38,9	246	13,3
Turquia	5	1,7	173	11,2			178	9,6
Índia	9	3,1	109	7,1			118	6,4
Reino Unido	16	5,6	47	3,0	1	5,6	64	3,5
Canadá	12	4,2	44	2,9	6	33,3	62	3,4
França	26	9,1	31	2,0			57	3,1
Quênia	8	2,8	42	2,7			50	2,7
Egito	1	0,3	49	3,2			50	2,7
Filipinas	4	1,4	41	2,7			45	2,4
Alemanha	8	2,8	31	2,0			39	2,1
Soma dos 10 países	185	64,7	710	46,1	14	77,8	909	49,3
Demais países	101	35,3	831	53,9	4	22,2	936	50,7
Total	286	100,0	1541	100,0	18	100,0	1845	100,0

Fonte: Elaborado a partir de A/CONF.165/5 e add.1; a/conf.165/pc.3/2 e Add.1 a 4.

Além das ONGs internacionais aceitas concentrarem-se no Norte, boa parte delas está na mesma região (norte da América) e no mesmo país Estados Unidos. Na distribuição por continentes, notamos que a América é, como em todos os outros casos, o continente com o maior percentual de ONGs credenciadas, seguida pela Ásia, sendo que, nesse caso, a diferença é menor, pois enquanto a América conta com 29,5% do total, a Ásia conta com 27,8%, seguida pela África, com 22,1% do total de ONGs credenciadas. Entretanto, se consideramos apenas as ONGs internacionais, a América passa a contar com 44,4%, seguida da Europa, com 31,3%, e a Ásia fica em terceiro lugar, com 10,1% das ONGs internacionais credenciadas.

Desmembrando a “América”, notamos que dentre as ONGs credenciadas, 17,4% tem sua sede na América do Norte, sendo que 13,3% do total têm sua sede nos Estados Unidos (novamente o país com o maior percentual, que, além disso, conta com 33,6% das ONGs internacionais). Além das ONGs internacionais aceitas concentrarem-se no Norte, boa parte delas está na mesma região (norte da América) e no mesmo país Estados Unidos.

Distribuindo por países destaca-se que os 10 países com o maior número de ONGs credenciadas, somam 49,3% do total e 64,7% das ONGs internacionais credenciadas sendo que o país sede do evento foi o segundo colocado (com 9,6% do total de ONGs credenciadas). O primeiro lugar, tal como nos demais casos, fica com os Estados Unidos (13,3% do total e 33,6% das ONGs internacionais). Ao calcularmos o grau de concentração (somando os percentuais dos 10 países com os maiores percentuais do total de ONGs) chegamos 44,7% (maior do que no evento anterior, mas menor do que na maioria dos demais).

Notamos também que 24 países tiveram apenas uma ONG credenciada; 15 tiveram apenas duas; e 14 contaram com apenas três ONGs credenciadas. Somando os países com a menor quantidade de ONGs credenciadas, temos que 40,7% dos países que aparecem na lista, contam com apenas 5,2% do total de ONGs credenciadas. A concentração, portanto, é bem acentuada. Nos mapas abaixo, é possível ver a distribuição do total de ONGs credenciadas e quais foram os países que participaram com delegações oficiais da UNCHS-Istambul/1996.

Mapa (21) Países e ONGs participantes da 6ª conferência da ONU: UNCHS-Istambul/1996

Na primeira parte do mapa (acima) podemos notar que poucos países não tiveram ONGs credenciadas (há poucas áreas em cinza) e também na segunda parte do mapa, percebemos que a grande maioria dos países enviou delegações oficiais à UNCHS-Istambul/1996. O próximo mapa representa a distribuição das ONGs “nacionais” credenciadas e pode-se notar que a Turquia (sede do evento) é o país com o maior número de ONGs nacionais credenciadas (11,2% das ONGs nacionais), seguida pelos Estados Unidos (9,3%), Índia (7,1%), Egito (3,2%), Reino Unido (3,0%) e Canadá (2,9%). Entre os 10 países com maior número de ONGs “nacionais” aparecem, também, Quênia (2,7%), Filipinas (2,7%), Camarões (2,5%) e Brasil (2,5%).

O terceiro mapa possibilita visualizar a distribuição das ONGs internacionais a concentração fica mais evidente, pois dos 130 países com ONGs credenciadas, apenas 57 são sede de pelo menos 1 ONGs internacional e a lista incluiria países como Estados Unidos (33,6%), França (9,1%), Reino Unido (5,6%), Canadá (4,2%), Bélgica (3,1%), Alemanha (2,8%) e Suíça (2,8%), mas também a Índia (3,1%), o Quênia (2,8%) e a Nigéria (2,4%). Além disso, a concentração dos 10 países com o maior número de ONGs internacionais credenciadas chegaria a 69,5%, o que é bastante significativo.

Notamos, nos mapas abaixo que as áreas “cinzas” (países sem ONGs credenciadas) multiplicam-se no caso da representação das ONGs internacionais credenciadas (destaca-se parte da Ásia, África e mesmo do leste Europeu). Mas também é possível dizer que os países que “aparecem” em destaque são, visualmente, Estados Unidos, Índia e Turquia (país anfitrião) no caso das ONGs “nacionais”. E, quando olhamos para o mapa que representa a distribuição das ONGs internacionais, destaca-se, sobretudo, os Estados Unidos, e, levemente a França.

Mesmo no mapa que representa a distribuição das ONGs que intervieram, apenas os Estados Unidos ficam em destaque (com 37,0% das intervenções realizadas): outros países aparecem, na Europa (Bélgica, Dinamarca, França, Reino Unido, Suíça e Turquia) e na Ásia (Índia), mas esse é, possivelmente, o mapa menos “inclusivo” porque a América Latina, a África (apenas o Marrocos aparece) e grande parte da Ásia, além da Oceania, ficam na cor cinza porque não contaram com nenhuma ONG dentre as que realizaram alguma intervenção no evento oficial.

Mapa (22) Distribuição das ONGs credenciadas para a UNCHS-Istambul/1996: Nacionais

Detalhe 1: Europa, parte da Ásia e sede do Evento (Turquia)

Detalhe: Estados Unidos

Detalhe 2: Índia e Japão

Mapa (23) Distribuição das ONGs credenciadas para a UNCHS-Istambul/1996: Internacionais

Detalhe 1: Europa, parte da Ásia e sede do Evento (Turquia)

Detalhe: Estados Unidos

Detalhe 2: Índia e Japão

Das 1845 ONGs credenciadas as 27 ONGs seguintes puderam intervir (os Estados-membros realizaram 173 intervenções), e, novamente, percebemos o maior número de intervenções foi de ONGs com sede nos Estados Unidos (37,0%) e em seguida do Reino Unido (14,8%). Quanto às demais, estão distribuídas por outros nove países.

Tabela 14. Distribuição geográfica das ONGs que intervieram na UNCHS-Istambul/1996

País-sede das ONGs que intervieram				ONGs credenciadas					ONGs que intervieram			
Países (todos participaram da conferência com delegações oficiais)	o país é membro da ONU desde:	o país interviu	% do total de intervenções	Credenciadas	% credenciadas	Nacionais	Internacionais	Não informado	Nacional	Internacional	Total	% total de intervenções
Estados Unidos	24/10/1945	1	0,8	246	13,3	143	96	7	2	6	8	29,6
Reino Unido	24/10/1945			64	3,5	47	16	1		4	4	14,8
Índia	30/10/1945	1	0,8	118	6,4	109	9			2	2	7,4
Suíça	10/9/2002			21	1,1	13	8			2	2	7,4
Arábia Saudita	24/10/1945			1	0,1	1				1	1	3,7
Bélgica	27/12/1945	1	0,8	17	0,9	8	9			1	1	3,7
Canadá	9/11/1945	1	0,8	62	3,4	44	12	6		1	1	3,7
Dinamarca	24/10/1945	1	0,8	2	0,1	1	1			1	1	3,7
França	24/10/1945	1	0,8	57	3,1	31	26		1		1	3,7
Marrocos	12/11/1956	1	0,8	7	0,4	6	1		1		1	3,7
Turquia	24/10/1945	3	2,5	178	9,6	173	5	1	1		1	3,7
Não encontrado ⁵⁵											4	14,8
Totais		10	8,1	773	41,9	576	183	14	5	18	27	100,0

Fonte: elaborado a partir de: a/conf.165/14.

Somados, os países com ONGs que intervieram chegam a 41,9% do total de ONGs credenciadas (37,3% das ONGs nacionais e 63,9% das ONGs internacionais). Comparando com os casos anteriores, notamos que na primeira conferência (UNCED-Rio/1992) somavam 40,6% do total; na segunda conferência (WCHR-Viena/1993) concentravam 59,7% do total; na terceira conferência (ICPD-Cairo/1994) somavam 41,4% do total; na quarta conferência (WSSD-Copenhague/1995), 37,4% do total; na quinta conferência (FWCW-Beijing/1995) 46,1%, o que gera uma média de 44,5% (quer dizer que os países sede das ONGs que costumam intervir concentram perto da metade do total de ONGs credenciadas).

⁵⁵ A intervenções cujos países não foram encontrados partiram das seguintes organizações: Human Settlements Caucus, Caucus on Older Persons, Ngo Peace Caucus e Health And Environment Caucus.

No mapa (24) podemos notar a concentração das sedes de ONGs que puderam intervir no evento oficial, descando-se que, tal como nos outros casos, a maioria dos países não aparece (ficam em cinza):

Mapa (24) Distribuição das ONGs que intervieram na UNCHS-Istambul/1996

Concluimos, portanto, que nesta conferência a concentração da maioria das ONGs é no *Sul* (62,8%), sobretudo porque as ONGs *nacionais* são, predominantemente do *Sul* (69,4%) e representam a maior parte do total (83,5%). Apenas no caso das ONGs internacionais é que a maioria é do *Norte* (70,3%) e se concentra em países da Europa e América do Norte. Assim, podemos afirmar que o *argumento do desnível Norte-Sul (com predomínio numérico de ONGs do Norte sobre as do Sul)* não se confirma no caso dessa conferência. Tal como nos casos anteriores, apenas quando consideramos as ONGs *internacionais* separadamente é que tal argumento se confirma, mas, como nas conferências da ONU a maioria das ONGs era *nacional*, podemos afirmar com certeza que a *maioria* é originária de países do *Sul* e não do *Norte*. Já o argumento de que se concentram no eixo Europa-América do Norte é mais próximo da realidade.

1.7 – Evolução da distribuição geográfica de ONGs nas conferências da ONU

As conferências realizadas pela Organização das Nações Unidas entre 1992 e 1996, aceitaram o credenciamento de **8565** organizações não governamentais (ONGs) como observadoras. Sem perder de vista as diferenças entre cada conferência, percebemos alguns traços comuns a todas elas, sobretudo no que diz respeito à concentração geográfica das sedes das ONGs. Quanto ao desnível Norte-Sul, por exemplo, é possível dizer que, no geral, o argumento de que as ONGs são um fenômeno restrito ao Norte desenvolvido precisa ser mais bem qualificado, pois, se considerarmos o **total** de ONGs credenciadas, perceberemos que, no caso da ONU, é no **Sul** que a maioria está concentrada: 55,4%. Isso acontece, sobretudo porque dentre as ONGs credenciadas, 79,6% eram “nacionais” e apenas 18,5% “internacionais”, e, o “Sul” concentra 64,8% das sedes das ONGs que atuam em apenas um país (“nacionais”). O quadro muda se consideramos as ONGs “internacionais” ou aquelas que “intervieram”: nesse caso, o **Norte** concentra a grande maioria (72,2% das “internacionais”, e, 66,9% daquelas ONGs que intervieram em algum dos seis eventos em estudo).

Quando distribuimos as ONGs credenciadas por continentes, percebemos que a América concentra a maioria (33,2%) seguida pela Europa (25,1%). O mesmo acontece se considerarmos apenas as ONGs internacionais (América, 42,4% e Europa, 35,9%). Porém, se considerarmos apenas as ONGs “nacionais”, o segundo continente, com maior concentração de ONGs, passa a ser a África com 22,7%, e a América se mantém na primeira posição, com 31,2%. Apenas quando tratamos das ONGs que intervieram nas conferências a América perde a primeira posição para a Europa (38,1% das intervenções), seguida pela América (31,4%). Se agrupados Europa e América, passam a contar com 58,3% do total das ONGs credenciadas (78,2% das internacionais, 52,9% das nacionais, e 69,5% das intervenções realizadas por ONGs). No caso da América, é a região Norte que concentra a maioria das sedes de ONGs (36,2% das internacionais, 52,9% das nacionais) e é nos Estados Unidos que a maioria delas estão sediadas: 31,2% de todas as ONGs internacionais credenciadas; 11,7% das nacionais e 22,9% daquelas que realizaram alguma intervenção nos eventos (tal percentual é significativo, lembrando que o segundo maior é o da Índia, que concentra 2,5% do total de ONGs credenciadas, uma diferença de mais de 20 pontos percentuais).

Tabela 15. Distribuição geográfica das ONGs credenciadas para as seis conferências da ONU (UNCED/1992, WCHR/1993, ICPD/1994, WSSD/1995, FWCW/1995, UNCHS/1996)

Distribuição	Internacional		Nacional		Não informado		Total		Intervieram	
	ONGs	%	ONGs	%	ONGs	%	ONGs	%	ONGs	%
Total	1581	18,5	6819	79,6	165	1,9	8565	100,0	235	2,7
Hemisférios *1										
Norte	1142	72,2	2402	35,2	146	88,5	3690	43,1	148	63,6
Sul	439	27,8	4417	64,8	19	11,5	4875	56,9	62	26,6
Continentes										
África	173	10,9	1548	22,7	4	2,4	1725	20,1	18	7,6
América	670	42,4	2129	31,2	48	29,1	2847	33,2	74	31,4
Ásia	145	9,2	1503	22,0	6	3,6	1654	19,3	26	11,0
Europa	567	35,9	1481	21,7	102	61,8	2150	25,1	90	38,1
Oceania	26	1,6	158	2,3	5	3,0	189	2,2	7	3,0
Agrupamentos:										
América+Europa	1237	78,2	3610	52,9	150	90,9	4996	58,3	164	69,5
Ásia+África+Oceania	344	21,8	3209	47,1	15	9,1	3568	41,7	51	21,6
Regiões da América (continente com o maior número de ONGs credenciadas)										
América Central	41	2,6	330	4,8	1	0,6	372	4,3	2	0,8
América do Norte	572	36,2	1117	16,4	40	24,2	1729	20,2	66	28,0
América do Sul	57	3,6	683	10,0	7	4,2	746	8,7	6	2,5
Países da América do Norte (região com o maior número de ONGs credenciadas)										
Canadá	74	4,7	234	3,4	13	7,9	321	3,7	10	4,2
Estados Unidos	493	31,2	797	11,7	26	15,8	1316	15,4	54	22,9
México	5	0,3	85	1,2	1	0,6	91	1,1	2	0,8
Países nos quais foram realizadas as conferências (sede do evento):										
Brasil	5	0,3	175	2,6	3	1,8	183	2,1	1	0,4
Egito	19	1,2	199	2,9	0	0,0	218	2,5	4	1,7
Áustria	13	0,8	25	0,4	1	0,6	39	0,5	0	0,0
Dinamarca	19	1,2	58	0,9	1	0,6	78	0,9	3	1,3
China	1	0,1	70	1,0	0	0,0	71	0,8	0	0,0
Turquia	5	0,3	192	2,8	0	0,0	196	2,3	1	0,4
6 países (3,3%)	62	3,9	719	10,5	5	3,0	786	9,2	9	3,8
Demais 184 (96,7%)	1519	96,1	6101	89,5	160	97,0	7779	90,8	227	96,2
10 Países com o maior número de ONGs credenciadas, considerando o TOTAL:										
Estados Unidos	493	31,2	797	11,7	26	15,8	1316	15,4	54	22,9
Índia	28	1,8	472	6,9	1	0,6	501	5,8	6	2,5
Canadá	74	4,7	234	3,4	13	7,9	321	3,7	10	4,2
Reino Unido	108	6,8	174	2,6	14	8,5	296	3,5	15	6,4
França	89	5,6	110	1,6	19	11,5	218	2,5	18	7,6
Egito	19	1,2	199	2,9	0	0,0	218	2,5	4	1,7
Turquia	5	0,3	192	2,8	0	0,0	196	2,3	1	0,4
Filipinas	25	1,6	160	2,3	1	0,6	186	2,2	2	0,8
Brasil	5	0,3	175	2,6	3	1,8	183	2,1	1	0,4
Suíça	80	5,1	59	0,9	40	24,2	179	2,1	23	9,7
10 países (5,2%)	926	58,6	2571	37,7	117	70,9	3615	42,2	134	56,8
Demais países	655	41,4	4247	62,3	48	29,1	4950	57,8	102	43,2
Total Geral	1581	100,0	6818	100,0	165	100,0	8565	100,0	236	100,0

Fonte: Elaborado a partir dos dados contidos nos documentos da ONU - A/conf.151/pc/1.28, Add.1-14; e/1993/69, a/conf.171/pc/9 e a/conf.171/13/rev.1; a/49/24, aneex III, decision 1/1; a/49/24/add.1, annex I, decision 2/1; a/conf.166/pc/28, annex 1, decision 3/1; E/1995/91, E/1995/91/CORR.1, E/CN.6/1995/L.4 e E/CN.6/1995/L.4/ADD.1 a 3; A/CONF.165/5 e add.1; a/conf.165/pc.3/2 e Add.1 a 4; a/conf.151/26/ver.1(vol II), a/conf.157/24(part I), a/conf.171/13/rev.10, a/conf.166/9; a/conf.177/20/rev.1; a/conf.165/14.

*1 – os percentuais a partir daqui são calculados tendo como base os totais acima, referidos ao âmbito de atuação.

O argumento do desnível Norte-Sul, como já mencionamos, precisa ser mais bem qualificado, sobretudo no caso da ONU. Considerando apenas o “Total” de ONGs credenciadas, podemos perceber que na primeira conferência (UNCED-Rio/1992) o Norte realmente concentra mais da metade das ONGs (57,9%), mas essa concentração diminui 7,4 pontos percentuais na segunda conferência (WCHR-Viena/1993) e 18 pontos percentuais da segunda para a terceira (ICPD-Cairo/1994), na qual, o Sul passa a concentrar a maioria das ONGs credenciadas (67,5%):

Gráfico 02. Evolução dos percentuais de ONGs (credenciadas na ONU) por hemisférios: Total

A concentração no “Sul” repete-se nas demais conferências (61,6%; 52,3% e 62,8%), de modo que, considerando o total geral (das seis conferências) **a concentração das sedes das ONGs é no “Sul” e não no “Norte”**, ao contrário do que o argumento do desnível Norte-Sul afirma. A concentração no “Sul”, das ONGs credenciadas para as conferências da ONU, é ainda mais marcante se consideramos apenas as ONGs de âmbito “nacional”: na primeira conferência o Sul concentra 54,4% e isso aumenta para 66,0% e depois para 75,0%. Nos dois eventos seguintes, diminui para 69,1% e para 55,0%, mas depois aumenta novamente para 69,4%, de modo que do total, 65,1% das sedes de ONGs “nacionais” se concentram no **Sul**.

Gráfico 03. Evolução dos percentuais de ONGs (credenciadas na ONU) por hemisférios: Nacionais

Portanto, podemos afirmar que, tanto quando consideramos o “total” como quando consideramos as ONGs “nacionais” credenciadas para os seis eventos da ONU, o argumento do desnível Norte-Sul não se justifica:

Tabela 16. Distribuição por hemisférios das ONGs credenciadas para as conferências da ONU (UNCED/1992, WCHR/1993, ICPD/1994, WSSD/1995, FWCW/1995, UNCHS/1996)

Conferências	ONGs	Internacional		Nacional		Total		Intervieram	
		Norte	Sul	Norte	Sul	Norte	Sul	Norte	Sul
1ª) UNCED-Rio/1992	1422	84,7	15,3	45,6	54,4	57,9	42,1	80,9	19,1
2ª) WCHR-Viena/1993	802	83,5	16,5	34,0	66,0	50,5	49,5	58,8	41,2
3ª) ICPD-Cairo/1994	1118	66,0	34,0	25,0	75,0	32,5	67,5	72,8	21,1
4ª) WSSD-Copenhague/1995	1299	60,3	39,7	30,9	69,1	38,4	61,6	64,0	12,0
5ª) FWCW-Beijin/1995	2079	69,9	30,1	43,6	56,4	47,7	52,3	72,3	24,7
6ª) UNCHS-Istambul/1996	1845	70,3	29,7	30,6	69,4	37,2	62,8	70,4	14,8
Médias	1428	72,5	27,6	35,0	65,1	44,0	56,0	69,9	22,2

Fonte: Elaborado a partir dos dados contidos nos documentos da ONU - A/conf.151/pc.1.28, Add.1-14; e/1993/69, a/conf.171/pc/9 e a/conf.171/13/rev.1; a/49/24, aneex III, decision 1/1; a/49/24/add.1, annex I, decision 2/1; a/conf.166/pc/28, annex 1, decision 3/1; E/1995/91, E/1995/91/CORR.1, E/CN.6/1995/L.4 e E/CN.6/1995/L.4/ADD.1 a 3; A/CONF.165/5 e add.1; a/conf.165/pc.3/2 e Add.1 a 4; a/conf.151/26/ver.1(vol II), a/conf.157/24(part I), a/conf.171/13/rev.10, a/conf.166/9; a/conf.177/20/rev.1; a/conf.165/14.

Entretanto, quando consideramos as ONGs “internacionais”, percebemos que, neste caso, o Norte concentra, de fato, a grande maioria das ONGs participantes: 72,5% das sedes do total de ONGs internacionais credenciadas para os seis eventos. Tal concentração inicia-se com 84,7% na primeira conferência (UNCED-Rio/1992); diminui para 83,5% na segunda (WCHR-Viena/1993); na terceira diminui ainda mais significativamente (para 66,0%) e depois ainda mais (60,3%). Porém, aumenta para 70,8% na quinta conferência (FWCW-Beijin/1995) e mantém-se nos 70,3% no último evento (UNCHS-Istambul/1996). Mas podemos dizer que é significativamente menor no final do período (diminui de 84,7% para 70,3%, ou seja, 14,4 pontos percentuais).

Gráfico 04. Evolução dos percentuais de ONGs (credenciadas na ONU) por hemisférios: Internacionais

Por isso afirmamos que o argumento do desnível Norte-Sul precisa ser melhor qualificado no caso da ONU, na medida em que apenas se confirma quando analisamos a distribuição, por hemisférios, das ONGs “internacionais” credenciadas. Considerando que, 79,6% das ONGs credenciadas para as conferências eram “nacionais” e que estas estão concentradas no “Sul” e não no “Norte”, podemos afirmar que a maioria das ONGs que puderam participar das conferências da ONU eram, de fato, do **Sul**.

Do mesmo modo, quando consideramos apenas as ONGs que “intervieram” nos eventos oficiais, a concentração é no “Norte”, iniciando-se em 80,9% na primeira conferência (UNCED-Rio/1992); diminuindo para 58,8% na segunda (WCHR-Viena/1993); aumentando para 72,8% na terceira (ICPD-Cairo/1994); diminuindo novamente na quarta para 64,0% (WSSD-Copenhague/1995); aumentando na quinta para 72,3% (FWCW-Beijin/1995); mantendo-se, na última nos 70,4% (UNCHS-Istambul/1996).

Gráfico 05. Evolução dos percentuais de ONGs (credenciadas na ONU) por hemisférios: Intervieram

Contudo, é preciso dizer que o percentual de ONGs que intervieram é baixo, sobretudo quando comparado com a quantidade de organizações “observadoras”, pois a média de intervenções nas seis conferências é de 3,2% do total de ONGs credenciadas, tendo sido maior na segunda conferência (WCHR-Viena/1993), quando chegou a 8,1% e menor na primeira (UNCED-Rio/1992) quando ficou em 1,1% e na última (UNCHS-Istambul/1996) quando ficou em 1,5%. Nas demais, esteve próximo da média: 3,0% na ICPD-Cairo/1994; 3,2% na WSSD-Copenhague/1995; e 2,5 na FWCW-Beijin/1995. Então, é possível afirmar que as ONGs internacionais e aquelas que intervieram nos eventos oficiais estão concentradas no Norte, enquanto as demais, ou seja, a maioria das ONGs credenciadas, matinha suas sedes, predominantemente, em países do **Sul**.

Outro argumento é que as ONGs são um fenômeno do oeste-Europeu e da América Anglo-Saxônica (Estados Unidos e Canadá, já que o México, a despeito de estar na “América do Norte” fica mais bem agrupado com os demais países da América Latina). A evolução da concentração por “Continentes”, possibilita identificar melhor alguma tendência de concentração/dispersão:

Tabela 17. Distribuição por continentes das ONGs credenciadas para as conferências da ONU (UNCED/1992, WCHR/1993, ICPD/1994, WSSD/1995, FWCW/1995, UNCHS/1996)

Conferências da ONU em estudo (1992-1996)	Internacional					Nacional					Total				
	América	Europa	África	Ásia	Oceania	América	Europa	África	Ásia	Oceania	América	Europa	África	Ásia	Oceania
1ª) UNCED/1992	46,8	41,7	3,7	6,4	1,4	44,6	18,5	11,1	22,5	3,3	42,8	28,3	17,4	8,6	2,8
2ª) WCHR/1993	30,9	53,5	4,0	9,5	2,2	36,2	22,5	16,0	23,4	1,9	34,4	33,0	18,7	11,9	2,0
3ª) ICPD/1994	49,7	23,6	17,8	6,3	2,6	34,9	8,0	31,0	24,0	2,2	37,5	10,9	20,8	28,4	2,3
4ª) WSSD/1995	39,7	29,2	15,7	13,8	1,5	22,5	21,4	30,4	24,6	1,1	26,8	23,5	21,8	26,6	1,3
5ª) FWCW/1995	44,9	29,2	13,4	10,2	2,3	29,5	24,2	21,6	21,5	3,2	31,1	24,7	20,3	20,8	3,1
6ª) UNCHS/1996	44,4	31,5	12,9	10,1	1,0	26,1	16,9	23,9	31,4	1,6	29,5	19,1	27,8	22,1	1,5
Total	42,3	35,9	10,9	9,3	1,7	31,2	21,8	22,7	22,0	2,3	33,2	25,1	19,3	20,1	2,2

Resultado do agrupamento dos continentes:

Continentes Agrupados	Internacional		Nacional		Total	
	América + Europa	África + Ásia + Oceania	América + Europa	África + Ásia + Oceania	América + Europa	África + Ásia + Oceania
1ª) UNCED/1992	88,5	11,5	63,1	36,9	71,1	28,8
2ª) WCHR/1993	84,4	15,7	58,7	41,3	67,4	32,6
3ª) ICPD/1994	73,3	26,7	42,9	57,2	48,4	51,5
4ª) WSSD/1995	68,9	31,0	43,9	56,1	50,3	49,7
5ª) FWCW/1995	74,1	25,9	53,7	46,3	55,8	44,2
6ª) UNCHS/1996	75,9	24,0	43,0	56,9	48,6	51,4
Médias	78,2	21,9	53,0	47,0	58,3	41,6

Fonte: Elaborado a partir dos dados contidos nos documentos da ONU - A/conf.151/pc/1.28, Add.1-14; e/1993/69, a/conf.171/pc/9 e a/conf.171/13/rev.1; a/49/24, anexo III, decision 1/1; a/49/24/add.1, annex I, decision 2/1; a/conf.166/pc/28, annex 1, decision 3/1; E/1995/91, E/1995/91/CORR.1, E/CN.6/1995/L.4 e E/CN.6/1995/L.4/ADD.1 a 3; A/CONF.165/5 e add.1; a/conf.165/pc.3/2 e Add.1 a 4; a/conf.151/26/ver.1(vol II), a/conf.157/24(part I), a/conf.171/13/rev.10, a/conf.166/9; a/conf.177/20/rev.1; a/conf.165/14.

Adotando a regionalização tradicional por cinco “continentes” – África, América, Ásia, Europa e Oceania – verificamos que a América concentra o maior número de ONGs credenciadas para as seis conferências (33,2%), seguida da Europa (25,1%). Porém, notamos que logo em seguida vem a África (20,1%) e depois a Ásia (19,3%) e, exceto pela Oceania (2,2%), as diferenças não são tão grandes quanto se poderia supor:

Gráfico 06. Distribuição das ONGs (credenciadas na ONU) pelos cinco continentes: Total

No caso das ONGs “nacionais”, o resultado é ainda mais surpreendente, pois, como se pode ver a seguir, embora a América ainda concentre a maioria, o segundo continente seria a Ásia e o terceiro a África (a Europa passa para a quarta colocação):

Gráfico 07. Distribuição das ONGs (credenciadas na ONU) pelos cinco continentes: Nacionais

Tal como no caso da distribuição por hemisférios, apenas quando consideramos as ONGs “internacionais” credenciadas é que a concentração no eixo Europa-América fica marcante, sendo a América o continente com o maior número de ONGs internacionais, seguida pela Europa. Com um número bem menor aparecem a África e a Ásia. Os percentuais da Oceania são os mais baixos:

Gráfico 08. Distribuição das ONGs (credenciadas na ONU) pelos cinco continentes: Internacionais

A concentração na América e na Europa é bem perceptível nesse caso, bem como quando consideramos as ONGs que intervieram nos eventos oficiais, caso em que a Europa é que concentra o maior número de ONGs (dentre as que conseguiram intervir) seguida da América. Nos dois casos – das ONGs internacionais e daquelas que puderam intervir – os dois continentes – América e Europa – concentram, de fato, o maior número de ONGs e alguns países se destacam: os Estados Unidos, por exemplo, concentram 22,9% das ONGs que realizaram alguma intervenção; a Suíça concentra 9,7% das ONGs que intervieram; a França, 7,6%; o Reino Unido, 6,4% e o Canadá, 4,2%. Fora desse eixo, teríamos a Índia com 2,5% e o Egito com 1,7% das organizações que intervieram. Portanto, novamente, é preciso qualificar o argumento: Europa e América concentram a maioria das ONGs “internacionais” e das que “intervieram” nos eventos. As demais – nacionais – estão mais bem distribuídas pelos cinco continentes.

Gráfico 09. Distribuição das ONGs (credenciadas na ONU) pelos cinco continentes: Intervieram

Para que possamos perceber melhor onde é que se concentram as ONGs, podemos somar os percentuais da América e da Europa e compararmos com a soma do restante (África, Ásia e Oceania). Nesse caso, temos que a concentração verificada na primeira conferência (UNCED-Rio/1992), de 71,1% no eixo América-Europa diminui para 67,4% na conferência seguinte (WCHR-Viena/1993) e depois para 48,4% na próxima conferência (na ICPD-Cairo/1994), de modo que, somados, os demais continentes (África, Ásia e Oceania) passam a contar com maioria das ONGs credenciadas; a concentração volta a subir para 50,3% no evento seguinte (WSSD-Copenhague/1995) e para 55,8% na conferência sobre a mulher (FWCW-Beijin/1995); mas volta a baixar na última conferência em estudo (UNCHS-Istambul/1996).

Ou seja, considerando o total de ONGs credenciadas, a concentração das sedes na América-Europa diminuiu consideravelmente entre a primeira (UNCED-Rio/1992, 71,1%) e a sexta conferência (UNCHS-Istambul/1996, 48,6), e, em dois casos, a distribuição é bem próxima (ICPD-Cairo/1994 e UNCHS-Istambul/1996), mantendo uma média de 58,3% do total de ONGs credenciadas para as seis conferências:

Gráfico 10. Distribuição das ONGs (credenciadas na ONU) no eixo Europa-América: Total

Ao observarmos a distribuição das ONGs nacionais perceberemos que a concentração no eixo América-Europa é menor (53,0% da soma de ONGs nacionais credenciadas para as seis conferências) e que em três conferências os outros três continentes (África + Ásia + Oceania) concentram a maioria das ONGs nacionais credenciadas:

Gráfico 11. Distribuição das ONGs (credenciadas na ONU) no eixo Europa-América: Nacionais

Novamente, quando consideramos apenas as ONGs “internacionais” a concentração na América e Europa fica bem mais marcante: do total de ONGs credenciadas para as seis conferências, 78,2% estão no eixo América-Europa. Na primeira conferência (UNCED-Rio/1992) a concentração chega a 88,5%, baixando um pouco na segunda (WCHR-Viena/1993) para 84,4, depois para 73,3% (na ICPD-Cairo/1994) e para 68,9% (na WSSD-Copenhague/1995); aumenta na conferência seguinte (FWCW-Beijing/1995) para 74,1% e mais um pouco na última conferência (UNCHS-Istambul/1996) terminando o período em 75,9%.

Gráfico 12. Distribuição das ONGs (credenciadas na ONU) no eixo Europa-América: Internacionais

Então, o que se pode dizer, novamente, é que as “ONGs internacionais” que participaram das conferências da ONU estão concentradas, realmente, no eixo **América-Europa**. Entretanto, lembramos, mais uma vez, que as ONGs internacionais somam apenas 18,5% do total de ONGs credenciadas para as conferências da ONU, enquanto as ONGs nacionais chegam a 79,5% do total das credenciadas. O mesmo acontece quando comparamos os percentuais relativos às ONGs que intervieram nos eventos: a soma de Europa e América é sempre superior à dos demais continentes, sendo que inicia-se em 87,5% e termina em 74,1%, sendo mais próxima em dois casos – a conferência sobre direitos humanos (Viena/1993) e sobre a mulher (Beijing/1995).

Gráfico 13. Distribuição das ONGs (credenciadas na ONU) no eixo Europa-América: Intervieram

Outras regionalizações também possibilitam compreender melhor a distribuição das sedes das ONGs participantes. Por exemplo, separando as regiões da América, percebemos que a concentração não é no continente, mas apenas na região Norte, mais especificamente nos Estados Unidos e Canadá (América anglo-saxônica):

Tabela 18. Distribuição por “regiões da América” das ONGs credenciadas para as conferências da ONU

Conferências	Internacional				Nacional				Total			
	Norte	Central	Sul	Total	Norte	Central	Sul	Total	Norte	Central	Sul	Total
1ª) UNCED/1992	42,0	1,7	3,1	46,8	25,1	4,0	15,5	44,6	27,9	3,2	11,7	42,8
2ª) WCHR/1993	27,6	0,7	2,5	30,8	11,9	10,2	14,1	36,2	17,2	7,0	10,2	34,4
3ª) ICPD/1994	40,8	5,2	3,7	49,7	16,7	5,3	12,9	34,9	20,9	5,3	11,3	37,5
4ª) WSSD/1995	30,8	4,3	4,6	39,7	9,8	5,6	6,9	22,3	15,0	5,2	6,4	26,6
5ª) FWCW/1995	39,8	1,9	3,2	44,9	19,2	3,3	7,0	29,5	21,4	3,1	6,6	31,1
6ª) UNCHS/1996	38,1	2,1	4,2	44,4	12,9	4,2	9,0	26,1	17,4	3,9	8,2	29,5
Total	36,1	2,6	3,6	42,3	16,4	4,8	10,0	31,2	20,2	4,3	8,7	33,2

Regionalização sócio-econômica	Internacional			Nacional			Total		
	América Anglo-Saxônica	América Latina (Central+Sul +México)	Total	América Anglo-Saxônica	América Latina (Central+Sul +México)	Total América	América Anglo-Saxônica	América Latina (Central+Sul +México)	Total
1ª) UNCED/1992	41,7	5,1	46,8	24,1	20,5	44,6	27,0	15,8	42,8
2ª) WCHR/1993	27,2	3,6	30,8	10,2	26,0	36,2	15,9	18,5	34,4
3ª) ICPD/1994	40,3	9,4	49,7	15,1	19,8	34,9	19,5	18,0	37,5
4ª) WSSD/1995	30,5	9,2	39,7	8,6	13,7	22,3	14,0	12,6	26,6
5ª) FWCW/1995	39,8	5,1	44,9	17,9	11,6	29,5	20,1	11,0	31,1
6ª) UNCHS/1996	37,8	6,6	44,4	12,1	14,0	26,1	16,7	12,8	29,5
Total	35,8	6,5	42,3	15,2	16,0	31,2	19,2	14,0	33,2

Fonte: vide tabela 17.

Considerando o total de ONGs credenciadas nas seis conferências, percebemos que a América concentra 33,2%, dos quais, 20,2% estão na América do Norte, mais especificamente nos Estados Unidos (15,4%), Canadá (3,7%) e México (1,0%). No caso das ONGs “nacionais”, 31,2% estão na América, sendo 16,4% na América do Norte. E se considerarmos apenas as ONGs internacionais, a concentração passa a ser de 42,3% na América, com a região Norte concentrando 36,1% das ONGs internacionais credenciadas para as seis conferências. Quando separamos a América Anglo-Saxônica da América Latina, percebemos a diferença nos percentuais: no caso do “total”, os 33,2% de ONGs concentradas na América, 14,0% estão na América Latina e 19,2% na América Anglo-Saxônica; no caso das ONGs nacionais, dos 31,2% que ficam na América, 16,0% estão na América Latina e 15,2%; já no caso das ONGs internacionais, a diferença é mais marcante, pois, dos 42,3% de ONGs que estão na América, 35,8% estão na América Anglo-Saxônica e apenas 6,5% na América Latina.

Entretanto, ao observar que, dos 20,2% de ONGs com sede na América, 15,4% estão nos Estados Unidos, que é, de fato, o país com o maior percentual do total de ONGs, torna-se interessante observar quais os demais países que concentram a maioria das ONGs. Algo a ressaltar é que a participação de ONGs com sede nos Estados Unidos superou, em todos os casos em estudo, a participação de ONGs dos países nos quais as conferências foram realizadas. Somando o percentual de ONGs credenciadas com sede nos seis países nos quais as conferências aconteceram, chegamos a 3,9% das ONGs internacionais; 10,5% das ONGs nacionais e apenas 3,8% das ONGs que realizaram alguma intervenção. Ou seja, ser o país anfitrião – a proximidade física (geográfica) com o local de realização da conferência não modificou a concentração (que se mantém muito semelhante nos seis casos), embora tenha facilitado uma maior participação de ONGs locais, pois, dentre os países que sediaram as conferências, quatro deles – Áustria, Brasil, Egito e Turquia – aparecem entre os 10 países com o maior número do total de ONGs credenciadas e também com o maior número de ONGs nacionais. Considerando os 10 países com o maior número de ONGs credenciadas (total), ou seja, 5,2% dos países que tiveram alguma ONG credenciada para alguma conferência, percebemos que concentram, somados, 58,6% das ONGs internacionais; 37,7% das ONGs nacionais e 42,2% do total e 56,8% das intervenções realizadas (os demais 180 países, 94,7% dos países, dividem os 57,8% restantes, no caso do total).

Analisando a lista com os 10 países com o maior número de ONGs credenciadas, notamos, entretanto, que ela é menos óbvia do que poderia parecer: a presença dos Estados Unidos, Canadá, Reino Unido, França e Suíça, pode ser explicada pelo argumento já bem difundido a respeito do desnível Norte-Sul (de que a maioria das ONGs estão no Norte desenvolvido); além disso, a presença do Brasil, Egito e Turquia, pode ser atribuída ao fato de terem sediado alguma das seis conferências; entretanto, a presença da Índia e das Filipinas precisa ser melhor analisada, sobretudo o caso da Índia que ocupa a segunda posição, com 5,8% do total de ONGs credenciadas, e 2,5% das ONGs que intervieram. Como já foi dito, na lista dos 10 países com maior percentual do “total” de ONGs credenciadas, além de alguns dos países sede dos eventos, e de países da Europa e da América do Norte, encontramos a Índia e as Filipinas.

O mapa abaixo, representat a distribuição do “total” de ONGs credenciadas nas seis conferências, cabendo notar que os países em “verde” contaram com, pelo meno, uma ONG credenciada para alguma das seis confências da ONU:

Mapa (25) ONGs credenciadas para as seis conferências da ONU: **Total**

A lista dos 10 países com maiores número de ONGs credenciadas considerando o “total” (que aparece na Tabela 16) é diferente da lista dos 10 países com os maiores números de ONGs “nacionais” credenciadas: o Egito passa da 6ª para a 4ª posição; a Turquia da 7ª para a 5ª; e o Reino Unido cai da 4ª para a 6ª. O Brasil sobe da 9ª para a 7ª. Espanha e Bangladesh surgem na 9ª e 10ª posição (no lugar de Suíça e França):

Tabela 19. Países-sede da maioria das ONGs credenciadas para as seis conferências da ONU: Nacionais (UNCED/1992, WCHR/1993, ICPD/1994, WSSD/1995, FWCW/1995, UNCHS/1996)

Distribuição	Internacional		Nacional		Não informado		Total		Intervieram	
	ONGs	% (1588)	ONGs	% (6823)	ONGs	% (164)	ONGs	% (8575)	ONGs	% (236)
Estados Unidos	494	31,1	797	11,7	26	15,9	1317	15,4	54	22,9
Índia	28	1,8	472	6,9	1	0,6	501	5,8	6	2,5
Canadá	74	4,7	234	3,4	13	7,9	321	3,7	10	4,2
Egito*	20	1,3	198	2,9	0	0,0	218	2,5	4	1,7
Turquia*	5	0,3	192	2,8	0	0,0	197	2,3	1	0,4
Reino Unido	108	6,8	175	2,6	14	8,5	297	3,5	15	6,4
Brasil*	5	0,3	175	2,6	3	1,8	183	2,1	1	0,4
Filipinas	26	1,6	160	2,3	1	0,6	187	2,2	2	0,8
Espanha	21	1,3	115	1,7	0	0	136	1,6	0	0
Bangladesh	15	0,9	112	1,6	0	0	127	1,5	0	0
10 países (5,2%)	796	50,1	2630	38,5	58	35,3	3484	40,6	93	39,3
180 países restantes	792	49,9	4193	61,5	106	64,7	5091	59,4	143	60,7
Total geral	1588	100	6823	100	164	100	8575	100	236	100

Mapa (26) ONGs credenciadas para as seis conferências da ONU: Nacionais

E, caso agrupemos os 10 países com maior número de ONGs que entrevistaram, a lista fica diferente, e, além da Índia, aparecem a Austrália (que, entretanto, faz parte do “Norte” desenvolvido) e o Quênia que passa para o grupo de países que merecem uma análise mais detalhada (Índia, Filipinas e agora Bangladesh):

Tabela 21. Países-sede da maioria das ONGs credenciadas para as seis conferências da ONU: Entrevieram (UNCED/1992, WCHR/1993, ICPD/1994, WSSD/1995, FWCW/1995, UNCHS/1996)

Distribuição	Internacional		Nacional		Não informado		Total		Entrevieram	
	ONGs	%(1588)	ONGs	%(6823)	ONGs	%(164)	ONGs	%(8575)	ONGs	%(236)
Estados Unidos	494	31,1	797	11,7	26	15,9	1317	15,4	54	22,9
Suíça	83	5,2	59	0,9	40	24,4	182	2,1	22	9,3
França	89	5,6	110	1,6	19	11,6	218	2,5	18	7,6
Reino Unido	108	6,8	175	2,6	14	8,5	297	3,5	15	6,4
Bélgica	69	4,3	32	0,5	8	4,9	109	1,3	13	5,5
Canadá	74	4,7	234	3,4	13	7,9	321	3,7	10	4,2
Índia	28	1,8	472	6,9	1	0,6	501	5,8	6	2,5
Austrália	15	0,9	85	1,2	5	3	105	1,2	4	1,7
Alemanha	36	2,3	78	1,1	4	2,4	118	1,4	4	1,7
Quênia	28	1,8	111	1,6	1	0,6	140	1,6	4	1,7
10 países (5,2%)	1024	64,5	2153	31,5	131	79,8	3308	38,6	150	63,5
180 restantes	564	35,5	4670	68,5	33	20,2	5267	61,4	86	36,5
Total geral	1588	100	6823	100	164	100	8575	100	236	100

Mapa (28) ONGs credenciadas para as seis conferências da ONU: Entrevieram.

O caso dos Estados Unidos é singular: trata-se do único país que ocupa sempre a mesma posição (1ª) não importa o critério adotado (o país aparece nas 4 listas dos 10 países com maior número de ONGs “totais”, “nacionais” e “internacionais”, e também no caso das ONGs que intervieram). Outros como Canadá e Reino Unido, também aparecem em todas as listas, mas mudando de posição; a Índia é um caso realmente especial porque aparece em todas as listas e está em 2º lugar em percentual de ONGs credenciadas para todas as conferências; países europeus como França, Suíça, Bélgica, Alemanha, Holanda, Itália e Espanha, estão presentes e isso já era esperado; já Filipinas e Bangladesh (tal como a Índia) merecem uma atenção especial; os demais foram anfitriões (daí o que resta saber é porque Áustria, Dinamarca e China, também anfitriões, não aparecem nas listas).

Calculando o “grau de concentração geográfica” por meio da soma dos percentuais dos “10 países” com maiores números de ONGs credenciadas para cada uma das seis conferências, notamos que, no caso do “total” a concentração, ficou em torno de 50,0% (o que quer dizer que os demais 95% de países dividiram a outra metade do total), variando entre 39,2% (WSSD-Copenhague/1995) e 63,2% (WCHR-Viena/1993):

Gráfico 14. Grau de concentração geográfica das sedes das ONGs (credenciadas na ONU): Totais

No caso das ONGs “nacionais”, o grau de concentração é menor (do que no caso do “total”), ficando numa média de 43,2% (quer dizer os demais 95% de países dividiram 56,8% das ONGs “nacionais”), variando entre 33,5% (WCHR-Viena/1993) e 56,9% (UNCED-Rio/1992):

Gráfico 15. Grau de concentração geográfica das sedes das ONGs (credenciadas na ONU): Nacionais

Quando consideramos as ONGs “internacionais”, o grau de concentração é bem maior, (do que no caso do “total” e do que no caso das ONGs “nacionais”) pois a média passa a ser de 69,6% e a variação é de 56,6% (WSSD-Copenhague/1995) ao máximo de 79,7% (UNCED-Rio/1992). Isso significa que, enquanto em torno de 5% dos países concentravam, em média, 69,6% das ONGs “internacionais”, os demais 95% de países dividiam 30,4% do restante de ONGs desse tipo: as ONGs internacionais que participaram das conferências da ONU estão concentradas em alguns poucos países (localizados, como vimos, na América, principalmente nos Estados Unidos e Canadá; e em alguns países do oeste Europeu). Isso se repete no caso das ONGs que realizaram alguma intervenção em alguma das seis conferências. Assim, podemos afirmar que existe um alto grau de concentração geográfica das sedes das ONGs em poucos países (no caso, os 5% com maiores números de ONGs credenciadas).

Gráfico 16. Grau de concentração geográfica das sedes das ONGs (credenciadas na ONU): Internacionais

Cabe comentar que, dentre os países com ONGs credenciadas o número de países com ONGs “internacionais” é sempre menor do que o número de países com ONGs “nacionais”, e variou bastante no período: sendo maior no caso da WSSD-Copenhague/1995, e menor no caso da FWCW-Beijing/1995:

Gráfico 17. Percentual de países com ONGs internacionais credenciadas: conferências da ONU

A concentração das ONGs que intervieram no eventos oficiais, por parte dos 5% de países com os maiores percentuais de ONGs credenciadas, pode ser visualizada a seguir e é ainda mais expressiva do que no caso da concentração das ONGs internacionais: a média é de 75,7%, variando entre 58,5% na WCHR-Viena/1993 e atingindo o valor máximo, 100,0 % na UNCED-Rio/1992. Isso quer dizer que as ONGs que realizaram intervenções nas conferências da ONU possuem sede em poucos países.

Gráfico 18. Grau de concentração geográfica das sedes das ONGs (credenciadas na ONU): Intervieram

Portanto, no caso das conferências da ONU, não é possível dizer que a participação foi “global” se entendermos que o termo significaria participação (ou presença) de ONGs de “todo o globo”, nem equilibrada: como foi possível observar nos mapas e gráficos, existe uma concentração das sedes das ONGs em alguns poucos países. Por outro lado, podemos qualificar melhor dois dos argumentos mais utilizados para criticar o conceito de “sociedade civil global”: o primeiro que afirma que existe um marcante “*Desnível Norte-Sul*” com predomínio (numérico e também político) de ONGs oriundas do *Norte Desenvolvido*; e o segundo que defende que a distribuição dos atores “relevantes” da sociedade civil global *espelha as atuais relações de poder em âmbito internacional* (sejam essas definidas em termos econômicos, culturais ou geopolíticos).

Como vimos, a concentração das sedes do “total” de ONGs credenciadas é no “Sul” e não no “Norte” (ao contrário do que afirma o argumento do desnível Norte-Sul). Apenas quando consideramos o âmbito de atuação das ONGs, ou seja, quando observamos a concentração das ONGs “internacionais” é que o argumento do desnível Norte-Sul é confirmado, entretanto, mesmo nesse caso, a concentração diminui no final do período (de 84,7% na primeira conferência para 70,3% na última). O outro argumento também pode ser nuançado: verificamos que a concentração de 71,1% no eixo América anglo-saxônica e Europa (na primeira conferência UNCED-Rio/1992) diminui consideravelmente na sexta conferência para 48,6 (UNCHS-Istambul/1996). Aqui, se considerarmos o âmbito de atuação, separando as ONGs “internacionais” a concentração na América e Europa fica mais marcante (78,2% do total de ONGs credenciadas), mas também tendendo a diminuir: sendo 88,5% (na primeira conferência UNCED-Rio/1992) e terminando o período em 75,9% (UNCHS-Istambul/1996).

Se considerarmos, que para a participação ser considerada como “global” deveríamos observar tanto “um aumento no número de ONGs participantes” (1º critério) quanto a “representação geográfica balanceada” (2º critério)⁵⁶, podemos dizer que o primeiro critério foi atendido: de 1422 ONGs credenciadas para a primeira conferência, terminamos o período com 1845 ONGs (sendo que na conferência sobre a mulher o número é de 2079 ONGs credenciadas). Mas não podemos dizer que a distribuição das ONGs participantes resulta num equilíbrio entre as várias partes do globo. Se é verdade que, como demonstramos no mapa 25 (que representa as ONGs credenciadas para as seis conferências da ONU, considerando o *Total*) a maioria dos países contou com a presença de, pelo menos, uma ONG em algum dos eventos (dentre os seis estudados) também é certo que os mapas seguintes (bem como os diversos gráficos analisados) demonstram que existe uma marcante concentração geográfica das sedes das ONGs que, se não endossa completamente os argumentos do *desnível Norte-Sul* e de que a distribuição de ONGs *espelha as atuais constelações de poder* (pois, apenas se nos restringimos às ONGs internacionais e às que intervieram isso se confirma), por outro lado, não confirma o caráter *global* da sociedade civil, devido sua distribuição profundamente desigual entre os vários países.

⁵⁶ Como no esquema de FRIEDMAN, HOCHSTETLER e CLARK (1998, 2001, 2005).

Capítulo 2 – Participação de ONGs nas conferências da OMC (1996-2005)

“A criação da OMC, em 1995, foi o resultado de uma negociação marcada por alguns fatores determinantes do atual cenário internacional. Dentre eles, o fim do modelo bipolar das relações internacionais e a sua substituição por um modelo multipolar; a nova reorganização econômica dos países em acordos regionais de comércio; o papel das empresas transnacionais no comércio internacional; o fim das fronteiras entre as políticas internas e de comércio internacional derivado do fenômeno da globalização. Tais fatores são importantes elementos na análise da criação da OMC no contexto internacional”

Vera Thorstensen,
OMC – Organização Mundial do Comércio (2001:22)

As conferências ministeriais da Organização Mundial do Comércio (OMC) possuem um caráter bastante diferenciado em relação às conferências sociais globais da Organização das Nações Unidas (ONU). No caso da OMC, tais conferências configuram o nível mais alto do processo de tomada de decisão na OMC, pois nelas são definidos os temas que serão tratados em cada rodada de negociação. As conferências ministeriais são compostas por representantes dos Estados membros que se reúnem a cada dois anos e tomam decisões por consenso. Seleccionamos as seis primeiras Conferências Ministeriais da OMC, tendo em vista que, embora os Estados sejam os atores dominantes no seu processo deliberativo (são eles que negociam e decidem), **3356** organizações não governamentais (ONGs) foram credenciadas como observadoras. Cabe ressaltar que, diferente do caso das conferências da ONU, nas conferências ministeriais as ONGs não poderiam, em hipótese alguma, intervir “oralmente”, ou seja, não tinham direito de voz, de “falar” durante os eventos oficiais (poderiam apenas “observar”).

A Primeira Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio – realizada em Cingapura (Cingapura), entre 9 e 13 de dezembro de 1996 (1ªCM-OMC/1996) – tinha como objetivo reforçar o papel da OMC como instância de negociação e avaliar os dois primeiros anos de implementação dos acordos da Rodada Uruguai, sendo a “primeira reunião ordinária bienal da OMC a nível ministerial, conforme previsto no artigo IV do Acordo Constitutivo da Organização Mundial do Comércio” visava “reforçar ainda mais a OMC como fórum de negociação, a contínua liberalização do comércio dentro de um sistema baseado em regras e a revisão multilateral e avaliação de políticas comerciais” (THORSTENSEN, 2001). Para esse evento, foram aceitas como observadoras 159 ONGs, das quais, **108** aparecem na lista oficial da OMC.

A Segunda Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio – realizada em Genebra (Suíça), entre 18 e 20 de maio de 1998 – coincidiu com o cinquentenário do “sistema multilateral de comércio”: das 153 ONGs aceitas como observadoras para o evento oficial, **130** aparecem na lista oficial de participantes. A Terceira Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio – realizada em Seattle (Estados Unidos), entre 30 de novembro a 03 de dezembro de 1999 – é a mais conhecida devido aos protestos amplamente cobertos pela mídia internacional: seu objetivo era alcançar um compromisso mínimo para formar uma agenda de temas para uma nova rodada (“Rodada do Milênio”), porém, isso não foi possível e o evento ficou conhecido pelas manifestações contrárias à OMC (THORSTENSEN, 2001). Essa conferência teve 776 ONGs aceitas e **730** aparecem na lista oficial de participantes (fornecida pela OMC).

Na Quarta Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio – realizada em Doha (Catar), entre 9 e 13 de novembro de 2001 – decidiu-se lançar uma nova rodada de negociações para a liberalização do comércio mundial, chamada de *Agenda de Doha para o Desenvolvimento*, com foco nos interesses dos países mais pobres e na implementação dos acordos alcançados na Rodada Uruguai (THORSTENSEN, 2001). Para essa conferência foram aceitas 651 ONGs, das quais **364** aparecem nas listas oficiais. No caso da Quinta Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio – realizada em Cancun (México), entre 10 e 14 de setembro de 2003 – destaca-se a consolidação do G-20, que, durante o evento estabeleceu relações com as ONGs, sobretudo as ligadas ao desenvolvimento (THORSTENSEN, 2001). Desse evento, participaram **960** ONGs (de acordo com as listas oficiais).

Da Sexta Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio – realizada em Hong Kong (China), entre 13 a 18 de dezembro de 2005 (6ªCM-OMC/2005) – participaram **1064** ONGs (de acordo com a lista oficial) e é importante ressaltar que se trata da conferência ministerial da OMC com maior participação de ONGs (lembrando que a 1ªCM-OMC-Singapura/1996 permitiu o credenciamento de apenas 108 ONGs para o evento oficial; e que a Sétima Conferência Ministerial da OMC – realizada em Genebra (Suíça), entre 30 de novembro e 2 de dezembro de 2009 – que não será analisada aqui – contou com a presença de 435 ONGs: uma diminuição significativa em relação à 6ªCM-OMC/2005 (60%) e também em relação às duas conferências anteriores: 5ªCM-OMC/2003 (de quase 54%) e 4ªCM-OMC/2001 (em torno de 33%)).

Nesse capítulo analisamos a distribuição das sedes das ONGs credenciadas para as conferências da OMC, apresentando os dados referentes a cada um dos seis eventos em estudo e, depois, comparando esses resultados entre si. De acordo com as listas oficiais de participantes, fornecidas pela OMC na sua página na Internet, **3.356** organizações não governamentais participaram como observadoras nos eventos. Ao que tudo indica, o número de ONGs que “poderiam” participar é ainda maior do que o número de ONGs das listas oficiais fornecidas (a diferença é de 613 ONGs que foram aceitas mas não compareceram). Os números se referem às “listas oficiais” de ONGs “credenciadas”:

Tabela 22. Número de países participantes e de ONGs credenciadas: OMC (Total=3356)

Ano	Conferência	Nome da Conferência	Países presentes	ONGs aceitas pela OMC	ONGs representadas	ONGs nas listas oficiais	Países com ONGs credenciadas
1996	Singapura	1ªCM-OMC	161	159	108	108	26
1998	Genebra	2ªCM-OMC	168	153	128	130	29
1999	Seattle	3ªCM-OMC	179	776	686	730	63
2001	Doha	4ªCM-OMC	181	651	370	364	62
2003	Cancun	5ªCM-OMC	185	961	795	960	80
2005	Hong Kong	6ªCM-OMC	191	*	*	1064	85
Médias			177,5	540,0	417,4	559	57,5

Fonte: Elaborado a partir dos dados contidos na página da OMC na Internet:
http://www.wto.org/english/thewto_e/minist_e/minist_e.htm; * dado não fornecido pela OMC.

Observamos que o número de ONGs aceitas pela OMC é bem menor se comparado com a quantidade de solicitações aceitas pela ONU, sobretudo porque se trata do mesmo número de eventos (seis dentre as conferências realizadas por cada organização).

Ressaltamos, contudo, que os eventos da OMC são posteriores aos da ONU e que tinham um caráter diferenciado, com uma possibilidade maior de “forçar” as partes a aceitar os resultados acordados e, assim, com maiores restrições a inclusão de “outros atores” nas negociações. Considerando apenas o número total de ONGs aceitas como observadoras para as doze conferências, teríamos uma média de 994,7 ONGs por evento, o que é um número considerável dado o caráter intergovernamental das duas organizações. Notamos também que a média de ONGs por conferência é bem maior no caso da ONU – 1428 ONGs por evento – do que no caso da OMC – 559 ONGs aceitas por conferência. Como podemos notar no gráfico a seguir, apenas na conferência que se seguiu a Seattle tivemos uma diminuição no número de ONGs credenciadas:

Gráfico 19. Evolução no número de ONGs credenciadas para as conferências da OMC

Nos seis casos, as **3.356 ONGs** credenciadas puderam estar presentes nos eventos e buscaram influenciar os resultados de vários modos, a despeito de, diferente do caso da ONU, não poderem “falar” durante os eventos oficiais. Como é possível notar no gráfico acima, apenas no caso da 4ª conferência ministerial, realizada em Doha (logo depois da conturbada conferência de Seattle) houve uma diminuição significativa no número de ONGs credenciadas, que, entretanto, voltou a aumentar nos dois eventos seguintes, chegando à marca de 1064 ONGs credenciadas para a sexta conferência (Hong Kong), sendo que a média ficou em 559 ONGs por conferência.

No caso da OMC, como as ONGs não poderiam, em hipótese alguma “falar” durante as conferências⁵⁷, buscamos saber de onde (e quais) eram as ONGs que já tinham participado de conferências da ONU e passaram a participar de conferências da OMC e, também, de onde eram as ONGs que mantiveram alguma regularidade (*continuidade*) na sua participação (ou seja, que participaram de mais de uma conferência da OMC) pois notamos que muitas das ONGs participantes de conferências da OMC estiveram presentes na maioria dos seis eventos em estudo. Assim, além de analisar a distribuição geográfica das sedes das ONGs credenciadas para cada conferência, analisamos também a possível “continuidade” na participação no caso desses eventos (que são, de fato, mais especializados ou mais “específicos” do que as conferências da ONU que, pela abrangência dos temas, possibilitava uma participação mais generalizada).

Nosso interesse, aqui, é saber “de onde” eram essas 3356 ONGs, em quais países mantinham seus escritórios administrativos, para medir qual o grau de **concentração geográfica** desses atores⁵⁸ com o objetivo de comparar, depois, com os resultados obtidos da análise da distribuição geográfica das ONGs participantes em conferências da ONU (que possui outro modo de incluir esses atores nos seus trabalhos), bem como com outros indicadores (sobretudo econômicos e sociais).

⁵⁷ Questionamentos a respeito da possibilidade de ampliar a participação das ONGs nos trabalhos da OMC e, em especial, nas conferências ministeriais, são abundantes na literatura – tanto por parte de quem critica o *viés* estado-cêntrico da OMC, como por parte dos que defendem sua democratização, pois não é consenso – entre os primeiros – que se deva incluir atores *não estatais* no processo decisório de uma organização inter-estatal (como a OMC) e também não existe acordo – entre os segundos – que as ONGs sejam os atores adequados à tarefa de *representar* a sociedade civil. Tal debate pode ser apreendido nos seguintes artigos (entre outros): ROBERTSON, David. 2000. “Civil Society and WTO”. *Global Trade Policy* 2000, Berlin: Blackwell Publishers, p. 29-44. ESTY, Daniel C. “Non-governmental organizations at the World Trade Organizations: cooperation, competition or exclusion”. *Journal of International Economic Law* 1 (1998), p. 123-47. DUNOFF, Jeffrey L. “The misguided Debate over NGO participation at the WTO”. *Journal of International Economic Law* 1 (1998), p. 433-56.

⁵⁸ Outros aspectos podem ser consultados na bibliografia a respeito da relação da OMC com as ONGs, que, embora seja mais reduzida do que a respeito da ONU, possibilita compreender diversas características da organização e das conferências. Entretanto, o trabalho de VERA THORSTENSEN (2001). *OMC - Organização Mundial do Comércio: as regras do comércio internacional e a Nova Rodada de Negociações Multilaterais*. São Paulo, Aduaneiras – serve como uma boa introdução ao tema. Contudo, na edição utilizada (2009, 2ª edição) a parte referente às conferências ministeriais é bem reduzida e contempla, apenas, os preparativos para a Conferência Ministerial de Doha (2001), e, além disso, o enfoque não é na relação entre a OMC e os atores “não governamentais”. A esse respeito são mais interessantes os trabalhos de Michelle Ratton Sanchez Badin – 2002. *Atores não-estatais e sua relação com a Organização Mundial do Comércio*. In: Alberto do Amaral Junior. (Org.). *Direito do Comércio Internacional*. 1 ed. São Paulo: Editora Juarez de Oliveira, 2002, v. 1, p. 151-170. 2004. *Demandas por um novo arcabouço sociojurídico na organização mundial do comércio e o caso do Brasil*. São Paulo, 2004 (tese de doutorado). 2006. *Breves considerações sobre os mecanismos de participação para ONGs na OMC*. Sur. *Revista Internacional de Direitos Humanos*, São Paulo, v. 4, n. 3, p. 103-125. 2007. *Mudanças nos paradigmas de participação direta de atores não-estatais na OMC e sua influência na formulação da política comercial pelo Estado e sociedade brasileiros*. *Revista Direito GV*, v. 3, p. 77-110. Da literatura internacional sobre, destaca-se a contribuição de Steve Charnovitz, com uma série de artigos a respeito, dentre os quais podemos destacar: 1996. “Participation of Nongovernmental Organizations in the World Trade Organization”, *University of Pennsylvania Journal of International Law*. 2000. “Opening the WTO to Nongovernmental Interests”, *Fordham International Law Journal*, November / December. 2001. “The WTO and the rights of the individuals”, *Intereconomics: Review of European Economic Policy*, v. 36, March/April 2001, pp. 98/108.

2.1 – Distribuição geográfica das ONGs credenciadas para a 1ª CM-OMC-Singapura/1996

O sétimo evento em análise é a primeira Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio⁵⁹, que foi realizada em Singapura (Singapura)⁶⁰, entre 9 e 13 dezembro de 1996 (referida aqui como 1ªCM-OMC-Singapura/1996). No que diz respeito à participação de ONGs, cabe destacar que 159 interessadas foram aceitas como “observadoras” e, destas, **108 ONGs** “participaram” do evento, de acordo com a lista cedida pela OMC (na sua página na Internet), que forneceu apenas o nome da organização⁶¹. O modo como seria permitida a participação de ONGs nessa conferência foi definido com base na necessidade de determinar um procedimento para considerar os pedidos das ONGs para participar das conferências ministeriais, ainda que apenas na qualidade de *observadoras*, tal como previsto no *artigo 2*, do acordo da OMC⁶². Diante disso, o Conselho Geral tinha aprovado “orientações” a respeito das relações com as ONGs e destacou “a necessidade de maior transparência nas relações entre a OMC e as ONGs” de modo que, depois de realizar consultas informais e contatos com as autoridades de Singapura (país anfitrião dessa conferência), propôs um método para regular tal interação que, contudo, não seria *formalizado*⁶³.

⁵⁹ Sua realização visava cumprir uma cláusula do “Acordo de Constituição da OMC”, assinado em Marraqueche (abril/1994), pela qual os Ministros e representantes de todos os membros que compõem a “Conferência Ministerial” deveriam se reunir após dois anos da criação da OMC.

⁶⁰ A despeito da grafia de Singapura no português brasileiro ser com “C” (Singapura), preferimos manter com “S” para facilitar o tratamento dos dados e a confecção dos mapas.

⁶¹ As demais informações foram pesquisadas (o país-sede e o âmbito de atuação) no próprio banco de dados, na Internet, e nas listas das conferências seguintes oferecidas pela OMC (que passaram a listar também o país sede).

⁶² Tal artigo estipula que o “Conselho Geral” poderá tomar as providências adequadas para as “consultas e a cooperação com organizações não-governamentais preocupadas com assuntos relacionados aos da OMC”.

⁶³ De acordo com o método proposto, as ONGs seriam autorizadas a *participar nas sessões plenárias da Conferência*, desde que seus pedidos de registro (credenciamento) fossem aceitos (com base no artigo V do Acordo Constitutivo da OMC) o que quer dizer que a aceitação estaria ligada à comprovação de que a ONG solicitante estava envolvida ou “interessada” em questões “relacionadas com as da OMC” e que o pedido fosse realizado dentro do prazo estipulado. Com base no procedimento, seria elaborada uma lista das ONG que tinha solicitado credenciamento e esta seria distribuída para *informação* do Conselho Geral, que enfatizou que *a participação de ONGs nas sessões plenárias “dependeria” da disponibilidade de espaço*. Assim, a Secretaria iria receber os pedidos de ONGs e examiná-los para ver se as organizações interessadas preenchiam os critérios e elaboraria uma lista de ONGs “recomendadas” que, de acordo com a apreciação das *delegações governamentais* (ou seja, se estas não indicassem quaisquer problemas com a lista), poderia ser ou não aprovada. As organizações aceitas seriam convidadas para a *Conferência Ministerial*. É importante notar que tal processo não seria “*formalizado*”. Na época, de acordo com o documento, o representante de Marrocos perguntou se não poderia ser indicado claramente que o exame dos pedidos seria feito pela Secretaria, e que seria apresentada uma lista de ONGs que satisfaziam os critérios, de modo que o Conselho Geral poderia aceitar a lista ou não. Pois, se os representantes tivessem “problemas” com alguma ONG, consultas deveriam ser realizadas para resolvê-los. Mas o presidente disse que não era necessário ter uma *decisão formal* do Conselho Geral a respeito (sobre a lista de ONGs que seriam convidadas) e deixou claro que, se algum membro tivesse problemas com a lista divulgada pelo Secretariado, estes seriam resolvidos mediante consultas e a lista só seria considerada aprovada na *ausência de quaisquer reservas* (cf. Documento WT/GC/M/13, de 28 de agosto de 1996). Para maiores detalhes a respeito da interação entre a OMC e as ONGs, consultar os trabalhos de Michelle Ratton Sanchez Badin (2004, 2006 e 2007).

De acordo com a pesquisa realizada, das 108 organizações não governamentais aprovadas para presenciar o evento, como observadoras, 86,1% eram “nacionais” e 9,3% “internacionais” (para cinco ONGs não foi possível especificar o âmbito de atuação). O número de países com ONGs credenciadas é bem menor do que no caso das conferências da ONU: apenas 26 aparecem na lista (o que também se deve ao número reduzido de ONGs credenciadas, apenas 108 nessa conferência):

Tabela 23. Distribuição geográfica das ONGs credenciadas para a
1ªCM-OMC-Singapura/1996

Distribuição	Internacional		Nacional		Não Encontrado		Total	
	ONGs	%	ONGs	%	ONGs	%	ONGs	%
Total	10	9,3	93	86,1	5	4,6	108	100
<i>Hemisférios</i>								
Norte	10	100,0	60	64,5	4	80,0	74	68,5
Sul			33	35,5	1	20,0	34	31,5
<i>Continentes</i>								
África			1	1,1			1	0,9
América	2	20,0	25	26,9			27	25,0
Ásia			29	31,2	1	20,0	30	27,8
Europa	8	80,0	36	38,7	4	80,0	48	44,4
Oceania			2	2,2			2	1,9
<i>Regiões da América (continente com o maior número de ONGs credenciadas)</i>								
América Central							0	0,0
América do Norte	2	20,0	23	24,7			25	23,1
América do Sul			2	2,2			2	1,9
<i>Países da América do Norte (região da América com o maior número de ONGs credenciadas)</i>								
Canadá	1	10,0	14	15,1			15	13,9
Estados Unidos	1	10,0	8	8,6			9	8,3
México			1	1,1			1	0,9
<i>País no qual foi realizada a conferência (sede do evento):</i>								
Singapura			14	15,1			14	13,0
<i>10 países com o maior número de ONGs credenciadas:</i>								
Estados Unidos	1	10,0	14	15,1			15	13,9
Reino Unido	3	30,0	10	10,8	1	20,0	14	13,0
Singapura			14	15,1			14	13,0
Canadá	1	10,0	8	8,6			9	8,3
França	1	10,0	5	5,4	2	40,0	8	7,4
Bélgica	2	20,0	6	6,5			8	7,4
Suíça	1	10,0	4	4,3	1	20,0	6	5,6
Holanda			4	4,3			4	3,7
Japão			3	3,2			3	2,8
Itália			3	3,2			3	2,8
Soma dos 10 países	9	90,0	71	76,3	4	80,0	84	77,8
Demais países	1	10,0	22	23,7	1	20,0	24	22,2
Total	10	100,0	93	100,0	5	100,0	108	100,0

Fonte: Elaborado com base em http://www.wto.org/english/forums_e/ngo_e/ngosin_e.htm e pesquisa no banco de dados, Internet e demais listas de participantes oferecidas pela OMC.

A distribuição por hemisférios revela que, no caso, a maioria das ONGs credenciadas eram sediadas em países do *Norte* (68,5% do “total”; 64,5% das ONGs “nacionais”, e, todas as ONGs “internacionais”, 100,0%). Portanto, aqui, o argumento do desnível *Norte-Sul* com predomínio *numérico* do *Norte* se confirma: apenas 35,5% das ONGs “nacionais” credenciadas eram originárias de países do *Sul*.

A distribuição por continentes demonstra que a maioria das ONGs credenciadas eram sediadas em países da Europa (44,4% do total; 38,7% das “nacionais” e 80,% das ONGs “internacionais” credenciadas), diferente dos resultados das conferências da ONU em que a maioria das ONGs credenciadas eram sediadas na “América” (que, aqui, conta com 25% do total, 26,9% das ONGs “nacionais” e 20% das “internacionais”). A despeito disso, quando distribuímos as ONGs por países, percebemos que o país com maior número de ONGs credenciadas continua sendo os Estados Unidos (13,9% do total, 15,1% das nacionais e 10% das “internacionais”) tal como nas conferências da ONU (as seis em estudo); na lista, seguem dois países com mesmo percentual: Reino Unido e Singapura (anfitrião do evento), com 13,0% cada.

Aqui, contudo, o maior percentual de ONGs internacionais credenciadas é do Reino Unido (30,0%) seguido da Bélgica (20,0%). Dentre os 10 países com maior número de ONGs credenciadas 8 estão no eixo “Europa” – “América do Norte” (6 europeus, Canadá e EUA); além destes, apenas Japão (que, embora seja asiático é do “Norte” desenvolvido) e Singapura (sede do evento). Apenas uma ONG africana participou e nenhuma ONG da América Central esteve presente.

O grau de concentração (a soma dos percentuais dos 10 países com as maiores quantidades de ONGs credenciadas, classificadas de acordo com o “total”) chega a 77,8% do “total”; 76,3% das “nacionais” e 90,0% das ONGs “internacionais” credenciadas (até aqui, a maior concentração). Devemos lembrar que foi a primeira conferência da nova organização e que as solicitações de credenciamento não foram tão numerosas quanto às dirigidas aos eventos da ONU.

Nos mapas a seguir podemos notar que a concentração é marcante: o primeiro apresenta os países com ONGs credenciadas (as áreas em “cinza”, representam aqueles sem qualquer ONG credenciada) e na segunda parte, notamos que a maioria dos países esteve presente com delegação oficial. Depois podemos visualizar a concentração de ONGs “nacionais” e “internacionais”, com detalhe para a Europa.

Mapa (29) Países e ONGs participantes da 1ª Conferência Ministerial da OMC:
Singapura/1996

Distribuição das sedes das ONGs credenciadas

Lagos
 ONGs credenciadas
 Total
 Nacional
 Internacio
 Mundo

Países que participaram com delegações oficiais

Lagos
 ONGs credenciadas
 Participou com delegação oficial
 Não participou
 Mundo

2.2 – Distribuição geográfica das ONGs credenciadas para a 2ªCM-OMC-Genebra/1998

O oitavo evento em estudo é a segunda Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio, realizada em Genebra, Suíça, entre 18 a 20 de maio de 1998 (referida aqui pela sigla 2ªCM-OMC-Genebra/1998)⁶⁴: **130 ONGs** participaram do evento – um pequeno aumento em relação à conferência anterior (108 ONGs), mas ainda menos do que 10% da média de ONGs participantes nas conferências da ONU, que chega a 1428 por evento. Considerando que foi a segunda conferência da OMC e que não existia uma tradição consolidada de “participação” de ONGs no trabalho cotidiano da organização, podemos considerar que o fato de ter sido mantida a possibilidade de ONGs estarem presentes nas conferências é, em si, relevante⁶⁵. Nesse caso, a lista fornecida pela OMC apresenta o nome da ONG e o país-sede (diferente do caso da 1ªCM-OMC-Singapura/1996 em que só o nome foi fornecido), então foi necessário pesquisar apenas o âmbito de atuação (“nacional” ou “internacional”), e, de acordo com o resultado, o percentual de ONGs “nacionais” é, novamente, maior do que de “internacionais”.

⁶⁴ A data escolhida para sua realização foi proposital “para coincidir com a comemoração dos 50 anos do sistema multilateral do comércio e do GATT” (Thorstensen, 2001:402). A preparação da *terceira* Conferência Ministerial foi um dos pontos fundamentais da 2ªCM-OMC-Genebra/1998, pois, o processo de preparação, sob a direção do Conselho Geral, incluía um programa de trabalho abrangente com o objetivo de realizar “um balanço geral dos interesses de todos os membros da OMC” e, por isso, incluía: “– recomendações sobre questões relativas à implementação dos acordos e decisões existentes; – recomendações sobre negociações já mandatadas em Maraqueche, de forma que tais negociações iniciassem nos prazos previstos (agricultura e serviços); – recomendações sobre o trabalho futuro já previsto dentro dos acordos e decisões tomadas em Maraqueche (revisões mandatadas nos acordos); – recomendações relativas a outro trabalho futuro com base no programa estabelecido em Singapura (investimentos, concorrência, transparência em compras governamentais, e facilitação do comércio); – recomendações sobre o acompanhamento do plano proposto pelo Encontro de Alto Nível sobre Países Menos Desenvolvidos; – recomendações levantadas através da consideração de outras questões propostas e acordadas pelos membros relativas a suas relações multilaterais de comércio (por exemplo, tarifas, barreiras não tarifárias, acordos regionais, comércio eletrônico, meio ambiente e padrões trabalhistas). O Conselho Geral deveria submeter para a Terceira Conferência, com base em consenso, recomendações para decisões relativas a aspectos de organização e administração do programa de trabalho, incluindo a abrangência, estrutura e prazos, de modo a garantir que o programa de trabalho fosse iniciado e concluído rapidamente” (Thorstensen, 2001:405). Tais temas seriam incluídos na “agenda da próxima rodada” que deveria ser lançada e teria o nome de “Rodada do Milênio”, mas que acabou sendo frustrada devido aos impasses ocorridos na terceira Conferência, realizada em Seattle, em 1999. Podemos destacar que dentre as principais negociações tratadas em na 2ªCM-OMC-Genebra/1998 giraram em torno das telecomunicações e dos serviços financeiros, com destaque para o “Acordo de Informação Tecnológica” e a reafirmação de que era necessário implementar ações que auxiliassem os países em desenvolvimento a se inserirem no comércio internacional de modo mais significativo.

⁶⁵ Em 02 de abril, o presidente informou ao Conselho Geral que 151 ONGs tinham solicitado inscrição para participar da Conferência Ministerial e da celebração do 50º Aniversário e, conforme acordo de 19 de fevereiro de 1998, seriam usados os mesmos critérios para o registro de ONGs da 1ªCM-OMC-Singapura/1996 (ver nota do item anterior). Assim, uma lista de ONGs seria divulgada pela Secretaria e distribuída para consulta pelos Estados membros antes da confirmação da inscrição. As inscrições aceitas seriam enviadas para a ONG em 15 de Abril. O representante da Comunidade Europeia afirmou que era seu entendimento de que a participação das ONG na Conferência Ministerial seria limitada, uma vez que não estariam presentes nas *sessões de trabalho* (e o presidente disse que este era um esclarecimento muito *útil* e que iria solicitar à Secretaria para *garantir isso*). O representante do México disse que era importante esclarecer que, no caso das ONGs a *sua presença não seria considerada* participação (cf. WT/GC/M/27, 22 September 1998).

No que diz respeito à distribuição por hemisférios, a maioria das ONGs credenciadas são do *Norte*, 80,0%, e, se consideramos apenas as ONGs *internacionais*, o percentual sobe para 93,3%. Distribuindo por continentes, é possível verificar que o maior percentual é da Europa (46,2%) e em segundo lugar vem a América (36,9%) sendo que a América do Norte conta com 34,6% do total e 20,0% das ONGs nacionais credenciadas. Nesse caso, portanto, os dois argumentos se confirmam: a maioria das ONGs credenciadas é do *Norte*, sobretudo de países do eixo América-Europa.

O país europeu com o maior percentual de ONGs credenciadas nessa conferência é a Suíça (anfitriã da conferência), que conta com 12,3% do total; 10% das ONGs “nacionais” e 20% das ONGs “internacionais” credenciadas. Na distribuição por países, é possível notar que foram credenciadas ONGs com sede em 29 países (três a mais do que na 1ªCM-OMC-Singapura/1996) e que a proporção de ONGs com sede nos Estados Unidos aumentou significativamente em relação ao evento anterior (de 13,9% para 25,4%, no caso do “total”; 15,1% para 28,2, no caso das ONGs “nacionais” e 10,0% para 13,3%, no caso das ONGs “internacionais”).

O grau de concentração – a soma dos 10 países com o maior percentual de ONGs credenciadas, considerando o total – resulta em 77,7% do total de ONGs credenciadas e 93,3% das ONGs internacionais (o que sugere um alto grau de concentração em apenas alguns países). Aliás, se somarmos apenas os três países com maior número de ONGs credenciadas (Estados Unidos, 25,4%; Suíça, 12,3% e Reino Unido, 7,7%) já chegamos em 45,4% do total. O número de ONGs africanas aumentou de uma para seis no total, mas nenhuma ONG com sede em países da América Central foi credenciada, sendo que, foram credenciadas apenas três ONGs da América do Sul.

Aliás, a maioria dos países não teve nenhuma organização não governamental credenciada, mas participou com delegação oficial (na segunda parte do primeiro mapa a respeito da 2ªCM-OMC-Genebra/1998 notamos que apenas alguns países ficam em “cinza”, o que significa que não estavam presentes com delegação oficial, em contraste com a primeira parte do mapa em que apenas alguns países aparecem em verde com os respectivos gráficos indicando as quantidades de ONGs “nacionais” e “internacionais” credenciadas para a conferência).

Tabela 25. Distribuição geográfica das ONGs credenciadas para a 2ªCM-OMC-Genebra/1998

Distribuição	Internacional		Nacional		Não Encontrado		Total	
	ONGs	%	ONGs	%	ONGs	%	ONGs	%
Total	15	11,5	110	84,6	5	3,8	130	100,0
<i>Hemisférios</i>								
Norte	14	93,3	86	78,2	4	80,0	104	80,0
Sul	1	6,7	24	21,8	1	20,0	26	20,0
<i>Continentes</i>								
África	1	6,7	5	4,5			6	4,6
América	3	20,0	45	40,9			48	36,9
Ásia			14	12,7	1	20	15	11,5
Europa	11	73,3	45	40,9	4	80	60	46,2
Oceania			1	0,9			1	0,8
<i>Regiões da América (continente com o maior número de ONGs credenciadas)</i>								
América Central								0
América do Norte	3	20	42	38,2			45	34,6
América do Sul			3	2,7			3	2,3
<i>Países da América do Norte (região da América com o maior número de ONGs credenciadas)</i>								
Canadá	1	6,7	9	8,2			10	7,7
Estados Unidos	2	13,3	31	28,2			33	25,4
México			2	1,8			2	1,5
<i>País no qual foi realizada a conferência (sede do evento):</i>								
Suíça	3	20,0	11	10,0	2	40	16	12,3
<i>10 países com o maior número de ONGs credenciadas:</i>								
Estados Unidos	2	13,3	31	28,2			33	25,4
Suíça	3	20,0	11	10,0	2	40	16	12,3
Canadá	1	6,7	9	8,2			10	7,7
Reino Unido	2	13,3	8	7,3			10	7,7
Bélgica	2	13,3	7	6,4			9	6,9
Holanda			7	6,4			7	5,4
França	1	6,7	3	2,7	2	40	6	4,6
Alemanha	2	13,3	2	1,8			4	3,1
Índia			4	3,6			4	3,1
Dinamarca	1	6,7	1	0,9			2	1,5
Soma dos 10 países	14	93,3	83	75,5	4	80	101	77,7
Demais países	1	56,7	27	24,5	1	20	29	22,3
Total	15	150	110	100	5	100	130	100

Fonte: Elaborado com base em http://www.wto.org/english/thewto_e/minist_e/min98_e/min98_e.htm e pesquisa no banco de dados, Internet e demais listas de participantes oferecidas pela OMC

A concentração das sedes das ONGs é marcante e mais bem verificada nos mapas que representam a distribuição por países. O segundo mapa, que mostra a distribuição das ONGs “nacionais” e depois das “internacionais” com destaque para a Europa, possibilita visualizar com precisão em que partes do planeta tais ONGs estão concentradas (sobretudo Estados Unidos e oeste da Europa), mas também possibilita visualizar a situação de alguns países fora desse eixo, como é o caso da Índia (que só não aparece no caso das internacionais).

Mapa (31) Países e ONGs participantes da 2ª Conferência Ministerial da OMC:
Genebra/1998

Distribuição das sedes das ONGs credenciadas

Países que participaram com delegações oficiais

Mapa (32) Países e ONGs participantes da 2ª CM-OMC/ Genebra/1998:
Nacionais e Internacionais

2.3 – Distribuição geográfica das ONGs credenciadas para 3ªCM-OMC-Seattle/1999

O nono evento em estudo é a Terceira Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio – realizada em Seattle (Estados Unidos), entre 30 de novembro a 03 de dezembro de 1999 (referida por 3ªCM-OMC-Seattle/1999). Trata-se da mais conhecida e discutida devido aos protestos que amplamente cobertos pela mídia internacional⁶⁶. Para esta conferência, 776 organizações foram aceitas e **730 ONGs** aparecem na lista oficial de participantes, fornecida pela OMC⁶⁷. O número de ONGs credenciadas foi bem maior do que nas duas primeiras conferências (na 1ªCM-OMC-Singapura/1996 foram 108 ONGs credenciadas e na 2ªCM-OMC-Genebra/1998 foram 130 ONGs) e isso refletiu na distribuição geográfica das sedes das ONGs pelos países.

⁶⁶ O objetivo da 3ªCM-OMC-Seattle/1999 era o “estabelecimento de um mandato de negociações para mais uma rodada multilateral sobre o comércio internacional” mas o lançamento da *Rodada do Milênio* não se efetivou, mas os impactos do impasse foram sentidos nas atividades da organização e nas “discussões preparatórias” das conferências seguintes: “a reunião foi suspensa porque não se chegou a um acordo, nem sobre os temas que deveriam ser incluídos na rodada, nem sobre o mandato de negociação de cada tema” e uma das razões foram as “inúmeras manifestações contra a OMC e a globalização” que se somaram ao “conflito de interesses entre os membros da OMC sobre a identificação dos setores econômicos a serem liberalizados, bem como nas percepções distintas sobre a oportunidade e a substância de negociar cada um desses temas, à luz dos interesses nacionais” (Thorstensen, 2001:406). O caso é que mesmo durante a fase dos trabalhos preparatórios da rodada, em Genebra, mas também “à medida em que as propostas sobre os diversos temas iam sendo apresentadas, foi-se formando um quadro de inflexibilidade de posições, onde os diversos membros da OMC passaram a se posicionar a favor ou contra cada um dos temas, com pouco ou nenhum grau de espaço negociador” e, essa situação “se manteve até as vésperas da própria reunião ministerial, não permitindo o avanço das negociações, nem o delineamento de um balanço de ganhos e perdas, dado fundamental para o êxito de qualquer negociação internacional” (Amorin, 2000, apud Thorstensen, 2001:409). Dentre as principais consequências da suspensão da 3ªCM-OMC-Seattle/1999 podemos citar o fato de que se percebeu que “a era do antigo GATT acabou em Seattle” com o esgotamento do antigo processo de tomada de decisão “que privilegiava os membros mais influentes, pois a OMC possuía, então 135 países-membros e mais 30 outros observadores” (Thorstensen, 2001:417).

⁶⁷ Quanto à participação de ONGs nas conferências, a 3ªCM-OMC-Seattle/1999 constitui-se, também, num marco importante: “Ao se examinar os dois ciclos da OMC (1995-1999 e 1999-até hoje), notamos que, na transição do primeiro para o segundo ciclo, importantes mudanças foram promovidas no arcabouço sociojurídico da OMC. [...] No primeiro período, pré-Seattle, estavam mais presentes nas atividades relacionadas às Conferências Ministeriais as instituições não-estatais comerciantes, já que poucas eram as formas de participação promovidas pela OMC e tais instituições sempre foram privilegiadas por ter uma conexão próxima com o comércio internacional e os delegados dos Estados em que investem. No entanto, a participação de outras instituições não-estatais com um caráter propositivo incrementou durante o primeiro ciclo e ganhou destaque. No caso das Conferências Ministeriais, se na Rodada do Uruguai não havia qualquer mecanismo para a participação de instituições não-estatais, a partir de Cingapura já se notou a necessidade de estabelecer uma forma específica para a participação dessas instituições, tanto as de caráter não-governamental como as de caráter intergovernamental. Nas Conferências Ministeriais de Cingapura e de Genebra o Secretariado adiantava todos os procedimentos necessários para a admissão de instituições não-estatais. Em Genebra, tais instituições já representavam uma vasta gama de interesses (meio ambiente, desenvolvimento, comércio, consumo, trabalho, entre outros). [...] Foi em Seattle que a participação das instituições não-estatais, em especial das que se inscrevem na qualidade de organizações não-governamentais, aumentou bruscamente e assim prosseguiu-se nas reuniões seguintes. [...] Com o incremento de sua participação, as instituições não-estatais passaram a conhecer cada vez mais a estrutura do sistema multilateral de comércio, a produzir conhecimento especializado e a apresentar suas demandas perante os mecanismos da OMC. O conjunto das instituições não-estatais envolvidas também se diversificou ao longo do tempo, não apenas quanto a suas áreas de atuação temática, mas também quanto a sua origem regional. [...] A Conferência Ministerial em 1999 não pôde ser concluída entre os Membros, mas teve como um de seus resultados o reconhecimento de que algo também acontecia do outro lado dos portões e que não seria mais possível ficar imune aos efeitos dessas manifestações com o fechamento das portas. Assim, algumas medidas foram adotadas como respostas a essas demandas, entre as quais, diversos procedimentos para as Conferências Ministeriais.” (Sanchez, 2004)

Dentre as 730 ONGs da lista oficial, a maioria era composta de organizações “nacionais” (94,2%) e a concentração, novamente, é no Norte (82,9% do total e 90,3% das ONGs internacionais), sendo que, diferente das conferências da ONU, mesmo quando consideramos apenas as ONGs nacionais, o Norte concentra a maioria (82,4%). Quanto a distribuição por “continentes”, a América conta com o maior percentual de ONGs credenciadas (56,4% do total, 58,1% das nacionais e 35,5% das internacionais), entretanto, se consideramos apenas as ONGs internacionais, a Europa é que contaria com a maior parte (58,1% das internacionais, 27,9% das nacionais e 29,9% do total).

Tabela 25. Distribuição geográfica das ONGs credenciadas para a
3ªCM-OMC-Seattle/1999

Distribuição	Internacional		Nacional		Não Encontrado		Total	
	ONGs	%	ONGs	%	ONGs	%	ONGs	%
Total	31	4,2	688	94,2	11	1,5	730	100,0
<i>Hemisférios</i>								
Norte	28	90,3	567	82,4	10	90,9	605	82,9
Sul	3	9,7	121	17,6	1	9,1	125	17,1
<i>Continentes</i>								
África	1	3,2	23	3,3		0,0	24	3,3
América	11	35,5	400	58,1	1	9,1	412	56,4
Ásia	1	3,2	60	8,7	1	9,1	62	8,5
Europa	18	58,1	192	27,9	8	72,7	218	29,9
Oceania			13	1,9	1	9,1	14	1,9
<i>Regiões da América (continente com o maior número de ONGs credenciadas)</i>								
América Central	1	3,2	6	0,9			7	1
América do Norte	10	32,3	367	53,3	1	9,1	378	51,8
América do Sul			27	3,9			27	3,7
<i>Países da América do Norte (região da América com o maior número de ONGs credenciadas)</i>								
Canadá	2	6,5	62	9			64	8,8
Estados Unidos	303	44,0	8	25,8	1	9,1	312	42,7
México			2	0,3			2	0,3
<i>País no qual foi realizada a conferência (sede do evento):</i>								
Estados Unidos	8	25,8	303	44,0	1	9,1	312	42,7
<i>10 países com o maior número de ONGs credenciadas:</i>								
Estados Unidos	8	25,8	303	44,0	1	9,1	312	42,7
Canadá	2	6,5	62	9,0			64	8,8
Belgica	5	16,1	43	6,3			48	6,6
França	2	6,5	37	5,4	2	18,2	41	5,6
Reino Unido	5	16,1	25	3,6	2	18,2	32	4,4
Suica	2	6,5	17	2,5	3	27,3	22	3,0
Japão	1	3,2	21	3,1			22	3,0
Holanda			16	2,3	1	9,1	17	2,3
Espanha	2	6,5	13	1,9			15	2,1
Noruega			13	1,9			13	1,8
Soma dos 10 países	27	87,1	550	79,9	9	81,8	586	80,3
Demais países	4	12,9	138	20,1	2	18,2	144	19,7
Total	31	100,0	688	100	11	100	730	100

Fonte: Elaborado com base em http://www.wto.org/english/thewto_e/minist_e/min99_e/min99_e.htm e pesquisa no banco de dados, Internet e demais listas de participantes oferecidas pela OMC

Portanto, nesse caso, também, os dois argumentos se confirmam: a concentração das ONGs credenciadas é no *Norte*, principalmente em países do eixo América-Europa. Quando analisamos a distribuição por países, podemos observar que o número de países com ONGs credenciadas, no caso da OMC, aumentou significativamente de uma conferência para outra (na 1ªCM-OMC-Singapura/1996 foram 26; na 2ªCM-OMC-Genebra/1998 foram 29 e agora, na 3ªCM-OMC-Seattle/1999, são 63 países com alguma ONG credenciada). Os Estados Unidos, também aqui, concentram a maioria: 42,7% do total, 25,8% das nacionais e 44,0% das ONGs internacionais credenciadas.

O grau de concentração – somando os 10 países com o maior percentual de ONGs credenciadas – chega a 80,3% (caso do total), 79,9% (das ONGs nacionais) e 87,1% das ONGs internacionais, o que significa que, a despeito do aumento no número de ONGs aceitas como observadoras e do número de países com ONGs credenciadas, a concentração se manteve alta, sendo, inclusive, maior do que nas duas primeiras conferências, nas quais a soma do total de ONGs dos 10 países com maior número de ONGs era de 77,7% e 77,8%.

Os mapas possibilitam visualizar que a participação aumentou (pois mais países tiveram ONGs credenciadas), entretanto, boa parte dos países do “planeta” continua fora dessa participação (tanto se consideramos o total de ONGs credenciadas, como se tratamos apenas das ONGs nacionais e, principalmente, quando consideramos apenas as ONGs internacionais). Na primeira parte do primeiro mapa, notamos que América, Europa e Oceania tiveram ONGs credenciadas, enquanto parte da África e da Ásia ficam em “cinza” (significando que não tiveram ONGs participando). O caso das delegações governamentais (em amarelo na segunda parte do mapa) abrange quase todo o globo, diferente dos mapas que representam países com ONGs.

O segundo mapa possibilita perceber ainda melhor a concentração, pois a primeira representação (das ONGs nacionais) já demonstra que a maioria das ONGs está concentrada (América anglo-saxônica e Europa) e que vários países não tiveram nenhuma ONG credenciada; e a segunda parte, das ONGs internacionais, ressalta os Estados Unidos como a sede da maioria das ONGs internacionais credenciadas (perto da metade do total, 44,0%), e que depois da América do Norte, praticamente só países da Europa contaram com esse tipo de organização na 3ªCM-OMC-Seattle/1999.

Mapa (33) Países e ONGs participantes da 3ª Conferência Ministerial da OMC:
Seattle/1999

Mapa (34) Países e ONGs participantes da 3ª CM-OMC- Seattle/1999:

Nacionais e Internacionais

2.4 – Distribuição geográfica das ONGs credenciadas para 4ªCM-OMC-Doha/2001

O décimo evento em estudo é a Quarta Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio, realizada em Doha (Catar)⁶⁸, entre 9 e 13 de novembro de 2001 (referida aqui como 4ªCM-OMC-Doha/2001), na qual se decidiu lançar uma nova rodada de negociações para a liberalização do comércio mundial, chamada de *Agenda de Doha para o Desenvolvimento*, ou *Rodada Doha*, com foco na implementação dos acordos alcançados na rodada anterior (*Rodada Uruguai*), e prioridade para os interesses dos países *mais pobres*, ou seja, países em desenvolvimento (sobretudo aqueles de menor desenvolvimento relativo). Quanto à presença de organizações não-governamentais (ONGs), decidiu-se que o Conselho Geral deveria considerar critérios semelhantes aos que haviam sido aprovadas para as três Conferências Ministeriais anteriores (Singapura, Genebra e Seattle)⁶⁹.

⁶⁸ A escolha de realizar a conferência em um país como o Catar é sintomática dos “cuidados” que a OMC passou a ter no período pós-Seattle, pois, trata-se de um país cujo governo é classificado (pela <http://www.freedomhouse.org>) como uma “traditional monarchy” porque, como explicam, “Qataris cannot change their government democratically” sendo que “political parties are illegal, and there are no organized opposition groups” pois, no Catar “The emir holds absolute power, though he consults with leading members of society on policy issues and works to achieve consensus with the appointed Majlis” e “Citizens have the right to appeal government decisions by petitioning the emir”, e, além disso, “freedom of association is limited to private social, sports, trade, professional, and cultural societies registered with the government” de modo que “Political parties do not exist, and political demonstrations are prohibited”, sendo que “Human rights groups criticized the decision by the World Trade Organization to hold a ministerial meeting in Qatar, on the grounds that the emirate prohibits public protest”, sendo que quando foi realizada a conferência, em 2001 “police vehicles and barricades provided a security zone around the site”. É interessante notar também que “the judiciary is not independent. Most judges are foreign nationals whose residence may be revoked at any time. [...] Civil courts have jurisdiction in civil and commercial disputes, while *Sharia* (Islamic law) courts handle family, civil, and criminal cases. Sharia court trials are closed to the public, and lawyers are not permitted in the courtroom. While corporal punishment is practiced in accord with Sharia, amputation is prohibited”; por fim “workers may not form unions or bargain collectively. They may belong to joint consultative committees of worker and management representatives that discuss such issues as working conditions and schedules, but not wages. The government's Labor Conciliation Board mediates disputes. Workers, except those in governmental or domestic employment, may strike if mediation fails. Employers sometimes exercise leverage over foreign workers by refusing to grant mandatory exit permits. Foreign nationals employed as domestic workers face sexual harassment and physical abuse. Although the authorities have investigated and punished several employers, most apparently do not report abuse for fear of losing their residence permits” (<http://www.freedomhouse.org>).

⁶⁹ Portanto, tal como nas conferências anteriores, as ONGs seriam autorizadas a participar somente das “sessões plenárias da Conferência”, ressaltando que isso seria feito “sem o direito de falar” e que apenas as ONGs comprovassem trabalhar em torno de questões relacionadas com as da OMC é que seriam aceitas. Para tanto, cada ONG deveria fornecer informações detalhadas, que demonstrassem o seu “interesse” análogo ao da OMC, para que fosse aceita, ou melhor, com base nas informações prestadas, a Secretaria iria elaborar uma lista de ONGs para assegurar-se, bem como ao país anfitrião, que teriam tempo suficiente para se preparar, e que os membros teriam condições de avaliar se concordavam com o credenciamento. É interessante notar, no entanto, que, o representante do Egito disse que sua delegação concordava com a proposta do presidente e que a Secretaria deveria divulgar as orientações como um documento, enquanto o representante das Comunidades Europeia questionou se, neste contexto, não seria um caso de *os ministros diminuírem o tamanho das suas delegações para de dar mais “possibilidades” para as ONGs participarem*, tendo em vista o número de pedidos de credenciamento de ONG. Já o representante do Paquistão, levantou duas preocupações a respeito da necessidade de *representação equilibrada e equitativa das ONGs do sul* quanto o fato de que tais ONGs necessitam de “financiamento” para participar. O representante do Canadá sugeriu que uma maneira de resolver as preocupações da Comunidade Europeia e do Paquistão seria “incluir nas suas delegações governamentais representantes da comunidade das ONG” além de fornecer apoio financeiro para uma maior representação de organizações do sul (WTO, WT/GC/M/65, 18 June 2001).

O resultado foi que 651 ONGs foram aceitas e **364** ONGs aparecem nas listas oficiais de participantes, o que é mais do que nas duas primeiras (a 1ªCM-OMC-Singapura/1996 credenciou 108 ONGs e a 2ªCM-OMC-Genebra/1998, 130 ONGs) mas é menos do que na conferência anterior (para a 3ªCM-OMC-Seattle/1999, foram 730 ONGs). A maioria das ONGs aceitas como observadoras eram “nacionais”, e tinham suas sedes no Norte (71,4% do total e 70,2% da ONGs “nacionais”), sendo que as ONGs “internacionais”, com sede em países do Norte, somam 88,9% do total.

Tabela 26. Distribuição geográfica das ONGs credenciadas para a
4ªCM-OMC-Doha/2001

Distribuição	Internacional		Nacional		Não Encontrado		Total	
	ONGs	%	ONGs	%	ONGs	%	ONGs	%
Total	18	4,9	339	93,1	7	1,9	364	100
<i>Hemisférios</i>								
Norte	16	88,9	238	70,2	6	85,7	26	71,4
Sul	2	11,1	11	3,2	1	14,3	14	28,6
<i>Continentes</i>								
África	1	5,6	24	7,1			25	6,9
América	4	22,2	9	2,7			94	25,8
Ásia			66	19,5	1	14,3	67	18,4
Europa	13	72,2	151	44,5	5	71,4	169	46,4
Oceania			8	2,4	1	14,3	9	2,5
<i>Regiões da América (continente com o maior número de ONGs credenciadas)</i>								
América Central	1	5,6	2	0,6			3	0,8
América do Norte	3	16,7	79	23,3			82	22,5
América do Sul			9	2,7			9	2,5
<i>Países da América do Norte (região da América com o maior número de ONGs credenciadas)</i>								
Canadá	1	5,6	2	0,6			21	5,8
Estados Unidos	2	11,1	59	17,4			6	16,5
México								
<i>País no qual foi realizada a conferência (sede do evento):</i>								
Catar							0	0,0
<i>10 países com o maior número de ONGs credenciadas:</i>								
Estados Unidos	2	11,1	59	17,4			61	16,8
Bélgica	3	16,7	43	12,7			48	13,2
França	1	5,6	31	9,1	2	28,6	33	9,1
Reino Unido	5	27,8	18	5,3	1	14,3	23	6,3
Canadá	1	5,6	20	5,9			21	5,8
Índia			20	5,9			20	5,5
Japão			18	5,3			19	5,2
Suíça			13	3,8	1	14,3	13	3,6
Alemanha			11	3,2			11	3,0
Noruega			9	2,7			10	2,7
Soma dos 10 países	12	66,8	242	71,3	4	57,2	259	71,2
Demais países	6	33,2	97	28,7	3	42,8	105	28,8
Total	18	100,0	339	100,0	7	100,0	364	100,0

Fonte: Elaborado com base em nos dados fornecidos pelo site da OMC (“doha_attend_e.doc”) e pesquisa no banco de dados, Internet e demais listas de participantes oferecidas pela OMC.

Isso quer dizer que a concentração permaneceu acentuada, a despeito de já ser o quarto evento da OMC. A distribuição por continente demonstra que é na Europa que se concentra a maioria das sedes das ONGs credenciadas (46,4%) e também das ONGs internacionais (72,2%), ficando a América em segundo lugar (com 25,8% do total, 2,7% das ONGs “nacionais” e 22,2% das ONGs internacionais credenciadas). Portanto, novamente, os dois argumentos se confirmam: a maioria das ONGs é do *Norte*, sobretudo de países da América e da Europa.

Quando analisamos a distribuição por países, percebemos que mesmo a Europa sendo o continente com o maior percentual de ONGs, os Estados Unidos concentram a maioria das ONGs credenciadas (16,8% do total, 17,4% das ONGs nacionais e 11,1% das ONGs internacionais credenciadas). Foram credenciadas ONGs de 62 países, sendo que os 10 países com o maior percentual de ONGs somam 71,2% do total e 67,2% das ONGs internacionais, o que indica uma leve diminuição no grau de concentração (77,8; 77,7; 8,3 e agora 71,2%). É interessante notar que o país anfitrião do evento, Catar, não teve nenhuma ONG credenciada.

Observando os mapas é possível visualizar melhor a concentração e comparar com as conferências anteriores. No primeiro mapa podemos observar, na primeira parte, quais países tiveram alguma ONG credenciada (destaca-se que a América do Sul, a Ásia e parte da África agora aparecem com seus respectivos gráficos que possibilitam visualizar as quantidades de ONGs credenciadas com sede em cada país). Na segunda parte notamos que parte dos países esteve presente com suas delegações oficiais na 4ªCM-OMC-Doha/2001.

No segundo podemos verificar como se distribuem as ONGs “nacionais” e “internacionais” credenciadas, com destaque para a Europa (sendo que a maioria dos países do ficam em “cinza”, sem qualquer ONG credenciada para a 4ªCM-OMC-Doha/2001). As tonalidades mais fortes indicam os países com as maiores concentrações de ONGs: no caso das ONGs nacionais podemos notar que, além dos Estados Unidos, alguns países europeus, a Índia e o Japão são mais visíveis; no caso das ONGs internacionais é o Reino Unido que se destaca e grande parte dos países “desaparece” (ficam em cinza, porque não tiveram nenhuma ONG internacional credenciada para essa conferência).

Mapa (35) Países e ONGs participantes da 4ª Conferência Ministerial da OMC:
Doha/2001

Distribuição das sedes das ONGs credenciadas

Países que participaram com delegações oficiais

Mapa (36) Países e ONGs participantes da 4ª CM-OMC- Doha/2001:
Nacionais e internacionais

2.5 – Distribuição geográfica das ONGs credenciadas para 5ª CM-OMC-Cancun/2003

O décimo primeiro evento em estudo é a Quinta Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio – realizada em Cancun (México), entre 10 e 14 de setembro de 2003 (referida como 5ªCM-OMC-Cancun/2003). Quanto à presença de organizações não governamentais, manteve-se o procedimento com relação ao registro de organizações não-governamentais (ONGs) nas conferências⁷⁰. Desse evento, participaram **960 ONGs** e, embora o modo como se procedeu para o credenciamento contribuiu para a “continuidade” na participação de ONGs (que já tinham participado de outras conferências da OMC), também nota-se certa pluralização⁷¹. A maioria das ONGs credenciadas era de âmbito “nacional” (96,3%) e, novamente os dois argumentos se confirmam: 69,6% do “total” eram originárias de países do *Norte*; e, no caso das ONGs “internacionais”, a concentração sobe para 92,0%; além disso, a distribuição por continentes revela que a *América* volta a ocupar a primeira posição (42,6% do “total”) enquanto a *Europa* se mantém como o continente com maior percentual de ONGs internacionais credenciadas (60,0%).

⁷⁰ Ou seja, os critérios seriam os mesmos adotados nas quatro conferências ministeriais anteriores (Cingapura, Genebra, Seattle e de Doha), Ou seja, as ONGs seriam autorizadas a participar “somente das Sessões Plenárias da Conferência, sem direito a falar” e seus pedidos de credenciamento seriam aceito apenas com base no “artigo V, parágrafo 2, do Acordo Constitutivo da OMC” que restringe a possibilidade de estar presente nas conferências para as ONGs “preocupado com questões relacionadas com as da OMC” (WT/GC/M/78:37). Assim, as ONGs que desejavam participar da conferência deveriam oferecer todas as informações necessárias que provassem que realmente tratavam das mesmas questões que a OMC. O fato é que o grande e crescente número de ONGs com atividades relacionadas à OMC tinha tornado o procedimento de registro “pesado” e assim optou-se por dispensar as ONG que foram devidamente registrados por pelo menos duas conferências ministeriais anteriores (que seriam credenciadas automaticamente). Com base nas informações prestadas, a Secretaria iria listar as ONGs inscritas e esta lista seria distribuída a todos os membros da OMC para que pudessem apreciar ou rejeitar alguma inscrição e a confirmação da inscrição seria enviado para as ONGs tomarem as providências necessárias para a sua participação na conferência. Pode-se destacar a consolidação do G-20, que durante o evento estabeleceu relações com as ONGs (sobretudo as de desenvolvimento).

⁷¹ Inclusive a participação das instituições não estatais brasileiras cresceu “com especial destaque para o salto numérico na rodada de negociações em Cancun em 2003”, pois, “antes de Cancun, em geral se inscreviam instituições comerciantes e organizações não governamentais com atuação internacional. Em Cancun, a representação foi pluralizada com a presença de diferentes instituições. Destaque-se que uma importante parcela das instituições presentes em Cancun foi financiada por instituições não-estatais internacionais ou estrangeiras” entretanto “durante a 5a. Conferência Ministerial, pela primeira vez, o MRE admitiu que fossem integradas na delegação brasileira todas as instituições brasileiras presentes em Cancun” mas é importante notar que “antes, por vezes, algumas instituições eram integradas à delegação, o que variava em relação aos temas em negociação e aos contatos pessoais. Em geral, nesses casos eram instituições comerciantes. Na Conferência Ministerial em Cancun esse procedimento foi aberto a todos, independentemente da natureza da organização” e “No entanto, uma vez que não havia nenhum procedimento predefinido para tal, a admissão foi informada quando as instituições já estavam em Cancun e dependia, em alguma medida, do contato pessoal com os representantes do MRE. No decorrer das negociações também ficou bastante evidente o déficit de informação e preparação das instituições não-comerciantes, que, apesar de integradas à delegação mista, participaram menos das reuniões oficiais; e, quando consultadas, tais instituições alegaram a complexidade técnica dos assuntos em pauta. Além disso, as instituições não-comerciantes dispersavam-se pelos fóruns promovidos para as instituições cadastradas como “organizações não-governamentais” pela OMC e pelos fóruns alternativos, que ocorriam concomitantemente com as reuniões oficiais” (Sanchez, 2004).

Tabela 27. Distribuição geográfica das ONGs credenciadas para a
5ªCM-OMC-Cancun/2003

Distribuição	Internacional		Nacional		Não Encontrado		Total	
	ONGs	%	ONGs	%	ONGs	%	ONGs	%
Total	25	2,6	924	96,3	11	100,0	960	100,0
<i>Hemisférios</i>								
Norte	23	92,0	636	68,8	9	81,8	668	69,6
Sul	2	8,0	288	31,2	2	18,2	292	30,4
<i>Continentes</i>								
África			63	6,8			63	6,6
América	9	36,0	399	43,2	1	9,1	409	42,6
Ásia	1	4,0	138	14,9	2	18,2	141	14,7
Europa	15	60,0	307	33,2	7	63,6	329	34,3
Oceania			17	1,8	1	9,1	18	1,9
<i>Regiões da América (continente com o maior número de ONGs credenciadas)</i>								
América Central	1	4,0	11	1,2			12	1,3
América do Norte	8	32,0	345	37,3	1	9,1	354	36,9
América do Sul			43	4,7			43	4,5
<i>Países da América do Norte (região da América com o maior número de ONGs credenciadas)</i>								
Canadá	1	4,0	84	9,1			85	8,9
Estados Unidos	7	28,0	228	24,7	1	9,1	236	24,6
México			33	3,6			33	3,4
<i>País no qual foi realizada a conferência (sede do evento):</i>								
México			33	3,6			33	3,4
<i>10 países com o maior número de ONGs credenciadas:</i>								
Estados Unidos	7	28,0	228	24,7	1	9,1	236	24,6
Canadá	1	4,0	84	9,1			85	8,9
Bélgica	4	16,0	59	6,4	1	9,1	64	6,7
França	2	8,0	52	5,6	2	18,2	56	5,8
Reino Unido	2	8,0	41	4,4	2	18,2	45	4,7
Japão	1	4,0	44	4,8			45	4,7
Suíça	2	8,0	36	3,9	1	9,1	39	4,1
Índia			34	3,7			34	3,5
México			33	3,6			33	3,4
Alemanha	2	8,0	26	2,8			28	2,9
Soma dos 10 países	21	84,0	637	68,9	7	63,6	665	69,3
Demais países	4	16,0	287	31,1	4	36,4	295	30,7
Total	25	100,0	924	100,0	11	100,0	960	100,0

Fonte: Elaborado com base em: http://www.wto.org/english/thewto_e/minist_e/min3_e/list_ngo_e.doc e pesquisa no banco de dados, Internet e demais listas de participantes oferecidas pela OMC.

O grau de concentração – a soma dos percentuais dos 10 países com maiores números de ONGs credenciadas – chega a 69,9% do total; 68,9% das ONGs “nacionais” e 84,0% das ONGs “internacionais”. O país com o maior número de ONGs é, novamente, os Estados Unidos com 24,6% do total; 24,7% das ONGs “nacionais” e 28,0% das ONGs internacionais. Para a 5ªCM-OMC-Cancun/2003 foram credenciadas ONGs de 80 países, e podemos ver nos mapas que a concentração das “nacionais” é no eixo América anglo-saxônica-Europa (únicas regiões com ONGs internacionais credenciadas).

Mapa (37) Países e ONGs participantes da 5ª Conferência Ministerial da OMC:
Cancun/2003

Distribuição das sedes das ONGs credenciadas

Países que participaram com delegações oficiais

Mapa (38) Países e ONGs participantes da 5ª CM-OMC- Cancun/2003:
Nacionais e Internacionais

Detalhe:
Europa

ONGs internacionais

ONGs credenciadas

- 1
- 2
- 3
- 4
- 5
- 6
- 7
- Nenhuma ONG
- Mundo

2.6 – Distribuição geográfica das ONGs credenciadas para 6ª CM-OMC-Hong Kong/2005

O décimo segundo evento em estudo é a Sexta Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio foi realizada em Hong Kong⁷², entre 13 a 18 de dezembro de 2005 (referida como 6ªCM-OMC-Hong Kong/2005)⁷³. Quanto à presença de organizações não-governamentais, manteve-se o procedimento definido anteriormente⁷⁴ e o resultado foi o credenciamento de **1064 ONGs** como observadoras para essa conferência. O maior percentual foi de ONGs nacionais (96,8%), e, também aqui, os dois argumentos se confirmam: as ONGs do *Norte* predominaram (65,0 das “nacionais”, 65,5% do “total” e 84,0% das ONGs “internacionais”); e a *América* é o continente com o maior número de ONGs credenciadas (37,4% do total, 37,7% das nacionais e 36,0% das ONGs internacionais credenciadas), seguida pela *Europa* (31,9% do total, 31,2% das nacionais e 48,0% das ONGs internacionais credenciadas). A concentração por países, novamente apresenta os Estados Unidos com os maiores percentuais (22,7% do total, 22,7% das nacionais e 24,0% das ONGs internacionais credenciadas). O segundo país com maior número de ONGs é o Canadá (com 8,8% do total, 8,7% das ONGs nacionais e 12,0% das internacionais credenciadas).

⁷² Oficialmente *Região Administrativa Especial de Hong Kong da República Popular da China* – é uma ex-colônia do Império Britânico até 1997, e pode ser considerada um centro financeiro internacional, com uma economia capitalista altamente desenvolvida (uma das mais liberais do mundo), lembrando que faz parte dos “*Tigres Asiáticos*”. Apesar de Hong Kong ter passado para o controle chinês, o nome em cantonês da região (“Hong Kong”) permanece como referência internacional: Em 1982, a China e o Reino Unido iniciaram conversações para a devolução da soberania sobre Hong-Kong à primeira. Um acordo assinado em 1984, em Pequim, determinou que a China tomaria conta do território a partir de 1 de Julho de 1997. Em conformidade, o regresso de Hong-Kong à soberania chinesa após 156 anos de administração colonial britânica deu-se às 24:00 daquele dia. Hong-Kong desfruta do estatuto de Região Administrativa Especial, de acordo com a fórmula “um país, dois sistemas”, também aplicada a Macau a partir de 20 de Dezembro de 1999. Deste modo, o território continua a ser um porto livre e um centro financeiro internacional, e, exceto nas áreas da defesa e da política externa, tem um alto grau de autonomia. Não paga impostos ao Governo central e o seu modo de vida, incluindo a liberdade de imprensa, quase não foi alterado (cf. http://pt.wikipedia.org/wiki/Hong_Kong).

⁷³ Nesse evento, foi aprovado o “Manifesto dos Ministros de Hong Kong” sobre o comércio de produtos agrícolas e o acesso ao mercado com relação a produtos não agrícolas, nos serviços e no tema de debate de desenvolvimento, a fim de proporcionar os projetos de incremento para os países em desenvolvimento, sobretudo para os subdesenvolvidos: os países industrializados deverão abolir os subsídios de todos os produtos agrícolas até o final de 2013 e o subsídio específico para exportação do algodão anulado já em 26 e para países desenvolvidos (e alguns países em desenvolvimento) também ficou firmado a isenção de impostos alfandegários e o acesso a mercado sem quotas para todos os produtos dos países subdesenvolvidos antes de 2008, e, com isso, foi concluído cerca de 60% dos objetivos da Rodada Doha

⁷⁴ Ou seja, as ONGs seriam autorizados a participar somente das sessões plenárias da Conferência (sem o direito de falar), seus pedidos de credenciamento seriam aceitos (ou não) com base no artigo V, parágrafo 2º do Acordo Constitutivo da OMC, de modo que apenas as ONGs “preocupada com questões relacionadas com as da OMC” seriam credenciadas: “O grande e crescente número de ONGs com atividades relacionadas à OMC havia feito o procedimento de registo das Conferências Ministeriais da OMC mais e mais pesado” e assim, para facilitar o processo de registo para ONGs” decidiu-se que “a apresentação detalhada das atividades seria dispensado para as ONGs que foram registradas em, pelo menos, duas Conferências Ministeriais anteriores, e que a inscrição para eles, seria concedida automaticamente”(WT/GC/101:23).

Tabela 28. Distribuição geográfica das ONGs credenciadas para a
6^oCM-OMC-Hong Kong/2005

Distribuição	Internacional		Nacional		Não Encontrado		Total	
	ONGs	%	ONGs	%	ONGs	%	ONGs	%
Total	25	2,3	1030	96,8	9	0,8	1064	100,0
<i>Hemisférios</i>								
Norte	21	84,0	669	65,0	7	77,8	697	65,5
Sul	4	16,0	361	35,0	2	22,2	367	34,5
<i>Continentes</i>								
África	1	4,0	73	7,1			74	7,0
América	9	36,0	388	37,7	1	11,1	398	37,4
Ásia	3	12,0	210	20,4	2	22,2	215	20,2
Europa	12	48,0	321	31,2	6	66,7	339	31,9
Oceania			38	3,7			38	3,6
<i>Regiões da América (continente com o maior número de ONGs credenciadas)</i>								
América Central			4	0,4			4	0,4
América do Norte	9	36,0	338	32,8	1	11,1	348	32,7
América do Sul			46	4,5			46	4,3
<i>Países da América do Norte (região da América com o maior número de ONGs credenciadas)</i>								
Canadá	3	12,0	90	8,7			93	8,7
Estados Unidos	6	24,0	234	22,7	1	11,1	241	22,7
México			14	1,4			14	1,3
<i>País no qual foi realizada a conferência (sede do evento):</i>								
Hong Kong			17	1,7			17	1,6
China			13	1,3			13	1,2
<i>10 países com o maior número de ONGs credenciadas:</i>								
Estados Unidos	6	24,0	234	22,7	1	11,1	241	22,7
Canadá	3	12,0	90	8,7			93	8,8
Bélgica	3	12,0	66	6,4			69	6,5
França	3	12,0	51	5,0	2	22,2	56	5,3
Japão	1	4,0	47	4,6			48	4,5
Reino Unido	3	12,0	41	4,0	1	11,1	45	4,2
Suíça	1	4,0	36	3,5	2	22,2	39	3,7
Índia		0,0	35	3,4			35	3,3
Filipinas	1	4,0	29	2,8			30	2,8
Alemanha	1	4,0	28	2,7			29	2,7
Soma dos 10 países	22	88,0	657	63,8	6	66,7	685	64,5
Demais países	3	12,0	373	36,2	3	33,3	379	35,5
Total	25	100,0	1030	100,0	9	100,0	1064	100,0

Fonte: Elaborado a partir de http://www.wto.org/english/thewto_e/minist_e/min5_e/list_ngo_hk5_e.pdf e pesquisa no banco de dados, Internet e demais listas de participantes oferecidas pela OMC.

O grau de concentração geográfica das sedes das ONGs credenciadas – a soma dos 10 países com os maiores percentuais – ficou em 4,5% do total, 63,8% das nacionais e 88,0% das ONGs internacionais credenciadas. Nos mapas podemos notar que diversos países tiveram, ao menos uma ONG credenciada (85 países) e que, ainda assim, a concentração das ONGs nacionais se mantém no eixo América anglo-saxônica–Europa, com destaque para os Estados Unidos (que aparece numa tonalidade mais forte nos dois mapas de distribuição de ONGs por países, nacionais e internacionais).

Mapa (39) Países e ONGs participantes da 6ª Conferência Ministerial da OMC:
Hong Kong/2003

Distribuição das sedes das ONGs credenciadas

Lagos
 ONGs credenciadas
 Total
 Nacional
 Internacio
 Oceanos

Países que participaram com delegações oficiais

Lagos
 ONGs credenciadas
 Participou com delegação oficial
 Não participou
 Oceanos

Mapa (40) Países e ONGs participantes da 6ªCM-OMC-HongKong/2003:
Nacionais e Internacionais

2.7 –Evolução da distribuição geográfica de ONGs nas conferências da OMC

No caso das Conferências Ministeriais da Organização Mundial do Comércio, foi permitida a presença de 3356 organizações não governamentais (ONGs) como observadoras. Os eventos da OMC são mais homogêneos, tratam basicamente dos mesmos temas e a presença de ONGs é, em si mesma, surpreendente devido às características da OMC (já que é capaz de “*enforcement*”) e dos temas em questão (que giram em torno da regulamentação do comércio internacional). No que diz respeito à concentração geográfica das sedes das ONGs, os resultados são bem distintos daqueles da ONU, principalmente quando analisamos o “desnível Norte-Sul”. Considerando as ONGs credenciadas para conferências da OMC, percebemos que, de fato, a maioria das suas sedes está concentrada no “Norte” desenvolvido. No caso do total de ONGs credenciadas, 71,5% estão no Norte; das “nacionais”, 70,6% estão sediadas em países do Norte; e, das internacionais, 90,3% das ONGs credenciadas para alguma conferência da OMC têm sua sede em países do Norte desenvolvido e apenas 9,7% no “Sul” (ou nos países menos desenvolvidos).

Se distribuirmos as ONGs credenciadas por “continentes” também é a América que concentra a maioria das sedes de ONGs (41,4%), seguida pela Europa (34,6%) e pela Ásia (15,8%), e, diferente da ONU, a África concentra apenas 5,8% do total de ONGs credenciadas. No caso das ONGs “nacionais”, o continente com a maior concentração é, novamente, a América (42,3%), seguida pela Europa (33,0%). Apenas quando considerarmos as ONGs “internacionais” é que a concentração passa a ser maior na Europa (62,1%) e a América ocupa o segundo lugar (30,6%). Quando agrupados, América e Europa, concentram 76,0% do total de ONGs credenciadas; 75,3% das ONGs nacionais e 92,7% das “internacionais” (um nível de concentração extremamente alto, quase a totalidade). Os países que concentram a maioria das ONGs credenciadas estão, portanto, no eixo América do Norte-Europa: os Estados Unidos, novamente, concentram a maioria do total de ONGs credenciadas (26,8%); seguido pelo Canadá (8,4%); pela Bélgica (7,3%) e pelo Reino Unido (5,1%); pelo Japão com 4,1% do total (no caso da ONU, seu somava 1,5% do total), empatando com a Suíça (4,1%) que supera a Índia (3,2%), que esteve em todas as listas de “10 mais” da ONU; em seguida a Alemanha (2,6%) e a Holanda (2,1%).

Tabela 29. Distribuição geográfica das ONGs credenciadas para as seis conferências da OMC (Singapura/1996; Genebra/1998; Seattle/1999; Doha/2001; Cancun/2003; Hong Kong/2005)

Distribuição	Internacional		Nacional		Não informado		Total		Total ONU	
	ONGs	%	ONGs	%	ONGs	%	ONGs	%	ONGs	%
Total Geral	124	3,7	3184	94,9	48	1,4	3356	100,0	8575	255,5
<i>Hemisférios</i>										
Norte	112	90,3	2249	70,6	40	83,3	2401	71,5	3828	44,6
Sul	12	9,7	935	29,4	8	16,7	955	28,5	4747	55,3
<i>Continentes</i>										
África	4	3,2	189	5,9	0	0,0	193	5,8	1725	20,1
América	38	30,6	1347	42,3	3	6,3	1388	41,4	2846	33,2
Ásia	5	4,0	518	16,3	8	16,7	531	15,8	1657	19,3
Europa	77	62,1	1051	33,0	34	70,8	1162	34,6	2156	25,1
Oceania	0	0,0	79	2,5	3	6,3	82	2,4	191	2,2
<i>Agrupamentos:</i>										
América+Europa	115	92,7	2398	75,3	37	77,1	2550	76,0	5002	58,3
Ásia+África+Oceania	9	7,2	786	24,7	11	23,0	806	24,0	3573	41,6
<i>Regiões da América (continente com o maior número de ONGs credenciadas)</i>										
América Central	3	2,4	23	0,7	0	0,0	26	0,8	10	4,2
América do Norte	35	28,2	1194	37,5	3	100,0	1232	36,7	54	22,9
América do Sul	0	0,0	130	4,1	0	0,0	130	3,9	2	0,8
<i>Países da América do Norte (região com o maior número de ONGs credenciadas)</i>										
Canadá	9	7,3	273	8,6	0	0,0	282	8,4	321	3,7
Estados Unidos	26	21,0	869	27,3	3	0,1	898	26,8	1317	15,4
México	0	0,0	52	1,6	0	0,0	52	1,5	90	1,0
<i>Países nos quais foram realizadas as conferências (sede do evento):</i>										
Cingapura	0	0,0	25	0,8	0	0,0	25	0,7	7	0,1
Suíça	9	7,3	117	3,7	10	9,0	136	4,1	182	2,1
Estados Unidos	26	21,0	869	27,3	3	26,0	898	26,8	1317	15,4
Catar	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
México	0	0,0	52	1,6	0	0,0	52	1,5	90	1,0
China(Hong Kong)	0	0,0	37	1,2	0	0,0	37	1,1	88	1,0
6 países (5,2%)	35	28,3	1100	34,6	13	35,0	1148	34,2	1684	19,6
demais 108 (94,8)	89	71,7	2084	65,4	35	65,0	2208	65,8	6891	80,4
<i>10 Países com o maior número de ONGs credenciadas, considerando o TOTAL:</i>										
Estados Unidos	26	21,0	869	27,3	3	0,1	898	26,8	1317	15,4
Canadá	9	7,3	273	8,6	0	0,0	282	8,4	321	3,7
Bélgica	19	15,3	224	7,0	1	0,0	244	7,3	109	1,3
França	10	8,1	179	5,6	12	0,4	201	6,0	218	2,5
Reino Unido	20	16,1	143	4,5	7	0,2	170	5,1	297	3,5
Japão	3	2,4	135	4,2	0	0,0	138	4,1	130	1,5
Suíça	9	7,3	117	3,7	10	0,3	136	4,1	182	2,1
Índia	0	0,0	107	3,4	0	0,0	107	3,2	501	5,8
Alemanha	8	6,5	79	2,5	0	0,0	87	2,6	118	1,4
Holanda	0	0,0	65	2,0	4	0,1	69	2,1	121	1,4
10 países (8,7%)	104	83,9	2191	68,8	37	1,2	2332	69,5	3314	38,6
Demais países	20	16,1	993	31,2	11	98,8	1024	30,5	5261	61,4
Total Geral	124	100,0	3184	100	48	100	3356	100	8575	100

Fonte: Elaborada a partir do banco de dados da pesquisa (dados contidos nos seguintes documentos da OMC, sobretudo as listas de participantes das conferências: http://www.wto.org/english/forums_e/ngo_e/ngosin_e.htm; http://www.wto.org/english/thewto_e/minist_e/min98_e/min98_e.htm; http://www.wto.org/english/thewto_e/minist_e/min99_e/min99_e.htm; ([doha_attend_e.doc](http://www.wto.org/english/thewto_e/minist_e/min03_e/listngo_e.doc)); http://www.wto.org/english/thewto_e/minist_e/min03_e/listngo_e.doc; http://www.wto.org/english/thewto_e/minist_e/min05_e/listngo_bk05_e.pdf)

No caso da OMC o argumento do “desnível Norte-Sul” com concentração das sedes das ONGs no *Norte desenvolvido* é totalmente justificado e condizente com a realidade: considerando as seis conferências, notamos que a concentração se manteve alta ao longo do tempo, sendo mais marcante na 3ªCM-OMC-Seattle/1999 (em que 83,4% das ONGs eram do “Norte”) e na 2ªCM-OMC-Genebra/1998 (80,0% do total das ONGs tinham suas sedes no “Norte”).

Gráfico 20. Evolução dos percentuais de ONGs (credenciadas na OMC) por hemisférios: Total

Em todos os eventos a concentração no Norte fica acima de 66,4% (menor percentual, verificado na 6ªCM-OMC-Hong Kong/2005), sendo a média bem significativa: 71,5%. Quando consideramos o total de ONGs credenciadas, portanto, em nenhum caso o “Sul” supera o “Norte” (diferente dos resultados obtidos com a ONU). Aliás, cabe notar que mesmo se consideramos apenas as ONGs “nacionais”, a concentração no Norte é evidente, embora se perceba uma discreta diminuição da 4ªCM-OMC-Doha/2001 em diante (70,2 % para 68,8% na 5ªCM-OMC-Cancun/2003 e depois para 65,9% na 6ªCM-OMC-HongKong/2005). Podemos perceber que mesmo quando diminui consideravelmente, a concentração no Norte ainda é bem alta (bem acima de 50%).

Gráfico 21. Evolução dos percentuais de ONGs (credenciadas na OMC) por hemisférios: Nacionais

A concentração das ONGs “nacionais” é muito parecida com aquela verificada no caso do “total” (sobretudo porque a maioria das ONGs eram “nacionais”). Diferente do caso da ONU, as diferenças no gráfico são quase imperceptíveis pois as diferenças (como se pode ver na tabela a seguir) são bem pequenas:

Tabela 30. Distribuição por hemisférios das ONGs credenciadas para as conferências da OMC (Singapura/1996; Genebra/1998; Seattle/1999; Doha/2001; Cancun/2003; Hong Kong/2005)

Conferências	ONGs	Internacional		Nacional		Não Informado		Total	
		Norte	Sul	Norte	Sul	Norte	Sul	Norte	Sul
1ª) 1996-Cingapura	108	100,0	0,0	64,5	35,5	80,0	20,0	68,5	31,5
2ª) 1998- Genebra	130	93,3	6,7	78,2	21,8	80,0	20,0	80,0	20,0
3ª) 1999-Seattle	730	90,3	9,7	83,0	17,0	90,9	9,1	83,4	16,6
4ª) 2001-Doha	364	88,9	11,1	70,2	29,8	85,7	14,3	71,4	28,6
5ª) 2003-Cancun	960	92,0	8,0	68,8	31,2	81,8	18,2	69,6	30,4
6ª) 2005-Hong Kong	1064	84,0	16,0	65,9	34,1	77,8	22,2	66,4	33,6
Total	3356	90,3	9,7	70,6	29,4	83,3	16,7	71,5	28,5

Fonte: http://www.wto.org/english/forums_e/ngo_e/ngosin_e.htm; http://www.wto.org/english/thewto_e/minist_e/min98_e/min98_e.htm; http://www.wto.org/english/thewto_e/minist_e/min99_e/min99_e.htm; (“doha_attend_e.doc”); http://www.wto.org/english/thewto_e/minist_e/min03_e/list_ngo_e.doc; http://www.wto.org/english/thewto_e/minist_e/min05_e/list_ngo_hk05_e.pdf; e pesquisa no banco de dados, Internet e demais listas de participantes oferecidas pela OMC.

Já no caso da concentração das ONGs “internacionais” no *Norte desenvolvido* podemos notar que é mais constante e, no conjunto, fica numa média de 90,3%, partindo dos 100,0% na 1ªCM-OMC-Singapura/1996, para 84,0% na última conferência (6ªCM-OMC-Hong Kong/2005), sendo que se matém sempre próxima dos 90,0%:

Gráfico 22. Evolução dos percentuais de ONGs (credenciadas na OMC) por hemisférios: Internacionais

Portanto, diferente do caso da ONU em que constatamos que o *argumento do desnível Norte-Sul, com predomínio numérico de ONGs no Norte* não era verificável no caso do total e nem no caso das ONGs nacionais, podemos afirmar que quando consideramos as ONGs credenciadas para conferências da OMC tal argumento é totalmente verdadeiro, seja no caso do *total* como também quando consideramos apenas as ONGs *nacionais* e é ainda mais verdadeiro no caso das ONGs *internacionais*. Aqui, mesmo lembrando que a maioria das ONGs (tal como no caso da ONU) são de âmbito *nacional*, ainda assim, podemos afirmar que a absoluta maioria mantém suas sedes administrativas (escritórios) em países do *Norte*. Para saber como é que essa concentração “evolui” no tempo, devemos analisar a distribuição por continentes e por países, para saber exatamente de onde eram estas ONGs e se a distribuição muda no decorrer do período (1996-2005).

O outro argumento que pretendemos analisar, no caso da OMC, é que as ONGs são um fenômeno do oeste Europeu e América Anglo-Saxônica. Observando a distribuição por “continente” percebemos que a concentração inicialmente é na Europa que começa com 44,4% do total, na 1ªCM-OMC-Singapura/1996 e aumenta para 46,2% na 2ªCM-OMC-Genebra/1998. Porém, tal concentração baixa para 30,0% na 3ªCM-OMC-Seattle/1999 voltando a subir para 46,4% na 4ªCM-OMC-Doha/2001. Porém, na 5ªCM-OMC-Cancun/2003, baixa para 34,3% e na 6ªCM-OMC-Hong Kong/2005 para 31,6%, de modo que, no total, fica com uma média de 38,8%:

Gráfico 23. Distribuição das ONGs (credenciadas na OMC) pelos cinco continentes: Total

Já a concentração na América aumenta a partir da 2ªCM-OMC-Genebra/1998 (de 25,0% para 36,9) e ainda mais (na 3ªCM-OMC-Seattle/1999 fica com 56,4%) baixando na 4ªCM-OMC-Doha/2001 (para 25,8%), mas voltando a aumentar na 5ªCM-OMC-Cancun/2003 (42,6%), finalizando com 37,4%, uma média de 37,4% (o segundo continente com a maior concentração, considerando os percentuais por conferência). No conjunto, podemos notar a Ásia aparece com uma concentração média de 16,9% e que a África não chega a 5% do percentual de ONGs (considerando o total), bem diferente do caso da ONU (em que a média da África fica em 20,1% do total de ONGs credenciadas para as seis conferências em estudo). No caso das ONGs nacionais, a concentração por continentes a difere pouco do total:

Gráfico 24. Distribuição das ONGs (credenciadas na OMC) pelos cinco continentes: Nacional

No caso das ONGs “internacionais” a Europa concentra a maioria: começa com 80,0%, baixa para 73,3% e para 58,1%; sobe para 72,2% na 4ªCM-OMC-Doha/2001 e voltando a baixar para 60,0% na 5ªCM-OMC-Cancun/2003 e para 48,0% na 6ªCM-OMC-Hong Kong/2005. No geral, fica com 62,1% (América fica com 30,6%):

Gráfico 25. Distribuição das ONGs (credenciadas na OMC) pelos cinco continentes: Internacional

Portanto, no caso das ONGs “internacionais” credenciadas a concentração na América e na Europa é bastante alta, de modo que, como podemos observar abaixo, quando somamos os dois continentes o grau de concentração (no eixo América-Europa) fica sempre acima de 70% e chega perto dos 100% no caso das ONG internacionais:

Tabela 31. Distribuição por continentes das ONGs credenciadas para as conferências da OMC (Singapura/1996; Genebra/1998; Seattle/1999; Doha/2001; Cancun/2003; Hong Kong/2005)

Conferências da OMC em estudo (1996-2005)	Internacional					Nacional					Total				
	América	Europa	África	Ásia	Oceania	América	Europa	África	Ásia	Oceania	América	Europa	África	Ásia	Oceania
1ª) 1996-Cingapura	20,0	80,0	0,0	0,0	0,0	26,9	38,7	1,1	31,2	2,2	25,0	44,4	0,9	27,8	1,9
2ª) 1998- Genebra	20,0	73,3	6,7	0,0	0,0	40,9	40,9	4,5	12,7	0,9	36,9	46,2	4,6	11,5	0,8
3ª) 1999-Seattle	35,5	58,1	3,2	3,2	0,0	58,1	28,1	3,3	8,6	1,9	56,4	30,0	3,3	8,4	1,9
4ª) 2001-Doha	22,2	72,2	5,6	0,0	0,0	26,5	44,5	7,1	19,5	2,4	25,8	46,4	6,9	18,4	2,5
5ª) 2003-Cancun	36,0	60,0	0,0	4,0	0,0	43,2	33,2	6,8	14,9	1,8	42,6	34,3	6,6	14,7	1,9
6ª) 2005-Hong Kong	36,0	48,0	4,0	12,0	0,0	37,7	30,9	7,1	20,7	3,7	37,4	31,6	7,0	20,5	3,6
Média (6 conferências)	30,6	62,1	3,2	4,0	0,0	42,3	33,0	5,9	16,7	2,5	41,4	34,6	5,8	15,8	2,4

Continentes Agrupados:

Conferências	Internacional		Nacional		Total	
	América + Europa	África + Ásia + Oceania	América + Europa	África + Ásia + Oceania	América + Europa	África + Ásia + Oceania
1ª) 1996-Cingapura	100,0	0,0	65,6	34,5	69,4	30,6
2ª) 1998- Genebra	93,3	6,7	81,8	18,1	83,1	16,9
3ª) 1999-Seattle	93,6	6,4	86,2	13,8	86,4	13,6
4ª) 2001-Doha	94,4	5,6	71,0	29,0	72,2	27,8
5ª) 2003-Cancun	96,0	4,0	76,4	23,5	76,9	23,2
6ª) 2005-Hong Kong	84,0	16,0	68,6	31,5	69,0	31,1
Total	92,7	7,2	75,3	24,7	76,0	24,0

Fonte: http://www.wto.org/english/forums_e/ngo_e/ngosin_e.htm; http://www.wto.org/english/thewto_e/minist_e/min98_e/min98_e.htm; http://www.wto.org/english/thewto_e/minist_e/min99_e/min99_e.htm; (“doha_attend_e.doc”); http://www.wto.org/english/thewto_e/minist_e/min03_e/list_ngo_e.doc; http://www.wto.org/english/thewto_e/minist_e/min05_e/list_ngo_hk05_e.pdf; e pesquisa no banco de dados, Internet e demais listas de participantes oferecidas pela OMC.

Quando considramos o “total” de ONGs credenciadas, a concentração no eixo América-Europa já é bem alta, pois 76,0% das ONGs que participaram mantinham suas sedes em países da Europa ou da América (bem maior do que no caso da ONU em que concentração no eixo América-Europa também se verifica, mas, quando consideramos o “total” de ONGs credenciadas, fica em 58,3%). A menor concentração do “total” foi na última conferência (6ªCM-OMC-Hong Kong/2005) quando ficou em 69,0% (os demais continentes dividiram 31,1% das ONGs credenciadas) e foi maior na terceira conferência (3ªCM-OMC-Seattle/1999) quando apenas 13,6% das ONGs credenciadas mantinham suas sedes em países da África, Ásia ou Oceania.

Gráfico 26. Distribuição das ONGs (credenciadas na OMC) no eixo Europa-América: Total

No caso das ONGs “nacionais” a média fica em 75,3% (embora seja bem menor do que no caso das ONGs “internacionais” continua sendo alta porque permanece muito superior aos percentuais dos demais continentes – África, Ásia e Oceania). A menor concentração no eixo Europa-América, no caso das conferências da OMC, foi registrado na primeira conferência (1ªCM-OMC-Singapura/1996) em que 65,6% das ONGs tinham sede nos países da Europa e América; o maior percentual aparece na terceira conferência (3ªCM-OMC-Seattle/1999).

Gráfico 27. Distribuição das ONGs (credenciadas na OMC) no eixo Europa-América: Nacionais

A maior concentração é verificada no caso das ONGs “internacionais”: somadas, América e Europa, chegam a uma média de 92,7% das ONGs “internacionais” credenciadas: a concentração inicia-se em 100,0% na 1ªCM-OMC-Singapura/1996; baixa um pouco, para 93,3% na 2ªCM-OMC-Genebra/1998 e fica em 93,6% na 3ªCM-OMC-Seattle/1999; em seguida, sobe para 94,4% (4ªCM-OMC-Doha2001) e para 96,0% (5ªCM-OMC-Cancun/2003) diminuindo para 84,0% (menor percentual) na última conferência (6ªCM-OMC-Hong Kong/2005).

Gráfico 28. Distribuição das ONGs (credenciadas na OMC) no eixo Europa-América: Internacionais

Assim, é possível afirmar que, de fato, as ONGs que participaram das conferências da OMC estão concentradas no eixo Europa-América e que, embora seja menor em alguns casos (na primeira e na última conferência a concentração do total ficou abaixo de 70%) não existe uma “tendência” nem algum “padrão” que possibilite dizer que irá diminuir. Em alguns casos foi próxima de 90% (como na segunda e na terceira em que chegou a 83,1% e 86,4% do total, respectivamente). Aqui, pois, tal como no caso do *argumento do desnível Norte-Sul*, podemos afirmar que quando consideramos as ONGs credenciadas para conferências da OMC o *argumento de que a concentração das ONGs “espelha” as atuais constelações de poder (i.e. concentram-se predominantemente em países da Europa e América)* é verdadeiro e isso quando consideramos o *total* de ONGs credenciadas, e também quando consideramos apenas as ONGs *nacionais* e, sobretudo, se tratamos apenas das ONGs *internacionais*.

A distribuição por “países” permite observar melhor em quais deles estão concentradas as ONGs. Como é possível notar na tabela 29, a lista com os países com os maiores percentuais de ONGs credenciadas (total) inclui vários europeus (Bélgica, França, Reino Unido, Suíça, Alemanha e Holanda), os dois da América Anglo-Saxônica (Estados Unidos e Canadá) e apenas dois asiáticos (Japão e Índia).

Mapa (41) ONGs credenciadas para as seis conferências da OMC: Total

Dos países anfitriões de alguma das conferências da OMC, apenas os Estados Unidos e a Suíça estão nessa lista, e os outros não contaram com participação relevante de ONGs: o México, somou 1,5% do total de ONGs; China e Hong Kong, somados, chegam a 1,1%; Cingapura conta com 0,7% do total de ONGs; e do Catar nenhuma ONG foi credenciada. Ao somarmos as ONGs credenciadas com sede nos países nos quais as conferências aconteceram, chegamos a 34,2% do total (porque Estados Unidos e Suíça estão na lista). Já a soma dos 10 países com o maior número de ONGs (ou seja, de 8,7% do total de países que tiveram alguma ONG credenciada) chegamos a concentração de 69,5% do total; 68,8% das ONGs “nacionais” e 83,9% das ONGs internacionais credenciadas para as conferências.

A distribuição das ONGs “nacionais” por países, nos mostra que entre a lista dos 10 países com o maior número de ONGs “nacionais” é exatamente a mesma do “total”, e a soma das ONGs “nacionais” concentradas nesses países chega a 68,8% do total (os demais 104 dividem o restante):

Tabela 32. Países-sede da maioria das ONGs credenciadas para as seis conferências da OMC (Singapura/1996; Genebra/1998; Seattle/1999; Doha/2001; Cancun/2003; Hong Kong/2005)

Distribuição	Internacional		Nacional		N/informado		Total		ONU	
	ONGs	%124	ONGs	%3184	ONGs	%48	ONGs	%3356	ONGs	%8575
Estados Unidos	26	21,0	869	27,3	3	0,1	898	26,8	1317	15,4
Canadá	9	7,3	273	8,6	0	0,0	282	8,4	321	3,7
Bélgica	19	15,3	224	7,0	1	0,0	244	7,3	109	1,3
França	10	8,1	179	5,6	12	0,4	201	6,0	218	2,5
Reino Unido	20	16,1	143	4,5	7	0,2	170	5,1	297	3,5
Japão	3	2,4	135	4,2	0	0,0	138	4,1	130	1,5
Suíça	9	7,3	117	3,7	10	0,3	136	4,1	182	2,1
Índia	0	0,0	107	3,4	0	0,0	107	3,2	501	5,8
Alemanha	8	6,5	79	2,5	0	0,0	87	2,6	118	1,4
Holanda	0	0,0	65	2,0	4	0,1	69	2,1	121	1,4
10 países (8,7%)	104	83,9	2191	68,8	37	1,2	2332	69,5	3314	38,6
104 restantes	20	16,1	993	31,2	11	98,8	1024	30,5	5261	216,9
Total geral	124	100	3184	100	48	100	3356	100,0	8575	255,5

Mapa (42) ONGs credenciadas para as seis conferências da OMC: Nacionais

No caso das ONGs “internacionais”, a lista muda um pouco, saindo Holanda, Índia e Japão, para a entrada de Espanha, Itália e Dinamarca. Verificamos que a soma dos “10 países” com o maior número de ONGs internacionais credenciadas chega a 90,4% (o restante fica com 9,6%):

Tabela 33. Países-sede da maioria das ONGs credenciadas para as seis conferências da OMC (Singapura/1996; Genebra/1998; Seattle/1999; Doha/2001; Cancun/2003; Hong Kong/2005)

Distribuição	Internacional		Nacional		N/informado		Total		ONU	
	ONGs	%124	ONGs	%3184	ONGs	%48	ONGs	%3356	ONGs	%8575
Estados Unidos	26	21,0	869	27,3	3	0,1	898	26,8	1317	15,4
Reino Unido	20	16,1	143	4,5	7	0,2	170	5,1	297	3,5
Bélgica	19	15,3	224	7,0	1	0,0	244	7,3	109	1,3
França	10	8,1	179	5,6	12	0,4	201	6,0	218	2,5
Suíça	9	7,3	117	3,7	10	0,3	136	4,1	182	2,1
Canadá	9	7,3	273	8,6	0	0,0	282	8,4	321	3,7
Alemanha	8	6,5	79	2,5	0	0,0	87	2,6	118	1,4
Espanha	5	4,0	47	1,5	0	0,0	35	1,0	136	1,6
Itália	3	2,4	32	1,0	0	0,0	23	0,7	80	0,9
Dinamarca	3	2,4	20	0,6	0	0,0	138	4,1	78	0,9
10 países	112	90,4	1983	62,3	33	1	2214	66,1	2856	33,3
104 países restantes	12	9,6	1201	37,7	15	99	1142	33,9	5719	66,7
Total geral	124	100	3184	100	48	100	3356	100,0	8575	255,5

Mapa (43) ONGs credenciadas para as seis conferências da ONU: Internacionais

No conjunto, a concentração das sedes das ONGs é, portanto, bem mais marcante no caso das Conferências Ministeriais da OMC do que no caso das conferências sociais globais da ONU (caso em que os 10 países com maior número de ONGs concentravam 42,2% do total, 37,7% nas ONGs nacionais e 58,7% das ONGs internacionais). Calculando o “grau de concentração geográfica” por meio da soma dos percentuais dos “10 países” com maiores números de ONGs credenciadas para cada uma das seis conferências, notamos que, no caso do “total” a concentração do total ficou em torno de 73,5% (quer dizer que os demais países dividiram apenas 26,5% do total de ONGs credenciadas):

Gráfico 29. Grau de concentração geográfica das sedes das ONGs (credenciadas na OMC): Totais

No caso das ONGs “nacionais” a concentração também foi alta, ficando em torno de 72,5% e sendo maior na terceira conferência (3ªCM-OMC-Seattle/1999) e menor no caso da última (). Entretanto, lembrando que no caso da ONU a concentração das ONGs “nacionais” ficou em torno de 43,2% (uma diferença considerável). No caso da OMC os “10 países” com maiores números de ONGs credenciadas representam em torno de 5,7% dos países participantes (com delegações oficiais); 21,5% dos países com ONGs (aqueles que tiveram ao menos uma ONG credenciada) e em torno de 5,3% dos países (considerando que existam em torno de 190 países “soberanos” durante o período):

Gráfico 30. Grau de concentração geográfica das sedes das ONGs (credenciadas na OMC): Nacionais

A concentração das ONGs “internacionais, novamente, é a mais alta e fica numa média de 92,2% (variando entre 100,0% e 76,9%, na primeira e última conferências):

Gráfico 31. Grau de concentração geográfica das sedes das ONGs (credenciadas na OMC): Nacionais

Portanto, no caso da OMC, o argumento do “desnível Norte-Sul” com concentração das sedes das ONGs no Norte confirma-se totalmente: em nenhum caso o “Sul” supera o “Norte” no percentual de ONGs. Mesmo se consideramos apenas as ONGs “nacionais”, a concentração no Norte é evidente, embora se perceba uma discreta diminuição da 4ª conferência em diante (70,2 % para 68,8% e depois para 65,9%). A concentração é ainda mais evidente no caso das ONGs internacionais e os países que concentram a maioria das ONGs credenciadas estão no eixo América do Norte-Europa e, nesse caso, a concentração chega a ser absoluta (no caso da primeira conferência com 100% das ONGs internacionais) e, mesmo considerando que diminui para 84,0% na última conferência em estudo, ainda é uma concentração bem expressiva. A soma dos percentuais dos 10 países com maior número de ONGs credenciadas, chega a 90,4% das internacionais, sendo os demais 9,6% distribuídos pelos 104 países que também tiveram ONGs credenciadas. Consideradas em conjunto, as seis conferências ministeriais da OMC apresentam uma concentração das sedes das ONGs bem mais marcante do que no caso das sociais globais da ONU, sendo que, a concentração do “total de ONGs credenciadas” considerando os 10 países com maior percentual, inicia-se em 77,8% e termina com 64,5% (no caso da ONU iniciava-se em 60,7% e terminava em 49,3%).

As diferenças em relação à ONU são significativas, por exemplo, no caso dos 10 países com maior número de ONGs “nacionais” credenciadas, no caso da ONU chegavam a 38,6% do total e nas conferências da OMC somam 69,5% (o que quer dizer que as ONGs credenciadas têm sede em alguns poucos países). Embora o número de ONGs credenciadas tenha aumentado significativamente da primeira para a sexta conferência (de 108 para 1064 ONGs) e a concentração tenha diminuído um pouco (de 77,8% para 64,5% considerando os 10 países com maior percentual de ONGs), o fato é que não verificamos uma representação “balanceada”. Então, se para a participação ser considerada como “global” deveríamos observar tanto “um aumento no número de ONGs participantes” (1º critério) quanto a “representação geográfica balanceada” (2º critério)⁷⁵, podemos dizer que apenas o 1º critério foi atendido; contudo, se no caso da ONU já seria equivocado considerar a participação de ONGs como “global”, devido a concentração geográfica constatada, no caso da OMC essa ideia não tem qualquer embasamento “empírico” pois a concentração é ainda maior.

⁷⁵ Como no esquema de FRIEDMAN, HOCHSTETLER e CLARK (1998, 2001, 2005).

Capítulo 3 – Comparações entre a participação de ONGs na ONU na e OMC

"Mas não falemos de fatos.
Eles já não interessam a ninguém.
São meros pontos de partida
para a invenção e para o raciocínio."

Jorge Luis Borges

*Utopia de um homem que está cansado -
Obras completas, Volume 3. São Paulo: Globo, 1999.*

Depois de distribuir as sedes das ONGs credenciadas para cada uma das doze conferências em estudo e analisar a “evolução” dessa distribuição na ONU e depois na OMC, cabe comparar os resultados entre si para saber quais as diferenças e semelhanças entre a participação de ONGs na ONU e na OMC, lembrando que a ONU tem uma relação mais antiga e consolidada com as ONGs e uma preocupação maior em termos de tornar mais “equilibrada” essa participação. Tendo isso em mente, realizamos aqui uma comparação detalhada entre a participação de ONGs na ONU e na OMC, considerando não apenas a *concentração geográfica* das sedes das ONGs, mas também aspectos relacionados a *efetividade* medida em termos da possibilidade de “intervir” oralmente nos eventos; a *continuidade* na participação quando consideramos o aspecto temporal – o período 1992 a 2005 – e também a regularidade na participação nas conferências da ONU e depois da OMC; além disso, localizamos as “ONGs mais participativas” para saber “de onde” eram as que compõem o grupo das mais atuantes considerando o conjunto dos eventos em análise.

3.1) Concentração Geográfica das sedes das ONGs na ONU e na OMC

Se somarmos as ONGs credenciadas nas doze conferências e realizarmos a distribuição geográfica dos totais, notamos que a maioria das ONGs que participaram das doze conferências eram “nacionais” (83,9%) lembrando que no caso da ONU eram 79,6% e no caso da OMC chegavam a 94,9% do total de ONGs credenciadas:

Tabela 34. Distribuição geográfica da soma das ONGs credenciadas nas doze conferências (ONU+OMC)

Distribuição	Internacional		Nacional		Não informado		Total	
	ONGs	%	ONGs	%	ONGs	%	ONGs	%
Total	1705	14,3	10003	83,9	213	1,8	11921	100,0
<i>Hemisférios</i>								
Norte	1254	73,5	4651	46,5	186	87,3	6091	51,1
Sul	451	26,5	5352	53,5	27	12,7	5830	48,9
<i>Continentes</i>								
África	177	10,4	1737	17,4	4	1,9	1918	16,1
América	708	41,5	3476	34,7	51	23,9	4235	35,5
Ásia	150	8,8	2021	20,2	14	6,6	2185	18,3
Europa	644	37,8	2532	25,3	136	63,8	3312	27,8
Oceania	26	1,5	237	2,4	8	3,8	271	2,3
<i>Agrupamentos:</i>								
América+Europa	1352	79,3	6008	60,1	187	87,8	7547	63,3
Ásia+África+Oceania	353	20,7	3995	39,9	26	12,2	4374	36,7
<i>Regiões da América (continente com o maior número de ONGs credenciadas)</i>								
América Central	44	2,6	353	3,5	1	0,5	398	3,3
América do Norte	607	35,6	2310	23,1	43	20,2	2960	24,8
América do Sul	57	3,3	813	8,1	7	3,3	877	7,4
<i>Países da América do Norte (região com o maior número de ONGs credenciadas)</i>								
Canadá	83	4,9	507	5,1	13	6,1	603	5,1
Estados Unidos	519	30,4	1666	16,7	29	13,6	2214	18,6
México	5	0,3	137	1,4	1	0,5	143	1,2
<i>Países nos quais foram realizadas as conferências (sede do evento):</i>								
12 países	97	5,7	1818	18,2	18	8,5	1933	16,2
Demais	1608	94,3	8184	81,8	195	91,5	9988	83,8
<i>10 Países com o maior número de ONGs credenciadas, considerando o TOTAL:</i>								
10 países	1030	60,4	4763	47,6	154	72,3	5947	49,9
Demais países	675	39,6	5240	52,4	59	27,7	5974	50,1
Total Geral	ONGs	% (11921)	ONGs	% (11921)	ONGs	% (11921)	ONGs	% (11921)
	1705	14,3	10002	83,9	213	1,8	11921	100,0

Fonte: vide tabelas anteriores, sobretudo, as seguintes,

- (01) Siglas, local de realização e nomes das doze conferências selecionadas para estudo;
- (02) Número de países participantes e de ONGs credenciadas: ONU (Total=8565)
- (03). Número de países participantes e de ONGs credenciadas: OMC (Total=3356)
- (16) Distribuição geográfica das ONGs credenciadas para as seis conferências da ONU
- (29) Distribuição geográfica das ONGs credenciadas para as seis conferências da OMC

Portanto, se consideramos o *âmbito de atuação* (nacional/internacional) a diferença é significativa, pois, enquanto 18,5% das ONGs credenciadas para conferências da ONU eram “internacionais”, no caso da OMC o percentual é de apenas 3,7%. Em relação à “soma” dos valores das doze conferências (Total), 83,9% das ONGs são “nacionais”:

Gráfico 32. ONGs agrupadas por âmbito de atuação (ONU, OMC e Total)

Outra comparação diz respeito aos hemisférios (Norte/Sul). Quando consideramos o “total” de ONGs credenciadas, a concentração, no caso da ONU é no *Sul* (56,9%) enquanto, no caso da OMC, é marcadamente no *Norte* (71,5%); a soma das doze conferências gera um equilíbrio: 51,1% das ONGs estão no Norte e 48,9% no Sul:

Gráfico 33. ONGs agrupadas por hemisférios (ONU, OMC e Total): “Total”

Se considerarmos apenas as ONGs “nacionais”, que são em maior número em todos os casos, a concentração da soma dos doze eventos é *Sul* (53,5%) e, apenas quando tomamos a OMC separadamente é que a maioria tinha sede no Norte (70,6%):

Gráfico 34. ONGs agrupadas por hemisférios (ONU, OMC e Total): “Nacional”

A concentração das ONGs “internacionais” é bem maior e sempre no *Norte* (73,5%). Mesmo no caso da ONU (em que o Norte concentra 73,6%), mas, sobretudo quando tratamos da OMC, em que o percentual é bem maior (90,3%). Então, se considerarmos apenas as ONGs “internacionais” o argumento do *desnível Norte-Sul* se confirma:

Gráfico 35. ONGs agrupadas por hemisférios (ONU, OMC e Total): “Internacional”

Quanto à distribuição pelos cinco “continentes” percebemos que o maior percentual do “total” de ONGs fica com a América (35,5%) seguida da Europa (27,8%). Aliás, se considerarmos o “total” a América concentra sempre a maioria (sendo 33,2% no caso da ONU e 41,4% no caso da OMC).

Gráfico 36. ONGs agrupadas por continentes (ONU, OMC e Total): “Total”

A diferença maior é no caso da África que concentra 20,1% das ONGs no caso da ONU e apenas 5,8% no caso da OMC. Quanto às ONGs “nacionais”, podemos notar que na ONU existe certo equilíbrio entre Europa, Ásia e África (em torno de 20%):

Gráfico 37. ONGs agrupadas por continentes (ONU, OMC e Total): “Nacionais”

Quando consideramos apenas as ONGs “internacionais”, o continente que concentra o maior número é a América (41,5%) seguida pela Europa (37,8%), sendo que, no caso da ONU mantém-se essa ordem (América, 42,4%; Europa, 35,9%) e no caso da OMC a ordem se inverte: a concentração na Europa é a maior registrada (62,1%) seguida pela América (30,6%), sendo que a Ásia e a África, somadas, não chegam a 10%. Portanto podemos afirmar que, quanto às ONGs “internacionais” o argumento de que se concentram no eixo Europa-América é verdadeiro e sempre mais próximo da realidade no caso das conferências da OMC:

Gráfico 38. ONGs agrupadas por continentes (ONU, OMC e Total): “Internacionais”

A concentração das ONGs por continentes é constante embora os “locais” de realização dos eventos tenha variado bastante: ser o *país anfitrião do evento* não teve, portanto, uma influência muito significativa na “concentração”. Somados, os doze países que sediaram as conferências, chegam a 16,2% do total (5,7% das internacionais e 18,2% das nacionais). No caso da ONU – Brasil, Egito, Áustria, Dinamarca, China e Turquia – somaram 9,1% do total (4,0% da ONGs internacionais e 10,6% das ONGs nacionais). No caso da OMC – Singapura, Suíça, Estados Unidos, Catar, México e Hong Kong – chegaram a 34,2% do total (28,3% das ONGs internacionais, 34,6% das ONGs nacionais) , mas isso porque os Estados Unidos concentram a maioria das ONGs credenciadas (26,8% do total, 21,0% das ONGs internacionais e 27,3% das nacionais), pois o Catar não teve nenhuma ONG credenciada; Singapura chegou a 0,7% do total; China/Hong Kong a 1,1% e o México a 1,5% do total.

O grau de concentração em alguns países é mais bem apreendido pela soma dos **“10 países com maior número de ONGs”**: no conjunto, chegam a 49,9% do total; 60,4% das “internacionais” e 47,6% das ONGs nacionais credenciadas (nas doze conferências). A concentração do “total” de ONGs credenciadas inicia-se, no caso da ONU, em 60,7% e termina em 49,3% (uma diminuição de 11,4 pontos percentuais); e, no caso da OMC, inicia-se em 77,8% e termina com 64,5% (uma diminuição de 13,3 pontos percentuais):

Gráfico 39. Grau de concentração geográfica (ONU, OMC e Total): “Total”

Como podemos notar (gráfico 39) a tendência geral (linha amarela) indica um “aumento” na concentração quando consideramos o período (1992/UNCED a 2005/6ª-CM-OMC), mas quando desmembramos as duas organizações, notamos que a tendência passa a ser de diminuição na concentração (maior no caso da ONU do que da OMC). Se analisamos o grau de concentração das ONGs “nacionais”, percebemos que é bem menor nas conferências da ONU do que da OMC (tendendo a diminuir nos dois casos):

Gráfico 40. Grau de concentração geográfica (ONU, OMC e Total): “Nacionais”

Considerando apenas as ONGs internacionais, verificamos que o grau de concentração é maior do que a concentração das ONGs “nacionais” (cuja média do período é de 57,9%) pois a média chega a 80,8%, e mais marcante no caso da OMC (92,2%) do que da ONU (69,6%), mas com tendência a diminuir nos dois casos (como se pode notar nos dois gráficos segmentados), embora a tendência do período (linha amarela) seja de aumento (sobretudo devido a concentração maior na OMC):

Gráfico 41. Grau de concentração geográfica (ONU, OMC e Total): “Internacionais”

Se considerarmos os cinco países que aparecem nas duas listas dos 10 países com maior número de ONGs (a lista da ONU, na tabela 16; e da OMC, na tabela 29), notamos que a soma chega a 33,7% do total, 30,3% das ONGs nacionais e 50,6% das internacionais. Dentre os cinco países com maior número de ONGs no total do período estão Estados Unidos (18,6%), França (3,5%), Índia (5,1), Reino Unido (3,9%) e Suíça (2,6%).

Tabela 35. Concentração das ONGs nos cinco países com maior número

Distribuição	Internacional		Nacional		Não informado		Total	
	ONGs	% (1705)	ONGs	% (10003)	ONGs	% (213)	ONGs	% (11921)
Estados Unidos	519	30,4	1666	16,7	29	13,6	2214	18,6
Índia	28	1,6	579	5,8	1	0,5	608	5,1
Reino Unido	128	7,5	317	3,2	21	9,9	466	3,9
França	99	5,8	289	2,9	31	14,6	419	3,5
Suíça	89	5,2	176	1,8	50	23,5	315	2,6
Soma 5 países	863	50,6	3027	30,3	132	62,0	4022	33,7
Demais países	842	49,4	6976	69,7	81	38,0	7899	66,3
Total geral	1705	100,0	10003	100,0	213	100,0	11921	100,0

Fonte: vide tabela 34.

A diferença entre os Estados Unidos e os demais é evidente, tanto no que diz respeito ao “total” como também no caso das ONGs nacionais e internacionais:

Gráfico 42. Grau de concentração geográfica nos cinco países com maiores percentuais: Total

Quando distribuímos apenas as ONGs nacionais (e também no caso do total), notamos que a Índia se destaca (em relação às conferências da ONU), mas a diferença para os Estados Unidos continua sendo muito expressiva em relação a todos os demais:

Gráfico 43. Grau de concentração geográfica nos cinco países com maiores percentuais: Nacionais

A distância entre os Estados Unidos e os demais é mais evidente no caso das ONGs internacionais (caso em que a Índia perde expressão para o Reino Unido):

Gráfico 44. Grau de concentração geográfica nos cinco países com maiores percentuais: Internacionais

É importante ressaltar que o número de países com ONGs credenciadas tendeu a aumentar nos casos da ONU e da OMC (quando tomadas separadamente), mas tendeu a diminuir se consideramos o período. Por outro lado, o número de países participantes tendeu a diminuir no caso da ONU e a aumentar no caso da OMC:

Gráfico 45. Evolução no número de países participantes e de países com ONGs: ONU e OMC

Conferências da ONU:

Conferências da OMC:

Podemos concluir, portanto, que, de fato, existe uma concentração geográfica das sedes das ONGs, mas essa concentração possui algumas características bem específicas: é sempre mais marcante quando consideramos apenas “ONGs internacionais”. Porém, a grande maioria das ONGs credenciadas é “nacional” (o que inclui as locais) e, assim, se considerarmos o total de ONGs credenciadas, a concentração é sempre menor e *nem sempre* no “Norte” (tal como afirma o argumento do desnível Norte-Sul).

3.2) *Efetividade na participação de ONGs na ONU e na OMC*

Considerando que um índice de “efetividade” seja a possibilidade de interferir “oralmente” nos eventos oficiais (falar durante as sessões das conferências), cabe analisar aqui de onde eram as ONGs que tiveram uma participação mais “efetiva” (puderam intervir nos eventos da ONU) já que nas conferências da OMC as ONGs não podiam falar. A primeira observação é que apenas uma minoria pode intervir:

Gráfico 46. Diferença entre o número de ONGs (credenciadas ONU) e as que intervieram

Podemos dizer que o evento mais “polêmico” (com maior número de intervenções proporcionalmente ao número de ONGs credenciadas) foi a conferência sobre direitos humanos (WCHR-Viena/1993) pois 8,1% das ONGs credenciadas intervieram.

Gráfico 47. Percentuais de intervenções de Países e de ONGs em cada conferência da ONU

Quando comparamos o percentual de intervenções de países membros e de ONGs, notamos que exceto no primeiro (UNCED-Rio/1992) e no último evento (UNCHS-Istambul/1996) as ONGs contam com, em média, 20% das intervenções.

Gráfico 48. Distribuição das intervenções realizadas por países e ONGs nas conferências da ONU

Em relação à distribuição geográfica das ONGs que intervieram, cabe comentar que a maioria das ONGs eram “internacionais”, sendo que apenas em dois casos (na UNCED-Rio/1992 e WCHR-Viena/1993) existe um certo equilíbrio:

Gráfico 49. Distribuição por âmbito das intervenções realizadas por ONGs nas conferências da ONU

A distribuição geográfica revela que 63,5% das intervenções foram realizadas por ONGs do “Norte” e que a grande maioria (81,8%) das ONGs do “Norte” que intervieram eram “internacionais”, enquanto as ONGs do “Sul” que intervieram são em menor número (26,6% do total) e predominantemente “nacionais” (67,7%):

Gráfico 50. Distribuição por âmbito e hemisfério das ONGs que intervieram nas conferências da ONU

A distribuição por continentes demonstra que a maioria das ONGs que intervieram possuíam suas sedes em países da Europa (40,0%) seguida da América (32,3%):

Gráfico 51. Distribuição pelos cinco continentes das ONGs que intervieram nas conferências da ONU

Tabela 36. Distribuição geográfica das ONGs que intervieram nas conferências das ONU: países

Países-sede	Nacional		Internacional		Total	
	ONGs	%	ONGs	%	ONGs	%
Estados Unidos	12	16,7	39	27,7	51	23,9
Suíça	3	4,2	17	12,1	20	9,4
França	4	5,6	15	10,6	19	8,9
Bélgica	3	4,2	11	7,8	14	6,6
Reino Unido		0,0	13	9,2	13	6,1
Canadá	2	2,8	8	5,7	10	4,7
Índia	4	5,6	3	2,1	7	3,3
Egito	2	2,8	3	2,1	5	2,3
Alemanha		0,0	4	2,8	4	1,9
Austrália		0,0	4	2,8	4	1,9
Dinamarca		0,0	3	2,1	3	1,4
Áustria	1	1,4	2	1,4	3	1,4
Marrocos	2	2,8	1	0,7	3	1,4
Quênia	2	2,8	1	0,7	3	1,4
Tailândia	2	2,8	1	0,7	3	1,4
Arábia Saudita		0,0	2	1,4	2	0,9
Holanda		0,0	2	1,4	2	0,9
Noruega		0,0	2	1,4	2	0,9
Filipinas	1	1,4	1	0,7	2	0,9
Mali	1	1,4	1	0,7	2	0,9
México	1	1,4	1	0,7	2	0,9
Paquistão	1	1,4	1	0,7	2	0,9
Japão	2	2,8		0,0	2	0,9
Nepal	2	2,8		0,0	2	0,9
Republica da Coreia	2	2,8		0,0	2	0,9
Tunísia	2	2,8		0,0	2	0,9
Chile		0,0	1	0,7	1	0,5
Itália		0,0	1	0,7	1	0,5
Panamá		0,0	1	0,7	1	0,5
Peru		0,0	1	0,7	1	0,5
Uruguai		0,0	1	0,7	1	0,5
Venezuela		0,0	1	0,7	1	0,5
*Hong Kong	1	1,4		0,0	1	0,5
*Palestina	1	1,4		0,0	1	0,5
Barbados	1	1,4		0,0	1	0,5
Bolívia	1	1,4		0,0	1	0,5
Bósnia Herzegovina	1	1,4		0,0	1	0,5
Brasil	1	1,4		0,0	1	0,5
Burkina Faso	1	1,4		0,0	1	0,5
Chipre	1	1,4		0,0	1	0,5
Espanha	1	1,4		0,0	1	0,5
Fiji	1	1,4		0,0	1	0,5
Grécia	1	1,4		0,0	1	0,5
Iraque	1	1,4		0,0	1	0,5
Israel	1	1,4		0,0	1	0,5
Kuwait	1	1,4		0,0	1	0,5
Malásia**	1	1,4		0,0	1	0,5
Nigéria	1	1,4		0,0	1	0,5
Nova Zelândia	1	1,4		0,0	1	0,5
Polónia	1	1,4		0,0	1	0,5
Quirguistão	1	1,4		0,0	1	0,5
Salomão	1	1,4		0,0	1	0,5
Somália	1	1,4		0,0	1	0,5
Togo	1	1,4		0,0	1	0,5
Turquia	1	1,4		0,0	1	0,5
Não encontrado o país					20	8,6
Totais	72	100,0	141	100,0	233	100,0

Quanto aos 10 países com maiores percentuais entre aqueles com ONGs que intervieram, destacam-se os Estados Unidos concentram as ONGs responsáveis por 23,9% das intervenções realizadas (16,7% das nacionais e 27,7% das internacionais). Em seguida, temos a Suíça, 9,3%; França, 8,9%; Bélgica, 6,6%; Reino Unido, 6,1%; Canadá, 4,7%, Índia, 3,3%, Egito, 2,3%, Alemanha e Austrália 1,9% cada. Assim, podemos dizer que concentraram a grande maioria: 41,7% das nacionais; 83,0% das internacionais e 69,0% do total de ONGs que realizaram alguma intervenção:

Gráfico 52. Distribuição por países do total de ONGs que intervieram nas conferências da ONU

Os demais países com ONGs que intervieram dividiram o restante, sendo a maioria das ONGs nacionais (58,3%), mas a minoria das internacionais (17,0%) chegando a 31,0% do total. Os países anfitriões das conferências da ONU – Brasil, Egito, Áustria, Dinamarca, China e Turquia – somaram 6,6% das intervenções realizadas por ONGs (5,7% das internacionais e 8,3% das nacionais). Embora seja importante notar que diversos países do “Sul” aparecem na lista dos países com alguma ONG que interviu, apenas dois – Índia e Egito – aparecem entre os “10 países” com maiores percentuais de ONGs que intervieram. Portanto, a concentração aqui é, realmente, em países do *Norte*, sobretudo do *eixo América-Europa* (com destaque para os Estados Unidos, Suíça, França, Bélgica, Reino Unido e Canadá) que tiveram os maiores percentuais de ONGs internacionais (dentre as credenciadas) e também concentram a maioria das ONGs que realizaram alguma intervenção oral nas sessões plenárias das conferências da ONU.

3.3) Continuidade na participação de ONGs na ONU e na OMC

Em termos de continuidade, no caso da ONU, podemos dizer que 10,9 % das ONGs repetiram seu credenciamento em, ao menos, duas das seis conferências, sendo que: apenas 3 ONGs participaram de cinco das seis conferências; 30 ONGs participaram de quatro das seis conferências; 149 ONGs participaram de três conferências; 755 ONGs participaram de duas conferências e 6473 ONGs participaram de apenas uma das seis conferências da ONU em estudo. Quando classificamos as ONGs por âmbito de atuação notamos que a maioria das ONGs com continuidade na participação são “nacionais”:

Gráfico 53. Distribuição por âmbitos do total de ONGs com continuidade na participação: ONU

Das ONGs que participaram de, ao menos, duas conferências (937 ONGs), a distribuição geográfica é significativa. Iniciando pela distribuição por “hemisférios”, notamos que a maioria com “continuidade” na participação é do *Sul*:

Gráfico 54. Distribuição por hemisférios do total de ONGs com continuidade na participação: ONU

A distribuição por continentes demonstra que a maioria das ONGs com continuidade na participação eram originárias de países da América (9,1% do total), seguida, entretanto, pela África (5,5%) e pela Ásia (4,9%); a Europa fica com 4,5% (diferente das outras classificações em que este continente costuma ser o segundo com o maior percentual):

Gráfico 55. Distribuição por continentes das ONGs com continuidade na participação (ONU): média

Quando distribuímos as ONGs por continentes, de acordo com o nível de continuidade (considerando o número de conferências de que participou) percebemos a maioria está na América (inclusive as que estiveram em quatro conferências), mas que a África concentra as ONGs que estiveram em cinco conferências (das seis estudadas):

Gráfico 56. Distribuição por continentes das ONGs com continuidade na participação (ONU): detalhe

A distribuição por países revela que os 10 países com os maiores percentuais concentram 46,8% das ONGs com continuidade na participação na ONU (os demais 116 países dividem os 53,2% das ONGs que tiveram continuidade na participação). Notamos que, novamente, a maioria se concentra nos Estados Unidos (18,6%) seguido da Índia (6,9%), do Canadá (3,9%), Egito (3,8%), Reino Unido (2,9%), Quênia (2,3%), Nigéria (2,2%), Bangladesh (2,2%), Filipinas (2,0%) e Suíça (1,8%):

Gráfico 57. Países com os maiores percentuais de ONGs com continuidade na participação: ONU

Podemos notar que o grupo de países é mais heterogêneo (com países do Norte e do Sul) e mesmo entre os que possuem as maiores quantidades de ONGs encontramos uma diversidade considerável. Assim, podemos dizer que a concentração geográfica das ONGs com continuidade na participação nas conferências da ONU não é no Norte, mas no Sul e que não estão restritas a um grupo (previsível) de países (aqueles do eixo América-Europa), mas estão mais dispersas em diversos países de vários continentes. Cabe dizer que, em todas as conferências da ONU estudadas existiu alguma *continuidade* na participação de ONGs: ou seja, as ONGs que participaram de alguma conferência voltaram a se credenciar para outra e é preciso lembrar que as conferências foram realizadas em países de várias partes do planeta e com características bem diferentes (Brasil, Áustria, Egito, Dinamarca, China e Turquia) o que quer dizer que exigiu recursos para deslocamento, entre outros (algum benefício as ONGs obtiveram com a sua participação porque resolveram continuar participando).

Para além da localização (e concentração geográfica das ONGs com continuidade) é interessante notar como a concentração se desenvolveu no tempo (de uma conferência para outra). Dentre as ONGs que participaram da primeira conferência, por exemplo, uma média de 6,5% repetiram sua participação nas outras conferências da ONU:

Tabela 37. Evolução da continuidade na participação de ONGs nas seis conferências da ONU

Conferências	UNCED	%	WCHR	%	ICPD	%	WSSD	%	FWCW	%	UNCHS	%
1992 UNCED	1422	100	111	13,8	132	11,8	79	6,1	61	2,9	76	4,1
1993 WCHR	111	7,8	802	100	29	2,6	41	3,7	66	3,2	46	2,5
1994 ICPD	132	9,3	29	3,6	1118	100	187	16,7	257	12,4	96	5,2
1995 WSSD	79	5,6	41	5,1	187	16,7	1299	100	260	12,5	177	9,6
1995 FWCW	61	4,3	187	23,3	257	23,0	156	14,0	2079	100	156	8,5
1996 UNCHS	76	5,3	46	5,7	96	8,6	177	15,8	156	7,5	1845	100
Médias	92	6,5	83	10,3	303	12,5	323	11,3	480	7,7	340	6,0

Podemos notar também que 23,3% das ONGs que participaram da conferência sobre direitos humanos WCHR-Viena/1993 também participaram da conferência sobre a mulher FWCW-Beijing/1995. Além disso, 23,0% das ONGs que participaram da conferência sobre população (que tratou, entre outros, do tema “direitos reprodutivos”) ICPD-Cairo/1994, também participaram da FWCW-Beijing/1995.

Gráfico 58. Continuidade na participação de ONGs nas conferências da ONU: Média

As conferências cujas ONGs credenciadas apresentam as maiores médias a respeito da continuidade são a terceira (ICPD-Cairo/1994), a quarta (WSSD-Copenhague/1995) e a segunda conferência (WCHR-Viena/1993) e a menor média é da primeira (UNCED-Rio/1992) e da última (UNCHS-Istambul/1996).

No caso da *Organização Mundial do Comércio (OMC)*, podemos dizer que 22,3% das ONGs que participaram das conferências da OMC, estiveram presentes em, ao menos dois eventos, sendo que 15 estiveram em todas as conferências; 27 estiveram em cinco conferências; 92 estiveram em quatro conferências; 184 estiveram em três conferências; 432 estiveram em dois dos seis eventos e, o restante, 1347 ONGs, estiveram em apenas uma das conferências. Quando classificamos as ONGs por âmbito de atuação notamos que a maioria das ONGs com continuidade na participação é composta de ONGs “nacionais”:

Gráfico 59. Distribuição por âmbitos do total de ONGs com continuidade na participação: OMC

Dentre as ONGs que participaram de, ao menos, duas conferências (750 ONGs), a distribuição geográfica é significativa. A distribuição por “hemisférios” revela que a maioria das ONGs com “continuidade” na participação é do *Norte* (ao contrário da ONU):

Gráfico 60. Distribuição por hemisférios do total de ONGs com continuidade na participação: OMC

A distribuição por continentes demonstra que a maioria das ONGs com continuidade na participação eram originárias de países da América (9,1% do total), seguida, entretanto, pela África (5,5%) e pela Ásia (4,9%); a Europa fica com 4,5% (diferente das outras classificações em que este continente costuma ser o segundo com o maior percentual):

Gráfico 61. Distribuição por continentes das ONGs com continuidade na participação (OMC): média

Quando distribuímos as ONGs por continentes, de acordo com o nível de continuidade (considerando o número de conferências de que participou) percebemos a maioria está na América e na Europa (que concentra a maioria das ONGs mais participativas, que estiveram em 4, 5 ou 6 conferências) e que, diferente da ONU, a África não se destaca:

Gráfico 62. Distribuição por continentes das ONGs com continuidade na participação (OMC): detalhe

A distribuição por países revela que os 10 países com os maiores percentuais concentram 81,1% das ONGs com continuidade na participação na OMC (os demais 26 países com ONGs credenciadas dividem os 18,9% das ONGs credenciadas que tiveram continuidade na participação). Notamos que, novamente, a maioria se concentra nos Estados Unidos (29,1%) seguido do Canadá (10,9%), Bélgica (8,5%), França (8,1%), Reino Unido (6,3%), Japão (4,9%), Suíça (4,6%), Índia (3,8%) Alemanha (2,5%) e Holanda (2,4%):

Gráfico 63. Países com os maiores percentuais de ONGs com continuidade na participação: OMC

O grupo de países é bem homogêneo, pois, exceto pela Índia, são todos países do *Norte*. Podemos dizer, portanto, que a concentração geográfica das ONGs com continuidade na participação nas conferências da OMC é, realmente, no *Norte* e está restrita a um grupo (previsível) de países (aqueles do eixo América-Europa, e o Japão que é do Norte), sendo que apenas a Índia aparece como um elemento estranho nessa lista (único país do Sul). Cabe dizer que, em todas as conferências da OMC estudadas existiu *continuidade* na participação de ONGs: as ONGs que participaram de alguma conferência voltaram a se credenciar para outra, independente das conferências terem sido realizadas em vários países (Singapura, Suíça, Estados Unidos, Catar, México e Hong Kong) o que quer dizer que exigiu recursos para deslocamento, entre outros, então, tal como no caso das conferências da ONU, podemos supor que algum benefício as ONGs obtiveram com a sua participação porque resolveram continuar participando.

A concentração das ONGs com continuidade na participação variou de uma conferência para outra. Dentre as ONGs que participaram da primeira conferência, por exemplo, uma média de 37,2% repetiram sua participação nas outras conferências da OMC:

Tabela 38. Evolução da continuidade na participação de ONGs nas seis conferências da OMC

Conferências		1ªCM	108	2ªCM	130	3ªCM	730	4ªCM	364	5ªCM	960	6ªCM	1064
1996	1ªCM	108	100	36	27,7	48	6,6	31	8,5	45	4,7	41	3,9
1998	2ªCM	36	33,3	130	100	73	10,0	42	11,5	67	7,0	67	6,3
1999	3ªCM	48	44,4	73	56,2	730	100	177	48,6	291	30,3	247	23,2
2001	4ªCM	31	28,7	42	32,3	177	24,2	364	100	213	22,2	175	16,4
2003	5ªCM	45	41,7	67	51,5	291	39,9	213	58,5	960	100	484	45,5
2005	6ªCM	41	38,0	67	51,5	175	24,0	175	48,1	484	50,4	1064	100
Médias		52	37,2	69	43,8	249	20,9	167	35,0	343	22,9	346	19,1

As médias de continuidade são, aqui, bem maiores do que no caso das conferências da ONU e chegam a 43,8% no caso das ONGs que participaram da segunda conferência e a 35,0% no caso das que participaram da quarta conferência:

Gráfico 64. Países com os maiores percentuais de ONGs com continuidade na participação: OMC

As conferências cujas ONGs credenciadas apresentam menores médias de continuidade são a terceira (3ªCM-OMC-Seattle/1999) e a última (6ªCM-OMC-Hong Kong/2005) e foram as duas últimas conferências que mais credenciaram ONGs com participação em eventos anteriores (sobretudo porque ter sido aceita para eventos anteriores contribuiu para ter o credenciamento aceito nos eventos seguintes). Resta saber como foi a “continuidade” quando passamos da ONU para a OMC, ou seja, quantas ONGs participaram de conferências da ONU e seguiram participando de eventos da OMC.

Quando consideramos as ONGs que já tinham participado de conferências da ONU e passaram a participar das conferências da OMC, notamos que, das ONGs credenciadas para conferências da OMC, uma média de 17,3% já tinham participado de conferências da ONU (o percentual dessas ONGs iniciou-se em 28,7% e termina em 8,7%). A continuidade na participação foi significativa, pois, uma média de 64,3% das ONGs credenciadas repetiram seu credenciamento em, pelo menos, duas conferências da OMC (sendo que das ONGs que participaram de uma das conferências da OMC, uma média de 49,7% voltaram a participar de outras conferências da mesma organização):

Gráfico 65. ONGs que participaram da ONU e da OMC ou em mais de uma conferência da OMC

Notamos que a continuidade é maior quando consideramos apenas as conferências da OMC e que a continuidade das ONGs na OMC é significativa, gerando um grupo de ONGs que, por alguma razão, repetiram sua participação nas conferências da ONU e também da OMC. Portanto, quando pensamos na continuidade do credenciamento de ONGs entre a ONU e a OMC, verificamos que um grupo de ONGs esteve presente na maioria das conferências das duas organizações, ou seja, conseguiu se credenciar tanto para os eventos da ONU como para os da OMC. Diante disso, selecionamos uma amostra com as “ONGs mais participativas” visando saber “quais” e “de onde” eram as organizações que tiveram maior efetividade (puderam intervir oralmente durante as conferências) e mais continuidade na participação considerando as doze conferências.

3.4) ONGs mais participativas considerando as duas organizações (ONU e OMC)

Consideramos como mais participativas as ONGs que participaram de, pelo menos, metade das doze conferências em estudo (seis), ou participaram da maioria das conferências da ONU (ao menos cinco das seis conferências em estudo); as ONGs que participaram de todas as conferências da OMC e, por fim, as ONGs que intervieram em mais de uma conferência da ONU, chegando em *50 ONGs mais participativas*:

Tabela 39. Nome, âmbito e país-sede das ONGs mais participativas (e critérios da amostra)

*	Nome da ONG	Âmbito	País Sede	Critérios				
				1	2	3	4	Total
1	Agence de Recherche des Formation et d'Information Pour Les Femmes	Nacional	Marrocos	x				1
2	All India Women's Conference	Internacional	India	x				1
3	American Bar Association	Nacional	Estados Unidos				x	1
4	American Federation of Labor and Congress of Industrial Organization	Nacional	Estados Unidos				x	1
5	Arab Organization for Human Rights	Internacional	Egito	x				1
6	Actionaid Association for International Cooperation <i>Mellemfolkeligt Samvirke</i>	Nacional	Dinamarca				x	1
7	Australian Institute for Overseas Aid	Nacional	Australia				x	1
8	Baha I Inter Community	Internacional	Estados Unidos	x				1
9	Canadian Chamber of Commerce	Nacional	Canada			x	x	2
10	Canadian Federation of Agriculture	Nacional	Canada				x	1
11	Confederation Generale du Travail	Nacional	Franca				x	1
12	Confederation of Indian Industry	Nacional	India			x	x	2
13	Christian Aid	Nacional	Reino Unido				x	1
14	Commission on Global Governance	Internacional	Reino Unido	x				1
15	Committee Catholique Contre La Faim Et Pour Le Development	Nacional	Franca		x		x	2
16	Competitive Enterprise Institute	Nacional	Estados Unidos				x	1
17	Consumer Unity and Trust Society	Nacional	India			x	x	2
18	Consumers International Office for Developed and Transition Economies	Nacional	Reino Unido			x	x	2
19	Cousteau Society	Internacional	Estados Unidos	x				1
20	Development Alternatives with Women for a New Era	Nacional	Barbados				x	1
21	Disabled People's International	Internacional	Canada	x				1
22	Eurocommerce	Nacional	Belgica			x	x	2
23	Ford Foundation	Internacional	Estados Unidos		x			1
24	Friends of the Earth	Internacional	Estados Unidos				x	1
25	Greenpeace	Internacional	Holanda				x	1
26	International Alliance of Women Equal Rights Equal Responsibilities	Internacional	Austria	x				1
27	International Confederation of Free Trade Unions	Internacional	Belgica	x		x	x	3
28	International Chamber of Commerce	Internacional	Franca	x			x	2
29	International Coalition for Development Action	Internacional	Belgica				x	1
30	International Center for Trade and Sustainable Development	Nacional	Suica			x	x	2
31	International Federation of Agricultural Producers	Internacional	Franca	x		x	x	3
32	International Institute for Sustainable Development	Nacional	Canada			x	x	2
33	International Parliamentary Union	Nacional	Suica	x				1

*	Nome da ONG	Âmbito	País Sede	Critérios				
				1	2	3	4	Total
34	International Planned Parenthood Federation	Internacional	Reino Unido	x				1
35	International Union of Local Authorities	Internacional	França	x				1
36	Institute for Agriculture and Trade Policy	Nacional	Estados Unidos				x	1
37	Norwegian Confederation of Trade Unions	Nacional	Noruega				x	1
38	Norwegian Forum for Environment and Development	Nacional	Noruega				x	1
39	Organization for Economic Cooperation and Development Trade Union Advisory Committee to The OECD	Nacional	França			x	x	2
40	Oxfam	Internacional	Reino Unido			x	x	2
41	Pacific Asia Resource Center	Internacional	Japão				x	1
42	Pacific Economic Cooperative Council	Internacional	Cingapura			x	x	2
43	Public Services International	Internacional	França			x	x	2
44	Rotary International	Internacional	Estados Unidos	x				1
45	SEWA Nepal - Socio Economic Welfare Action for Women in Nepal	Nacional	Nepal				x	1
46	Third World Network	Nacional	Malásia			x	x	2
47	Women S Environment And Development Organization	Internacional	Estados Unidos	x				1
48	World Council Of Churches	Internacional	Suíça	x				1
49	WWF World Wildlife Fund	Nacional	Suíça			x	x	2
50	YMCA Young Women S Christian Ass	Nacional	Egito	*				1
Totais				17	2	14	33	66

Resumo dos critérios e número de ONGs incluídas

Critérios ⁷⁶	ONGs	<i>sem duplicar</i>
1) Intervieram em mais de uma conferência da ONU	17	17
2) Participaram do maior número de conferências da ONU (5 das 6 em estudo)	2	2
3) Participaram de todas as conferências da OMC	15	13
4) Participaram do maior número de conferências da ONU e OMC (50%=6 eventos)	34	17
* Apresentam muitas afiliadas (verificar outros casos)	1	1
Totais	69	50

Podemos notar que a maioria das ONGs dessa amostra é “nacional” (54,0%) e se concentra no “norte” (o Sul conta com apenas 10 das 50 ONGs mais participativas):

Gráfico 66. Âmbito e Hemisfério das ONGs “mais participativas”: ONU e OMC

⁷⁶ A aplicação desses critérios resultou em 69 ONGs, entretanto, como algumas delas se repetiram, o grupo final, sem repetição, ficou em 49 ONGs, mais uma que incluímos porque, embora não satisfizesse os critérios, possuía muitas “afiliadas” (em diversos países), gerando um grupo com 50 organizações que podem ser consideradas as “mais participativas”.

Quando distribuímos por “países” percebemos que a maioria das ONGs é dos Estados Unidos (20%), seguido pela França (14%), pelo Reino Unido (10%), Canadá (8%), Suíça (8%) e Bélgica (6%). Em seguida vem Índia (6%) e Egito (4%) – que não fazem parte do eixo América-Europa, e a Áustria completa o grupo dos 10 países com as maiores quantidades de ONGs mais participativas, que concentram 82% das ONGs mais participativas (42% das nacionais e 40% das internacionais):

Gráfico 67. Distribuição por países das ONGs “mais participativas”: ONU e OMC

A amostra contém diversas ONGs conhecidas no cenário internacional (*Cousteau Society*, *Ford Foundation*, *Friends of the Earth*, *Greenpeace*, *Oxfam*, *Rotary International*, *Third World Network*, *WWF World Wildlife Fund*, por exemplo) mas também outras que sequer possuem páginas na Internet (o que torna difícil saber qual foi seu destino depois das conferências) e a diversidade de interesses e formatos das organizações selecionadas aponta para a diversidade de ONGs que participaram, pois existem organizações religiosas, comerciais, políticas, entre outras, que possuem em comum o fato de que participaram de diversas conferências (a maioria) ou buscaram intervir oficialmente (no caso dos eventos da ONU). Para saber como é que se compõe a *sociedade civil global*, quais suas principais características, pode-se iniciar pelo estudo dessas ONGs. Entretanto, aqui, importa, sobretudo, sua localização geográfica (ou seja, nos interessa saber *de onde* são essas ONGs *mais participativas*) porque isso contribui para compreender melhor a *concentração geográfica* da sociedade civil global.

Capítulo 4 – Comparações entre a participação de ONGs e outros indicadores

“The ‘global’ in global civil society can mean many things. However, a global quality of civil society is commonly taken to entail *inter alia* an organizational infrastructure that encompasses widely dispersed locations across the planet. In this sense civil society is ‘global’ when an association of citizens comprises offices and affiliates that span multiples countries on several continents. On these lines Amnesty International (AI) is global for having branches in over 80 countries; the International Trade Union Confederation (ITUC) is global for having affiliates in 155 countries; and the Unrepresented Nations and Peoples Organizations (UNPO) is global for encompassing representative bodies of 57 groups on six continents.”

Jan Aart Scholte e Jill Timms,
Global Organizations in Civil Society: The effects on poverty, In:
Global Civil Society (2009), p. 80.

Como demonstramos a distribuição das ONGs pelo planeta não é equilibrada, mas, pelo contrário, bastante concentrada em alguns países, embora não se possa dizer que confirme totalmente o argumento do desnível Norte-Sul (no caso da ONU o total de ONGs credenciadas se concentra no *Sul* e não no Norte). Resta saber se essa concentração possui alguma relação com outros aspectos (políticos, econômicos e sociais), ou seja, explicitar que relação existe entre a distribuição de ONGs (no caso da ONU, da OMC e quando somamos o total de ONGs das duas organizações) e outros indicadores, tais como: (1º) a distribuição da população pelo globo; (2º) a distribuição da riqueza (medida pelo PIB – Produto Interno Bruto, por exemplo); (3º) a distribuição do Índice de Desenvolvimento Humano – IDH; e, por fim, (5º) a distribuição do grau de liberdade política (em termos de “regime político”) para analisar se existe alguma correlação entre esses dados e que tipo de correlação existe.

Trata-se de investigar se a concentração geográfica das sedes das ONGs reproduz:

- 1º) **a concentração da população:** estariam as ONGs concentradas onde se concentra a maioria das pessoas? Quer dizer, será que a concentração geográfica das sedes das ONGs reproduz a concentração da *população*? Será possível constatar que as ONGs estão concentradas em alguns países porque é neles que se concentra a maioria das pessoas? Ao relacionar a distribuição de ONGs e a distribuição da “população” é possível discutir o tema da “representação” (que, em tese, deveria ser equilibrada ou balanceada).
- 2º) **as relações econômicas:** estarão as ONGs concentradas nos países mais ricos? Será que a concentração das ONGs *espelha* as relações *econômicas*? Dito de outro modo, estariam as ONGs concentradas nos países mais ricos (ou até mesmo nos países mais pobres, devido ao tipo de trabalho que realizam)? Ao relacionar a distribuição de ONGs e do PIB (*Produto Interno Bruto*), por exemplo, podemos pensar o tema do “poder econômico” e seus reflexos.
- 3º) **o desenvolvimento humano ou social:** estarão as ONGs concentradas nos países de maior IDH (*Índice de Desenvolvimento Humano*)? De outro modo, será que a concentração geográfica das ONGs reflete o *desenvolvimento social*, caso em que as ONGs estariam concentradas nos países de IDH mais elevado? A distribuição de ONGs comparada ao IDH possibilita pensar a relação entre as ONGs e o desenvolvimento (condições básicas de vida).
- 4º) **grau de liberdade política:** será que as ONGs estão concentradas nos países com mais “*liberdade*” política? Será que as ONGs estão concentradas nos países com regimes mais “abertos” ou “democráticos”, que permitem e possibilitam esse tipo de organização? A relação entre a distribuição de ONGs e o regime político (ou grau de liberdade), possibilita relacionar a concentração das ONGs e a “democracia” e também ao exercício da “cidadania” (a influência das condições políticas domésticas na atuação internacional das ONGs).

As respostas para essas questões nos ajudarão a pensar os significados da constatada concentração geográfica da *sociedade civil global* e, assim, iniciar a exploração dos significados teóricos das descobertas realizadas.

4.1) Distribuição de ONGs e distribuição da “população” (representação)

Para que se perceba o grau de concentração da participação de ONGs é interessante comparar com a distribuição da população pelo planeta, pois, assim, caso se considerasse viável uma “representação” balanceada de “todos os habitantes do planeta” no processo decisório global (hipoteticamente, é claro), teríamos a seguinte situação nos casos estudados: considerando os “totais” de ONGs credenciadas para as doze conferências, a Ásia estaria completamente *sub-representada* (pois concentra 60,5% da população mundial e apenas 18,3% do total de ONGs credenciadas) enquanto os demais continentes estariam *sobre-representados*, sendo que a América conta com a maior sobre-representação (concentra 13,8% da população e 35,5% das ONGs credenciadas).

Tabela 40. Concentração pelos continentes da população mundial e das ONGs credenciadas

Continentes	% população	% total ONGs	Diferença	% ONGs ONU	Diferença	% ONGs OMC	Diferença
África	12,8	16,1	3,3	20,1	8,0	5,8	-6,4
América	13,8	35,5	21,7	33,2	19,4	41,4	27,6
Ásia	60,5	18,3	-42,2	19,3	-41,0	15,8	-44,5
Europa	12,5	27,8	15,4	25,2	11,9	34,6	21,3
Oceania	0,5	2,3	1,8	2,2	1,7	2,4	1,9
Total	100,0	100,0	0,0	100,0	0,0	100,0	0,0

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da pesquisa (sobre ONGs) e nos dados sobre a população do U.S. Census Bureau (site: www.census.gov).

Gráfico 68. Distribuição pelos continentes da população mundial e das ONGs credenciadas

Se considerarmos apenas as conferências da ONU, ocorre que a diferença da Ásia ainda é a maior (chega a -41,0% de sub-representação) e os demais continentes apresentam, todos, uma *sobre-representação*: no caso da América é de 19,4%, da Europa, 11,9% e da África 8,0%. Porém, no caso das conferências da OMC, a *sobre-representação* da América é maior (27,6%) e verificamos uma *sub-representação* da África (-6,4%) embora a da Ásia ainda seja a maior (-44,5%). Quando consideramos a concentração de população e de ONGs por países os Estados Unidos ficam na primeira posição na lista do “10 países com maior sobre-representação”, ao lado do Canadá, de países europeus (Bélgica, Reino Unido, França, Suíça, Holanda, Noruega, Espanha) e da Austrália:

Tabela 41. Países com maiores percentuais de *sobre-representação* de ONGs credenciadas: ONU+OMC

País-sede	SIGLA	% população média 92-96	ONGs na ONU		% população média 96-2005	ONGs na OMC		Diferença média
			%total	Diferença		% total	Diferença	
Estados Unidos	US	4,9	15,4	10,5	4,9	26,8	21,9	16,20
Canadá	CA	0,6	3,7	3,1	0,6	8,4	7,8	5,45
Bélgica	BE	0,2	1,3	1,1	0,2	7,3	7,1	4,10
Reino Unido	UK	1,1	3,5	2,4	1,0	5,1	4,1	3,25
França	FR	1,1	2,5	1,4	1,1	6,0	4,9	3,15
Suíça	SZ	0,1	2,1	2,0	0,1	4,1	4,0	3,00
Holanda	NL	0,3	1,4	1,1	0,3	2,1	1,8	1,45
Noruega	NO	0,1	0,9	0,8	0,1	1,9	1,8	1,30
Austrália	AS	0,4	1,2	0,8	0,4	1,9	1,5	1,15
Espanha	SP	0,7	1,6	0,9	0,7	1,5	0,8	0,85
Soma dos 10 países		9,5	33,6	24,1	9,4	65,1	55,7	39,9

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da pesquisa (sobre ONGs) e nos dados sobre a população do U.S. Census Bureau (site: www.census.gov).

Note-se que os dez países concentram, em conjunto, em torno de 9,4% da população mundial, mas 33,6% das ONGs credenciadas para as conferências da ONU e 65,1% das ONGs credenciadas para conferências da OMC, o que soma uma *sobre-representação* de 39,9%. E isso considerando o “total” de ONGs credenciadas (se considerarmos apenas as ONGs “internacionais” essa *sobre-representação* fica ainda mais acentuada). Cabe ressaltar que, diferente das listas de “10 países com maior número de ONGs credenciadas”, a lista da *sobre-representação* não inclui nenhum país do Sul. Assim, cabe comentar que o caso da Índia é singular: embora esse país tenha figurado em quase todas as listas anteriores de países com os maiores percentuais de ONGs credenciadas (sobretudo no caso da ONU, mas também no caso da OMC) aparece agora na apenas na lista dos países com os maiores percentuais de *sub-representação*.

Gráfico 69. Distribuição pelos países da população mundial e das ONGs credenciadas (sobre-representação)

Gráfico 70. Distribuição pelos países da população mundial e das ONGs credenciadas (sub-representação)

Os 10 países com os maiores percentuais de *sub-representação* concentram 58,7% da população mundial e apenas 14,6% das ONGs credenciadas para as conferências da ONU e 6,5% das ONGs credenciadas para as conferências da OMC, sendo que a soma da *sub-representação* chega a -48,1% (a China contribui grandemente para a soma, pois, concentra em torno de 21,5% da população e não chega a 1% das ONGs credenciadas). A Índia, como se pode ver, embora seja o segundo país com maior concentração de ONGs (5,8% no caso da ONU e 3,2% no caso da OMC) aqui se torna o segundo país considerando a *sub-representação* (-13,2%):

Tabela 42. Países com maiores percentuais de *sub-representação* de ONGs credenciadas: ONU+OMC

País_Sede	SIGLA	% população média 92-96	ONGs na ONU		% população média 96-2005	ONGs na OMC		Diferença média
			%total	diferença		% total	Diferença	
China	CH	22,1	0,8	-21,3	21,3	0,4	-20,9	-21,10
Índia	IN	17,5	5,8	-11,7	17,9	3,2	-14,7	-13,20
Indonésia	ID	3,8	0,4	-3,4	3,8	0,1	-3,7	-3,55
Rússia	RS	2,6	0,8	-1,8	2,4	0,1	-2,3	-2,05
Paquistão	PK	2,5	1,1	-1,4	2,7	0,5	-2,2	-1,80
Bangladesh	BG	2,4	1,5	-0,9	2,5	0,5	-2,0	-1,45
Nigéria	NI	2,2	1,5	-0,7	2,3	0,2	-2,1	-1,40
Brasil	BR	3,1	2,1	-1,0	3,1	1,4	-1,7	-1,35
Vietnã	VM	1,4	0,1	-1,3	1,4	0,1	-1,3	-1,30
Etiópia	ET	1,1	0,5	-0,6	1,3	0,0	-1,3	-0,95
Soma dos 10 países		58,7	14,6	-44,1	58,7	6,5	-52,2	-48,15

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da pesquisa (sobre ONGs) e nos dados sobre a população do U.S. Census Bureau (site: www.census.gov).

Portanto, não há uma relação de equilíbrio entre a quantidade de ONGs credenciadas e a população do país⁷⁷. O mapa seguinte representa a distribuição da população (percentual sobre a população mundial média entre 1992 e 2005, sendo que os países em “cinza”, na primeira representação são aqueles sobre os quais não foi possível conseguir dados precisos) e a distribuição do total de ONGs credenciadas, e, como em ambos os intervalos são proporcionais (agrupamos os resultados em cinco categorias) é possível ver que resultam em diferentes concentrações: a população fica concentrada na Ásia enquanto as ONGs na América do Norte, sobretudo nos Estados Unidos.

⁷⁷ Aliás, esse tipo de organização nem é permitido ou estimulado em todos os países, daí que seja interessante comparar com outros indicadores como o PIB, o IDH e regime político, como faremos a seguir.

Mapa (44) Comparação entre a distribuição da população e a distribuição das ONGs: ONU+OMC

4.2) Distribuição de ONGs e distribuição do PIB (*economia*)

A distribuição das ONGs credenciadas não está relacionada à distribuição da população (como foi constatado). Será, então, que a concentração de ONGs *espelha* as relações *econômicas*: estariam as ONGs concentradas nos países mais ricos? Ou será que estão concentradas nos países mais pobres, devido ao tipo de trabalho que realizam? Para responder essas questões comparamos a distribuição das ONGs, primeiro, com a distribuição do PIB (Produto interno Bruto) *per capita*⁷⁸. Constatamos que a lista com os 10 países com os maiores PIB *per capita* não é idêntica à lista dos 10 países com maiores percentuais de ONGs:

Tabela 43. Lista dos 10 países com os maiores e menores *GDP per capita*:

hk	País	PIB per capita (US dollars)	Percentual de ONGs credenciadas	Percentual de ONGs dividido pelo percentual médio de ONGs	PIB <i>per capita</i> dividido pela média de PIB <i>per capita</i>
1	Luxemburgo	51742,43	0,034	0,06	8,19
2	Suíça	40236,24	2,658	4,77	6,37
3	Noruega	39272,38	1,165	2,09	6,22
4	Japão	34696,54	2,255	4,05	5,49
5	Dinamarca	34180,70	0,847	1,52	5,41
6	Estados Unidos	32840,10	18,57	33,34	5,20
7	Islândia	31525,28	0,025	0,04	4,99
8	Suécia	30210,65	1,081	1,94	4,78
9	Áustria	27786,52	0,419	0,75	4,40
10	Alemanha	51742,43	0,034	3,09	4,35
10 menores percentuais de PIB <i>per capita</i> :					
10	Malawi	184,89	0,092	0,17	0,03
9	Etiópia	148,30	0,369	0,66	0,02
8	Iraque	148,22	0,042	0,08	0,02
7	Mianmar	136,64	0,017	0,03	0,02
6	Rep Dem Congo-Zaire	130,99	0,662	1,19	0,02
5	Burundi	130,22	0,134	0,24	0,02
4	Liberia	65,71	0,067	0,12	0,01
3	Nicaragua	63,84	0,268	0,48	0,01
2	Afeganistão	59,49	0,000	0,00	0,01
1	Zimbábue	31,36	0,511	0,92	0,00
	Média	6316,61	0,557	0,56	1,00

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da pesquisa (sobre ONGs) e nos dados sobre GDP per capita fornecidos pelo site do FMI (<http://www.imf.org/>) vide nota abaixo.

⁷⁸ Utilizamos o “*Gross domestic product per capita, current prices (U.S. dollars)*” - O produto interno bruto (PIB) *per capita*, a preços correntes (em dólares dos EUA), em que o PIB é expresso em dólares correntes dos EUA por pessoa. Os dados são obtidos convertendo o PIB em moeda nacional para dólares dos EUA e, em seguida, dividindo-o pelo total da população. Os dados foram gerados a partir de um relatório do FMI (Fundo Monetário Internacional), por meio dos dados disponibilizados pelo site: <http://www.imf.org/>. Utilizamos a média dos anos 1992 a 2005.

A lista não se repete quando consideramos os 10 países com os maiores percentuais de ONGs, exceto pelos Estados Unidos, Japão e Suíça, que aparecem tanto entre os “10 países” com os maiores percentuais do *PIBs per capita* quanto das ONGs credenciadas:

Tabela 44. Lista dos 10 países com os maiores e menores percentuais de ONGs: ONU+OMC

hk	País	PIB <i>per capita</i> (US dollars)	Percentual de ONGs credenciadas	Percentual de ONGs dividido pelo percentual médio de ONGs	PIB <i>per capita</i> dividido pela média de PIB <i>per capita</i>
1	Estados Unidos	32840,1	18,57	33,34	5,20
2	Índia	452,7	5,097	9,15	0,07
3	Canadá	23434,86	5,055	9,08	3,71
4	Reino Unido	25175,08	3,907	7,01	3,99
5	França	26257,58	3,504	6,29	4,16
6	Bélgica	26337,74	2,976	5,34	4,17
7	Suíça	40236,24	2,658	4,77	6,37
8	Japão	34696,54	2,255	4,05	5,49
9	Filipinas	1002,16	2,029	3,64	0,16
10	Brasil	3924,03	1,937	3,48	0,62

10 menores percentuais de ONGs⁷⁹:

10	Bosnia Herzegovina	1099,88	0,025	0,04	0,17
9	Mongolia	557,21	0,025	0,04	0,09
8	Laos	339,45	0,025	0,04	0,05
7	Malta	8684,53	0,017	0,03	1,37
6	Guine Equatorial	1667,72	0,017	0,03	0,26
5	Mianmar	136,64	0,017	0,03	0,02
4	Antigua E Barbuda	8427,37	0,008	0,01	1,33
3	Granada	3691,45	0,008	0,01	0,58
2	Suazilândia	1687,61	0,008	0,01	0,27
1	Tajiquistão	185,61	0,008	0,01	0,03
	média	6316,61	0,557	0,56	1,00

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da pesquisa (sobre ONGs) e nos dados sobre GDP per capita fornecidos pelo site do FMI (<http://www.imf.org/>) vide nota abaixo.

Assim, concluímos que *não há uma correlação* direta entre os percentuais sobre o PIB *per capita* e os percentuais de ONGs. Isso fica mais visível no mapa a seguir onde podemos ver que, considerando o “total” de ONGs credenciadas para as conferências da ONU e da OMC, exceto pelos Estados Unidos, os países não aparecem com a mesma tonalidade (não ficam no mesmo intervalo). Contudo, podemos notar que são os países mais “ricos” do mundo que se destacam na primeira representação (do mapa a seguir), mas como o “total” de ONGs agrupa tanto as organizações nacionais como as “internacionais”, no conjunto a distribuição é menos concentrada.

⁷⁹ Não aparecem aqui os países que não tiveram ONGs credenciadas como o Catar e o Afeganistão, entre tantos.

Mapa (45) Comparação entre a distribuição do PIB *per capita* e a distribuição das ONGs:
ONU+OMC

Quando comparamos os percentuais de ONGs e do PIB (Produto Interno Bruto) mundial, de acordo com os agrupamentos organizados por Gilberto Dupas⁸⁰, notamos que a concentração torna-se mais evidente. No caso do primeiro grupo dos “*Grandes Países Centrais*” (incluindo Estados Unidos, Japão, Alemanha, Reino Unido, França e Itália), podemos perceber que representam 2,8% dos países do globo, mas somam 62% do PIB Mundial (dados de 2004) e concentram quase o mesmo percentual de ONGs credenciadas para a OMC que os demais países (ou seja, que os 97,2% restantes):

Gráfico 71. Comparação entre os “grandes países centrais” e do resto do mundo: PIB – ONGs credenciadas

No caso do segundo grupo – “Outros Países Centrais” (incluindo Espanha, Canadá, Austrália, Holanda, Suíça, Bélgica, Suécia, Austria, Noruega, Dinamarca, Grécia, Finlândia Portugal e Irlanda), representam 6,4% dos países do globo, somam 14% do PIB mundial, e concentram 20,2% das ONGs credenciadas (sendo 16,2% das ONGs que participaram de conferências da ONU, 27,2% das que entrevistaram e 28,5% das ONGs que participaram de conferências da OMC). Se somarmos os percentuais do primeiro e do segundo grupos (agrupando todos os países “*centrais*”), temos que: representam 9,2% dos países do globo e concentram 76% do PIB; 51,1% das ONGs credenciadas (sendo 41,4% das ONGs da ONU, 67% das que entrevistaram e 74,1% das ONGs credenciadas para conferências da OMC).

⁸⁰ DUPAS, Gilberto. 2005. *Atores e poderes na nova ordem global*. São Paulo: UNESP, 2005, p. 297-9.

Gráfico 72. Comparação entre os “países centrais” e do resto do mundo: PIB – ONGs credenciadas

A relação mais próxima é da concentração do PIB e das ONGs que intervieram e aquelas que foram credenciadas para a OMC. Caso agrupemos os países utilizando o mesmo critério do cálculo do *grau de concentração* das ONGs (somar os 10 países de maiores percentuais) observamos, novamente, que a relação mais próxima é com o PIB (Produto Interno Bruto):

Gráfico 73. Comparação entre os país com maiores PIBs e sua concentração de ONGs credenciadas

Quando consideramos outros agrupamos “econômicos” conhecidos internacionalmente (G-7⁸¹, G-20, grupo dos 20⁸²) ou agrupamentos que se baseiam em outros fatores além dos econômicos (União Européia, OTAN, OCDE, por exemplo) os resultados são bastante significativos. Por exemplo, quando comparamos os percentuais de ONGs do G-7 com o do Grupo dos 20 (os 24 países emergentes), notamos que os sete países “mais industrializados e desenvolvidos” do mundo concentram a maioria das ONGs tanto no caso da ONU (sobretudo quando pensamos das ONGs que intervieram) como no caso da OMC (caso em que a diferença é ainda mais marcante):

Gráfico 74. Comparação entre o G7 e o Grupo dos 20 (24 países emergentes): ONGs credenciadas

Os países do G7 representam 3,2% dos países do globo e concentram mais da metade das ONGs credenciadas pela OMC e quase metade das ONGs que intervieram. O grupo dos 20 (24 países emergentes) representam 10,9% dos países do globo e concentram mais ou menos essa proporção de ONGs entre as que intervieram e as que foram aceitas pela OMC (apenas no caso do total de ONGs credenciadas para a ONU ficam com 27,1%).

⁸¹ G-7 ou Grupo dos Sete é formado pelos Estados Unidos, Japão, Alemanha, Reino Unido, França, Itália e o Canadá: trata-se dos sete países mais industrializados e desenvolvidos economicamente do mundo que se reúnem para discutir questões de alcance internacional. São todos países do Norte e apenas Japão está fora do eixo Europa-América do Norte.

⁸² O Grupo dos 20 países emergentes tem uma vasta e equilibrada representação geográfica, sendo atualmente integrado por 24 Membros: 5 da África (África do Sul, Egito, Nigéria, Tanzânia e Zimbábue), 6 da Ásia (China, Filipinas, Índia, Indonésia, Paquistão e Tailândia) e 13 da América Latina (Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Cuba, Equador, Guatemala, México, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela).

No caso da comparação entre a União Europeia (UE)⁸³ com o grupo dos 20 (24 emergentes), notamos que os dois agrupamentos representam percentuais próximos em relação aos países do globo mas percentuais de ONGs diferentes: os países membros da UE representam 11,8% dos países do globo e concentram em torno de 20% das ONGs; o do Grupo dos 20 países “emergentes” representam 10,9% dos países do globo e concentram 23,3% das ONGs, quando consideramos o total; porém, no caso das ONGs que *intervieram* e também no caso das participantes da OMC é a União Europeia que concentra a maioria:

Gráfico 75. Comparação entre a União Europeia e o Grupo dos 20 (24 países emergentes): ONGs credenciadas

Em relação aos demais países, podemos dizer que os 77,3% de países restantes dividem 55,6% do total de ONGs credenciadas para as doze conferências, sendo 54,6% das ONGs credenciadas para conferências da ONU (e 62,3% das que intervieram); e 58,4% das ONGs credenciadas para conferências da OMC. Os percentuais não são maiores porque, como já dissemos, a maioria das ONGs credenciadas são dos Estados Unidos que não fazem parte desses dois agrupamentos (nem da UE e nem do grupo dos 20 países emergentes).

⁸³ A União Europeia (UE), anteriormente designada por Comunidade Econômica Europeia (CEE) e Comunidade Europeia (CE), é uma união supranacional econômica e política de 27 Estados-membros, estabelecida após a assinatura do *Tratado de Maastricht* (7 de fevereiro de 1992), pelos doze primeiros países da antiga CEE, uma das três Comunidades Europeias. A União Europeia é uma formação de um novo tipo de união entre Estados pertencentes à Europa e, como instituição, passou a dispor de *personalidade jurídica* após o início da vigência do *Tratado de Lisboa*, de modo que possui competências próprias (tais como a Política Agrícola Comum, a Política Comum das Pescas, entre outros) que são partilhadas com todos os *Estados-membros* da União Europeia. Trata-se de uma organização que combina o nível supranacional e o nível institucional num campo geográfico restrito com o papel político próprio sobre os seus Estados-membros.

Dáí que seja interessante observar como são os percentuais de dois outros agrupamentos que envolvem os Estados Unidos. Primeiro, comparamos os percentuais dos países da OCDE⁸⁴ (Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico) com o restante dos países e notamos que apenas no caso do total de ONGs credenciadas para conferências da ONU é que os “demais” países ultrapassam o percentual da OCDE:

Gráfico 76. Comparação entre a OCDE e o resto do mundo: ONGs credenciadas

Isso quer dizer que os 13,6% dos países do globo que compõem a OCDE concentram a maioria das ONGs credenciadas (55,3% do total) e ainda mais no caso das ONGs que intervieram nas conferências da ONU (68,2%) e das credenciadas para a OMC (aqui, chegam a 78,2% do total de ONGs credenciadas). Os demais 86,4% dos países dividiram as demais ONGs (44,7% do total, 53,6% das ONGs da Onu; 31,8% das que intervieram e apenas 21,8% das ONGs que participaram das conferências da OMC).

⁸⁴ OCDE - Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico é uma organização internacional de países que aceitam os princípios da democracia representativa e da economia de livre mercado. Os membros da OCDE são economias de alta renda com um alto Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e são considerados países desenvolvidos (exceto México, Chile, Polónia e Turquia que são descritos como economias de renda média alta do Banco Mundial). Membros fundadores da OCDE (1948): Áustria, Bélgica, Dinamarca, França, Grécia, Islândia, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Noruega, Holanda, Portugal, Reino Unido, Suécia, Suíça e Turquia. Membros admitidos à OCDE depois: 1955 - Alemanha, 1959 - Espanha. Membros admitidos com a reforma da OCDE (1961): Canadá, Estados Unidos, Admitidos à OCDE depois: 1964 - Japão, 1969 - Finlândia, 1971 - Austrália, 1973 - Nova Zelândia, 1994 - México, 1995 - República Checa, 1996 - Hungria, 1996 - Polónia, 1996 - Coreia do Sul, 2000 - Eslováquia, 2010 - Chile, 2010 - Eslovênia, 2010 - Israel.

No caso dos países da OTAN⁸⁵ (Organização do Tratado do Atlântico Norte) percebemos tal agrupamento representa 12,7% dos países do globo e concentra 45,4% do total de ONGs credenciadas (sendo 38,1% das ONGs da ONU, 53,4% das ONGs que entrevistaram e somam 64,0% das ONGs credenciadas para a OMC). Os demais países (87,3% dos países do globo) dividem o restante que, apenas no caso do “total” e das ONGs credenciadas na ONU passam da metade (54,6% do Total e 61,9% das ONGs da ONU). Nos casos das ONGs que entrevistaram e da OMC ficam com a minoria:

Gráfico 77. Comparação entre a OTAN e o resto do mundo: ONGs credenciadas

Portanto, notamos que mesmo no caso desse agrupamento (que está mais ligado a motivos de segurança do que econômicos) as diferenças são consideráveis (note-se que as linhas iniciam no percentual que o número de países envolvidos representa em relação aos demais e suas direções são contrárias): 12,7% de países concentra, em média, a metade das ONGs.

⁸⁵ OTAN - Organização do Tratado do Atlântico Norte, foi criada em 1949, em pleno contexto da Guerra Fria, onde o mundo vivia a bipolaridade bélica e ideológica entre EUA e URSS. A aliança foi criada em 1949, em virtude do Tratado do Atlântico Norte, também denominado de Tratado de Washington, que estabelecia que os Estados-membros se comprometiam em assegurar a sua defesa e que uma agressão a um ou mais aliados seria considerada uma agressão a todos. Com o fim da URSS e de suas ameaças à soberania americana e capitalista no mundo, surgiu a necessidade de redefinir o papel da OTAN na nova ordem internacional, já que o principal motivo de sua criação foi extinto. Assim, foi criado um novo papel para a OTAN: ser a base da política de segurança de toda a Europa, (inclusive de seus ex-rivais do leste europeu) e da América do Norte. Membros fundadores: Bélgica, Canadá, Dinamarca, Estados Unidos, França, Islândia, Itália, Luxemburgo, Noruega, Holanda, Portugal e Reino Unido (4 de abril de 1949). Adesões durante a Guerra Fria: Grécia e Turquia (18 de Fevereiro de 1952), Alemanha Ocidental (9 de maio de 1955) e Espanha (30 de maio de 1982). Adesões de países do antigo bloco de leste: Alemanha Oriental (reunificada com a Alemanha Ocidental, 3 de outubro de 1990), República Checa e Polónia (12 de março de 1999), Bulgária, Eslováquia, Eslovénia, Estónia, Letónia, Lituânia e Roménia (29 de março de 2004), Albânia e Croácia (1 de Abril de 2009).

4.3) Distribuição de ONGs e distribuição do IDH (*desenvolvimento*)

Ao pesquisarmos se a concentração geográfica das ONGs reflete o *desenvolvimento social*, ou seja, se as ONGs estariam concentradas nos países de maior IDH⁸⁶ – Índice de Desenvolvimento Humano, percebemos que, de fato, quase metade das ONGs estão concentradas em países que apresentam IDH “muito elevado”:

Tabela 45. Distribuição das ONGs e distribuição do IDH: ONU, OMC e soma (ONU+OMC)

n	Classificação	Países	% países	% ONGs (total=onu+omc)	% interviu (onu)	% total ONGs ONU	% total ONGs OMC
1	Muito elevado	42	24,9	54,3	69,5	44,9	78,5
2	Elevado	43	25,4	13,8	6,4	16,6	7,0
3	Médio	42	24,9	12,1	6,4	14,9	5,1
4	Baixo	42	24,9	19,6	8,5	23,8	9,0
5	Sem dados			0,2	9,3		
	Totais	169	100	100	90,7	100	100
1+2	Muito elevado + Elevado	85	50,3	68,1	75,8	61,5	85,5
3+4	Médio + Baixo	84	49,7	31,7	14,8	38,6	14,1

Fonte:

Os países com IDH dentro da classificação “muito elevado” concentram 54,3% do total de ONGs credenciadas para as conferências. Se somarmos os percentuais dos países de IDH “muito elevado” com aqueles de IDH “elevado”, chegamos a 68,1% do total de ONGs credenciadas.

⁸⁶ O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é uma medida comparativa usada para classificar os países pelo seu grau de “desenvolvimento humano”, e se compõe a partir de dados de *expectativa de vida ao nascer*, *educação* e *PIB (PPC) per capita* (como um indicador do padrão de vida) recolhidos a nível nacional. O índice foi desenvolvido em 1990 pelos economistas *Amartya Sen* e *Mabhub ul Haq*, e vem sendo usado desde 1993 pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) no seu relatório anual. A partir do relatório de 2010, o IDH combina três dimensões: *Uma vida longa e saudável*: Expectativa de vida ao nascer; *O acesso ao conhecimento*: Anos Médios de Estudo e Anos Esperados de Escolaridade; *Um padrão de vida decente*: PIB (PPC) per capita. Até 2009, o IDH usava os três índices seguintes como critério de avaliação: Índice de educação: Para avaliar a dimensão da educação o cálculo do IDH considera dois indicadores. O primeiro, com peso dois, é a taxa de alfabetização de pessoas com 15 anos ou mais de idade — na maioria dos países, uma criança já concluiu o primeiro ciclo de estudos (no Brasil, o Ensino Fundamental) antes dessa idade. Por isso a medição do analfabetismo se dá, tradicionalmente a partir dos 15 anos. O segundo indicador é a taxa de escolarização: somatório das pessoas, independentemente da idade, matriculadas em algum curso, seja ele fundamental, médio ou superior, dividido pelo total de pessoas entre 7 e 22 anos da localidade. Também entram na contagem os alunos supletivo, de classes de aceleração e de pós-graduação universitária, nesta área também está incluído o sistema de equivalências Rvcc ou Crvcc, apenas classes especiais de alfabetização são descartadas para efeito do cálculo. Longevidade: O item longevidade é avaliado considerando a expectativa de vida ao nascer. Esse indicador mostra a quantidade de anos que uma pessoa nascida em uma localidade, em um ano de referência, deve viver. Reflete as condições de saúde e de salubridade no local, já que o cálculo da expectativa de vida é fortemente influenciado pelo número de mortes precoces. Renda: A renda é calculada tendo como base o PIB per capita (por pessoa) do país. Como existem diferenças entre o custo de vida de um país para o outro, a renda medida pelo IDH é em dólar PPC (Paridade do Poder de Compra), que elimina essas diferenças.

Mapa (46) Comparação entre a distribuição do IDH e distribuição das ONGs credenciadas:
(ONU+OMC)

O segundo grupo com maior número de ONGs credenciadas é o de IDH “baixo” que concentram 19,6% do total de ONGs, enquanto os países de IDH “médio” somam 12,1% das ONGs credenciadas. Considerando apenas as ONGs credenciadas para conferências da ONU, teremos uma concentração de 44,9% das ONGs nos países com IDH “muito elevado” e somados aos de IDH “elevado”, chegamos a 50,3% das credenciadas, sendo que as “intervenções” (no eventos oficiais) partiram, majoritariamente, de países desse agrupamento (75,8%). No caso da ONU, entretanto, as ONGs de países com IDH “baixo” também tem uma participação expressiva: 23,8% da ONGS, muito diferente da OMC cujas ONGs são oriundas, sobretudo dos países com IDH elevado ou muito elevado (85,5%).

Gráfico 78. Comparação entre a classificação do IDH e a concentração de ONGs credenciadas

Podemos notar que todas as linhas partem de um mesmo ponto (em torno de 24% de países por grupo) mas apenas a linha que indica os percentuais de ONGs do grupo de países de IDH “muito elevado” é que se destaca das demais, em todas as categorias (total, intervenção, ONU e OMC). Assim, podemos dizer que, de fato, as ONGs que participam de conferências da ONU, e, sobretudo, da OMC estão concentradas em países cujos índices de “desenvolvimento humano” estão nas duas melhores categorias: são “muito elevados” ou “elevados”.

4.4) Distribuição de ONGs e tipo de Regime Político (democracia)

Outra correlação que será analisada é entre a concentração de ONGs e as condições políticas dos países: será que as ONGs estão concentradas nos países com mais “liberdade” política, em países com regimes mais “abertos” ou democráticos, que permitem e possibilitam esse tipo de organização social? Para responder essa questão comparamos a distribuição de ONGs com os dados organizados pela “Casa da Liberdade”⁸⁷ que aplica uma pesquisa visando medir o grau de “liberdade” nos países.

Tabela 46. Distribuição das ONGs e distribuição do grau de liberdade: ONU, OMC e soma (ONU+OMC)

N	Classificação	Países	% países	% ONGs (total=onu+omc)	% interviu (onu)	% total ONGs ONU	% total ONGs OMC
1	F = livres	73	37,4	62,8	71,1	55,5	81,7
2	PF = Parcialmente livres	72	36,9	30,6	16,1	36,4	15,6
3	NF = Não livres	41	21,0	5,7	7,3	2,5	1,7
4	Sem dados	9	4,6	0,9	5,5	5,6	1
	Totais	195	100	99,1	94,5	94,4	99
1+2	F+PF	145	74,3	93,4	87,2	91,9	97,3

Os países considerados, pela pesquisa como “livres”, representam 37,4% dos países pesquisados e concentram 62,8% do total de ONGs credenciadas (sendo 55,5% das ONGs credenciadas para conferências da ONU; 71,1% das ONGs que intervieram nas conferências da ONU e 81,7% das ONGs credenciadas para as conferências da OMC).

⁸⁷ A metodologia aplicada pela organização “Freedomhouse.org” pode ser consultada na sua página na Internet: (<http://www.freedomhouse.org/>). Utilizamos os dados de 2005, do relatório “*Freedom in the World*”, publicação da *Freedom House* cujo objetivo é a avaliação do padrão comparativo *global* dos *direitos políticos* e *liberdades civis*. O relatório é publicado anualmente desde 1972, e as avaliações e relatórios de pesquisa tratam de 193 países e 15 territórios com o objetivo de *acompanhar as tendências na melhoria da democracia e da liberdade* em todo o mundo. O processo de classificação é baseado em uma lista de 10 questões de direitos políticos (agrupados em três subcategorias) e 15 questões de liberdades civis (agrupados em quatro subcategorias). *Raw Points* são atribuídos a cada uma destas questões, numa escala de 0-4, onde 0 pontos representa o menor grau e 4 pontos, o maior grau de direitos ou liberdades atuais. Para responder às questões de direitos políticos, a Freedom House considera *até que ponto o sistema oferece aos eleitores a oportunidade de escolher livremente entre candidatos e em que medida os candidatos são escolhidos de forma independente do Estado*. Para responder às questões de liberdades civis, a Freedom House não se iguala as garantias constitucionais dos direitos humanos com a realização no terreno de tais direitos: ambas *leis e práticas reais* são levadas em conta nas decisões de classificação. A metodologia completa está em: http://www.freedomhouse.org/template.cfm?page=351&ana_page=292&year=2005.

Os países considerados “parcialmente livres” (representam 36,9% dos pesquisados) concentram 30,6% do total de ONGs (sendo 36,5% das credenciadas para a ONU; 16,1% das que intervieram em alguma das conferências da ONU e 15,6% das ONGs credenciadas para conferências da OMC). Finalmente, os considerados “não livres”, ficam com 5,7% das ONGs credenciadas (sendo 7,3% das credenciadas para a ONU; 2,5% das ONGs que intervieram; e 1,7% das credenciadas para a OMC). Podemos notar, portanto, que as ONGs se concentram nos países considerados “livres” e parcialmente livres: 93,4% do total, sendo 91,9% das credenciadas para a ONU; 87,2% das ONGs que intervieram e 97,7% das ONGs credenciadas para a OMC.

Gráfico 79. Comparação entre a classificação do grau de liberdade e a concentração de ONGs credenciadas

A concentração mais acentuada é no caso da OMC, pois, 37,4% dos países (aqueles considerados “livres”) concentram 81,7% do total de ONGs credenciadas para as conferências ministeriais. As consequências das correlações encontradas, seus significados para a idéia de sociedade civil “global” serão analisados na próxima parte do trabalho em que discutiremos, com base nos resultados apresentados até aqui, em que sentido se pode dizer que existe uma sociedade civil global cuja evidência principal seria a participação de ONGs em organizações internacionais.

Mapa (47) Comparação entre os regimes (grau de liberdade) e a distribuição das ONGs credenciadas para as conferências (ONU+OMC)

Como é possível notar no mapa, os países considerados “livres” (em verde) concentram mais ONGs do que os demais e, mais importante, o gráfico sobre o mapa mostra a proporção de ONGs credenciadas para a ONU (em amarelo) e para a OMC (em azul) e é possível notar que os países em “verde” (livres) possuem ONGs nas duas organizações e, enquanto representam 37,4% dos países, somam 81,7% das ONGs que participaram de conferências da OMC, chegando a 62,8% do total. Assim, podemos dizer que, realmente, o tipo de regime político e, mais ainda, o “grau de liberdade” desfrutada em cada país influencia de modo muito especial as possibilidades de as pessoas se organizarem para participar das conferências – tanto da ONU como da OMC.

Concluimos, portanto, que, dentre os indicadores avaliados, apenas a “população” e o PIB *per capita* parecem não possuir uma correlação mais direta com o percentual das ONGs (de cada país). Os demais – PIB (total), IDH e grau de liberdade – possuem uma marcante correlação com a concentração de ONGs por parte dos países.

Considerações Finais

'In our first Yearbook, global civil society was defined as the
'sphere of ideas, values, institutions, organizations, networks,
and individuals located *between* the family, the state,
and the market and operating *beyond* the confines
of national societies, polities, and economies'
(Anheier, Glasius, Kaldor 2001:17).

Is this sphere in practice dominated by the ideas and values of
rich countries purveyed by international NGOs and other
institutions organized and funded in the global North? [...]
Is it an expression of the hegemony of rich states?

Mary Kaldor, Ashwani Kumar e Hakan Seckinelgin,
Global Civil Society 2009, Introdução, p. 1.

Nosso problema de pesquisa consistia em explicar se, e em que medida, a participação de ONGs nas conferências da ONU e da OMC pode ser considerada “evidência empírica” do surgimento de uma sociedade civil “*global*”. Partimos do pressuposto de que todas as ONGs – cuja solicitação de credenciamento para participar de conferências da ONU e da OMC fora aceita – podem ser consideradas “parte” de algum tipo de sociedade civil, pois a trajetória desse conceito – de Aristóteles até hoje – permite incluir praticamente qualquer tipo de associação – que não seja o próprio Estado – entre os “atores” da sociedade civil. Optamos por não definir conceitualmente o que seria uma “organização não governamental” porque isso seria irrelevante na medida em que todas as organizações aceitas – pela ONU ou pela OMC – foram rotuladas como “ONGs” e, assim, a única característica relevante diz respeito ao seu caráter “não governamental” que, em última instância, significa que não se trata de um “Estado”.

Analizamos dois dentre os principais argumentos que criticam o caráter *global* da sociedade civil: o primeiro que afirma que existe um *claro* desnível *Norte-Sul* com predomínio numérico (e também político) de ONGs do *Norte* sobre as do *Sul*; e o segundo que defende que a concentração das ONGs *espelha* as atuais constelações de poder no mundo (quer dizer, que estão concentradas em países do oeste europeu e na parte anglo-saxônica do continente americano). Notamos que ambos se confirmam *em parte*, quer dizer, desde que se especifique a que tipo de ONG está se referindo: no caso das *internacionais* – e também no caso das que *intervieram* nos eventos – geralmente os dois argumentos encontram respaldo nos dados empíricos analisados. Entretanto, quando consideramos as ONGs *nacionais* e – devido a proporção destas no conjunto – no caso do *total* de ONGs credenciadas nem sempre podemos confirmar os dois argumentos: no caso da ONU a concentração de ONGs é no *Sul* (56,9%) e não no *Norte* (43,1%), sendo que, apenas quando consideramos o âmbito de atuação é que temos outro resultado, pois as ONGs *internacionais* estão concentradas no *Norte* (72,2) – bem como quando consideramos apenas as ONGs que *realizaram intervenções* orais nos eventos, que também são predominantemente de países do *Norte* (63,6%)⁸⁸. Essa concentração não corresponde à concentração da *população*: enquanto a maioria das pessoas vive em países da Ásia (60,5%) a maioria das ONGs está na América (35,5%) que concentra apenas 13,8% da população, por isso afirmamos que esse continente estaria *sobre-representado* nas conferências da ONU. Cabe lembrar que os países membros da OCDE concentram perto da metade das ONGs credenciadas para conferências da ONU (46,4%) e a maioria das ONGs que *intervieram* (68,2%).

⁸⁸ Os seis primeiros eventos estudados – as conferências da ONU – são os que mais possibilitam rediscutir o argumento do desnível *Norte-Sul*, pois o predomínio *numérico* começa com o *Norte*, mas depois é sempre do *Sul*. Na primeira conferência (UNCED-Rio/1992), a maioria do total das ONGs possuem sede em países do *Norte* (57,9%), mas a maioria das ONGs *nacionais* concentra-se no *Sul* (54,4%). Na segunda conferência (WCHR-Viena/1993) a concentração no *Norte* diminui (50,5%) e a concentração das ONGs *nacionais* é no *Sul* (66,0%). A partir da terceira conferência (ICPD-Cairo/1994) a maioria das ONGs se concentra no *Sul* (67,5%), e as *nacionais* são predominantemente de países do *Sul* (75,0%). No caso da quarta conferência (WSSD-Copenhague/1995), novamente, a maioria das ONGs credenciadas é do *Sul* (61,6%), e a concentração das ONGs *nacionais* no *Sul* é ainda maior (69,1%). No caso da quinta conferência (FWCW-Beijing/1995) a concentração do *total* de ONGs credenciadas é no *Sul* (53,6%) sendo as *nacionais* ainda mais concentradas no *Sul* (56,4%). E no caso da sexta conferência (UNCHS-Istambul/1996) a concentração da maioria das ONGs é no *Sul* (62,8%) e das *nacionais* o percentual é ainda maior (69,4%). Quanto ao segundo argumento – de que a concentração das ONGs *espelha* as atuais constelações de poder, quer dizer, estão predominantemente na América (anglo-saxônica) e no oeste da Europa – confirma-se no primeiro (UNCED-Rio/1992) e segundo evento (WCHR-Viena/1993), mas deixa de ser constatado no caso do terceiro evento (ICPD-Cairo/1994) e é ainda menos verdadeiro quando consideramos a quarta conferência (WSSD-Copenhague/1995) em que a distribuição por continentes é bem equilibrada. No caso da quinta conferência (FWCW-Beijing/1995), a América volta a concentrar a maioria, mas os demais continentes possuem concentrações parecidas, e, na sexta conferência (UNCHS-Istambul/1996) os percentuais da América e da Ásia ficam bem próximos e o terceiro continente com maior número de ONGs é a África. Entretanto, no total, o maior percentual é da América (33,2%) seguida pela Europa (25,1%), que, somadas, concentram a maioria das ONGs credenciadas para as seis conferências (58,3%) e ainda mais quando consideramos só as *internacionais* (78,2%).

Além disso, a concentração geográfica das sedes das ONGs – a soma dos percentuais dos 10 países com as maiores quantidades do total de ONGs credenciadas para as conferências – variou, mas foi sempre consideravelmente alta: no total, ficou em 42,2% (o que quer dizer que “10 países” concentraram quase metade das ONGs credenciadas, enquanto os demais dividiram o restante). Portanto, concluímos que, no caso das primeiras seis conferências – realizadas pela ONU – a *concentração geográfica* das sedes das ONGs credenciadas é *alta*, mas não corresponde, exatamente, à intuição de muitos pesquisadores: no *total* não é no *Norte*, mas no *Sul* e não se restringe a países localizados no eixo América Anglo-Saxônica– Europa, mas inclui outros países do *Sul* (alguns por terem sido *anfitriões* das conferências – como Brasil, Egito e Turquia – e outros por motivos que exigem pesquisa específica, como *Índia* e *Filipinas*).

O quadro muda significativamente quando analisamos a *distribuição geográfica* das ONGs que conseguiram credenciamento para as conferências da OMC, pois, no conjunto, a maioria das ONGs credenciadas para conferências da OMC é de países do *Norte* (71,5%) concentração que é ainda maior quando consideramos apenas as ONGs *internacionais* (90,3%)⁸⁹, confirmando, portanto, o argumento do *desnível Norte-Sul*, com predomínio numérico de ONGs do *Norte* sobre as do *Sul*. Essa concentração não está relacionada à concentração da população: enquanto a maioria das pessoas vive na Ásia (60,5%) este continente contou com apenas 15,8% das ONGs credenciadas. Portanto, podemos dizer que, no caso da OMC os dois argumentos se justificam: a maioria das ONGs credenciadas é originária do *Norte*, mesmo quando tratamos apenas das ONGs *nacionais* (70,6%), sobretudo de países europeus e da parte anglo-saxônica da América (Estados Unidos e Canadá), fora desse eixo, apenas a *Índia* aparece na lista de países com os maiores percentuais de ONGs *nacionais*. Os demais países e continentes dividem a minoria das ONGs credenciadas para as seis conferências ministeriais da OMC cuja distribuição não é, em nenhuma hipótese, *global*.

⁸⁹ Desde a primeira conferência ministerial, a maioria das ONGs credenciadas era de países do *Norte* (68,5%) e na segunda conferência da OMC, a concentração no *Norte* é ainda maior (80,0%). Na terceira conferência, embora o número de ONGs credenciadas tenha aumentado significativamente (de 108 na primeira; para 130 na segunda e 730 na terceira) a concentração no *Norte* aumentou ainda mais (82,9%). Na quarta conferência o número de ONGs credenciadas diminuiu (para 364) e a concentração no *Norte* também, mas continuou sendo alta (71,4%). Na quinta conferência o número de ONGs credenciadas voltou a aumentar (para 960) e a concentração no *Norte* diminuiu um pouco (69,6%), e, por fim, na sexta conferência o número de ONGs credenciadas foi o maior registrado (1064) e a concentração no *Norte* foi a menor do período (65,5%). Quanto a concentração no eixo Europa-América, podemos dizer que, no conjunto, os dois continentes concentram a grande maioria das ONGs (76,0%) sendo que é a América o continente com o maior percentual (41,4%) seguida da Europa (34,6%). O grau de concentração geográfica – a soma dos “10 países” com os maiores percentuais de ONGs credenciadas – é mais alto do que no caso das conferências da ONU (69,5%) e o grupo de países é mais homogêneo: dentre os países que mais tiveram ONGs credenciadas, apenas Japão e Índia estão fora do eixo Europa-América (sendo que apenas a Índia é do *Sul*).

No caso das conferências da ONU, quando analisamos a distribuição das sedes das ONGs que intervieram (que puderam falar durante as sessões oficiais das conferências) notamos que a maioria é *internacional* e possui sede em países do *Norte* (sobretudo da América e da Europa). Isso quer dizer que a maioria das ONGs que tiveram uma participação mais *efetiva* está concentrada em países do *Norte*⁹⁰, embora a maioria das ONGs credenciadas para a ONU seja de países do *Sul*. Também ao considerarmos a *continuidade* chegamos a um grupo de países composto, em sua maioria, por aquelas situados no *Norte* (principalmente na Europa e América Anglo-Saxônica). O que queremos ressaltar é que verificamos uma diferença na *qualidade* da participação entre as ONGs *nacionais* e do *Sul* e as outras, do *Norte* e *internacionais*, que possibilita dizer que, embora não se tenha constatado sempre o predomínio *numérico* de ONGs do *Norte* sobre as do *Sul* (no caso da ONU), é possível afirmar o predomínio *político*⁹¹ (pois do ponto de vista qualitativo o predomínio é mesmo do *Norte*). O grupo de ONGs *mais participativas* no conjunto das doze conferências e a comparação dos resultados obtidos agrupando os países de acordo com critérios econômicos, políticos, sociais, torna as características da concentração geográfica das ONGs mais evidentes⁹². Portanto, se for correto considerar as ONGs credenciadas para as conferências sociais globais realizadas pela ONU e para as conferências ministeriais da OMC como evidência empírica do surgimento de uma *sociedade civil global* teríamos de qualificar bem o argumento, pois, como demonstramos a distribuição das ONGs pelos países, regiões, continentes e hemisférios não revela um fenômeno que se poderia classificar como *global*.

⁹⁰ Estados Unidos (23,9%), Suíça (9,4%), França (8,9%), Bélgica (6,6%) e Reino Unido (6,1%).

⁹¹ Assim, embora o tipo de pesquisa realizado não permita avançar além do que nos permitimos dizer a respeito da concentração geográfica da sociedade civil global, pensamos que constitui um ponto de partida para novas pesquisas: muitas questões surgem quando notamos, por exemplo, que a Índia destaca-se como um dos únicos países do *Sul* (que não foi anfitrião de nenhuma das conferências) a concentrar um alto percentual de ONGs. Por outro lado, cabe analisar por que os Estados Unidos aparecem como o país com a maior concentração de ONGs durante todo o período – isso, independente de *onde* as conferências eram realizadas. Além disso, o banco de dados que resultou da pesquisa possibilita saber quais foram as ONGs que participaram das conferências – e, assim, realizar pesquisas específicas para saber quais foram os benefícios ou efeitos dessa participação para as próprias organizações, e também, discutir em que medida constituem “parte” dos atores da sociedade civil – dependendo de como seja definida.

⁹² Por exemplo, se comparamos o percentual de ONGs credenciadas com o *PIB per capita*, apenas Estados Unidos, Suíça e Japão aparecem entre os “10 países” com os maiores percentuais (tendo do *PIB per capita*, quando de ONGs credenciadas). Somando os percentuais dos países com os dez maiores PIBs (dados de 2004), notamos que concentram a maioria das ONGs que intervieram em conferências da ONU e das credenciadas para a OMC. Outro dado que ajuda a compreender a concentração é que os países que compõem a OCDE, por exemplo, concentram a maioria das ONGs credenciadas (55,3% do total) e mais ainda quando consideramos as ONGs credenciadas para conferências da OMC (78,2%). Com relação ao IDH, apenas no caso da ONU existe um certo equilíbrio entre as ONGs dos países com índice de desenvolvimento humano elevado ou muito elevado (50,3%) e daqueles de IDH médio ou baixo (49,7%), pois no caso das ONGs credenciadas para a OMC, a grande maioria é de países de IDH elevado ou muito elevado (85,5%). Em relação à liberdade política, notamos que a maioria das ONGs vem de países considerados (pela *Freedomhouse*) como “livres” ou “parcialmente livres” (91,9% das credenciadas nas conferências da ONU e 97,3% das credenciadas na OMC).

Portanto, a participação de ONGs nas conferências não é global porque não envolveu todos os países e também porque existe uma concentração muito alta dessas organizações em alguns países. As diferenças entre o número de ONGs credenciadas para conferências da ONU e da OMC e, também, nas características da distribuição geográfica das ONGs quando se trata de cada uma das duas organizações merece um comentário: o que explica que no caso da ONU existam mais ONGs do *Sul* enquanto no caso da OMC a concentração no *Norte* é tão explícita? Uma das explicações para esse fato pode ser encontrada no tipo de interação que cada uma das organizações governamentais em estudo desenvolve com as ONGs: no caso da ONU, como vários estudos apontam, existe certa tensão entre seu caráter estado-cêntrico e sua pretensão de representar os “povos”, de modo que, sobretudo na década de 1990 (período pós-Guerra Fria) parte de sua legitimidade parecia derivar do relacionamento que mantinha com “organizações” da sociedade civil (além dos Estados membros)⁹³; por outro lado, a OMC, principalmente no caso das primeiras conferências, assumia mais facilmente seu caráter estado-cêntrico e, inclusive, reafirmava a idéia geral de que “as pessoas” deveriam ser representadas pelos seus “governos” (eleitos ou não), de modo que as “disputas” em torno dos temas deveriam ocorrer em âmbito doméstico⁹⁴.

⁹³ A defesa de que outros atores, além dos Estados membros, devem interferir nos assuntos (e trabalhos) da ONU é uma constante desde a sua fundação (que teve, inclusive, a presença de ONGs, sobretudo com sede nos Estados Unidos). Paul Wapner (entre outros) explicita essa tensão em torno da questão da representação: “There has Always been a tension between the UN’s state-centered character and its aspiration to represent ‘we the peoples of the United Nations’, the opening words of the organization’s Charter. States established the UN, and member states, for the most part, constituted the organization as a governing body. [...] States are, of course, partially representative of their people – this is especially the case with liberal democracies. The problem is that states *qua* states, whether democratic or autocratic, have short-term and geographically circumscribed interests that often conflict with longer-term, more globalized social goods. [...] For better or worse, many see civil society as a stand-in for the people of the world. This is especially the case with global civil society, a realm in which people voluntarily come together to form relationships, develop identities, and work to further shared interests across states boundaries. As such, it offers a domain in which people can organize themselves outside their roles as citizens of a particular state and thus engender a sense of transnational and possibly global solidarity [...]. Unaffiliated with any given territory, civil society groups appear to represent people’s interests to the degree that these interests are unattached to a particular state. This is what makes them attractive as seemingly genuine representatives of humanity itself” (2007. “Civil Society”. In: WEISS, Thomas G. DAWES, Sam. *The Oxford Handbook on the United Nations*. Oxford: Oxford University Press, p.255).

⁹⁴ O caráter estado-cêntrico da OMC é menos questionado do que no caso da ONU: assume-se, sobretudo nos documentos da organização, que apenas os Estados membros devem ter voz e que a participação de outros atores é, sempre, uma concessão que os “membros” fazem (e sempre com restrições, como a impossibilidade de falar nas conferências, por exemplo). Steves Charnovitz explica que diferente da ONU, a OMC opera de um modo “fechado” – por isso as ONGs que tem conseguido participar de diversas atividades na ONU, não dispõem das mesmas oportunidades na OMC, embora desde o seu surgimento exista um “debate acadêmico” a respeito do envolvimento de ONGs na OMC, cujo foco varia da defesa de que os “indivíduos” devem poder participar das decisões internacionais que afetam seus interesses até a afirmação de que tais “indivíduos” devem se reportar a seus governos domésticos para que estes defendam os “interesses” dos seus eleitores em âmbito internacional, seja porque admitir atores não governamentais na OMC poderia sugerir que os governos não “representariam” adequadamente seus cidadãos, ou porque a inclusão destes grupos acarretaria custos desnecessários ao processo decisório da OMC (2000. “Opening the WTO to non-governmental interests”. *Fordham International Law Journal*, november/december). Entretanto, em outro momento, defende que aumentar a participação de ONGs poderia tornar a OMC mais “eficiente” e, além disso, possibilitaria ampliar as “vozes” dos países em desenvolvimento na OMC (2004. “The WTO and cosmopolitics”. *Journal of International Economic Law*, Vol. 7, n. 3, Oxford University Press).

Os cinco países com os maiores percentuais de ONGs credenciadas – tanto na ONU como na OMC – são os Estados Unidos, a França, a Índia, o Reino Unido e a Suíça. Mas a diferença entre os percentuais coloca os *Estados Unidos*⁹⁵ numa posição especial: concentra 18,6% do total de ONGs credenciadas (sendo 30,4% das *internacionais* e 16,7% das *nacionais*); o segundo país é a *Índia*⁹⁶, mas com apenas 5,1% do total (1,6% das *internacionais* e 5,8% das *nacionais*), ou seja, menos de um terço do percentual dos Estados Unidos; os demais somam 10% do total (18,6% das *internacionais* e 7,8% das *nacionais*). Desses países apenas a Índia não está entre os cinco países que concentram a maioria das ONGs *internacionais* existentes⁹⁷.

⁹⁵ O fato de que os Estados Unidos concentrem a maioria das ONGs credenciadas torna-se ainda mais interessante quando constatamos – de acordo com as pesquisas realizadas por Lester SALAMON e S. Wojciech SOKOŁOWSKI – que não se trata do país com a maior quantidade de organizações não governamentais do mundo: “Traditionally, the United States has been considered the seedbed of nonprofit activity. Alexis de Tocqueville, a keen 19th century observer of American institutional life, aptly considered voluntary associations to be a uniquely democratic response to solving social problems in a society characterized by extensive equality. Indeed, the early implementation of democratic forms of governance in the U.S. created ample room for social movements and civic initiatives that coalesced into voluntary associations. Even with the ascent of the New Deal and Keynesian economic policies, deep-seated American misgivings about excessive governmental power limited the scope of government social protections and left ample room for a sizeable private nonprofit sector. Today, the nonprofit sector accounts for half of the U.S. colleges and hospitals, nearly two-thirds of all social service agencies, most civic associations, and almost all symphony orchestras. Yet [...] the U.S. does not have the world's largest nonprofit sector” (SALAMON, Lester; SOKOŁOWSKI, S. Wojciech. “The United States”. In: SALAMON, Lester M. et al. *Global Civil Society - Dimensions of the nonprofit sector*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, p. 261). A pesquisa, a partir da qual afirmam que os Estados Unidos não contam com o maior setor de organizações (do tipo *nonprofit*) incluiu todas aquelas que podem ser chamadas de *organização* (quer dizer, possuem alguma institucionalidade e estrutura); *privadas* (que são separadas do Estado); *não distribuem lucros* (para seus membros); *auto-governadas* (possuem autonomia na condução dos seus interesses). Concluíram que o setor de organizações do tipo *nonprofit* dos Estados Unidos não é o maior *quando o tamanho da economia nacional é levado em consideração*, caso em que o maior setor seria da *Holanda* (12,6%); seguida da *Irlanda* (11,5%); *Bélgica* (10,5%); e *Israel* (9,2%); os *Estados Unidos* ocupa a 5ª posição (7,8%), seguido da *Austrália* (7,2%), do *Reino Unido* (6,2%), da *Alemanha* (4,9%), da *França* (4,9%), da *Espanha* (4,5%) e da *Áustria* (4,5%). A questão – que os resultados suscitam, mas não será respondida nesse trabalho é: por que será que, embora os Estados Unidos não possuam a maioria das ONGs dentre os países do globo, concentra a maioria das que participaram de conferências da ONU e das OMC?

⁹⁶ Quanto ao caso da *Índia* é importante entender como é que se tornou um país com um número tão expressivo de “ONGs”. De acordo com a pesquisa realizada por Lester SALAMON – com S.S. SRIVASTAVA, Rajesh TANDON e S. Wojciech SOKOŁOWSKI – “the roots of Indian civil society reach back to antiquity, when guilds and religious monasteries played a key role in the provision of social welfare, public services, education, and culture. This ancient tradition merged with Western influences during the period of British rule, creating a vibrant civil society sector promoting education, economic development, self-reliance, and empowerment”. Embora grande em termos absolutos, o tamanho relativo da força de trabalho da sociedade civil organizadas na Índia é relativamente pequena quando comparada à média internacional (que, dentre os países pesquisados, vai de 14,4% na Holanda a 0,4% no México), já que na Índia representa apenas 1,4%; além disso, devido a variedade de áreas nas quais as organizações atuam, afirmam os autores, não existe na Índia uma sociedade civil “unificada”, mas, pelo contrário, uma grande fragmentação (SRIVASTAVA, S.S.; TANDON, Rajesh; SOKOŁOWSKI, Wojciech S.; SALAMON, Lester. “India”. In: SALAMON, Lester M. et al. 2004. *Global Civil Society - Dimensions of the nonprofit sector 2*. Bloomfield: Kumarian). Uma explicação mais crítica para a constituição e características da sociedade civil na Índia é feita por Neera CHANDHOKE, que, nos seus vários trabalhos a respeito da sociedade civil, aponta para a influência que as políticas neoliberais tiveram na fragmentação da sociedade civil indiana, que passa a ser constituída basicamente por ONGs prestadoras de serviços (SALAMON, Lester M. et al. 2004. op. cit., apresentam dados que confirmam essa intuição, pois 83% das organizações da sociedade civil na Índia são *prestadoras de serviços*, p. 164), que, além disso, dependem de doações internacionais (CHANDHOKE, Neera. 1995. *State and Civil Society Explorations in Political Theory*, New Delhi: Sage e _____. 2003. *The conceits of civil society*. Oxford: Oxford university press).

⁹⁷ Considerando a média de ONGs internacionais (INGOs) existentes (entre 1990 e 2000), a *Bélgica* fica na primeira posição (12,3%); os *Estados Unidos* ficam na segunda posição (11,6%); depois vem a *França* (10,0%); o *Reino Unido* (9,9%) e a *Suíça* (5,5%); a *Índia*, fica na 20ª posição (0,8%). Trata-se das ONGs *internacionais*, lembramos que a maioria das credenciadas era *nacional* (ANHEIER, Helmut; GLASIUS, Marlies. & KALDOR, Mary. 2001. —Introducing global civil society. In: _____. (eds.). *Global civil society 2001*. Oxford: Oxford University Press, p. 9).

A despeito das diferenças entre os resultados da ONU (em que a maioria das ONGs está no *Sul* e não no Norte) e da OMC (em que, comprovadamente, as ONGs que participaram estão concentradas no Norte) podemos dizer que, no conjunto, o grau de concentração geográfica das sedes das ONGs participantes é alto, pois, em torno de 5% dos países do globo concentrou quase metade do total (49,9%) e mais da metade das ONGs *internacionais* credenciadas (60,4%) para os doze eventos em estudo. Assim, não podemos dizer que, concretamente, a participação de ONGs nas conferências foi *global* se isso significar que envolveu organizações de todos os países (nenhum caso) ou que a distribuição geográfica das ONGs pelo globo foi equilibrada, pois, ao contrário, foi bastante concentrada em alguns países. Considerando que não existe nenhuma evidência de que organizações de *todos* os países tenham estado presentes em algum tipo de *evento* internacional, concluímos que o *caráter* global da *sociedade civil* não decorre, em nenhuma hipótese, do fato de que representantes de *todas* as *sociedades civis* de *todos* os países participem do processo decisório internacional. E, como é possível perceber, a participação de ONGs nas conferências é mais *global* – abrange mais países do globo – quando consideramos as ONGs *nacionais*, já que as ONGs *internacionais* – mesmo as que participaram das conferências da ONU – estão bastante concentradas em alguns países (do Norte, sobretudo nos continentes europeu e anglo- americano)⁹⁸. Assim, ainda que as ONGs fossem incontestavelmente “representativas” da “sociedade civil” não seria correto afirmar que a *sociedade civil global* teria participado das conferências porque a participação não foi *global*. Ou seja, mesmo que não se pudesse criticar a assimilação entre “ONGs” e “sociedade civil” faltaria ao conceito de *sociedade civil global* um “ancoramento” na realidade, pois, as ONGs – seus atores mais numerosos – estão, como foi demonstrado, concentradas em alguns países. Mais grave é que, embora do ponto de vista estritamente quantitativo (numérico) seja possível contestar esse argumento (no caso da ONU), quanto maior a “qualidade” e “continuidade” na participação, maior o grau de concentração geográfica. Assim, cabe analisar se existiria outro modo de “justificar” o caráter “global” da sociedade civil.

⁹⁸ Quando separamos as ONGs *nacionais* das *internacionais*, notamos que, no caso da ONU, 179 países tiveram ao menos uma ONG *nacional* credenciada e 114 tiveram ao menos uma ONG *internacional* participando. No caso da OMC os números são bem menores: 113 países tiveram ao menos uma ONG *nacional* credenciada e apenas 18 países tiveram ao menos uma ONG *internacional* participando. Considerando que existiam – na década de 1990 – em torno de 217 estados “soberanos”, podemos dizer que a participação de ONGs *nacionais* na ONU abrangeu 82,4% dos países do globo, enquanto a participação de ONGs *nacionais* na OMC chegou a 52,0% dos países. No caso das ONGs *internacionais*, a ONU chegou a 52,5% dos países e a participação na OMC ficou em 8,2% dos países. A participação de ONGs nas conferências não atingiu todos os países em nenhum dos casos estudados, mas foi *mais* global no caso da ONU do que no caso da OMC e isso é mais verdadeiro para o caso das ONGs *nacionais*.

Um dos principais argumentos utilizados para *justificar* o caráter *global* da sociedade civil está baseado na idéia de *desterritorialização*⁹⁹ – a globalização teria diminuído a importância da localização física dos *atores* porque é possível estar *conectado* (virtualmente) ou se fazer presente (físicamente) em qualquer parte do globo que ache necessário, e em pouco tempo – que tornaria irrelevante saber *de onde* são seus atores, pois estariam *conectados* entre si e, em caso de necessidade, poderiam se movimentar até os locais em que os eventos aconteceriam. Contudo, o que notamos foi que apenas um pequeno grupo foi capaz de se *movimentar* e estar presente nas conferências independente de onde eram realizadas. Além disso, a *continuidade* na participação nas conferências da ONU (em que a maioria das ONGs era do *Sul*) foi menor do que no caso da OMC (em que a maioria das ONGs era do *Norte*)¹⁰⁰ e o grupo das ONGs *mais participativas* é composto, em sua maioria, de ONGs do *Norte* e de países do eixo América(anglo-saxônica) – Europa (82,0%), o que quer dizer que, dentre as ONGs que *intervieram* em mais de uma conferência ou participaram da maior parte das conferências da ONU; de todas as conferências da OMC; ou de mais de seis conferências (considerando as duas organizações), a maioria é originária de países do *Norte*. Portanto, a *mobilidade* não está disponível para *todos*, ou seja, a importância da *localização* é diferente para as ONGs dependendo de sua origem (geográfica)¹⁰¹.

⁹⁹ Jan Aart SHOLTE afirma que, dos cinco sentidos normalmente atribuídos à globalização – internacionalização, liberalização, universalização, ocidentalização e *desterritorialização* – apenas o quinto é realmente “novo” em relação aos demais, pois, a novidade da globalização estaria em ter tornado possíveis relações “globais”, no sentido de “transplanetárias”, ou seja, aquelas que, tal como numa sala de bate-papo na Internet, “podem ligar *povos* situados em qualquer ponto habitável sobre a Terra”, pois “a globalização envolve a redução de barreiras a esses contatos sociais trans-mundiais” de modo a tornar as pessoas “mais capazes – fisicamente, legalmente, linguisticamente, culturalmente e psicologicamente – para interagir com outros, independente do lugar em que se encontrem no planeta Terra” (SHOLTE, Jan Aart. 2005. *Globalization: a critical introduction*. Londres: Palgrave). Octávio IANNI também dedica um capítulo do seu livro “A sociedade Global” para explicar a idéia de *desterritorialização*, ressaltando que a globalização “tende a desenraizar as coisas, as gentes e as idéias” de modo que o processo de desterritorialização leva à formação de novas “estruturas” de poder “econômico, político, social e cultural internacionais, mundiais ou globais descentrados, sem qualquer localização nítida neste ou naquele lugar, região ou nação” sendo que “a *desterritorialização* manifesta-se tanto na esfera da economia como da política e da cultura” de modo que “todos os níveis da vida social, em alguma medida, são alcançados pelo deslocamento ou dissolução de fronteiras, raízes, centros decisórios, pontos de referência” e assim “as relações, os processos e as estruturas globais fazem com que tudo se movimente em direções conhecidas e desconhecidas, conexas e contraditórias” (IANNI, Octávio. 2008 [1992]. *A sociedade Global*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 95).

¹⁰⁰ Nas conferências da ONU, em torno de 10,9% das ONGs repetiram o credenciamento, enquanto nas conferências da OMC o percentual é mais do que o dobro, pois 22,3% das ONGs repetiram o credenciamento; no conjunto, apenas 15,0% das ONGs credenciadas estiveram em, pelo menos, duas conferências (porém, destas 68,6% participou de duas conferências; 19,0% delas participou de três conferências; e os demais 12,5%, participou de quatro a oito conferências).

¹⁰¹ Quer dizer que estar “localizado” ou “globalizado” (no sentido de ter acesso a múltiplas territorialidades de acordo com os próprios interesses) depende, de certo modo, de “onde” se está “físicamente” situado (além, é claro, da disponibilidade de “recursos” para relativizar essa localização). Como explica Zygmunt BAUMAN (1999. *Globalização: As consequências humanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor) a “mobilidade” tornou-se um dos principais fatores de “estratificação” porque “constrói e reconstrói a nova hierarquia globalizada” de modo que se pode dizer que “se a nova extraterritorialidade da elite parece uma liberdade intoxicante, a territorialidade do resto parece cada vez menos com uma base doméstica e cada vez mais como uma prisão” (p. 31).

O contraste entre a *mobilidade* das ONGs *Norte* (sobretudo situadas em países do eixo Europa-América anglo-saxônica) é surpreendente em todos os casos: independente de *onde* era realizada a conferência, os percentuais de alguns países mantiveram-se entre os maiores. Assim, parece verdadeiro o argumento de que a *globalização* promove, de fato, um tipo de *desterritorialização* – ou, como nos parece mais apropriado, possibilita múltiplas territorialidades, que, contudo, não estão disponíveis para todos¹⁰². Combinado ao fato de que a maioria das ONGs que tiveram *continuidade* na participação era *internacional* e matinha sua sede em países do *Norte* (embora a maioria do total de ONGs que participaram das conferências tenha sido *nacional* – quer dizer, com atuação ou membros em apenas um país – e não repetiu a participação em mais de uma conferência), significa que *se* a presença em alguma conferência gerou algum benefício ou vínculo com outros atores – das mais variadas partes do globo – isso não foi suficiente para que a maioria das ONGs voltasse a participar de eventos do mesmo tipo. Por outro lado, as ONGs de alguns países – como os Estados Unidos, vários países europeus, mas também da Índia – por alguma razão repetiram sua participação, independente do fato de que as conferências tenham sido realizadas em vários continentes e regiões – América, Europa, África, Ásia – o que exigiu investimento de recursos para deslocamento, estadia, entre outros.

¹⁰² O geógrafo brasileiro Rogério HAESBAERT desenvolve essa tese das “múltiplas territorialidades” enfatizando que as possibilidades de se des-territorializar e se re-territorializar não estão disponíveis para todos e os termos nos quais ambas operações são realizadas podem pertencer à própria pessoa ou grupo, ou estar sob controle de outros (grupos, pessoas, instituições) de modo que, em última instância, apenas uma *elite globalizada* domina as possibilidades de acionar múltiplas territorialidades, de acordo com seus interesses (econômicos, políticos, culturais, entre outros). Além disso, explica que a *desterritorialização* é “o mito dos que imaginam que o homem pode viver sem território, que a sociedade pode existir sem territorialidade, como se o movimento de destruição de territórios não fosse sempre, de algum modo, sua reconstrução em outras bases”, mas é importante destacar que existem várias interpretações a respeito do que seria essa possível *desterritorialização* ou *des-territorialização* (com hífen), sendo possível destacar pelo menos duas: “uma a partir dos grupos hegemônicos, efetivamente ‘globalizados’, outra, a partir dos grupos subordinados ou precariamente incluídos na dinâmica globalizadora” (HAESBAERT, Rogério. 2009. *O Mito da Desterritorialização*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. A primeira edição é de 2004). Se tomarmos o ponto de vista das “elites globalizadas” que, de fato, podem contar com a possibilidade de “transitar” por diversas territorialidades, as teorias (ou discursos) sobre a globalização estariam completamente corretos (o mundo parece “um só”). Entretanto, como afirma Doreen MASSEY, os discursos sobre a “globalização a-espacial” pretendem colocar em questão “nossas imaginações geográficas” na medida em que evocam “uma visão poderosa de um espaço imenso, não estruturado, livre, sem limites e de uma magnífica e complexa mistura” e, o mais importante a destacar é que essa “imaginação” do mundo “contrasta radicalmente com aquela da modernidade” pois ao invés de “uma imaginação de um mundo de lugares delimitados” o que tal discurso busca ressaltar é a ideia de “um mundo de fluxos” (2008:126). Entretanto, o que torna a *globalização capitalista* um equivalente à globalização *tout court* é “uma manobra discursiva que obscurece a possibilidade de visualizar formas alternativas”, já que “a imaginação da globalização em termos de espaço livre e sem limites, aquela poderosa retórica do neoliberalismo acerca do ‘livre mercado’, assim como foi a visão de espaço da modernidade, é elemento central no discurso político arrogante, discurso que é majoritariamente produzido nos países do Norte (apesar de apoiado por muitos governos do Sul)” e tal discurso “tem suas instituições e seus profissionais, é normativo e tem suas consequências” pois “essa visão do espaço global” não é “uma descrição de como é o mundo, mas uma imagem através da qual o mundo está sendo feito”, trata-se de uma “poderosa geografia imaginativa” que contrasta com a da modernidade “em vez de espaço dividido e delimitado, aqui está uma visão de um espaço sem barreiras e aberto”, contudo “ambos funcionam como imagens pelas quais o mundo é feito”, ou seja, “são geografias imaginativas que *legitimam* sua própria produção” (MASSEY, Doreen. 2008. *Pelo Espaço: uma nova política da Espacialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008. p. 128-9).

Dentro dos limites que o tipo de pesquisa realizado – eminentemente quantitativa – podemos concluir afirmando que o fenômeno da participação de ONGs em conferências promovidas por duas das mais importantes organizações governamentais – ONU e OMC – não fornece “evidência empírica” suficiente para afirmar a existência – ou constituição – de uma *sociedade civil global* – sobretudo quando constatamos que não existe nenhum equilíbrio na distribuição das ONGs pelo globo. A importância das descobertas realizadas repousa na possibilidade de delinear uma agenda de pesquisa cuja realização poderá, de fato, contribuir para uma compreensão e explicação qualitativa dos processos envolvidos, bem como na possibilidade de fornecer uma resposta mais concreta às críticas realizadas ao conceito de sociedade civil global: de fato, não existe sociedade civil “global” se os “significados” possíveis desse conceito possuem alguma relação com a distribuição geográfica dos atores ligados à sociedade civil pelo “globo”. Entretanto, como foi possível demonstrar, existiu, sobretudo na década de 1990, uma extensa tentativa de “participar” das discussões de temas “globais” (ou percebidos como de alcance e interesse “global”) por parte de organizações da “sociedade civil” (rotuladas, todas, como ONGs pela ONU e pela OMC) oriundas de diversos países e continentes. Embora os impactos concretos dessa participação não possam ser “mensurados” aqui, cabe registrar a existência do fenômeno (que é em si relevante).

O grande número de ONGs que puderam participar das conferências, somado ao fato de que, no caso da ONU, a maioria era “do Sul”, justifica o entusiasmo com que alguns estudiosos e ativistas investiram na ideia da possibilidade de construção de uma *sociedade civil global* – seja como uma esfera ou como um ator social capaz de possibilitar a participação dos “cidadãos” do mundo no processo de discussão e decisão a respeito de temas “globais” ou “internacionais”. As diferenças no grau de participação – muito mais intenso e eficaz no caso das ONGs internacionais e do *Norte* no caso da ONU – bem como o fato de que na OMC a concentração das ONGs participantes é marcadamente no *Norte*, justificam, por outro lado, as desconfianças a respeito da sociedade civil global assim constituída: embora não se possa afirmar que tais ONGs defendessem apenas os “interesses” das suas “sociedades civis” nacionais, não é possível dizer que tenham sido capazes de transcender sua “localização” (e consequente história, cultura e valores). Portanto, mais do que responder a questão a respeito da “existência” de uma possível *sociedade civil global*, pensamos que nossas descobertas levantam várias outras dúvidas a respeito das características desse importante objeto.

Referências Bibliográficas

ALVES, José Augusto Lindgren. 2001. *Relações Internacionais e temas sociais: a década das conferências*. Brasília, IBRI – FUNAG.

ANHEIER, Helmut; GLASIUS, Marlies; KALDOR, Mary. 2001. "Introducing global civil society". In: _____. (eds.). *Global civil society 2001*. Oxford: Oxford University Press.

ANHEIER, Helmut; KATZ, Hagai. "Network Approaches to Global Civil Society". In: ANHEIER, Helmut; GLASIUS, Marlies; Kaldor, Mary. 2004. *Global Civil Society 2004/5*. London: Sage, 2004, p. 206-221

_____. 2003. "Mapping Global Civil Society". In: KALDOR, Mary; ANHEIER, Helmut; GLASIUS, Marlies (eds.). 2003. *Global Civil Society 2003*.

_____. 2006. "Learning From History? Comparative Historical Methods and Researching Global Civil Society". In: GLASIUS, Marlies. KALDOR, Mary. ANHEIER, Helmut. 2006. *Global Civil Society 2005/6*. London: Sage, p. 288-302.

_____. 2009. "Introducing Futures Research: Forecasting and Scenarios". In: KUMAR, Ashwani; SCHOLTE, Jan Aart; KALDOR, Mary; GLASIUS, Marlies; SECKINELGIN, Hakan; ANHEIER, Helmut. *Global Civil Society 2009*. London: Sage, p. 238-254

ANHEIER, Helmut; KATZ, Hagai; LAM, Marcus. "Diffusion Models and Global Civil Society". In: ALBROW, Martin; ANHEIER, Helmut; GLASIUS, Marlies; PRICE, Monroe E; KALDOR, Mary. 2008. London: Sage, p. 245-257

ANHEIER, Helmut; STARES, Sally. 2002. "Introducing the Global Civil Society Index". In: GLASIUS, Marlies; KALDOR, Mary; ANHEIER, Helmut (eds). *Global Civil Society 2002*. London, Sage. 241-54.

ARAÚJO, Cícero. 2006. "Civilização e Cidadania". In: BORON, Atilio A. (org). *Filosofia política Contemporânea*. São Paulo: Departamento de Ciência Política, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

AVRITZER, Leonardo. 1994. *Sociedade Civil e Democratização*. Belo Horizonte: Del Rey.

BAUMAN, Zygmunt. 1999. *Globalização: As consequências humanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

BOBBIO, Norberto. 1987. *Estado, governo, sociedade: para uma teoria geral da política*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

BOLI, John; THOMAS, George M. 1997. "World Culture in the World Polity: a century of International Non-Governmental Organization". *American Sociological Review*, vol. 62, april, pp.171-190.

BOLI, Jonh; THOMAS, George M. 1999. *Constructing World Culture: international nongovernmental organizations since 1875*. Stanford: Stanford University Press.

CHANDHOKE, Neera. 1995. *State and Civil Society Explorations in Political Theory*, New Delhi: Sage.

_____. 2002. "The Limits of Global Civil Society". In: GLASIUS, Marlies; KALDOR, Mary; ANHEIER, Helmut (eds). *Global Civil Society 2002*. London, Sage.

_____. 2003. *The conceits of civil society*. Oxford: Oxford university press.

CHARNOVITZ, Steve. 1996. "Particiaption of Nongovernmental Organizations in the World Trade Organization", *University of Pennsylvania Journal of International Law*.

_____. 2000. "Opening the WTO to Nongovernmental Interests", *Fordham International Law Journal*, November / December.

_____. 2001. "The WTO and the rights of the individuals", *Intereconomics: Review of European Economic Policy*, v. 36, March/April 2001, pp. 98/108.

_____. 2004. "The WTO and cosmopolitics". *Journnal of International Economic Law*, Vol. 7, n. 3, *Oxford University Press*.

CLARK, Ann Marie; FRIEDMAN, Elisabeth Jay; HOCHSTETLER, Kathryn. 1998. "The sovereign limits of Global Civil Society: a comparison of NGO participation in UN World conferences on the Environment, Human Rights and Women". *World Politics*, 51.1, (1998).

COHEN, Jean L; ARATO, Andrew. 1992. *Civil Society and Political Theory*. Cambridge: MIT Press.

COLÁS, Alejandro. 2002. *International Civil Society*. Cambridge: Polity Press.

COSTA, Sergio. 1997. "Categoria analítica ou *passe-partout* político-normativo: notas bibliográficas sobre o conceito de sociedade civil", *BIB*, Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais, no. 43, 1o. Semestre.

_____. 2003. "Democracia Cosmopolita: déficits conceituais e equívocos políticos". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Vol. 18 n°. 53 outubro/2003.

_____. 2006. *Dois Atlânticos: teoria social, anti-racismo, cosmopolitismo*. Belo Horizonte: Ed. da UFMG.

DEMO, Pedro. 2007. *Metodologia científica em Ciências Sociais*. São Paulo: Atlas.

DUNOFF, Jeffrey L. "The misguided Debate over NGO participation at the WTO". *Journal of International Economic Law* 1 (1998), p. 433-56.

DUPAS, Gilberto. 2005. *Atores e poderes na nova ordem global*. São Paulo: UNESP, 2005.

EHRENBERG, John. 1999. *Civil Society: the critical history of an idea*. New York: New York University Press.

ELIAS, Norbert. 1993. *O processo civilizador*, Rio de Janeiro: Zahar.

FALK, Richard. 2005. "Reforming de United Nations: Global Civil Society perspectives and initiatives". In: GLASIUS, Marlies. KALDOR, Mary. ANHEIER, Helmut. *Globalo Civil Society 2005/6*. London, Sage.

FERNANDES, Rubem César. 1995. "Elos de uma Cidadania Planetária". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 28, São Paulo: ANPOCS, 1995.

FRIEDMAN, Elisabeth Jay; HOCHSTETLER, Kathryn; CLARK, Ann Marie. 2005. *Sovereignty, Democracy, and Global Civil Society: state-society relation at UN world conferences*. New York: State University of New York Press.

FRIEDMAN, Elisabeth Jay; HOCHSTETLER, Kathryn; CLARK, Ann Marie. 2001. "Sovereign limits and regional opportunities for Global Civil Society in Latin America". *Latin American Research Review*, v. 36, n. 3, 2001.

GÓMEZ, José Maria. 2000. *Política e democracia em tempos de globalização*. Rio de Janeiro: Vozes e LPP; Buenos Aires: CLACSO.

HAESBAERT, Rogério. 2006. *Teritórios Alternativos* (2ª edição). 2. ed. São Paulo: Contexto.

_____. 2010. *O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

HELD, David; MCGREW, Anthony. 2000. *The Global Transformations Reader. An introduction to the Globalization Debate*. Cambridge: Polity Press.

HUNTINGTON, Samuel. *O choque das civilizações e a recomposição da nova ordem mundial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997.

IANNI, Octávio. 2008. *A sociedade Global*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

KALDOR, Mary. 2003. *Global Civil Society: an answer to war*. Polity Press.

KALDOR, Mary; ANHEIER, Helmut; GLASIUS, Marlies. 2003. "Global Civil Society in an Era of Regressive Globalization". In: *Global Civil Society 2003*. London: Sage.

KATZ, Hagai; ANHEIER, Helmut; LAM, Marcus. "Fuzzy Set Approaches to the Study of Global Civil Society". In: KALDOR, Mary. ALBROW, Martin; ANHEIER, Helmut; GLASIUS, Marlies. 2007. *Global Civil Society 2006/7*. London: Sage, p. 186-199.

KEANE, John. 2003. *Global Civil Society?* Cambridge University Press.

LEIS, Héctor Ricardo. 1995. "Globalização e democracia: Necessidade e oportunidade de um espaço público transnacional". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 28, São Paulo: ANPOCS, 1995.

LYRA, Carla. 2005. *Ação Política e autonomia: a cooperação não-governamental para o desenvolvimento*. São Paulo: Anablume, Terre des hommes Suisse.

MASSEY, Doreen. 2008. *Pelo Espaço: uma nova política da Espacialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

MILLS, Charles Wright. 1969. *A imaginação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar.

MONTAÑO, Carlos. 2002. *Terceiro setor e questão social; crítica ao padrão emergente de intervenção social*. São Paulo: Cortez.

OTTO, Dianne. "Nongovernmental Organization in the United Nations System: The Emerging Role of International Civil Society". *Human Rights Quarterly*, (18) 1996:107-141.

PIANTA, Mario. 2004. *UN World Summits and Civil Society: the State of the Art*. UNRISD Project on UN World Summits and Civil Society Engagement, University of Urbino, m.pianta@uniurb.it.

ROBERTSON, David. 2000. "Civil Society and WTO". *Global Trade Policy 2000*, Berlin: Blackwell Publishers, p. 29-44. ESTY, Daniel C. "Non-governmental organizations at the World Trade Organizations: cooperation, competition or exclusion". *Journal of International Economic Law* 1 (1998), p. 123-47.

ROSENBERG, Justin. 1994. *The Empire of Civil Society*. London, Verso.

_____. 2002. *The Follies of Globalisation Theory: Polemical Essays*. London, Verso.

SALAMON, Lester M, et all. *Global Civil Society - Dimensions of the nonprofit sector*. Baltimore: The Jonhs Hopkins University Press.

_____. et all. *Global Civil Society - Dimensions of the nonprofit sector 2*. Bloomfield: Kumarian.

SALAMON, Lester; SOKOLOWSKI, S. Wojciech. "The United States". In: SALAMON, Lester M, et all. *Global Civil Society - Dimensions of the nonprofit sector*. Baltimore: The Jonhs Hopkins University Press, p. 261

SALDANHA, Leonardo Tricot. 2008. *Legitimação Política Democrática e Autonomia*. Porto Alegre: UniRitter.

SANCHEZ BADIN, Michelle Ratton. 2002. "Atores não-estatais e sua relação com a Organização Mundial do Comércio". In: Amaral Junior, Alberto. (Org.). *Direito do Comércio Internacional*. 1 ed. São Paulo: Editora Juarez de Oliveira, 2002, v. 1, p. 151-170.

_____. 2004. *Demandas por um novo arcabouço sociojurídico na organização mundial do comércio e o caso do Brasil*. São Paulo, 2004 (tese de doutorado).

_____. 2006. "Breves considerações sobre os mecanismos de participação para ONGs na OMC". *Sur. Revista Internacional de Direitos Humanos*, São Paulo, v. 4, n. 3, p. 103-125.

_____. 2007. "Mudanças nos paradigmas de participação direta de atores não-estatais na OMC e sua influência na formulação da política comercial pelo Estado e sociedade brasileiros". *Revista Direito GV*, v. 3, p. 77-110.

SCHECHTER, M. G. 2001. *United Nations-Sponsored World Conferences: Focus on Impact and Follow up*. Tokyo, New York, Paris: United Nations University Press.

_____. 2005. *United Nations global conferences*, New York: Routledge.

SCHOLTE, Jan Aart. 2005. *Globalization: a critical introduction*. New York: Palgrave Macmillan.

SELCHOW, Sabine. 2007. "The 'Global Dimension' of contemporary politics: an argument for taking 'Global' aeriously". *Internet: IBEI Working Papers, Barcelona*, julho de 2007.

_____. 2007/8. "Languae and 'global' politics: de-naturalising the 'global'. In: ALBROW, Martin. *el al. Global Civil Society 2007/8*. London: SAGE, p. 224-41.

SELIGMAN, Adam B. 1992. *The Idea of Civil Society*. Princeton: Princeton University Press.

SHOLTE, Jan Aart. 2005. *Globalization: a critical introduction*. Londres: Palgrave.

SCHOLTE, Jan Aart; TIMMS, Jill. "Global Organizations in Civil Society: The effects on poverty". In: KUMAR, Ashwani; SCHOLTE, Jan Aart; KALDOR, Mary; GLASIUS, Marlies; SECKINELGIN, Hakan; ANHEIER, Helmut. *Global Civil Society 2009*. London: Sage.

SILVA, Vania Sandeleia Vaz da. 2006. A sociedade civil nas relações internacionais: participação de ONGs em três conferências das Nações Unidas da década de 1990 - UNCED (Brasil/1992): ICPD (Egito/1994) e WSSD (Dinamarca/1995). São Paulo, USP, 2006, dissertação de mestrado.

SORJ, Bernardo. 2005. "Sociedades Cíveis e Relações Norte/Sul: ONGs e Dependência". Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, *Working Paper 1*.

SRIVASTAVA, S.S; TANDON, Rajesh; SOKOLOWSKI, Wojciech S; SALAMON, Lester. "India". In: SALAMON, Lester M. et al. 2004. *Global Civil Society - Dimensions of the nonprofit sector 2*. Bloomfield: Kumarian.

TABBUSH, Constanza. 2005. *Civil Society in United Nations Conferences: A Literature Review*. Civil Society and Social Movements Programme, *Paper Number 17*, United Nations Research Institute for Social Development. Disponível em Internet, recuperado em 2007 (<http://www.unrisd.org/unrisd/website/document.nsf/tabbush.pdf>).

TAVARES, Ricardo Neiva. 1999. *As organizações não-governamentais nas Nações Unidas*. Brasília: Instituto Rio Branco; Fundação Alexandre Gusmão; Centro de Estudos Estratégicos.

TAYLOR, Peter. 2004. "The new geography of Global Civil Society: NGOs in the world city network". *Globalization*, December 2004, v. 1, n. 2, p.265-77.

TEIXEIRA, Elenaldo. 2002. *O local e o global: limites e desafios da participação cidadã*. São Paulo: Cortez; Recife: EQUIP; Salvador: UFBA.

THORSTENSEN, Vera. 2001. *OMC - Organização Mundial do Comércio: as regras do comércio internacional e a Nova Rodada de Negociações Multilaterais*. São Paulo, Aduaneiras.

VESENTINI, J. William. 2005. *Sociedade e Espaço: Geografia Geral e do Brasil*. São Paulo: Ática.

VIEIRA, Liszt. 2005. *Cidadania e Globalização*. Rio de Janeiro: Record.

_____. 2001. *Os argonautas da cidadania: a sociedade civil na globalização*. Rio de Janeiro/São Paulo: Record.

VILLA, Rafael Antonio Duarte. 1999. "Formas de influência das ONGs na Política Internacional Contemporânea". *Revista de Sociologia e Política*. Curitiba: p. 21-34.

WAPNER, Paul. 2007. "Civil Society". In: WEISS, Thomas G. DAWS, Sam. *The Oxford Handbook on the United Nations*. Oxford: Oxford University Press.

WEIS, Thomas G; DAWS, Sam. (eds.) 2007. *The Oxford Handbook on The United Nations*. Oxford: Oxford University Press.

WEISS, Thomas. 2007. *NGOs, the UN, and Global Governance*. Colorado: Lynne Rienner Publishers.

WILLETTS, Peter. 1996. *The conscience of the World: the influence of non-governmental organizations in the UN System*, Brookings Institute.

e-mail: vania-sandeleia@usp.br e vania_usp@yahoo.com.br